

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO
DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

LUCAS DE OLIVEIRA RAMOS

O emprego de múltiplos atores armados na construção do Sudão do Sul (2011–2020)

São Paulo – SP

2025

LUCAS DE OLIVEIRA RAMOS

O emprego de múltiplos atores armados na construção do Sudão do Sul (2011–2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Ramos, Lucas de Oliveira.

R175 O emprego de múltiplos atores armados na construção do Sudão do Sul (2011-2020) / Lucas de Oliveira Ramos. – São Paulo, 2025.
174 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2025.

1. Nações Unidas – Forças de paz – Sudão do Sul. 2. Sudão – História. 3. Construção da paz – Sudão do Sul. 4. Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). I. Título.

CDD 327.172

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Analisar o papel de múltiplos atores armados na construção do Sudão do Sul para compreender sua influência na conformação do Estado. Expor a militarização como elemento estruturante da ordem política e econômica do país. Contribuir para debates sobre segurança, intervenção internacional e pacificação. Questionar o papel do capital na perpetuação da violência e da instabilidade.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Analyze the role of multiple armed actors in South Sudan's state-building to understand their influence on state formation. Expose militarization as a structuring element of the country's political and economic order. Contribute to debates on security, international intervention, and pacification. Question the role of capital in perpetuating violence and instability.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Analizar el papel de múltiples actores armados en la construcción del Estado de Sudán del Sur para comprender su influencia en la formación estatal. Exponer la militarización como elemento estructurante del orden político y económico del país. Contribuir a los debates sobre seguridad, intervención internacional y pacificación. Cuestionar el papel del capital en la perpetuación de la violencia y la inestabilidad.

LUCAS DE OLIVEIRA RAMOS

O emprego de múltiplos atores armados na construção do Sudão do Sul (2011–2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Amélia Penido Oliveira (Universidade Estadual de Campinas)

Prof. Dr. Carolina Ferreira Galdino (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof^ª. Dr^ª. Clarissa Nascimento Forner (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Suzeley Kalil Mathias (Universidade Estadual Paulista)

São Paulo, 26 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

Realizar pesquisa no Brasil sem financiamento é enfrentar, diariamente, a possibilidade do impossível. A ausência de suporte das agências de fomento não é apenas um obstáculo; é um limite estrutural que ameaça inviabilizar o próprio fazer científico. Durante a pandemia de COVID-19, esse cenário se tornou ainda mais brutal: além da tragédia humana, das perdas irreparáveis e do caos sanitário, políticas deliberadas de desmonte da educação e da ciência aprofundaram a precarização do trabalho acadêmico. Ainda assim, esta tese existe. Ela resiste porque o conhecimento resiste. E se pude seguir adiante, foi graças ao povo brasileiro e à educação pública, gratuita e de qualidade —expressões de um compromisso coletivo com o saber, que, mesmo sob ataques, continuam a formar gerações capazes de pensar criticamente e transformar a realidade.

À minha família, obrigado por fornecerem o suporte material e emocional para ir atrás dos meus sonhos e objetivos, sejam eles profissionais ou pessoais. À Kayte, Junior, Alessandro, Thuane, Thúlio, Osmar, Henrique, Davi, Adrielle e Helena, obrigado por mostrarem que a vida vale a pena de ser vivida. À minha mãe, Maria Aparecida, minha mais profunda gratidão. Se concluir esta tese foi um desafio imenso, só pude enfrentá-lo porque tive o privilégio de contar com seu apoio incondicional. Foi sua força, seu cuidado e sua confiança em mim que me sustentaram nos momentos mais difíceis. Esta conquista também é sua, porque sem você, nada disso seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas e ao GEDES, expresso minha profunda gratidão. Mais do que um espaço de formação acadêmica, o programa e o grupo proporcionaram um ambiente de reflexão crítica, debates qualificados e trocas intelectuais essenciais para a construção desta tese. Em um cenário de constantes desafios para a pesquisa no Brasil, o San Tiago Dantas e o GEDES se mantêm como um bastião do pensamento crítico e da excelência acadêmica, e sou imensamente grato por ter feito parte desse espaço.

Nesse sentido, agradeço ao professor Sérgio por ter topado a empreitada de me orientar nesta pesquisa durante os quatro anos de doutorado; à professora Suzeley, por me dar o respiro quando achava que estava tudo perdido; aos professores Samuel e Hector pelas trocas intelectuais e divertidas durante o percurso no Programa. À Giovana, À Isabela e à Graziela, por serem as grandes responsáveis de fazer o Programa funcionar corretamente.

Agradeço às professoras Ana Penido e Carolina Galdino, por terem topado compor a minha banca. É uma honra contar com a leitura atenta e o olhar crítico de pesquisadoras cuja trajetória acadêmica tanto admiro. Suas contribuições não apenas enriquecem este trabalho, mas também ampliam os horizontes do meu próprio pensamento. Agradeço imensamente pelo

tempo, pela dedicação e pelo compromisso em avaliar esta pesquisa, bem como pelos questionamentos e reflexões que, sem dúvida, continuarão a me acompanhar para além desta defesa.

À rede de apoio que construí durante minha trajetória nos últimos 6 anos de San Tiago Dantas. A tese tem a minha assinatura, mas foi construída a 20, 30 mãos. À Letícia e Pedro, agradeço a parceria e saber que sempre terei com quem contar; À Thaiane, por dividirmos o mesmo neurônio de humor e saber que somos espaço seguro um do/pro outro; à Clarissa, pelas gargalhadas honestas e ininterruptas (mesmo quando o contexto sugere o contrário); à Mariana, se a sua pecha é atrair malucos por onde passa, obrigado por me puxar pra perto de ti; à Carolina, por ter a resiliência hercúlea de me tolerar te aporrinhando (quase) todos os dias (vem de um lugar de afeto); ao Jonathan, por dividir comigo o outro neurônio humorístico e comprovar que é, sim, possível enfrentar o cotidiano com leveza e bom-humor; à Kimberly, por ser esse raio solar que aquece e ilumina nos dias mais escuros e sombrios; e à Stef Drani e ao Alê Quilo, por estarem sempre ali para uma conversa descontraída quando esta tese parecia impossível de sair no papel.

Aos meus amados Kappa. Ana, Aline, Gusta, Matheus, Iago, Arthuro, Aly e Eli. A amizade de vocês sempre foi um refúgio e uma força essencial para que eu pudesse seguir adiante. Esta jornada teria sido infinitamente mais árdua sem vocês. À Mari, com quem dividi não apenas um apartamento, mas também os desafios, as angústias e as conquistas deste período, minha mais profunda gratidão. Sua companhia tornou essa jornada mais leve, e seu apoio, nos momentos mais difíceis, foi indispensável. Compartilhamos não só um espaço, mas também sonhos, frustrações e aprendizados que levarei comigo para sempre. Que a sua generosidade de espírito coletivo te leve aos melhores lugares do mundo.

Quando nós falamos tagarelando e escrevemos mal ortografado, quando nós cantamos desafinando e dançamos descompassado, quando nós pintamos borrando e desenhamos enviesado, não é porque estamos errando, é porque não fomos colonizados.

Antônio Bispo dos Santos

RESUMO

Esta tese investiga a construção do Estado do Sudão do Sul entre 2011 e 2020, com foco na atuação de múltiplos agentes armados e na lógica de pacificação associada ao legado colonial do país. O objetivo geral da pesquisa é compreender os fenômenos que possibilitaram o protagonismo de agentes da violência na construção do Estado sul-sudanês. Para isso, são delineados objetivos específicos que incluem a reflexão sobre conceitos fundamentais como Estado, pacificação e legado colonial, além de acompanhar o processo histórico de formação do Sudão do Sul. A metodologia adotada é qualitativa, utilizando uma abordagem analítica que combina revisão de literatura, análise documental e estudo de caso. A pesquisa examina a fragmentação das Forças Armadas e a presença de agentes armados locais, regionais e internacionais, como as forças da ONU e empresas de segurança privadas, que atuaram em diversas áreas, incluindo a reforma das Forças Armadas e o setor educacional, sendo o setor educacional um ponto chave na argumentação da manutenção da pacificação para esta tese. Os resultados obtidos revelam que a construção do Estado no Sudão do Sul é marcada por uma complexa interação entre a necessidade de pacificação e a influência de agentes armados, refletindo a lógica de um Estado moderno que busca se alinhar aos interesses hegemônicos do sistema internacional. A pesquisa conclui que a militarização e a violência são fenômenos centrais para o funcionamento do capitalismo na região, evidenciando, ao criticar o essencialismo estatal nas Relações Internacionais, a suporta fragilidade do processo de construção estatal.

Palavras-chave: Sudão do Sul; pacificação; legado colonial; construção de Estado; múltiplos atores armados.

ABSTRACT

This thesis investigates the construction of the South Sudanese state between 2011 and 2020, focusing on the actions of multiple armed agents and the logic of pacification associated with the country's colonial legacy. The general aim of the research is to understand the phenomena that enabled agents of violence to play a leading role in the construction of the South Sudanese state. To this end, specific objectives are outlined, which include reflecting on fundamental concepts such as the state, pacification and the colonial legacy, as well as following the historical process of the formation of South Sudan. The methodology adopted is qualitative, using an analytical approach that combines literature review, documentary analysis and case study. The research examines the fragmentation of the Armed Forces and the presence of local, regional and international armed actors, such as UN forces and private security companies, who have acted in various areas, including the reform of the Armed Forces and the education sector, being education a key point in the argument for the maintenance of pacification for this thesis. The results show that state-building in South Sudan is marked by a complex interaction between the need for pacification and the influence of armed actors, reflecting the logic of a modern state that seeks to align itself with the hegemonic interests of the international system. The research concludes that militarization and violence are central phenomena for the functioning of capitalism in the region, highlighting, by criticizing state essentialism in International Relations, the fragility of the state-building process.

Keywords: South Sudan; pacification; colonial legacy; state-building; multiple armed actors.

RESUMEN

Esta tesis investiga la construcción del Estado sursudanés entre 2011 y 2020, centrándose en la actuación de múltiples agentes armados y en la lógica de pacificación asociada al legado colonial del país. El objetivo general de la investigación es comprender los fenómenos que permitieron a los agentes de la violencia desempeñar un papel protagonista en la construcción del Estado sursudanés. Para ello, se trazan objetivos específicos que incluyen reflexionar sobre conceptos fundamentales como el Estado, la pacificación y el legado colonial, así como seguir el proceso histórico de formación de Sudán del Sur. La metodología adoptada es cualitativa, utilizando un enfoque analítico que combina una revisión bibliográfica, un análisis documental y un estudio de caso. La investigación examina la fragmentación de las Fuerzas Armadas y la presencia de actores armados locales, regionales e internacionales, como las fuerzas de la ONU y las empresas privadas de seguridad, que han actuado en diversos ámbitos, entre ellos la reforma de las Fuerzas Armadas y el sector educativo, siendo el sector educativo un punto clave en la argumentación del mantenimiento de la pacificación para esta tesis. Los resultados muestran que la construcción del Estado en Sudán del Sur está marcada por una compleja interacción entre la necesidad de pacificación y la influencia de los actores armados, reflejando la lógica de un Estado moderno que busca alinearse con los intereses hegemónicos del sistema internacional. La investigación concluye que la militarización y la violencia son fenómenos centrales para el funcionamiento del capitalismo en la región, destacando, al criticar el esencialismo estatal en las Relaciones Internacionales, la fragilidad del proceso de construcción del Estado.

Palabras clave: Sudán del Sur; pacificación; legado colonial; construcción del Estado; múltiples actores armados.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOTA	African Contingency Operations Training and Assistance
AFRICOM	United States African Command
BM	Banco Mundial
CCR	Conselho do Comando Revolucionário
CIA	Central Intelligence Agency
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CIVIC	Center for Civilians in Conflict
CJTF-HoA	Combined Joint Task Force-Horn of Africa
CNPC	China National Petroleum Corporation
CPA	Comprehensive Peace Agreement
DPOC	Dar Petroleum Operating Company
DUP	Democratic Unionist Party
EARF	East African Response Forces
ECRP	Enhancing Community Resilience and Local Governance Project
EMP	Empresa Militar Privada
EPRDF	Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front
FBI	Federal Bureau of Investigation
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAO	Government Accountability Office
GNPOC	Greater Nile Petroleum Operating Company
GoS	Government of Sudan
GoSS	Government of South Sudan
HRW	Human's Right Watch
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
ISOA	International Security Organization Association
JAM	Joint Assessment Mission
JDT	Joint Donors Team
JEM	Justice and Equality Movement
LRA	Lord's Resistance Army
MDTF	Multi-Donors Trust Fund
NCP	National Congress Party

NDA	Aliança Democrática Nacional
NIF	National Islamic Front
NSCC	New Sudan Council of Churches
NUP	National Umma Party
ONU	Organização das Nações Unidas
OSAC	Overseas Security Advisory Council
PCP	Popular Congress Party
PDF	People's Defense Forces
PoCs	Protection of Civilians Sites
QIP	Quick Impact Project
R-ARCSS	Revitalized Agreement and the Peace Process
SAF	Forças Armadas Sudanesas
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SPLM/A	Movimento/Exército de Libertação Popular do Sudão
SPLA-IO	Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição
SSDF	South Sudan Defense Forces
SSIM/A	South Sudan Independence Movement/Army
SSLF	South Sudan Liberation Movement
SSMCB	South Sudan Macroeconomic Capacity Building
SSNPS	South Sudanese National Police Service
SSPDF	South Sudanese People's Defense Forces
SSSNP	South Sudan Safety Net Project
UA	União Africana
USAP	United Sudan African Parties
SSU	União Socialista Sudanesa
UNMIS	Missão das Nações Unidas para o Sudão
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UnPOL	United Nations Police
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VSS	Veterans Security Services

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E REVISÃO DE LITERATURA	20
3	ESTADO, PACIFICAÇÃO E O LEGADO COLONIAL: reflexões acerca das estruturas e dinâmicas de poder para o Sul Global das Relações Internacionais	37
3.1.	O Estado e as Relações Internacionais	40
3.1.1.	O legado colonial para a constituição dos Estados africanos pós-independência	46
3.2.	Pacificação: desenvolvimento do conceito	51
3.2.1.	Educação enquanto mecanismo de pacificação	60
4.	FERRAMENTAL METODOLÓGICO	64
5.	UM BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO SUDÃO/SUDÃO DO SUL	68
5.1	O grande Sudão sob administração da coroa britânica 1899–1956	69
5.1.1	Uma breve exposição do território pré-presença colonial	70
5.2.	A primeira Guerra Civil Sudanesa	85
5.3.	O governo Nimeiry e relativa paz (1972 – 1983)	88
5.4.	Segunda guerra civil e formação do SPLM/SPLA (1983 – 1989)	92
5.4.1.	A fragmentação sulina pré e durante a segunda guerra civil sudanesa	94
5.5.	O fim do governo Nimeiry e o retorno da velha política sudanesa	95
5.6	O primeiro governo de Omar al-Bashir (1989 – 1999)	101
5.7.	A segunda parte do governo de Omar al-Bashir (1999 – 2005)	105
5.8.	O envolvimento externo, regional e internacional, nas duas guerras civis do Sudão/Sudão do Sul	108
5.9	A educação para o Sudão do Sul: uma breve exposição desde os tempos coloniais até a independência	111
5.10.	Considerações acerca do processo formador do Sudão e Sudão do Sul	113
6.	CONSTRUINDO UM ESTADO: o emprego da força militar e econômica internacionais na fabricação do Sudão do Sul	118

6.1.	A tentativa de manutenção de um só Sudão: o período entre o CPA e o Referendo (2005–2011)	119
6.2.	A presença do Mercado Internacional na construção do Sudão do Sul	121
6.2.1.	<i>A Joint Assessment Mission</i> para o Sudão do Sul	122
6.2.2.	O <i>South Sudan Macroeconomic Capacity Building</i> e o Sudão do Sul: um seguidor fiel das políticas de morte do Estado	124
6.2.3.	<i>A Strategic Framework for South Sudan</i> : O USAID no Sudão do Sul	125
6.2.4.	A presença chinesa no Sudão do Sul	126
6.3.	O arcabouço securitário-militar internacional no Sudão do Sul: A UNMISS, o US Army e a presença de Empresas Militares Privadas	128
6.3.1.	O estabelecimento da Missão das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS)	129
6.3.1.1.	Acessando o braço policial da UNMISS: a atuação da UNPOL no Sudão do Sul.	131
6.3.1.2.	Os projetos educacionais da UNMISS e a iniciativa <i>Back to Learning</i>	133
6.3.2.	<i>Combined Joint Task Forces — Horn of Africa</i> : as forças armadas estadunidenses no Sudão do Sul	134
6.3.3.	A presença das Empresas Militares Privadas no Sudão do Sul	135
7.	UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL DA MULTIPLICIDADE ARMADA PRESENTE NA CONSTRUÇÃO DO SUDÃO DO SUL	141
7.1	O SPLA: de movimento de libertação a aparelho repressivo do Estado, sua fragmentação e as discussões sobre a (má) construção de hegemonia	142
7.2.	Intervenção Externa: A Dinâmica das Potências Regionais, o IGAD, a UNMISS e os EUA na construção do Sudão do Sul	150
7.3.	Empresas Militares Privadas: mercadores de violência e o interesse corporativo para além do operacional	154
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	162

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca da construção de Estado não é algo necessariamente novo (Sisk, 2013; Paris; Sisk, 2008). Abordar as várias facetas sobre a manutenção e a construção de um Estado é assunto contemporâneo e possui literatura compatível com seu grau de relevância à política internacional (Egnell; Haldén, 2013). Pensar a construção do Estado do Sudão do Sul não escapa dessa pluralidade, ainda que o tema invariavelmente retome questões sobre Estado falido (Day, 2022), divisões étnico-religiosas (Idris, 2024) e a perpetuação de elites militares no governo do país (Roach; Hudson, 2018; Zambakari, 2016).

Nosso objetivo com esta pesquisa é explorar a presença de múltiplos agentes armados — locais, regionais e internacionais — na construção do Estado do Sudão do Sul. No período entre 2011 e 2020, o país presenciou a fragmentação de suas Forças Armadas em guerra civil; capacetes azuis e policiais da ONU e da IGAD, forças armadas de países como Estados Unidos e China, além de empresas militares e de segurança privadas dos Estados Unidos, Rússia e China atuaram em assuntos operacionais durante o conflito e em temas de construção do Estado sul-sudanês, como a reforma das Forças Armadas, o setor de justiça e do setor energético do país. Dado o anteposto, perguntamos: quais fenômenos possibilitam explicar o protagonismo de múltiplos atores armados na construção do Estado do Sudão do Sul (2011–2020)?

O argumento que defendemos nesta tese é de que os fenômenos que autorizam a multiplicidade armada no centro da construção do Sudão do Sul é a lógica de pacificação pensada juntamente com o legado colonial do país. Com isso, consideramos haver um ímpeto externo de construir uma ordem naquele território que seja interessante ao hegemon da ordem internacional, ordem esta que é ao mesmo tempo conservadora, no sentido de preservar a perpetuação do status quo hegemônico, e expansionista, no sentido de considerar a ubiquidade do capitalismo enquanto forma de produção econômica e reprodução da vida social. Isso se faz possível por meio da consolidação de um Estado moderno que reflita os valores liberais, o regime democrático de direito, a busca por lucro, a lógica de privatizações, o Estado mínimo e a commoditização da segurança.

Soma-se a isso ao fato do Sudão do Sul ser um Estado pós-colonial e periférico do Sistema Internacional. É fundamental qualificarmos o processo de pacificação que ocorre na periferia do Sistema Internacional, sobremaneira nos Estados africanos que tiveram sua independência durante o século XX e XXI, pois algumas características serão distintas dos processos de pacificação que ocorreram na Europa. Isso porque, o impacto e legado do colonialismo afeta de maneira diferente colonizadores e colonizados, apesar de ser

extremamente relevante e crítico para uma boa análise, também, estudar o fenômeno do colonialismo para os colonizadores.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender os fenômenos que possibilitaram o protagonismo de agentes da violência na construção do Sudão do Sul entre 2011 e 2020. Para atingir tal propósito, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Refletir acerca dos conceitos basilares da pesquisa: Estado, pacificação e o legado colonial para o Sudão do Sul;
- 2) Acompanhar o processo histórico de construção do espaço sul-sudanês, da colonização até os conflitos com o Sudão e a consequente formação do seu Estado próprio;
- 3) Analisar os planos de ação, os projetos de investimentos do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI); e
- 4) Revisar e interpretar as atividades dos entes armados presentes no Sudão do Sul na execução desses projetos.

Metodologicamente, nosso estudo pode ser definido como um estudo de caso a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Em adição ao estudo de caso e o materialismo histórico-dialético, em termos procedimentais e ferramentais da pesquisa, empregaremos o process tracing por sua utilidade em analisar fenômenos complexos, situados historicamente, cujas explicações demandam a articulação de diferentes fatores, como os estruturais, institucionais, sociais, dentre outros (Bennett e Checkel, 2015). Para o caso do Sudão do Sul, analisaremos as condições herdadas do legado colonial, especialmente o militarismo perpetuado na sociedade sul-sudanesa, a imposição do Estado enquanto unidade organizadora da vida e (re)produção sociais, os projetos de formação do Estado sul-sudanês escritos e impostos pelas organizações financeiras internacionais e a articulação de agentes militares na execução de tais projetos.

A análise empírica executada durante esta pesquisa nos fornece sustentação da hipótese aventada. Em primeiro lugar, por analisar o percurso histórico que derrocou na formação do Sudão do Sul e na fragmentação do mesmo no pós-independência. Ao fazê-lo, compreendemos como as elites nacionais são as elites militares e que elas se entendem como legítimas para o exercício do poder, ao mesmo tempo que essas elites veiculam a necessidade do Estado para o sistema global do capital como os agentes pertinentes para a sua salvaguarda. Em segundo lugar, os projetos de construção estatal impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) estabelecem uma ordem local específica que cria condições para a acumulação originária, processo apontado pelo conceito de pacificação trazido nesta pesquisa. Em terceiro lugar, a relevância encontrada nos projetos de construção do Estado do Sudão do

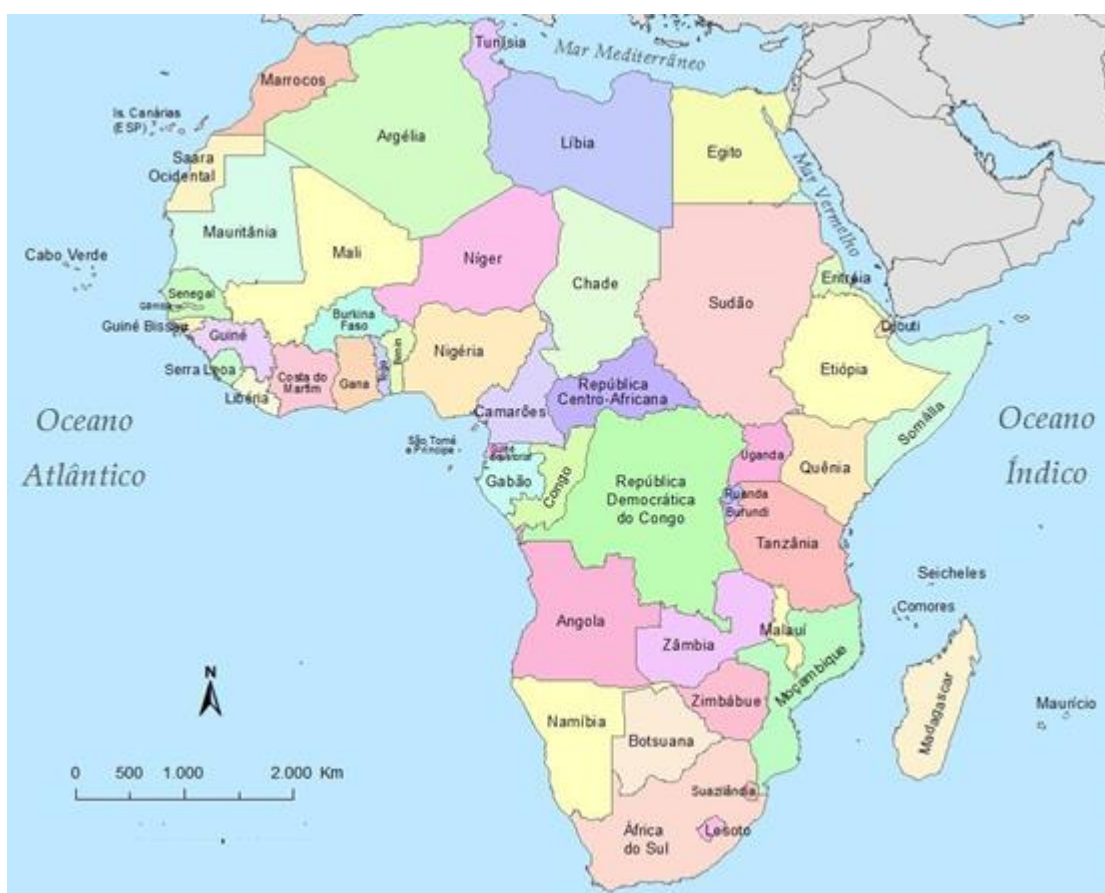
Sul por iniciativas educacionais — que estão presentes e que são executados desde a experiência colonial até os dias atuais — tem por finalidade moldar a subjetividade dos indivíduos locais e organizar aquela sociedade para um tipo específico de formação social voltada ao produtivismo que é positivo para o capitalismo. Por fim, ao analisar a presença múltipla de agentes militares no país para dar cabo dos processos de construção estatal antepostos, entendemos como ocorre, no terreno, o encontro da necessidade de um Estado à periferia do sistema internacional e uma sociedade que possui uma marca militarista distinta: segurança e violência são fenômenos essenciais para o bom funcionamento do capitalismo.

Esta tese se organiza em 6 capítulos para além desta introdução e considerações finais. Após a introdução, apresentamos uma breve revisão de literatura e o tema: o Estado do Sudão do Sul, seu legado colonial, questões da pacificação e o Estado em geral. O capítulo seguinte foca no enquadramento teórico da tese. Na sequência, apresentamos a metodologia utilizada e explicitamos os procedimentos de pesquisa. No capítulo 4 escrutinamos a história de formação do Sudão do Sul e no capítulo 5 apresentamos os projetos de construção daquele país pós-independência e os múltiplos atores armados envolvidos nela. Finalizamos com a defesa da tese à luz do debate teórico e dos dados apresentados nos capítulos anteriores.

2. APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E REVISÃO DE LITERATURA

Em 1 de janeiro de 1956, o Sudão tornou-se independente da coadministração de Egito e Reino Unido. À época, conforme mostra o mapa abaixo, representava o maior país do continente africano. Um ano antes, em 1955, já havia iniciado a primeira guerra civil sudanesa, conflito entre as populações do Norte e do Sul do país, no qual o Sul questionava as determinações da independência, sobretudo no que diz respeito à autonomia e à capacidade de governar aquele território (Mamdani, 2009).

Mapa 1 — O Sudão Unificado



Fonte: French, 2019

A primeira guerra civil sudanesa terminou em 1972, com a assinatura do Tratado de Adis Abeba, quando o Sul se tornou região autônoma. A conquista do Sul não representou uma estabilidade, já que se encontrava ainda fragilizado pelo processo de independência e pela guerra civil. Em 1983, o então presidente sudanês, Gaafar Nimeiry (1969–1985), cedeu às pressões da elite econômica da capital Cartum, descumpriu o Tratado de Adis Abeba, retirou as prerrogativas de gestão do Sul e impôs a Sharia a todo o território. Na tentativa de se manter

no cargo da Presidência, acabou derrocando a segunda guerra civil sudanesa (De Waal; Flint, 2005).

Em 9 de janeiro de 2005, o governo sudanês e o Movimento/Exército de Liberação Popular do Sudão (SPLM/A) assinaram um acordo de paz que findou o conflito civil do país. O acordo colocou o país em um caminho de reconstrução liberal capitaneado pelas forças das elites financeira e política internacionais. O Comprehensive Peace Agreement (CPA) foi baseado em um período de transição de seis anos, depois do qual o Sul faria um referendo determinando seu destino, sendo as opções ser parte de um Sudão unificado ou um país independente (Johnson, 2012).

Em 9 de julho de 2011, o referendo deu vitória à opção de secessão, formando, assim, a República do Sudão do Sul. O mapa 2, abaixo, mostra como ficou os Estados do Sudão e do Sudão do Sul. Salva Kiir Mayadit tornou-se presidente e Riek Machar seu vice. Depois da secessão com o Norte, o SPLM/A teve grandes dificuldades de encontrar coesão, tendo em vista que seu motivo aglutinador, a guerra civil, havia sido superado. Em julho de 2013, Salva Kiir acusou Riek Machar de tentativa de golpe e, por conta dessa alegação, destituiu Machar do cargo, além de trocar todo o corpo militar de alta patente do Sudão do Sul. Machar, então, organizou os militares destituídos e formou o Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição (da sigla em inglês SPLA-IO) para lutar contra Kiir. (Wambugu, 2021).



Fonte: Google Images, 2025.

De 2013 até 2018, o conflito civil no Sudão do Sul teve avanços e recuos. Desse período, é relevante apresentar que, em 2014, Kiir e Machar abriram negociações para um cessar-fogo que foram malsucedidas; retomaram novamente em outubro do mesmo ano, mas, somente em

2016, Machar foi restituído como vice-presidente do Sudão do Sul. Em 2018, Salva Kiir e Riek Machar negociaram o Revitalized Agreement and the Peace Process (R-ARCSS) e, em 2020, ambos anunciaram o R-ARCSS, cujo propósito é o de formação da unidade nacional sul-sudanesa, o que estabeleceu um governo de coalizão e colocou fim, ao menos formalmente, ao conflito no país (Wambugu, 2021).

Todo o desenvolvimento da violência no Sudão do Sul não passou despercebido pelos atores internacionais: Organizações Internacionais, Estados, organizações não-governamentais, empresas de variada natureza (militar, energética, engenharia civil, etc.). Da diversa gama de atores que estão ou estiveram presentes no Sudão do Sul, chama atenção a multiplicidade dos atores armados que estão ou se fizeram presentes naquele território.

Contudo, antes de adentrarmos na presença financeira e militar externa na construção do Sudão do Sul, é importante que tenhamos alguns dados sobre o país. A República do Sudão do Sul é uma democracia representativa e sua forma de governo é presidencialista. Em conformidade com o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS), existem cinco vice-presidentes. Cada um preside um grupo ministerial específico: governança, economia, serviços, infraestrutura e jovens e mulheres. Existe também um ministério para os assuntos ministeriais (R-ARCSS, 2020).

Tendo Juba como capital, o país possui 10 estados, duas áreas administrativas e uma área com status administrativo especial. Estes se agrupam, ainda, nas três antigas províncias históricas do Sudão unificado: Bar-El-Gazal, Equatória e Grande Nilo Superior. Os estados são: Bar-El-Gazal do Norte, Bar-El-Gazal Ocidental, Lagos, Uarabe, Equatória Ocidental, Equatória Central, Equatória Oriental, Juncáli, Unidade e Alto Nilo; as áreas administrativas são a área de Ruengue e Área de Granda Pibor; e a área de status administrativo especial é a Área de Abiei. Cada estado é chefiado por um governador e as áreas administrativas são lideradas por administradores-chefes. A região administrativa especial é um enclave entre o Sudão e o Sudão do Sul e se deve ao acordo de paz de 2005 que previa um estatuto especial para a região por conta de suas capacidades petrolíferas, palco de intensa disputas quando da negociação do CPA (R-ARCSS, 2020). O mapa abaixo explicita a distribuição político-administrativa do Sudão do Sul.

Mapa 3 — As divisões político-administrativas do Sudão do Sul



Fonte: Governo do Sudão do Sul (<https://mofaic.gov.ss/>), acesso em: janeiro de 2025.

De acordo com a Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, em 2024, sua população gira em torno dos 12 milhões de habitantes. É uma população marcadamente jovem, tendo média de idade de aproximadamente 18 anos. Menos de 30% dessa população ocupa áreas urbanas e, de acordo com o Banco Mundial, mais de 90% experienciam alguma forma aguda de pobreza. Cerca de 82% da população sul-sudanesa vive abaixo da linha da pobreza, fazendo do país o número um do ranking dessa categoria no Banco Mundial (Banco, 2016)

Seu território possui extensão de aproximadamente 644 mil km², não possui acesso ao mar, está localizado no nordeste da África, mais especificamente na região do Chifre da África. Tem como limites fronteiriços o Sudão ao norte, a Etiópia a leste, o Quênia, Uganda e República Democrática do Congo ao sul e a República Centro-Africana a oeste.

A economia do Sudão do Sul é predominantemente uma economia baseada no petróleo. Ele representa mais da metade do produto interno bruto (PIB), 95% das exportações e cerca de 90% das receitas públicas. Durante a guerra civil sul-sudanesa, o declínio da produção de petróleo, a queda dos preços do petróleo e o rápido aumento da inflação levaram a uma grave deterioração da situação econômica do país. O acordo de paz assinado em setembro de 2018 e o cessar-fogo melhoraram as possibilidades de recuperação econômica. Inicialmente, a produção de petróleo começou a aumentar novamente após estas medidas. No entanto, esta

evolução foi afetada pela queda global dos preços do petróleo, além da pandemia do COVID-19 e a guerra russo-ucraniana.

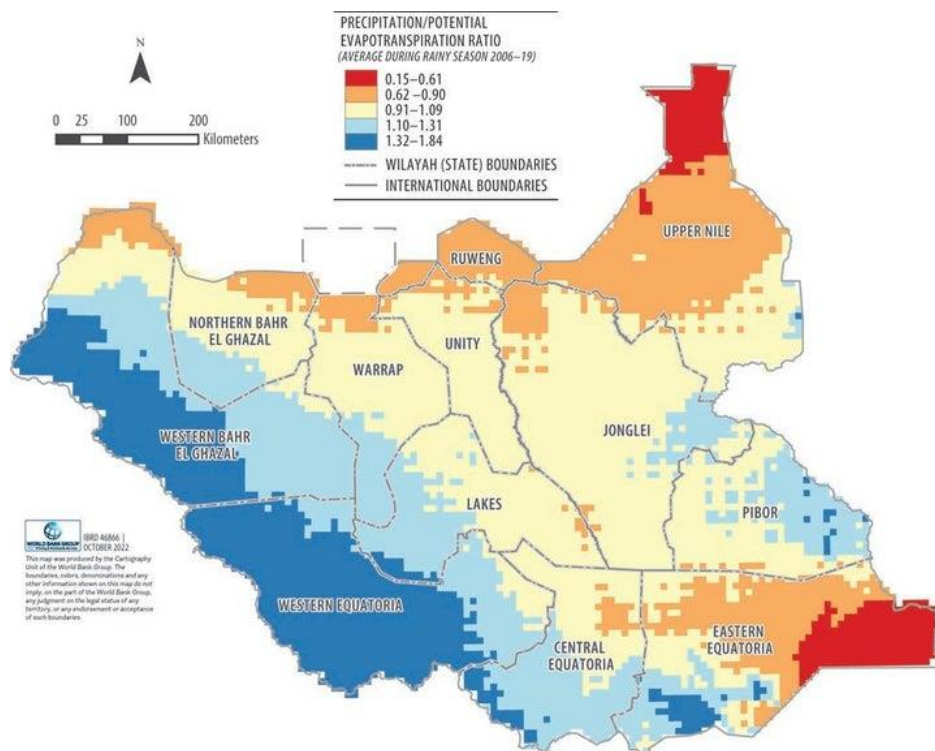
Mapa 3 — Recursos petrolíferos do Sudão do Sul



Fonte: African Energy, 2023 (<https://encurtador.com.br/DDAoS>)

Outro recurso extremamente estratégico para o Sudão do Sul é a água. O Nilo Branco corre de sul para norte formando a maior zona húmida de África, o Sudd, apoiado por uma rede substancial de grandes afluentes. O Sudão do Sul é membro da Comunidade de Países da África Oriental, muitos dos quais formam os países do sul da bacia do Nilo, o que o torna um novo ator central nas negociações sobre o Nilo. O sistema fluvial da bacia hidrográfica do Nilo/Congo proporciona o solo mais fértil do país, com potencial agrário relevante para a região. Os mapas abaixo ilustram a distribuição dos recursos hídricos no território do país.

Mapa 6 — Segurança hídrica do Sudão do Sul



Fonte: Borgomeo, Chase, Godoy, Kwadwo, 2023

Quando falamos sobre a presença de instituições financeiras internacionais para a construção do país, é relevante pontuar que existe um relacionamento próximo entre o BM e o FMI com a Organização das Nações Unidas (ONU) no Sudão do Sul. Essas instituições em associação com a ONU são importantes para análise pois, junto do montante monetário, existe uma demanda por um modelo de formação e desenvolvimento econômico dos Estados periféricos e em situação de pós-conflito. Por seu turno, os entes armados (empresas militares privadas, soldados estatais, capacetes azuis e policiais da ONU) formam o tripé fundamental para a consolidação de um Estado que reflita os interesses da ordem internacional.

Em 2014, os diretores executivos do BM aprovaram o montante de 44 milhões de dólares para cuidados de saúde e combate à fome aos afetados pelo conflito (World Bank, 2014). Já para 2018–19, o Banco desenvolveu um plano de engajamento no país que versava sobre a necessidade de fortalecimento das instituições locais e a construção de resiliência na população (World Bank, 2017). Dado o momento de instabilidade entre as lideranças nacionais, tal projeto foi prorrogado para o biênio 2020–21. Em 2020, então, foi criado o South Sudan Enhancing Community Resilience and Local Governance Project (ECRP) (World Bank, 2020a). Além do ECRP, o Banco criou o South Sudan Safety Net Project (SSSNP), rede criada para o fortalecimento de obras públicas, apoio à renda das famílias vulneráveis e fortalecimento do comércio local (World Bank, 2020b).

Já sobre o FMI, é importante trazer as recomendações da instituição ao país em 2016. Nelas, o Fundo advogava pela necessidade de privatização das fontes de petróleo do país, o imperativo de ajuste e redução dos gastos públicos e a urgência de estabilidade política e securitária no país para possibilitar o investimento externo (IMF, 2016). Em 2019, a mesa executiva lançou suas conclusões em relação ao andamento das recomendações do Fundo para que o país seja elegível para investimentos: nessa consulta, o Fundo parabenizou as ações econômicas do país, mas asseverou a necessidade de se criar estabilidade política (IMF, 2019). Por fim, e em razão da pandemia do COVID-19, o Fundo liberou, em 2020, 52.3 milhões de dólares ao Sudão do Sul, com a finalidade de impedir o recuo das medidas governamentais de liberalização da economia (IMF, 2020).

Sobre a presença militar privada no Sudão do Sul, é interessante pontuar que houve atuação em duas dimensões. A primeira dimensão está no campo institucional e doutrinário, de transformar o que era um exército em guerra civil, agora, em Forças Armadas nacionais. Para tal, empresas gigantes internacionais, tais como a DynCorp e a Pacific Architects and Engineers (PAE) auxiliaram na transição. Além disso, era necessário formar um corpo policial sul-sudanês, este formado, treinado e doutrinado pela Polícia das Nações Unidas (UNPol) sob mandato da Missão de Paz do Sudão do Sul (UNMISS). Já a segunda dimensão está no campo, efetivo, da ação militar no terreno. Para essa dimensão, foi possível encontrar duas empresas locais, criadas a partir da conexão com o setor privado internacional, nomeadamente Warrior Security e Veterans Security Services (VSS) (Portada III, Riley, Gambone, 2014).

Adicionalmente à presença da força privada, as Forças Armadas estadunidenses também estiveram presentes no país. No relatório publicado em razão dos dez anos de existência do United States African Command (AFRICOM), em 2019, o AFRICOM informou a presença militar no Sudão do Sul por meio da East African Response Forces (EARF), African Contingency Operations Training and Assistance (ACOTA) e o Combined Joint Task Force-Horn of Africa (CJTF-HOA). Dentre as atividades mencionadas no relatório, destaca-se inteligência, vigilância e reconhecimento, assim como mobilidade e apoio médico de recuperação de pessoal (United, 2019).

Por mais que, atualmente, os Estados Unidos tenham se retirado militarmente do país, o histórico da missão diplomática dos EUA no Sudão do Sul tem alguns objetivos declarados que são importantes para essa pesquisa. Servem de exemplo o desenvolvimento das instituições democráticas, que reflitam e estabeleçam os valores estadunidenses no Sudão do Sul, a promoção do livre-mercado e de iniciativas para o estabelecimento de conexões entre o empresariado estadunidense e as potencialidades sul-sudanesas (Integrated Country, 2020).

Por fim, a ONU está no Sudão do Sul desde o nascimento do país, por meio da UNMISS, criada a partir da Resolução 1996 do seu Conselho de Segurança, em 8 de julho de 2011 (um dia antes da independência do Sudão do Sul), cujo objetivo fundamental era o de auxiliar e observar o cumprimento das determinações estipuladas no CPA, porém sem a prerrogativa do uso da força (Security Council, 2011). Com a complexidade e níveis de violência atingidas na guerra civil de 2013, a UNMISS foi fortalecida por meio da Resolução 2155 do Conselho de Segurança, a fim de que se autorize o uso da força. Esta foi celebrada para assegurar a proteção de civis e criar as condições de estabilidade e desenvolvimento democrático do Sudão do Sul (Security Council, 2014).

Sobre a proteção de civis, é interessante pontuar a criação dos Locais de Proteção de Civis (Protection of Civilians Sites — PoCs), em 2013, a fim de dar conta dos diversos deslocados internos que buscaram proteção nas bases da UNMISS. Dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) mostram que o número de indivíduos que buscaram as PoCs ultrapassou 200 mil em 2016 (Lijn, 2017). É interessante pontuar que as PoCs eram policiadas internamente pela UNPol e coordenadas pela missão de paz, mas que, com o tempo, tanto o policiamento interno quanto o comando passaria para autoridades sudanesas.

Dada a alta quantidade de atores armados presentes no Sudão do Sul, era necessária coordenação entre eles. Dessa forma, a ONU, conjuntamente ao governo de Salva Kiir e à União Africana (UA) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), elaborou diversos planos de ação, determinando qual seria o papel e o que competiria a cada um desses atores. Uma característica transversal às incumbências realizadas pelos diversos atores no Sudão do Sul que salta aos olhos é a sobreposição de funções e execução das atividades no terreno, isto é, houve um alargamento das funções dos atores no terreno que se diferencia das atribuições presentes nos planos de ação, como pode ser percebido nos relatórios expedidos pela UNMISS.

Inserida sob a gramática de proatividade e eficiência, a sobreposição momentânea das funções de um ator em decorrência de uma situação, segundo o relatório, é interpretado como positivo e algo que deve ser encorajado (Unmiss, 2018). Tal alargamento e interpretação também se vê em declaração de atividades do General do Corpo de Fuzileiros Navais Thomas D. Waldhauser (Statement Of, 2019) e pelas revistas de prestação de contas de algumas EMPs (South Sudan, 2016). Adicionalmente, levando em consideração as datas de publicação dos relatórios, é possível postular que esse tipo de fenômeno se apresenta como norma, não tanto como excepcionalidade.

Diante da missão de paz estabelecida no Sudão do Sul, os planos de ação para reconstrução do Sudão do Sul por parte dos organismos financeiros internacionais, a ampla presença, sobreposição e o alargamento de atividades dos diversos atores armados presentes no país, questiona-se: quais fenômenos possibilitam explicar o protagonismo de múltiplos atores armados na construção do Estado do Sudão do Sul (2011–2020)?

Primeiramente, pudemos notar que os múltiplos atores armados atuam no Sudão do Sul em três níveis: (1) contendo hostilidades entre os movimentos de oposição ao governo e as forças governamentais; (2) mediando o processo de negociação de paz entre as elites sul-sudanesas; e (3) participando das reformas institucionais do país (política, militar, policial, judiciária e educacional). Essa tripla jornada dos entes armados no Sudão do Sul torna complexa a missão no país, o que acarreta a sobreposição das funções e o alargamento da agenda de cada um dos atores.

O argumento que defenderemos nesta tese é de que os fenômenos que autorizam a multiplicidade armada no centro da construção do Sudão do Sul é a lógica de pacificação pensada conjuntamente ao legado colonial do país. Com isso, significamos que existe um ímpeto externo de construir uma ordem naquele território que seja interessante aos hegemonos da ordem internacional vigente, seja ela a perpetuação do próprio status quo hegemônico e/ou da ubiquidade do capitalismo enquanto forma de produção econômica e reprodução da vida social. Isso se daria por meio da consolidação de um Estado moderno que reflete os valores liberais, o regime democrático de direito, a busca por lucro, a lógica de privatizações, o Estado mínimo e a commoditização da segurança.

Soma-se a isso ao fato do Sudão do Sul ser um Estado pós-colonial e periférico do Sistema Internacional. É fundamental qualificarmos o processo de pacificação que ocorre na periferia do Sistema Internacional, sobretudo nos Estados africanos que tiveram sua independência durante o século XX e XXI pois algumas características serão distintas dos processos de pacificação que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos. Isso porque, apesar de ser extremamente relevante e crítico para uma boa análise o fenômeno do colonialismo para os colonizadores, o impacto e legado do colonialismo afeta de maneira diferente colonizadores e colonizados.

Nesse sentido, Mahmood Mamdani (2018) oferece uma análise incisiva sobre como o colonialismo moldou elites militares nos Estados africanos pós-conflito, destacando que a militarização do poder político, entre outras coisas, foi uma das principais heranças das estruturas coloniais. Durante o domínio colonial, o governo indireto (especialmente praticado pelos ingleses) foi amplamente utilizado, dividindo as populações entre cidadãos urbanos,

governados diretamente pela administração colonial, e sujeitos rurais, controlados por chefes "tradicionais" cooptados pelo poder colonial. Esse modelo fragmentou as sociedades africanas, institucionalizando hierarquias e reforçando divisões que persistiram na era pós-independência. Paralelamente, o colonialismo dependia fortemente de forças armadas locais para consolidar o domínio, recrutando soldados de grupos específicos percebidos como mais "leais" ou menos ameaçadores ao controle europeu. Essas escolhas introduziram divisões nos exércitos coloniais e criaram uma cultura de violência como ferramenta essencial de governança.

Quando as lutas pela independência eclodiram, os movimentos de libertação frequentemente se organizaram em torno de estruturas militarizadas. Embora prometessem transformação social e política, essas lutas, trazendo neste momento, também, o pensamento de Frantz Fanon (2021), muitas vezes perpetuaram a centralidade da violência e das Forças Armadas como base de poder, priorizando estratégias militares sobre a construção de instituições civis inclusivas. Após a independência, os novos Estados herdaram exércitos fragmentados, enquanto as elites políticas, em vez de reformar essas estruturas, consolidaram o poder por meio delas. Essa continuidade garantiu que a militarização permanecesse central na governança, com exércitos se tornando instrumentos de repressão interna e controle político, além de posicionar entes armados no centro de gravidade para a vida pública desse Estado (como no caso da reconstrução, em particular o Sudão do Sul de construção, pós-conflito).

Além disso, a dependência de apoio externo, especialmente durante a Guerra Fria, reforçou a posição das elites militares. Potências estrangeiras financiaram e armaram governos e movimentos militares, muitas vezes exacerbando divisões internas e consolidando a posição das forças armadas como árbitros centrais do poder. A transição para economias neoliberais no final do século XX trouxe novos desafios, incluindo a privatização da segurança, com empresas militares privadas atuando ao lado ou no lugar de exércitos nacionais. Nesse contexto, as elites militares passaram a desempenhar um papel intermediário, conectando o poder estatal aos interesses econômicos globais, muitas vezes explorando recursos naturais em economias de guerra para financiar conflitos ou enriquecer pessoalmente.

O legado dessa militarização é profundo. Muitos Estados africanos pós-independência enfrentaram golpes militares recorrentes, alimentados pela ausência de controle civil sobre as forças armadas e pela centralização autoritária do poder. Soma-se isso ao fato de as elites militares frequentemente instrumentalizarem divisões étnicas e regionais para manter sua posição de autoridade.

Por meio da combinação entre esses dois autores, é possível entender que esses atores armados se comportam como aparelhos de construção e manutenção de uma hegemonia,

dominação e imperialismo contemporâneo ocidental no e para o Sudão do Sul, que outrora foi iniciado pela presença colonizadora inglesa e, particularmente no nosso tempo, continuada pelos Estados Unidos. O processo de pacificação (iniciado ainda na colonização) se dá por meio de um tripé fundamental: explorar, expropriar e reificar a segurança. Na esteira desse tripé, um jogo dual entre coerção e consenso também se faz pivotal à fabricação de uma ordem social imposta de fora para dentro. No caso da construção de um Estado africano pós-colonial como o Sudão do Sul, é fulcral que se inclua os agentes de violência (soldados nacionais, capacetes azuis e empresas militares privadas), o militarismo e a reificação da segurança — como produto do relacionamento entre o militarismo e o capitalismo para o Sul Global a partir dos anos 1990 — enquanto forças motrizes, agentes legítimos e operadores da segurança e do capitalismo internacional para aquele território.

Mas, afinal de contas, o que queremos dizer quando falamos de pacificação? Compreendendo o conceito à maneira que é trabalhado por um grupo de pesquisadores críticos de segurança, o que inclui nomes como Mark Neocleous, George Rigakos, Tyler Wall, Aaron Henry, Patrice LeClec etc., vemos que se trata de um recurso de poder utilizado pelo hegemon para estender e manter os seus domínios com o intuito de construir uma ordem social estável e segura que lhe possibilite a acumulação de capital. Recorrendo à estratégia da conquista de corações e mentes, as elites do centro capitalista usariam do seu aparato militar (forças intergovernamentais, forças estatais e forças privadas) com o objetivo de criar um ambiente estável para se fazer negócios.

É importante asseverar, entretanto, que o processo de estabilização não significa necessariamente a estabilização das sociedades pacificadas ou em paz para as sociedades pós-conflito: estabiliza-se os mecanismos de/para acumulação originária. Isso traz como consequência que o próprio processo de pacificação já é, de ponto de partida, lucrativo. Neocleous (2011), ao afirmar que falar de pacificação também significar assegurar as inseguranças, nos revela que é lucrativo para o capitalismo não somente o conflito, mas também uma sociedade insegura enquanto *modus operandi*, que aceita a construção de inimigos e, portanto, o seu constante policiamento.

Unindo o conceito neocleousiano de pacificação com o pensamento de Mahmood Mamdani (2018) sobre a realidade pós-colonial de formação de um Estado moderno (liberal e securitário), para além da consequente legitimidade da existência e ação policial, também temos a aceitação das elites militares presentes, influentes e atuantes na vida pública civil do Sudão do Sul.

Mahmood Mamdani (2018) e Mark Neocleous (2011) compartilham perspectivas que, embora partam de contextos diferentes, convergem na análise do papel do militarismo e da violência na consolidação e manutenção do poder estatal. Mamdani (2018), ao estudar os Estados pós-coloniais na África, enfatiza como o colonialismo instituiu uma governança militarizada e segmentada, moldando a forma como o poder foi exercido após a independência. Neocleous, por sua vez, aborda o Estado moderno de uma perspectiva crítica, argumentando que ele não é apenas uma ferramenta de "manutenção da paz", mas uma máquina de pacificação cuja função é subjugar populações e consolidar o domínio do capital.

A conexão central entre ambos que nos importa reside na forma como enxergam a violência como um elemento estruturante do poder estatal. Mamdani (2018) analisa o legado do governo indireto colonial, onde as autoridades coloniais dividiram as populações em categorias como cidadãos e sujeitos, institucionalizando divisões étnicas e geográficas para facilitar o controle. A força militar era essencial nesse processo, garantindo a repressão de revoltas e a obediência das populações colonizadas. Esse modelo de governança militarizada não foi desmantelado após a independência; ao contrário, foi apropriado pelas elites pós-coloniais, que o adaptaram às suas necessidades, utilizando o poder militar para consolidar Estados centralizados e reprimir movimentos sociais que ameaçassem sua hegemonia.

Neocleous (2011) amplia essa análise ao argumentar que a pacificação não é apenas um episódio histórico, mas um processo contínuo intrínseco ao Estado moderno. Ele entende o Estado como uma entidade que utiliza a força militar e policial não apenas para resolver conflitos, mas para criar as condições necessárias para a reprodução do capitalismo. Sob essa ótica, a pacificação não é a ausência de conflito, mas a imposição violenta de uma ordem que serve aos interesses do capital. Essa visão ressoa com a análise de Mamdani (2018) sobre os Estados pós-independência, onde a militarização é empregada para integrar as populações e economias locais à lógica global do capitalismo, enquanto marginaliza qualquer forma de resistência.

Além disso, ambos os autores enxergam o militarismo como uma ferramenta para sustentar hierarquias sociais e econômicas. Mamdani (2018) mostra como os Estados pós-coloniais frequentemente replicaram as rivalidades étnicas e regionais fabricadas herdadas do colonialismo, instrumentalizando-as para legitimar o poder militar e deslegitimar movimentos de oposição. Neocleous (2011), por sua vez, destaca que o militarismo não é apenas uma resposta a crises, mas uma prática sistemática de controle que permite ao Estado organizar a sociedade de acordo com os interesses do capital. Nos Estados africanos pós-coloniais, isso se manifesta no uso de forças armadas para proteger economias de extração e reprimir populações

que exigem redistribuição econômica ou justiça social, reafirmando o papel da pacificação na manutenção do status quo capitalista.

Ao recuperar a trajetória histórica da pacificação, Neocleous (2000; 2008) nos informa que este conceito embasa um conjunto de práticas que tem por objetivo moldar o território de maneira que se possibilite a expansão do capitalismo. Rigakos (2016) avança essa teorização de pacificação ao interpretar o fenômeno a partir de um tripé fundamental: expropriar, explorar e comoditizar (reificar) a segurança. Esse tripé, segundo o autor, disciplinaria o indivíduo e o manteria produtivo (elemento-chave para compreendermos as formas capitalistas de acumulação). Processos educacionais também funcionariam nesse sentido. Aqui, pensar em elementos como a máxima de destruir para reconstruir, a lógica de cristalização perene de inimigos e a manutenção de inseguranças são relevantes para autorizar e legitimar práticas de exercício autoritário da força até que se conquiste o consentimento.

Neocleous (2011) tem buscado resgatar o conceito de pacificação como uma forma de poder utilizada pelo Estado e pelo capital internacional de ampliar e manter os seus domínios a fim de fabricar uma ordem social estável e segura que possibilite a acumulação de capital, enquanto mantém as condições de funcionamento do capitalismo neoliberal. Para o autor, o termo segurança é ilusório e alienante pois é o conceito fundamental mobilizado pela elite burguesa para acobertar a prática imperialista de exploração e acumulação. Faz sentido, aqui, trazer Marx quando assevera que a segurança é o conceito supremo da sociedade civil (Marx, 2023). Falaremos mais abaixo sobre como é pivotal para a pacificação a fetishização das commodities de segurança.

Em termos de práticas, o padrão de atuação dos agentes de violência pouco mudou na evolução da história humana. Um dos argumentos de Neocleous (2011) é que, no decorrer da história, aquilo que já se entendeu discursivamente como pacificação e que foi sendo reconceitualizada como colonização, conquista, contrainsurgência e operações de paz são bastante parecidos quando olhamos ao destino fim daquelas campanhas (construir uma ordem de produção econômica que se sustente) — e essa evolução conceitual e discursiva se deve à legitimidade que tal prática perde no passar do tempo. Nessa mesma esteira, também é verdade quando observamos o que nos traz Rigakos (2016) sobre expropriar, explorar e reificar a segurança. Veremos como a história do Sudão do Sul foi construída a partir de um processo de isolamento e expropriação pela coroa britânica e, na sequência, construiu uma diferenciação de indivíduos baseado em critérios exógenos àquela terra. O processo formador de identidades, atualmente interpretadas como rivais, foi um produto e herança colonial que tinha o objetivo de

isolar o sul (e mais tarde catequizá-los) e negociar formas de exploração com o norte, um pouco mais organizado, com exército e corpo político que se assemelhava ao europeu.

Os objetivos práticos no terreno, no entanto, pouco mudaram, tomando como ponto de partida que se tratava (e se trata) da expansão do capitalismo, do liberalismo enquanto lógica da ordem internacional e a manutenção da acumulação de capital. É essencial ressaltar, entretanto, que não se defende a manutenção das mesmas maneiras de atuação. O que se defende é que são produzidos novos mecanismos e novas tecnologias a fim de sustentar e assegurar os objetivos de expropriar, explorar e reificar.

Se a pacificação revela uma importante explicação para a construção do Sudão do Sul, é muito importante ressaltar que não interpretamos esses fenômenos de uma maneira simplista ou assumimos uma certa passividade dos locais quando observamos a pacificação do Sudão do Sul. É muito comum observarmos na literatura tradicional um hiperfoco e protagonismo das ações no curso da história a partir da Europa, fazendo dos agentes de outras localidades como meros expectadores, quando muito marionetes de um teatro europeu anterior. Nesse sentido, contribuições como as de Edgardo Lander e a colonialidade do saber fazem bastante sentido para esta pesquisa. Como sair dessa armadilha?

Uma resposta possível se encontra na faceta militar do conceito de hegemonia pensado por Gramsci, que aborda a questão sobre quais são os interesses de uma classe dominante, quais os meios para que aqueles sejam salvaguardados e de que maneira as elites internacionais abordam as elites locais. Hegemonia é pensada como um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma determinada classe social dominante sobre o restante da sociedade que se utiliza de uma combinação equilibrada entre força e consenso (Gruppi, 1978). Os destinos de um país, sua inserção na divisão internacional do trabalho e sua situação no sistema internacional, dependem essencialmente dos projetos, das escolhas, das estratégias de hegemonia construídas por suas classes dominantes. Ademais, Gilpin aponta que paz se equivale a uma estabilidade hegemônica, uma vez que ela é vigiada por um poder maior, que coordena a política mundial a partir da sua visão de mundo (Gilpin, 1981).

Entendendo que parte das premissas que definem uma grande potência contêm a “possibilidade de imprimir a atividade estatal uma direção autônoma, que influencie e repercuta sobre os outros Estados” (Gramsci, 2007, p. 55), forma-se um arranjo com outros países, grupos e instituições, cuja determinação é a de estender seus interesses para além de suas fronteiras (Gruppi, 1978). Dessa maneira, universaliza-se as visões de mundo particulares da classe dominante para os dominados, contribuindo para a manutenção de relações desiguais e de dependência (Cox, 2007).

Tomando como dado os Estados Unidos enquanto Estado hegemônico na ordem internacional vigente e dois de seus principais aparelhos de manutenção de hegemonia — o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, não nos escapa pormenorizar os valores e interesses da Pax Americanna. Atualmente, essa se traduz no neoliberalismo enquanto lógica política e econômica; e em termos de valores, isso significa a expansão da ideologia da democracia liberal, o adensamento da globalização corporativa e a salvaguarda da acumulação infinita de capital. Isso se translada para o fortalecimento das instituições financeiras globais, as operações de paz para a estabilização local e instauração do regime democrático e as reformas estatais que garantem o Estado mínimo e o investimento externo do centro na periferia.

Entende-se, aqui, portanto, que a classe dominante estadunidense busca, mediante a combinação entre o uso bélico dos atores armados, seus instrumentos diversos de investimento e suas contribuições nas reformas institucionais no Sudão do Sul, exercer práticas de domínio e direção por meio da conformação de instituições condizentes com os interesses e objetivos próprios, promovendo políticas econômicas que sejam favoráveis a essa mesma classe.

Assim, se a pacificação dá cabo de interpretar como os atores se comportam no Sudão do Sul, a hegemonia gramsciana e o legado colonial mamdaniano expõem por quais razões eles estão presentes no país. A primeira nos informa o uso tático da conquista de corações e mentes no terreno, para o estabelecimento do consentimento; enquanto as segundas informa, legitima e mantém um conjunto de valores e regras que subjuga a elite local, cooptando-a à lógica da ordem internacional. Dessa maneira, é possível supor que o processo de pacificação do Sudão do Sul feito pela ONU passa inegavelmente pela fundação de um Estado nacional. O trabalho de isolamento, expropriação e diferenciação iniciado pela coroa britânica durante a colonização deu as condições necessárias para que fizesse sentido o endosso de criação de um Estado independente no Sudão do Sul. Significamos com isso que a formação do Estado sul-sudanês é parte integrante de um processo maior de pacificação daquela região. Mais ainda, não se trata unicamente da criação de um Estado, mas um Estado que seja capaz de reforçar as inseguranças para dar vazão ao fetiche por commodities de segurança, ao mesmo tempo que torne evidente a necessidade de protagonismo da iniciativa privada para prover segurança, desenvolvimento e acumulação. Trata-se, por fim, de criar um Estado Falido.

Estado Frágil, Estado Falido e/ou Estado Colapsado é um conjunto de entendimentos que, aproximadamente, versam sobre a inabilidade, incapacidade ou indisposição de certos governos em implementar políticas de redução de desigualdades, sendo necessária a intervenção internacional para auxiliar a sociedade civil de países em situação de pós-conflito (Meagher, De Herdt, Titeca, 2014). Os Estados africanos, em especial aqueles assolados por

conflitos em sua história recente, são comumente colocados nessas categorias. Tal categorização e a necessidade de se preservar a vida e a dignidade dos indivíduos costumam ser as justificativas utilizadas para as diversas intervenções internacionais nos países do continente (Varela, 2011; Nwozor, 2018; Santos, 2019). Importante lembrar que Estado Falido é um conceito que não se origina na academia, mas no instituto de formulação política Fund For Peace e, posteriormente, ganha eco na academia.

Também é importante pontuar que a proposição de um Estado frágil pressupõe um tipo ideal de Estado na outra ponta da dualidade, um Estado forte ou, em termos gramscianos, que se assemelhe a um Estado hegemônico. Dessa maneira, se um Estado não comunga da ideologia emanada pela elite hegemônica, logo, ele está frágil e, portanto, é passível de sofrer intervenção internacional.

Ora, se é função do Estado unir ideologicamente classes opostas ao organizar os interesses da classe dominante como interesses gerais da nação (Poulantzas, 1977) (realizaremos um debate melhor aprofundado no decorrer da tese), o Estado do Sudão do Sul funciona perfeitamente da maneira que ele foi projetado para funcionar. Aqui, é fundamental trazer as reflexões de Frantz Fanon para desmobilizar a ideia de Estado Falido e trazer uma compreensão mais qualificada sobre o Estado pós-colonial.

Fanon (2020; 2022) argumenta que muitos Estados pós-coloniais, ao invés de romperem com as estruturas coloniais, acabam reproduzindo-as. A burguesia nacional, normalmente militar, em muitos casos, assume o controle do aparelho de Estado sem transformá-lo substancialmente, perpetuando as relações de exploração e opressão estabelecidas durante o colonialismo. Esse processo é marcado pela adoção de modelos coloniais de governança — a elite nacional, militar, tende a usar o Estado como um instrumento de enriquecimento pessoal e manutenção de privilégios — e pela fragmentação da sociedade: As divisões étnicas, religiosas ou regionais, muitas vezes criadas e exacerbadas durante o colonialismo, são manipuladas para consolidar o poder político.

Um Estado imposto de fora para dentro, cujo sistema político, modelo de desenvolvimento econômico, sistema de justiça, policiamento, educacional etc. são pré-determinados a partir de experiências anteriores alhures e não há, necessariamente, a construção de coesão e formação de um tecido social que legitime essa unidade organizadora da sociedade (o Estado), faz desse estar fadado a complicações desde o seu ponto de partida. Em havendo movimentos civis reivindicando espaço de atuação política, racha de lideranças responsáveis por administrar o projeto internacional e o acirramento de hostilidades, por exemplo, cria-se as condições que se legitimam a intervenção internacional. O que queremos dizer, no fim das

contas, é que os Estados em África não são falidos pois são construídos justamente para exibirem fragilidades que torne a presença internacional interessante e necessária.

Com essa pesquisa pretende-se contribuir: a) à discussão acerca da construção crítica sobre pacificação adaptada ao tempo presente; b) aos debates sobre conflitos internacionais no século XXI; e c) às perspectivas de um conflito periférico a partir da própria periferia. Sobre os aspectos de originalidade da pesquisa, destacam-se: 1) trazer uma interpretação materialista da construção do Sudão do Sul a partir da chave explicativa da pacificação; 2) o entendimento sobre as implicações sociais da militarização das elites sul-sudanesas; 3) a reflexão acerca de múltiplos atores armados em intervenção internacional na periferia; 4) a sugestão de uma lente analítica alternativa à literatura de construção de Estados contemporâneos em situação de pós-conflito, sobremaneira por propor uma ponte conceitual e epistemológica da pacificação; e 5) contribuir ao debate brasileiro sobre as questões de segurança na África subsaariana, o Chifre da África e o Sudão do Sul.

3. ESTADO, PACIFICAÇÃO E O LEGADO COLONIAL: reflexões acerca das estruturas e dinâmicas de poder para o Sul Global das Relações Internacionais

O objetivo deste capítulo é apresentar o emaranhado teórico e conceitual que embasa esta tese. Tentaremos, nas próximas páginas, introduzir o debate sobre Estado nas Relações Internacionais, no intuito de utilizar os artifícios conceituais para compreender as estruturas de poder no âmbito internacional.

À luz da pacificação, compreenderemos os processos no terreno de reprodução e manutenção do capital que propiciam à hegemonia, incluindo as lógicas de destruição e reconstrução (infra e superestrutural), poder de guerra e de polícia, conquista de corações e mentes e, fundamentalmente, a expropriação dos meios de produção e a manutenção da acumulação originária ancoradas no tripé expropriar, explorar e fetichizar as commodities de segurança. A teia formada pelas noções de segurança, vigilância, acumulação e o capital estarão no centro desta discussão.

É importante adicionar, ainda que tangencialmente à discussão, a relação entre hegemonia e pacificação por conta de algumas dimensões interconectadas. Em primeiro lugar, por elas nos fornecerem um refinamento das relações entre coerção e consenso em níveis internacionais. A introjeção de uma ordem propícia à acumulação seja por meios do aparelhamento político, seja por uso da força de múltiplas fontes (forças armadas nacionais, capacetes azuis e/ou empresas militares privadas) é um processo bastante importante para esta tese. E, em segundo lugar, por dar conta de um aparente movimento unilateral quando se observa a presença do centro na periferia. Não é incomum que encontremos algumas leituras que apontam, deliberada ou despretensiosamente, para uma passividade por parte das elites locais quando o foco da análise é a intervenção internacional naquelas localidades. Nesse sentido, a hegemonia e a pacificação, quando pensada às elites internacionais e locais, jogam luz ao movimento que favorece ambos os grupos, ainda que de maneira desproporcional (e em favor das elites do centro capitalista).

Encerra esta trinca teórico-conceitual uma análise crítica sobre o Estado e o Estado pós-colonial. Defendemos a ideia de que, para que houvesse a acumulação originária, especialmente na periferia, foi fundamental a presença do Estado moderno. Compreendemos que se o Estado, da forma como conhecemos, foi um processo construído e co-constituído na Europa — sem perder de vista a violência e expropriação desses, ele foi projetado e imposto para os países de fora do continente de maneira, também, primordial. Não há alternativa para esse sistema, nesse sentido, para fora dos limites do Estado.

Com isso, recuperaremos o pensamento dominante do campo acerca do Estado e teceremos algumas críticas desde o ponto de vista crítico, trazendo o pensamento de Frantz Fanon e Mahmood Mamdani. Especialmente, esta tese vai de encontro ao mainstream de teoria das Relações Internacionais também por entender ser fulcral posicionar o fenômeno da colonização no centro do desenvolvimento da estrutura, política e poder internacionais.

Partimos da premissa que os enquadramentos teóricos tradicionais das Relações Internacionais, apesar de didaticamente necessários, são pouco úteis quando pensamos uma pesquisa empírica sobre a formação de Estados e a presença de múltiplos atores armados nesse processo, proposta desta tese. Entretanto, para fins também de alinhamento didático, algum esforço de enquadramento dessa pesquisa em uma “caixa epistemológica” das Relações Internacionais, seria possível enquadrá-la sob a alcunha da Teoria Crítica. Mas o que seria a Teoria Crítica das Relações Internacionais.

Primeiramente, e é fundamental salientar, a Teoria Crítica não é um corpo homogêneo de pensamento, mas um complexo teórico-filosófico que abarca uma gama de pensamentos diversos. O fio transversal que faz possível unir diferentes epistemologias em um denominador comum é a rejeição do que Cox (1986) chamou de teoria da solução de problemas. No lugar de buscar formas de reformar o Sistema Internacional atual, esse campo teórico é crítico às estruturas e instituições internacionais, ao mesmo tempo que busca emancipá-las ao buscar formas de construção de sociedades domésticas e internacionais mais justas (Hobson, 2002).

A Teoria Crítica bebe de fontes marxistas e histórico-sociológicas, tendo como pedra angular no campo das Relações Internacionais autores como, por exemplo, Robert Cox, Andrew Linklater, Richard Ashley e Stephen Gill. As contribuições desses autores expandiram o saber das Relações Internacionais para outras agendas, interesses de pesquisa e de metodologia. Esses importantes expoentes das Relações Internacionais, ao beberem do campo marxista das Ciências Sociais, Políticas e Econômicas, contribuíram para novas conceituações e interpretações da realidade internacionais, as quais servem de exemplo os “usos para o internacional” das teorias sociais da Escola de Frankfurt e a Hegemonia de Antônio Gramsci (Hoffman, 1987).

É importante salientar, entretanto, que não é inaugural dessa tradição o pensar internacional. O marxismo, enquanto filosofia teórica e de prática, pensa o internacional desde a sua gênese com o próprio Marx, mas também com Engels, Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo, etc. O que compreendemos, no sentido inaugural, é pensar criticamente, por meio do materialismo histórico-dialético, o campo de saber das Relações Internacionais.

Concordamos com a argumentação estrutural da Teoria Crítica de que é das estruturas internas dos Estados que se exercem mecanismos de poder e dominação. Com isso, é importante que reflitamos: quem fala pelo Estado? Essa indagação sobre a identificação agencial dos atores políticos é fundamental por revelar os agentes de poder nas Relações Internacionais, o que se pode revelar não necessariamente serem atores estatais. Dessa forma, iremos de encontro com a visão estadocêntrica tradicional do pensar das Relações Internacionais. A importância de sabermos sobre tal identificação é que, a partir dela, conseguimos compreender quem, de fato, detém o poder, quem pauta a agenda, sob quais interesses essas agendas estão embebidas e, no limite, quais ações são tomadas em termos de políticas domésticas e internacionais.

Especialmente em se tratando do Sul Global, é tão fulcral quanto a discussão anterior que nos debruçamos sobre o colonialismo e quais foram os efeitos e consequências dele para as sociedades africanas no pós-independência. Isso porque tanto Fanon (2020; 2022) quanto Mamdani identificam a persistência das estruturas coloniais nos Estados pós-independência. Para Fanon (2022), isso ocorre porque a burguesia nacional, ao assumir o poder, adota o Estado colonial sem transformá-lo, utilizando-o como instrumento de opressão interna. Mamdani, por sua vez, argumenta que o sistema de governança indireta introduzido pelo colonialismo – em que populações rurais eram controladas por autoridades tradicionais cooptadas – permanece intacto no pós-colonialismo.

Fanon (2022) enfatiza que a violência estrutural do colonialismo não desaparece com a independência; em vez disso, ela é reconfigurada, muitas vezes exercida pelo próprio Estado contra o povo. Mamdani explora essa ideia em seu estudo sobre genocídios e conflitos na África, argumentando que as raízes da violência contemporânea podem ser encontradas nas políticas coloniais de classificação racial e étnica. Ambos concordam que a violência no pós-colonialismo não é apenas um legado, mas também uma consequência direta das estruturas institucionais herdadas.

Além do mais, ambos reconhecem que a descolonização política não significou, necessariamente, a ruptura com as estruturas institucionais herdadas do colonialismo. Para Fanon (2022), o Estado pós-colonial frequentemente preserva a forma do aparato colonial, com uma burguesia nacional que assume o controle sem modificar suas bases de opressão. Mamdani desenvolve essa crítica ao demonstrar como o colonialismo instituiu uma divisão entre cidadãos urbanos, com direitos civis, e populações rurais, governadas por chefias tradicionais cooptadas, criando um sistema dual de poder que permaneceu inalterado no pós-colonialismo. Essa continuidade institucional perpetua desigualdades e mina as possibilidades de uma verdadeira emancipação.

Ambos os autores também apontam para a violência como um elemento central da herança colonial. Fanon (2020) enfatiza que o colonialismo era sustentado por uma violência estrutural que desumanizava os colonizados, e que essa violência não desaparece com a independência, mas é frequentemente reconfigurada pelo Estado pós-colonial. Mamdani amplia essa visão ao explorar como as categorias raciais e étnicas criadas pelo colonialismo continuam a alimentar conflitos e violências no pós-colonialismo, muitas vezes exacerbadas por lideranças que instrumentalizam essas divisões para consolidar seu poder. Assim, tanto Fanon (2020; 2022) quanto Mamdani (2009; 2018) percebem a violência pós-colonial não apenas como um legado histórico, mas como um sintoma da reprodução de estruturas coloniais.

Por fim, ambos os pensadores enfatizam a necessidade de uma transformação estrutural que vá além da independência formal. Para Fanon (2021), a emancipação verdadeira requer uma revolução que inclua mudanças sociais, econômicas e culturais profundas, rompendo com a alienação e as hierarquias impostas pelo colonialismo. Mamdani (2018) complementa essa visão ao propor reformas institucionais que superem a dicotomia entre cidadania urbana e rural, integrando plenamente todos os segmentos da sociedade. Ambos defendem, portanto, que a construção de Estados africanos verdadeiramente emancipados depende de uma reestruturação radical das instituições herdadas, promovendo a inclusão, a justiça e a autodeterminação.

Portanto, no próximo subcapítulo, traremos as contribuições desse campo para o entendimento de Estado. Este subcapítulo passará brevemente por uma exposição de como as vertentes tradicionais das Relações Internacionais interpretam o Estado para, daí, tecermos críticas e apontamentos sobre interpretações alternativas do Estado. Estaremos acompanhados das contribuições de Antonio Gramsci, de Nicos Poulantzas sobre o Estado de uma maneira geral, e de Frantz Fanon e de Mahmood Mamdani para pensarmos, especificamente, o Estado africano pós-colonial.

1.1.O Estado e as Relações Internacionais

O realismo tornou-se um arcabouço teórico muito utilizado nos estudos de relações internacionais. Os autores desta corrente tomaram como base a teoria política clássica, em especial, Maquiavel e Hobbes, para pensar a política internacional e possuem como pressupostos principais a centralidade do Estado e a permanência dos conflitos no ambiente internacional. As correntes que criticaram o realismo — em especial o neoliberalismo (KEOHANE; NYE, 1973) —, apoiaram-se, em sua maioria, no argumento da redução do papel do Estado no contexto da “globalização neoliberal” e da emergência dos chamados novos atores

das relações internacionais — corporações transnacionais, ONGs, organizações internacionais, movimentos sociais, migrações internacionais — sem se preocuparem com a definição do conceito de Estado.

É importante dizer que apesar de o Estado ser a categoria analítica fundamental das teorias realistas de relações internacionais, não encontramos nos autores realistas uma definição clara e precisa acerca do Estado. O Estado, nesse sentido, é uma unidade dada na corrente realista, uma categoria empírica. Halliday comenta:

Na verdade, é paradoxal que um conceito tão central a toda a disciplina tenha escapado de uma discussão como esse o fez. Podem ser encontradas muitas discussões sobre a guerra, a soberania, as instituições e assim por diante, mas pode-se procurar em vão nos livros por discussões semelhantes sobre o Estado. Os teóricos das relações internacionais supõem que nós sabemos o que ele é: Bull, que é uma comunidade política; Waltz, que é, na prática, uma co-extensão da nação. Como um todo, as relações internacionais consideram como dada uma definição específica: o que se pode classificar de totalidade nacional-territorial. Assim o Estado (Grã Bretanha, Rússia, América, etc.) abrange em forma conceitual o que é percebido visivelmente no mapa político — o país como um todo e tudo que está dentro dele: o território, o governo, o povo e a sociedade (Halliday, 1999, p.91).

De ponto de partida, Gramsci supera uma noção reificada dos espaços sociais, pois ele nunca os entende como áreas fechadas em si mesmas, mas sempre como campos nos quais práticas sociais específicas são colocadas em relação umas com as outras. A economia nunca é, assim, tratada como puramente econômica, assim como a política nunca é somente política, ou a cultura apenas cultural. Poulantzas segue e avança esse pensamento, ao argumentar que a função da instância política enquanto poder estatal institucionalizado consiste em assegurar a coesão da sociedade capitalista dividida em classes.

Gramsci chega à observação mencionada por meio da reflexão acerca da não irrupção da revolução no ocidente depois da Primeira Guerra Mundial. Sua resposta repousa na natureza do Estado burguês desenvolvido, que, devido a sua estrutura ampliada, não deveria ser tomado de assalto, como havia sido o caso na Rússia. Pelo contrário, o Estado burguês havia formado um sistema cruzado de “trincheiras e casamatas”, que, no confronto com tal Estado, induzem a uma morosa guerra de posição. A referência é à luta pela hegemonia, que é travada preponderantemente na sociedade civil. Esta é, enquanto parte integrante do “Estado ampliado”, privilegiada em relação às instituições imediatamente estatais. Gramsci, então, chega à sua conhecida definição do domínio burguês como “hegemonia encouraçada de coerção” (Gramsci, 1999, p. 783).

É certo que a hegemonia é desenvolvida na sociedade civil, mas não pode ser entendida somente como uma pura construção ideológica, já que possui sempre também um componente material-econômico que se vincula à interface entre relações de produção e forças produtivas. Os “grupamentos sociais” manifestam-se, como afirma Gramsci, sobre a “base do grau de

desenvolvimento das forças produtivas materiais, das quais cada uma representa uma função na produção e nesta ocupa uma determinada posição” (Gramsci, 1991ff, p. 1560). A sociedade civil localiza-se, enquanto parte do estado ampliado, entre “a estrutura econômica e o Estado, com sua legislação e sua coerção (...)” (ibid., p. 1267). Em seu âmbito estão presentes instituições e organizações que são formalmente separadas do Estado, ou seja, associações, sociedades científicas, igrejas, clubes, redes intelectuais, meios midiáticos, mas também associações musicais, nomes de ruas, bares, etc. (cf. Demirović, 2001). Gramsci torna, portanto, possível ampliar a visualização do Estado, para descrever uma nova forma de direção e governo. Não se tratou, de maneira alguma, somente de transferir o foco da análise para momentos ideológicos, mas muito mais de uma nova práxis no campo do estado ampliado. O Estado burguês não há, por conseguinte, de ser reduzido a seus elementos coercitivos.

Em seu contexto, Poulantzas (1980) argumenta que um modo de produção compreende diferentes níveis ou instâncias econômicas, políticas, teóricas e ideológicas, e a especificidade do modo de produção capitalista consiste em que a instância econômica guarda dominância no interior do todo complexamente estruturado. A natureza das instâncias setoriais resulta, segundo Poulantzas (1980), de uma combinação específica da estrutura geral de um modo de produção, qual seja: de sua articulação das esferas no interior de um todo complexo. O específico no modo de produção capitalista consiste na separação entre política e economia. Devido a essa especificidade estaria fundamentada a construção de uma teoria política para o modo de produção capitalista.

Mais uma vez, cabe resgatar aqui, a função da instância política enquanto poder estatal institucionalizado consiste em assegurar a coesão da sociedade capitalista dividida em classes. O “Estado impede, por assim dizer, a irrupção aberta do conflito político de classes” (1980, p. 40-41 e 48). Ele pode fazer isso sobretudo por tentar se passar, no interior da sociedade dividida em classes, por sua unificação no “povo-nação” (ibidem, p. 121 e ss.). O Estado é, finalmente, a corporificação “ilusória” da generalidade, já que a unificação dos membros de classe no “povo-nação” produz, a partir de agentes de produção isolados, sujeitos de direito iguais, na qualidade de cidadãos do Estado, e com isso busca “encobrir” a clivagem em classes resultante das relações de produção (ibidem, p. 128 e ss.). Além disso, o Estado é “não somente o fato de coesão da unidade de uma formação social”, mas representa a estrutura “no interior da qual se condensam as contradições entre os diferentes níveis de uma formação” (ibidem, p. 43).

O modo pelo qual esses processos de condensação se constroem não é, porém, de modo algum verificado antecipadamente. Eles assumem diferentes formas conforme cada modo de produção e formação social (p. 44). Nesse contexto, argumenta Poulantzas que o Estado

representa não apenas os níveis de condensação das contradições sociais, mas também consiste numa relação de forças entre os diferentes modos de produção no interior de uma formação social (p. 45).

A sistematização teórica de Poulantzas permite extrair elementos para a caracterização dos vários tipos de Estado — escravista, feudalista e capitalista. No geral, o Estado é uma instituição que organiza a dominação de um conjunto de classes sociais sobre outras, tendo, assim, por função principal a reprodução da totalidade social. (Saes, 1994). Para Poulantzas, o Estado capitalista se distingue dos demais tipos de Estado porque a dominação política de classe não se mostra visivelmente presente em suas instituições. O Estado se apresenta, pois, como um Estado nacional e popular, ocultando as contradições de classe presentes no interior da formação social que ele organiza e representa. Suas instituições são organizadas em torno dos princípios de liberdade e igualdade dos cidadãos, bases para a soberania e legitimidade desse Estado. “O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse ‘corpo político’ que seria a nação.” (Poulantzas, 1977, p. 119).

Já nos Estados pré-capitalistas, as instituições estatais eram monopólio dos membros da classe dominante e o direito não ocultava o caráter de exploração nas relações de produção: era um direito essencialmente desigual. O Estado escravista negava a personalidade jurídica ao escravizado, pois o colocava como propriedade do senhor. O Estado feudal declarava ao servo a capacidade de praticar atos, que por sua vez se materializavam em obrigações com o senhor feudal. No feudalismo, a divisão da sociedade em estamentos e ordens, na prática, correspondia à desigualdade do estatuto jurídico entre servos e senhores. Os tribunais eram senhoriais, compostos por nobres e pelo clero. Os postos no exército e os cargos estatais também eram preenchidos pelo critério estamental ou eram vendidos como títulos familiares. Era, portanto, vedada a participação servil no aparelho de Estado. “[...] A ideologia jurídica feudal não oculta a exploração, ela a apresenta como necessária. (Boito, 2007, p.71)”.

Segundo Poulantzas (1977), o Estado capitalista exerce a função ideológica de unidade do “povo nação” enquanto, na realidade, ele organiza a hegemonia de uma ou mais frações e as expõe como interesses gerais da nação. A relação entre o território e a comunidade nacional arquiteta ideologicamente a nação, e recobre as contradições presentes nas relações de produção capitalista. O Estado é o representante oficial da sociedade, “[...] lugar onde se decifra a unidade de uma formação [social]”. (Poulantzas, 1977, p.47).

Para Poulantzas, a formação social é uma combinação concreta de vários modos de produção “puros” com a dominância de um modo sobre os demais. Essa combinação é uma

realidade complexa marcada por um desenvolvimento desigual. Em uma mesma formação social podem conviver diversas formas de produção — tipos pré-capitalistas, políticas patrimonialistas e relações capitalistas — com a dominância de um. Assim como podem conviver diversas nacionalidades que são consubstancializadas na ideologia nacional. E é sobre a formação social que o marxismo desenvolve suas análises da realidade concreta. O Estado e o modo de produção são, portanto, conceitos abstrato-formais, que abrangem as relações de produção, políticas e ideológicas. Mas os “modos de produção” só existem e se reproduzem em formações sociais determinadas historicamente.

A estrutura jurídico-política do Estado capitalista é formada pelo direito capitalista e pelo burocratismo. As relações de produção dependem destas estruturas, que por seu turno exercem a duplo efeito de isolamento — constituição de indivíduos juridicamente atomizados — e representação da unidade — criação do corpo político “povo nação”. Através deles o Estado cumpre a função de desorganizar as classes dominadas enquanto organiza as classes dominantes.

Ao beber da Sociologia Histórica para refletir as Relações Internacionais, compreendemos que as forças sociais possuem essência sistêmica e global. Isso nos faz perceber as interações entre Estados não enquanto ator unitário e/ou um emaranhado jurídico, mas um quadro de atores dinâmicos de instituições administrativas e coercitivas cujo interesses afetam as dinâmicas de poder de forma intra, trans e internacional de múltiplas causas (Esteban; Aimé, 2007). Além do mais, as contribuições de Poulantzas jogam luz às razões da necessidade fundamental de se construir o Estado capitalista como unidade de ponto de partida a organizar as sociedades do mundo.

Por fim, cabe aqui explicitar uma última função, central, do Estado: favorecer a acumulação originária. Marx (2013), em seu capítulo acerca da acumulação primitiva, demonstra que o trabalho para ser alienado e subsumido ao capital requer a liberação dos entraves feudais — o vínculo do camponês com a gleba, a dependência servil a um ou mais senhores, os impostos rurais, os regulamentos das guildas e etc. Por isso, a separação do trabalhador de suas condições de trabalho deve ser imposta coercitivamente, isto é, há de se expropriar violentamente os produtores diretos para que sejam lançados livremente ao mercado.

Na ausência de meios de garantir a própria existência, estes expropriados vendem a si mesmos enquanto uma mercadoria, a força de trabalho. Tem-se, portanto, o quadro fundamental para a valorização do capital: de um lado, os donos dos meios de produção, de subsistência e do dinheiro, de outro, detentores da força de trabalho. A “liberdade” do primeiro, o proprietário capitalista, consiste no usufruto da inalienável propriedade; a “liberdade” do segundo, o agora

trabalhador assalariado, significa a liberdade/não-propriedade dos meios de produção e a liberdade/propriedade de si mesmo.

A história da acumulação primitiva compreende uma série de revolucionamentos econômicos, políticos e sociais que consagram a propriedade privada burguesa baseada na exploração do trabalho alheio. O ponto de arranque deste processo é a dissolução dos séquitos feudais. Tal processo, entretanto, ganha enorme impulso com a expulsão violenta do campesinato das terras comunais em razão do cercamento dos campos. Marx observa que a acumulação primitiva de capital possui outros mecanismos de violência, todos eles baseados na ação estatal. São eles: sistema colonial, sistema da dívida pública, sistema tributário e protecionismo. Do que nos diz respeito, o sistema colonial cumpria uma função primordial na acumulação de capital: extorsão de valores de uso das colônias não-capitalistas e a sua transformação em mercadorias no mercado mundial. Os tesouros sugados por escravização, roubo e outros métodos pouco idílicos entrava na metrópole pelo circuito de valorização mercantil. A marca distintiva da violência nas colônias refluía sem constrangimentos morais à metrópole: registros de fabricação de epidemias de fome para majoração de preços e revenda a preços exorbitantes, constituição de monopólio comercial de altos funcionários e premiações para escarpelamentos em solo colonial.

O que Marx não aponta, mas Rosa Luxemburgo (1985) apresenta firmemente é que a conquista, a pilhagem e a escravização de povos e territórios da economia natural e camponesa não são fenômenos históricos que se esgotaram no passado da assim chamada acumulação primitiva, mas estariam presentes na fase imperialista do capitalismo. Rosa Luxemburgo (1985) realiza esse movimento ao conceber a convivência simultânea de distintos modos de produção num mesmo espaço geográfico e num mesmo período histórico. Em verdade, a reprodução do capital estaria comprometida sem a integração à formas sociais não-capitalistas. Haveria, portanto, um desenvolvimento desigual e combinado – para usarmos a clássica expressão de Leon Trotsky – do capitalismo com outros modos de produção, e Rosa busca extrair todas as implicações teóricas e políticas desta inovação metodológica, que rompe com uma visão linear e eurocêntrica do progresso e da expansão capitalista (Löwy, 2015, p.96).

Rosa não se limita a apontar o amálgama do capitalismo com o comunismo primitivo e outros modos de produção em distintas formações econômico-sociais. Ela denuncia que a expansão capitalista mundial garante a criação de mercados consumidores não-capitalistas e fontes de força de trabalho e matérias-primas sob o tacão de ferro da violência estatal das potências imperialistas, com efeitos devastadores sobre as populações americanas, africanas e asiáticas. Costura-se, assim, uma ligação orgânica entre acumulação capitalista, Estado e as

expressões da “questão social”, ressaltando a resistência dos povos dos países dependentes contra a violência organizada das burguesias imperialistas.

O Estado é tido como uma peça-chave não só na gênese e consolidação do modo de produção capitalista, mas no combate à queda tendencial da taxa de lucro e na manutenção da dinâmica da acumulação capitalistas em distintas fases históricas. Capital e Estado funcionam, portanto, como uma unidade dialética sob o comando da burguesia e seus aliados, que visam impor a supremacia capitalista aos outros modos de produção. Aqui reside, dentre tantos outros, um ponto de interseção entre Rosa e Marx. Por este motivo, fazendo coro à crítica de Rosa ao etapismo da obra marxiana quando se pensa a acumulação primitiva, é que chamamos de acumulação originária o que Marx chamou de acumulação primitiva. Isso porque as formas de obtenção de mais-valia estão na origem, no desenvolvimento, mas, principalmente, na manutenção e sobrevivência do capitalismo enquanto forma de organização da sociedade global.

No limite, essa é a história que o Sudão do Sul irá nos contar no próximo capítulo. No próximo subcapítulo, veremos uma análise que os autores europeus se debruçaram menos em pesquisar. Acompanhados do pensamento de Frantz Fanon e de Mahmood Mamdani, analisaremos o impacto, a influência e os efeitos da experiência colonial para as sociedades africanas.

1.1.1. O legado colonial para a constituição dos Estados africanos pós-independência

A independência política não implicou a libertação dos Estados africanos das estruturas de poder colonial. Pelo contrário, o que se observa é a continuidade de dinâmicas de dominação, exclusão e violência, que configuram os Estados pós-coloniais como extensões das ordens coloniais, agora adaptadas às novas realidades políticas e econômicas. Frantz Fanon e Mahmood Mamdani oferecem diagnósticos complementares para compreender como o colonialismo moldou a violência estrutural que caracteriza essas sociedades, apontando para a relação indissociável entre o Estado, o capitalismo e a militarização como elementos centrais nesse processo.

Para Fanon (2022), o colonialismo é, essencialmente, um regime de violência que organiza o espaço e as subjetividades das populações colonizadas em termos de dominação e exploração. Essa violência, que estruturou a colonização, não desaparece com a independência, mas se reconfigura por meio do Estado pós-colonial, que muitas vezes serve como instrumento de manutenção das lógicas coloniais em benefício do sistema capitalista global. Mamdani (1996), por sua vez, analisa o legado institucional do colonialismo, destacando como ele

estabeleceu mecanismos de exclusão e controle que permanecem centrais para o funcionamento dos Estados africanos. Ambos reconhecem o papel do capitalismo na sustentação dessas dinâmicas, articulando o colonialismo e o pós-colonialismo como momentos interconectados de uma mesma ordem global.

Fanon (2022) estabelece que a violência não é apenas uma ferramenta do colonialismo, mas sua própria essência. Ela organiza o espaço, transforma as relações sociais e redefine os sujeitos colonizados como objetos a serem dominados. O colonialismo, nesse sentido, opera como um sistema total que utiliza a violência para impor sua ordem, sustentando a exploração econômica e a dominação política. Para Fanon, essa violência não é uma contingência histórica, mas uma necessidade estrutural do sistema capitalista, que depende da expropriação de recursos e da opressão das populações colonizadas para sustentar o crescimento nas metrópoles.

No período pós-independência, Fanon (2022) observa que a violência colonial é reproduzida por meio do Estado. As elites nacionais, frequentemente formadas nas estruturas coloniais, assumem o controle do aparelho estatal e utilizam seus instrumentos de poder – desde forças armadas até políticas econômicas – para perpetuar a exploração e a repressão. O Estado, assim, se torna um espaço de continuidade estrutural, onde as lógicas de exclusão e violência são mantidas em benefício de uma ordem global que continua a marginalizar as populações africanas.

Mamdani (1996) reforça essa análise ao destacar como o colonialismo instituiu um sistema de governança que subordinava as populações locais ao poder colonial por meio de mecanismos de controle e exploração. Ele observa que o colonialismo não apenas impôs uma ordem externa, mas também reorganizou as sociedades colonizadas em função das demandas do sistema capitalista. No período pós-colonial, essas estruturas de exclusão não foram desmanteladas, mas adaptadas às novas realidades políticas. O Estado, em vez de operar como um espaço de emancipação, tornou-se um instrumento de reprodução das desigualdades estabelecidas pelo colonialismo.

Ambos os autores concordam que a relação entre colonialismo e capitalismo é fundamental para compreender o funcionamento dos Estados pós-coloniais. Fanon (2022) argumenta que o colonialismo foi uma expressão direta do capitalismo, que utilizou a violência para transformar as colônias em mercados e fontes de recursos para as metrópoles. Mamdani (1996) amplia essa análise ao mostrar como o capitalismo global continua a moldar as economias pós-coloniais, perpetuando a dependência e a exploração. A violência, nesse

contexto, não é apenas física, mas também estrutural, incorporando-se às dinâmicas econômicas que definem o lugar dos Estados africanos na ordem global.

A militarização, para Frantz Fanon (2022), é uma das principais heranças do colonialismo que persiste no Estado pós-colonial. Durante o período colonial, o aparato militar não era apenas um instrumento de repressão, mas um mecanismo de organização social que condicionava as populações a aceitar a autoridade colonial como legítima. A presença constante de soldados, postos de controle e patrulhas nas comunidades colonizadas criava uma atmosfera de vigilância e medo, que naturalizava a violência como parte do cotidiano. Fanon (2021; 2022) destaca que essa violência não era incidental; ela era projetada para fragmentar as comunidades, destruir os laços de solidariedade e instaurar uma mentalidade de subserviência entre os colonizados.

No período pós-colonial, Fanon (2021; 2022) observa que a militarização não é desmantelada, mas incorporada pelas elites nacionais como ferramenta de controle e manutenção de poder. As forças armadas, que durante o colonialismo representavam a opressão estrangeira, agora são usadas pelas elites para suprimir dissidências internas, muitas vezes de maneira brutal. Fanon (2022) alerta que essa continuidade reflete a incapacidade das elites pós-coloniais de romperem com as estruturas herdadas do colonialismo, já que estas continuam a operar dentro de uma lógica de dominação e exclusão. Assim, o Estado militarizado, em vez de promover a emancipação das massas, transforma-se em um novo agente de repressão.

Mahmood Mamdani (2018) oferece uma perspectiva institucional para compreender essa militarização. Ele argumenta que a colonialidade do poder se manifesta na forma como as instituições do Estado, incluindo as forças armadas, foram projetadas para administrar e controlar populações, e não para servi-las. No período pós-independência, essas instituições permanecem intactas, perpetuando as dinâmicas de exclusão. Mamdani (1996) enfatiza que o colonialismo não apenas introduziu a violência como meio de governança, mas também normalizou a ideia de que o poder estatal deve ser exercido por meio da força, uma lógica que é reforçada pela militarização das políticas públicas no período pós-colonial.

Ao fazer uma leitura de Fanon e Mamdani, é possível afirmar que ambos convergem ao argumentar que a militarização no pós-colonialismo não é apenas uma herança histórica, mas também uma necessidade política e econômica dentro do sistema capitalista global. Fanon (2021) identifica que os Estados pós-coloniais frequentemente dependem das forças armadas para proteger os interesses das elites nacionais, que estão profundamente integradas às dinâmicas econômicas globais. Mamdani (1996) complementa ao observar que a militarização

também atende aos interesses de atores externos, incluindo potências estrangeiras e corporações multinacionais, que têm interesse na estabilidade necessária para explorar recursos naturais ou proteger seus investimentos.

No Sudão do Sul, essas dinâmicas são particularmente evidentes. Desde a sua independência em 2011, o país tem enfrentado conflitos internos marcados pela militarização do Estado. Durante a guerra civil, que começou em 2013, o governo utilizou as forças armadas não apenas para combater grupos rebeldes, mas também para controlar áreas ricas em recursos naturais, especialmente petróleo. Essa militarização reflete as análises dos autores supracitados sobre como o Estado pós-colonial utiliza a violência como ferramenta de administração, mantendo a população sob controle enquanto atende aos interesses de elites locais e atores globais.

Além disso, a militarização no Sudão do Sul é reforçada por dinâmicas externas, como o fluxo de armas e recursos militares de países interessados em explorar suas riquezas naturais. Mamdani (1996) argumenta que a militarização dos Estados africanos muitas vezes é incentivada por potências globais, que veem nesses conflitos uma oportunidade de lucrar com a venda de armas e a exploração de recursos. No caso do Sudão do Sul, isso cria um ciclo de dependência e violência, onde o Estado militarizado perpetua as lógicas coloniais de exploração e dominação, em vez de romper com elas.

Frantz Fanon (2020; 2022) identifica o capitalismo como a força motriz por trás do colonialismo, apontando que este não era apenas um projeto de conquista territorial, mas uma reorganização global das economias em benefício das metrópoles. O colonialismo transformou as colônias em fontes de recursos e mercados para os produtos das potências coloniais, subordinando as economias locais às necessidades do capitalismo europeu. Essa dinâmica, argumenta Fanon (2022), é mantida no período pós-colonial por meio de mecanismos de dependência econômica, que mantêm os Estados africanos em uma posição subordinada na ordem global.

Mahmood Mamdani (1996) amplia essa análise ao destacar como o colonialismo criou uma infraestrutura econômica que privilegiava a exploração de recursos naturais em detrimento do desenvolvimento das populações locais. Ele observa que, ao focar na exportação de matérias-primas, o colonialismo moldou as economias africanas para atender às demandas dos mercados globais, deixando-as vulneráveis à exploração externa. No período pós-independência, essas estruturas econômicas não foram desmanteladas, mas integradas ao sistema capitalista global, perpetuando as desigualdades entre o Norte e o Sul globais.

Também é importante pontuar que os autores convergem ao apontar que o capitalismo global utiliza o Estado pós-colonial como instrumento para manter as dinâmicas de exploração. Fanon (2021) destaca que as elites nacionais muitas vezes se aliam às potências estrangeiras e corporações multinacionais, priorizando o crescimento econômico baseado na exportação de recursos em detrimento do bem-estar social. Mamdani (1996) reforça essa crítica ao mostrar como as políticas econômicas promovidas por instituições financeiras internacionais, como o FMI e o BM, aprofundam a dependência dos Estados africanos, condicionando o financiamento ao cumprimento de agendas neoliberais que reproduzem as desigualdades estruturais herdadas do colonialismo.

No caso do Sudão do Sul, essas dinâmicas são evidentes na organização de sua economia em torno da exploração de petróleo. Desde a independência, o país depende quase exclusivamente das exportações de petróleo, uma estrutura econômica que reflete as lógicas coloniais analisadas pelos autores. As receitas do petróleo são frequentemente canalizadas para elites políticas e militares, enquanto a população permanece excluída dos benefícios econômicos. Essa dependência não apenas perpetua a desigualdade interna, mas também torna o país vulnerável às flutuações dos mercados globais, aprofundando sua marginalização econômica.

Outro aspecto central nas análises de ambos é o papel da violência estrutural no funcionamento do capitalismo global. Fanon (2021; 2022) argumenta que o sistema capitalista depende da exploração contínua das antigas colônias para sustentar o crescimento econômico nas metrópoles. Mamdani (1996) complementa essa visão ao destacar como a instabilidade política nos Estados africanos, muitas vezes incentivada por atores externos, serve para manter essas regiões em uma posição de dependência. No Sudão do Sul, a guerra civil e a militarização do Estado criam condições que favorecem a exploração de recursos por empresas estrangeiras, perpetuando as dinâmicas de exclusão e exploração herdadas do colonialismo.

Por fim, ambos oferecem contribuições valiosas sobre como o capitalismo molda o Estado pós-colonial como um espaço de continuidade estrutural. Para ambos, a violência, a exploração econômica e a exclusão não são desvios, mas características centrais do sistema global. No Sudão do Sul, essas dinâmicas exemplificam como o capitalismo opera para manter as lógicas coloniais de dominação, integrando o país a uma ordem global que perpetua a desigualdade e a violência.

Na sequência, defenderemos o argumento de que o processo apontado por Marx e identificado por Rosa em seus contextos, na verdade, permanece. E permanece pois é o artifício

pivotal para todo o desenvolvimento da manutenção do capitalismo. Também compreenderemos o porquê de se construir Estados em todo o globo. Por meio da elocubração e desenvolvimento do fenômeno de pacificação, jogaremos luz no fato de que, além de desorganizar as classes dominadas ao mesmo tempo que organiza as classes dominantes, o Estado garante uma ordem específica que permite a acumulação originária.

1.2.Pacificação: desenvolvimento do conceito

A literatura sobre pacificação é extensa e compatível com o seu desenvolvimento histórico. Também é tão extensa quando se observa o desenvolvimento conceitual para manter a legitimidade da prática da pacificação (cujo termo deixa de ser usado por estar atrelado ao momento da colonização e que Neocleous urge para compreendermos a prática através do seu conceito original). Exemplos nomeados pelo autor são a contrainsurgência, conflitos de baixa intensidade e novas guerras (Neocleous, 2011).

Do que se refere ao termo pacificação, invariavelmente veremos a máxima “conquistar corações e mentes”. Essa expressão ganhou bastante destaque por ser o motto da campanha estadunidense na guerra do Vietnã, desenvolvido — e dito — por Robert McNamara, então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em 1964. Entretanto, é possível perceber esta ideia antes do contexto da Guerra do Vietnã, como, por exemplo, na fala de John Adams no contexto da Guerra de Independência dos Estados Unidos, em 1818 (Baylin, 1992).

Apesar do histórico do lema, o termo significa que quando se fala de pacificação, não se está falando somente de uma tática ou estratégia de guerra que seja estritamente belicista ou de enfrentamento, mas também da conquista do apoio daqueles que estão sendo vítimas da intervenção. Consequentemente, como Mendonça aponta, o processo de pacificação não é pontual e localizado, mas uma sociedade para ser compreendida como pacificada demanda longos períodos, sendo aquele o último momento da conquista (Mendonça, 2017).

Para além da conquista de corações e mentes em um longo período de tempo, e em consonância com o espaço de oportunidade interpretativo exposto acima, o conceito de pacificação trabalhado nesta tese alude a uma lógica que funciona a partir do tripé guerra-polícia-acumulação, desenhado por Mark Neocleous (2016). Nesta teorização, as forças de guerra e policiais construiriam e manteriam uma ordem que discipline uma tal população e que se crie as condições necessárias para a acumulação do ente pacificador. Dessa maneira, a segurança não pode ser interpretada como valor universal, mas uma forma de governo cuja produção de práticas, dentro da ordem liberal posta, se traduz, entre outros aspectos, na acumulação de capital.

A fim de ilustrar seu argumento, Neocleous (2008) reúne a fala de três importantes indivíduos no contexto do Vietnã. O general William C. Westmoreland observa que o fundamental para a pacificação é a segurança; Robert McNamara, secretário de Defesa dos EUA durante a mesma guerra, descreveu a guerra como um trabalho de segurança da pacificação; e Robert W. Komer, assistente especial de pacificação de 1966 a 1968, sugeriu que segurança é a chave da pacificação. Nessas três ideias, podemos compreender a existência de uma relação entre a pacificação e segurança. Nesse sentido, a ideia da restauração da segurança era importante e ela deveria ser uma ação conjunta civil-militar que afetava a vida cotidiana dos vietnamitas. Reflete, também, como a segurança é um valor inegociável para os entes pacificadores.

A luta militar contra a insurgência era apenas uma dimensão de um projeto muito maior para criar um ambiente sociopolítico no qual a insurgência futura não voltaria a florescer; um ambiente em que a vida vietnamita teria que ser reestruturada para impedir o comunismo. Em outras palavras, a pacificação toca a natureza fundamental da segurança em seu sentido mais amplo, envolvendo ações do tipo policial e programas político-econômicos construtivos à medida que a segurança é restaurada.

É partir da Guerra do Vietnã que compreendemos o conceito de pacificação para a contemporaneidade. O binômio de destruir a reconstruir uma ordem social é vital na compreensão das ações dos Estados Unidos, mesmo antes do Vietnã, mas, principalmente, a partir dele. Neocleous atribui essencialmente a construção do banditismo (via construção do arcabouço jurídico e policial) como fato narrativo pioneiro para a noção do binômio segurança/insegurança. E, além disso, como o indivíduo bandido — ou o fora da lei — inaugura as forças de trabalho do capitalismo nascente, com as leis de vadiagem e ociosidade, que punia os indivíduos que haviam sido expropriados dos seus meios de produção. Contudo, quando pensamos a pacificação sendo praticada alhures, a primeira base de expropriação está na diferenciação humana em raça: o racismo e a colonização.

Retomando o pensamento da transformação de conquista para pacificação que Filipe II da Espanha, no século XVI, declara, a prática que ganha uma nova roupagem conceitual — a conquista de corações e mentes, para além de contar com o uso das forças militares, demanda um conjunto de práticas que evade o poderio clássico militar. Era necessária para a pacificação o recolhimento de informações sobre a população, instruí-los sobre questões de comércio, educação (ocidental e cristã), doutrinação ideológica, promoção de bem-estar e, sobremaneira, a construção de um mercado.

Essas atividades dizem respeito às práticas cotidianas da ordem social liberal e constitutivo da subjetividade humana. São práticas, finalmente, que se associa aos poderes de polícia: a introjeção da segurança enquanto elemento central da vida social e a fabricação da ordem a partir da lógica da paz e da segurança. Esse é o tipo de pacificação através do policiamento das seguranças mais cotidianas da vida que se organiza tendo como epicentro a acumulação. E é o tipo de pacificação que se inicia neste contexto (século XVI) e perdura durante todo o período de conquista e, conforme defendemos aqui, até a formação do Sudão do Sul (Neocleous, 2014).

Neocleous (2013), fazendo coro ao trabalho de Marx, aponta como a construção da acumulação originária, a expropriação dos meios de produção e a criminalização da vida errante tornaram-se os elementos centrais para a formação das primeiras formas de força de trabalho e proletariados no capitalismo emergente. Com a formação inicial do capital, era necessário um conjunto de indivíduos que vendesse a sua força de trabalho para que girasse as engrenagens do capitalismo. Para garantir essa força de trabalho, criaram-se uma série de leis que punia a vadiagem e a ociosidade, de maneira que fosse permitida a captura desses homens para trabalharem para a burguesia.

O que escapa à análise de Neocleous (por pensar os processos de pacificação na Europa) e que é central para esta tese é que, se na Europa, a expropriação originária foi dada por meio do banditismo, para África — e, especificamente, nosso objeto de pesquisa — a narrativa legitimadora criada está, novamente, em torno das noções de raça, o que possibilitou o fenômeno da escravidão. Na sequência, porém, as formas trazidas à luz por Neocleous é verificada, também, no Sudão e no Sudão do Sul.

A título de exemplo, as leis contra vadiagem e mendigagem estão estabelecidas em projeto de reforma do setor judicial, nos casos do Sudão, e aplicadas, no caso do Sudão do Sul, através dos grupos de trabalho, essencialmente pelas equipes estadunidenses, que foram incumbidas de planejar o tópico, em momento anterior ao da negociação do acordo de paz. A ideia era de estabelecer um conjunto de leis que fosse semelhante às dos Estados Unidos (Parmar, 2007).

Portanto, a caça por força de trabalho era central no poder policial e na pacificação do proletariado. O autor ainda reforça seu argumento pontuando que no Dicionário de Oxford, a pacificação se insere no discurso político no século XVI, sendo compreendida como um processo ou operação projetado para garantir a cooperação pacífica de uma população onde se acredita que seus inimigos atuem. Pacificar também significaria reduzir a resistência de uma população ao estágio de submissão pacífica.

Finalmente, a pacificação é um ato militar transvestido de paz na sociedade civil. Foi nesse mesmo contexto em que a categoria polícia se tornou central no pensamento político da época, denotando a regulamentação legislativa e administrativa da vida interna de uma comunidade afim de promover o bem-estar e a boa ordem da população local. Dentro dessa perspectiva, então, a função elementar da polícia é o da manutenção da paz. Neocleous afirma que a crescente demanda de uma sociedade acostumada ao exercício pacificador da lei e da ordem, a polícia é a força motriz em direção da construção da burocracia estatal e da acumulação.

Assim como já foi asseverado anteriormente, a ordem liberal-capitalista burguesa, em algum nível, é uma ordem de insegurança. Seria através da política de segurança que haveria as revoluções da produção e produtividade, de maneira que a ordem é fabricada, estruturada e administrada (Neocleous, 2000; 2008). Dessa forma, a necessidade de assegurar a insegurança é fundamental para todo e qualquer aspecto do capitalismo, do modo mais particular da vida civil às grandes corporações globais.

É a partir da construção de ameaças que o ente pacificador (nomeadamente o Estado) consegue pacificar sua população interna e mobilizar recursos para dar continuidade aos seus projetos de pacificação no âmbito externo. Neocleous (2011) vai mobilizar a construção das narrativas (que, por sua vez, mobilizam práticas) da guerra às drogas, à criminalidade e à pobreza como fios argumentativos para, finalmente, argumentar sobre a guerra ao terror. Dessa maneira, o autor também procura quebrar com uma diferenciação clássica do campo das Relações Internacionais, que diz respeito ao interno e ao externo.

Há muito que as guerras no exterior estão ligadas, política, ideológica, tecnológica e industrialmente à manutenção da ordem em casa; consequentemente, essa ordem exterior geralmente significa guerra internamente. No entanto, o ponto que o autor traz é o de que esse movimento não é um subproduto da guerra, mas sim uma manobra deliberada para garantir que o Estado possa manter seus próprios cidadãos pacificados.

Essas guerras são guerras onde o campo de batalha é a vida cotidiana dos indivíduos. Uma guerra de substituição de práticas escusas por práticas que atendem aos interesses da ordem (im)posta. Guerras, enfim, de pacificação. Entendida como tal, a guerra que possui maior potencial para a manutenção da pacificação é a guerra ao terror.

A característica volátil na maneira em que a guerra ao terror é entendida e conduzida contra um inimigo que existe tanto como uma comunidade suspeita, um inimigo que aparece como ameaça militar — como no caso do Sudão, que fez parte de um conjunto de países creditados como patrocinadores do terrorismo — mas que também pode cometer atos

criminosos, um inimigo que é um criminoso de guerra, permite ao Estado expandir o escopo dos seus poderes policiais e remodelar as expectativas sobre direitos políticos, liberdades individuais e liberdades sociais, tudo em nome da segurança.

E não somente no entendimento externo da mobilização da Guerra ao Terror para a pacificação, também Neocleous (2008) argumenta que a Guerra ao Terror renova a prática da violência mesmo dentro do território de um Estado. No caso dos Estados Unidos, pode-se perceber que a pacificação é instrumentalizada internamente pelo Patriotic Act, assinado pelo então presidente George W. Bush, em outubro de 2001. Nele, permite-se, entre outras medidas, que órgãos de segurança e de inteligência dos EUA interceptem ligações telefônicas e e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo, sem necessidade de qualquer autorização da Justiça, sejam elas estrangeiras ou americanas.

A guerra ao terror pode ser lida como um modo de administração política para gerenciar assuntos, um excelente exemplo do escopo global e local, e da intenção de pacificação como um projeto de segurança, tão amplo e ambíguo que deve incluir não apenas a ocupação de cidades e nações em todo o mundo — o que inclui as suas próprias cidades — mas também o encarceramento de pessoas sem julgamento, a prática de tortura e a erradicação de liberdades fundamentais e resistência em casa (Neocleous, 2000; 2011). No limite, pode-se entender que a pacificação é um projeto tão totalizador quanto o capitalismo e o liberalismo e que esses três fenômenos estão intimamente entrelaçados.

Exposta como a máxima de assegurar a insegurança permite a criação eterna de inimigos a serem combatidos, aqui, entenderemos como essa mesma máxima mobiliza as forças militares e policiais na lógica de destruir e reconstruir.

Quando mencionamos a máxima de destruir para reconstruir, é importante termos em mente que, para Neocleous (2000), não é somente sobre uma investida militar de destruição de componentes físicos e a sua conseqüente reconstrução, também significa dizer que se destrói um tipo de organização social e se substitui por um outro pertinente ao ente pacificador. Dessa forma, uma missão de pacificação deve ser compreendida em dois termos, em nível material e em termos de construção da rationale — coerção e consenso. Além disso, é necessário questionar o próprio conceito de guerra e o quanto ele se torna problemático quando se tensiona o conflito militar e a violência politicamente organizada em termos de guerra e paz.

Isso porque a guerra atualmente vem sendo contestada enquanto categoria pertinente para avaliar os conflitos do nosso tempo. A guerra tem sido substituída por um importante número de outras expressões, a qual servem de exemplo: conflito persistente, quasi-guerra, pseudo-guerra, contrainsurgência, operações em área cinzenta (*grey area operations*), estado de

beligerância, estado de hostilidades, guerras assimétricas, operações militares, operações de contingência etc., que, de certa forma, torna menos rígida a distinção entre guerra e paz. Estaríamos vivendo, de acordo com essa literatura, uma fase em que a paz é a guerra por outros meios. Nas novas guerras, segundo Slavoz Zizek (2002), não se sabe muito bem quando há um período de paz ou não, pois não se há mais as velhas guerras, clássicas e regulares entre Estados soberanos; a vida cotidiana aconteceria ao mesmo tempo em que há a guerra. Nesse sentido, comumente se verá o argumento dos atentados de 9 de setembro como grande demonstrativo da fluidez entre períodos de paz e guerra.

Apesar de haver formado um certo consenso acadêmico quanto à questão, principalmente em seu ineditismo histórico, o que Neocleous tensiona é que essa realidade não é nova, no sentido de que este consenso pensa essa mudança nas relações de guerra e paz a partir do pensamento de que houve, na História, uma clara distinção entre o período de guerra e o período de paz, o que, para ele, é fortemente questionável. A base da sua argumentação é que a violência histórica que foi produzida em tempos de paz simplesmente não foi categorizada como guerra, apesar do fato, como nos conflitos coloniais, a violência nesse tipo de guerra matou, consumiu e apropriou recursos tanto quanto uma guerra entre Estados soberanos.

Essa argumentação é central para o autor porque existe um importante teor político e ideológico em descaracterizar a violência colonial como guerra. E isso tem a ver na maneira em que se organizou a vida social nos tempos coloniais. Diz respeito, diretamente, com a fabricação da ordem liberal capitalista cujo objetivo central está na asseguuração da insegurança e da acumulação.

A ordem liberal capitalista funciona ao redor de três elementos principais: paz, segurança e lucro. A teoria da paz liberal, de fato, assume que se todas as sociedades fossem liberais (menos bárbaras, menos comunistas, menos totalitárias, menos terroristas, menos fascistas), o mundo estaria em paz e a segurança prevaleceria. Dessa maneira, toda forma de guerra estaria alienada da sociedade liberal.

O que Neocleous sugere é que, desde o início, o liberalismo foi uma filosofia política da guerra, teve plena consciência disso e, como consequência, procurou enterrar esse fato sob várias bandeiras: "paz e segurança"; "lei e ordem"; "polícia". Aceitar a ideia de que havia uma "era clássica" em que a distinção entre guerra e paz fazia sentido, para o autor, é aceitar um dos principais mitos do liberalismo: de que a paz é a dinâmica central da sua sociedade civil, que o capitalismo e a paz andam de mãos dadas, que a lei e o Estado existem para realizar essa paz dentro da sociedade civil, e que o direito internacional existe para garantir a paz entre os Estados (Neocleous, 2014). Diferentemente de Foucault, que entendia que a política é a guerra por

outros meios, Neocleous defende que a paz liberal é a guerra por outros meios. Isso significa dizer que, não somente a pacificação é a manutenção da ordem afim de que se atenda a determinados interesses, mas Neocleous compreende que a pacificação é a maneira pela qual a burguesia constrói a ordem internacional afim de que se atenda seus interesses.

Esse entendimento, consequentemente, aproxima os dois atores que são mantenedores da ordem liberal: o soldado e o policial. Aqui, é elementar entender que existe uma importante convergência entre as técnicas e tecnologias necessárias em operações militares — exercidos pelo soldado — e pela aplicação da lei — exercidos pelo policial. Sem abandonar a importância do militar, a polícia se tornou o centro pela qual se invoca e exalta o poder de guerra. Isso porque o entendimento de polícia que o autor recupera versa sobre o conceito enquanto um conjunto de medidas que torna o mundo possível e necessário, de maneira que não é possível viver sem eles (o ator polícia e o conceito polícia).

Além do mais, Rigakos (2016) expande a registra a ascensão do complexo industrial de segurança. Partindo de uma avaliação crítica do 'trabalho produtivo' nas obras de Karl Marx e Adam Smith, Rigakos constroi um modelo conceitual de pacificação baseado em práticas de desapropriação, exploração e fetiche por produtos de segurança. Rigakos argumenta que uma característica definidora do sistema econômico global é sua capacidade de vender de forma produtiva (in)segurança. Material e ideologicamente, o complexo industrial de segurança é o alto-forno do capitalismo global, alimentando a perpetuação do sistema, enquanto alimenta incansavelmente os excedentes exigidos.

De acordo com McMichael (2016), reverberando o pensamento de Neocleous (2011) e Rigakos (2011), ao observar o mito da necessidade da militarização policial e/ou do seu ineditismo enquanto fenômeno social da contemporaneidade, a recuperação histórica da relação entre policiais e militares é primordial para descrever e compreender os desenvolvimentos recentes em todo o mundo como uma nova tendência perturbadora. O ponto é que essa relação histórica não é apenas uma faceta passada do policiamento, mas é uma característica que persiste até nas democracias capitalistas.

Exposto isto, o autor pondera que não é que a tese da militarização não descreva fenômenos reais, mas que ela se baseia em demasia na distinção entre guerra e polícia. Essa separação conceitual concentra-se demais nas diferenças entre as diferentes alas coercitivas do Estado, que disfarçam o quanto a guerra e o conflito social são centrais na lógica do policiamento "interno" ou "doméstico".

O poder da guerra e o poder da polícia não são opostos, mas complementares. O que a onipresença da tese da militarização pode produzir é um impedimento de um pensamento mais

radical e abrangente sobre as conexões da instituição policial com o poder, a violência e a autoridade. Em vez de focarmos na questão das divisões entre a polícia e as forças armadas, a pergunta central para o autor é se a violência e a repressão do Estado são menos problemáticas e traumáticas se o policial estivesse vestido com uniformes não militares. Dito de outra maneira, o último exemplo seria mais ilegítimo e injusto?

Rigakos (2011) então, sugere que tanto o punho de ferro quanto a luva de veludo devem ser vistos em conjunto, em um continuum de poder policial, onde coerção e consentimento já estão)sempre juntos: neste ponto, o problema com o qual devemos lidar é a maneira como o Estado afirma, em primeiro lugar, o direito de realmente prender, matar ou mutilar qualquer sujeito, no exterior e no interior das suas fronteiras, em nome de segurança, com o que entendemos os interesses das classes no poder estreitos e sangrentos; uma matança repressiva em rostos sorridentes e uniformizados, imediatamente representados como os projetos de pacificação, assegurado a sobrevivência e prosperidade da ordem capitalista.

Essa reflexão acerca de guerra e paz e de soldado e polícia é fundamental aqui porque traz a perenidade histórica (desde o momento colonial) e a mobilização desses dois atores tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente externo. A quebra das dicotomias (guerra/paz, soldado/polícia, doméstico/internacional) é pivotal para o entendimento de pacificação, pois o conceito de pacificação não lida com essas dicotomias; para o conceito, essas dicotomias são instrumentos políticos que escondem o exercício da pacificação no seio da ordem liberal burguesa, que é o plano de fundo do mundo desde o século XVIII.

A contribuição de Rigakos (2016) examina, ainda, as várias maneiras pelas quais a segurança ajuda a controlar, manter e reproduzir essa máquina. Aqui, ele se concentra nos processos históricos de pacificação que sustentam a lógica da acumulação de capital, explorando os momentos que empregam a desapropriação, a exploração e a mercantilização para disciplinar o trabalho e torná-lo produtivo. Rigakos nos oferece exemplos ricos extraídos da vida social contemporânea, que fornecem amplo apoio e evidências para uma leitura materialista de como a segurança auxilia os processos de pacificação.

Por exemplo, com base em suas experiências de trabalho em uma padaria industrial no oeste de Toronto, ele explica como até mesmo os trabalhadores mais "produtivos" e disciplinados participam da "quebra" ou da apropriação de pequenos itens, como pães e outros produtos. No entanto, essa prática é rapidamente interrompida à medida que a gerência intensifica a produção do trabalho por meio do uso de vários mecanismos de segurança e vigilância, o que resulta na demissão daqueles que são flagrados em tais práticas costumeiras. Rigakos é capaz de inserir esse e outros exemplos contemporâneos em um contexto histórico

mais amplo do capitalismo e fazer uma análise clara de como a segurança modela uma força de trabalho "produtiva".

No entanto, o papel da segurança vai além da imposição do trabalho e do controle dos trabalhadores. Ao desvendar a relação entre a segurança e a acumulação de capital, Rigakos insiste que a segurança não apenas se torna uma "característica fundamental da produção de bens", mas também se tornou ela mesma produtiva (Rigakos, 2016, p75). No capítulo quatro, ele oferece exemplos importantes de como as atividades econômicas não só foram perpetradas pela lógica da insegurança, mas a própria segurança se tornou uma parte importante do processo de mercantilização e valorização para a acumulação de mais-valia. Isso nos aponta os indícios pelos quais empresas militares privadas estavam presentes no momento de construir o Estado sul-sudanês.

Levando-nos primeiramente ao mundo das empresas de segurança privada e, em seguida, ao exemplo da Intelligarde — uma empresa sediada em Toronto — ele examina como o trabalho de patrulha dos guardas de segurança é transformado em uma mercadoria vendável. Os relatórios escritos que os guardas de segurança produzem detalham suas atividades, patrulhas, observações e conversas com os moradores do edifício, que são posteriormente coletados, analisados, revisados e "depois vendidos de volta ao cliente como prova da 'produtividade' da equipe de segurança que o cliente contratou" (Rigakos, 2016, p71). A mercantilização da segurança fecha o círculo.

Voltando ao exemplo do autor sobre os trabalhadores envolvidos na "quebra" de uma padaria industrial em Toronto, vemos o duplo papel que a segurança pode desempenhar nas relações capitalistas. Embora os guardas de segurança, as máquinas e as câmeras de vigilância sejam utilizados para aumentar a quantidade de mão de obra excedente produzida, eles também diminuem simultaneamente a quantidade de trabalhadores necessários para produzir a mercadoria, o que apresenta problemas de longo prazo com a valorização dessas mesmas mercadorias. Poderíamos imaginar um mundo em que a mercantilização da segurança pudesse abrir caminhos de acumulação de capital para gerenciar a crise novamente? Que papel a segurança pode desempenhar quando o crescimento capitalista geral e a produtividade estão em declínio? A segurança desempenhará cada vez mais um papel mais repressivo? O trabalho de Rigakos levanta questões importantes como essas.

Na próxima subseção, olharemos para um elemento-chave de qualquer sociedade e avaliaremos a possibilidade de interpretá-lo nos termos da pacificação. Fundamental para o projeto colonial nos séculos XVI—XIX e ponta de lança quando se pensa projetos de (re)construção estatal desde o século passado, tentaremos sugerir a viabilidade de encarar

projetos educacionais enquanto projetos de pacificação, desde a catequese católica até projetos de educação fundamentados pela ONU e agências estadunidenses.

1.2.1. Educação enquanto mecanismo de pacificação

Exploramos até este momento várias possibilidades de entendermos a pacificação enquanto um fenômeno latente do capitalismo. Desde os usos de ordenação interna até intervenção internacional, poder militar e policial, questionamos cânones do pensamento liberal e até mesmo exploramos como há reformulações conceituais que tem o fim de sustentar as práticas de expropriação e exploração de povos subalternos e da classe trabalhadora em geral.

Reiteradamente dito nesta tese e em linhas gerais, sustentamos que a pacificação é o fenômeno pelo qual se estabelece uma ordem específica que propicia formas de acumulação originária que alimenta o capitalismo diariamente. Por que não, então, avaliarmos a educação enquanto ferramenta de pacificação?

Essa provocação é interessante pois, além da sugestão direta e mais automática sobre a escola enquanto locus doutrinador, formador de identidades e docilização de corpos, já presente em Gramsci, há dois outros fatores que nos traz a essa reflexão. Em primeiro lugar, porque em termos de educação, a pacificação ainda é usada enquanto tal. Não é raro encontrarmos na literatura e no terreno, a conexão da educação enquanto ferramenta pacificadora. Exploraremos dois casos bastante emblemáticos dessa afirmação, o primeiro nas Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, e o segundo a intervenção militar estadunidense nas Filipinas.

Se entendermos a pacificação como um dispositivo de controle destrutivo e produtivo para administrar territórios e populações específicas por meio da força aplicada seletivamente e uma “pedagogia de conversão” (Das; Poole, 2004, p.9) para a construção de uma determinada ordem social. A criação de um outro (potencialmente) perigoso ou de uma “alteridade radical” que se busca destruir simultaneamente é um aspecto essencial da pacificação (Agier; Lamotte, 2016). Esses processos de alteridade conduzem e são reforçados pela construção de margens, que são locais vistos como “contêineres naturais para pessoas consideradas insuficientemente socializadas na lei . . . onde o Estado está constantemente refundando seus modos de ordem e legislação” (Das; Poole, 2004, p.8-9). Nas margens do Estado, a destruição da oposição ou de uma insurgência inimiga por meio da força militar anda de mãos dadas com a reconstrução da ordem social por meio de uma intervenção estatal ampla e de longo alcance (Neocleous et al., 2013), muitas vezes na forma de ações policiais, que giram em torno de promessas de integração social e econômica e têm como objetivo limpar o ambiente social da contaminação pelo inimigo (Agier; Lamotte, 2016) por meio de uma pedagogia de conversão.

A pedagogia da conversão, por exemplo, constitui práticas tutelares que fazem parte de uma missão civilizatória para transformar sujeitos considerados perigosos ou imorais em “bons cidadãos” (Oliveira, 2014). A educação é uma ferramenta importante nesse processo, pois é um espaço no qual vários conjuntos de valores e normas se encontram, são construídos e contestados. No centro de um regime tutelar, entretanto, está a atribuição de um grupo no poder para falar e agir em nome do outro (Oliveira, 2014). Ele anula qualquer ação ou expressão pública do subordinado, e os planos são desenvolvidos sem a participação ativa das pessoas envolvidas. Sem um modo de ação prescrito, o agente titular tem a liberdade de escolher como agir, desde que garanta a operacionalização da condição tutelar. Os modos de ação em nome da pacificação são, portanto, situacionais e dinâmicos, dependendo de uma combinação de diferentes fatores e características que decidem como alguém deve ser tratado, quem vale a pena salvar e cuja vida importa (Sanjurjo; Feltran, 2015). Essas categorizações geralmente refletem, são mediadas por e reforçam conjuntos de suposições e divisões sociais ao longo das linhas de raça, classe, gênero e idade (Neocleous, 2011; Kienscherf, 2016).

Ainda assim, embora as populações marginais “sejam patologizadas por meio de vários tipos de práticas de poder/conhecimento, elas não se submetem a essas condições passivamente” (Das; Poole 2004b, p.19). Em contraste com o que sugerem as representações dominantes das populações marginalizadas, as evidências empíricas mostram sua pluralidade e conexão por meio de relações intensas com domínios sociais, como família, trabalho, religião, lei e proteção social, e um relacionamento efetivo com o Estado (Perlman, 1976; Goldstein, 2003; Feltran, 2011; Cabanes et al. 2011; Cunha; Feltran, 2013). Portanto, ao analisar como as formas de controle como práticas de segurança atingem a vida cotidiana dos cidadãos (Neocleous, 2011) e as consequências humanas da securitização de questões sociais (Gledhill, 2015), também deve ser abordado como as pessoas percebem, respondem e influenciam essas práticas. Mostrar a pluralidade empírica nessas áreas contraria a construção de bipolaridades que a presença do Estado nas margens urbanas promoveu (Feltran, 2013).

No contexto brasileiro, Oliveira (2014) argumenta que a pacificação tem sido um aspecto central da construção da nação - por meio de um mecanismo de diferenciação - por cinco séculos, desde a história colonial até o Brasil republicano. Historicamente, essa combinação de práticas violentas e tutelares foi direcionada ao controle e à “civilização” das populações indígenas. Mais recentemente, o termo “pacificação” e sua lógica foram apropriados para áreas urbanas e direcionados a segmentos específicos da população urbana considerados perigosos (Oliveira, 2014; Leite, 2015), um desenvolvimento que pode ser vinculado ao recente ciclo de desenvolvimento econômico do Brasil (Feltran 2011, 2013). A

guerra contra as drogas tem sido importante nesse processo porque justifica a pacificação de certos grupos sociais e zonas específicas consideradas perigosas e ingovernáveis (Neocleous, 2011).

O projeto da Unidade de Polícia Pacificadora é exemplar nesse sentido: é legitimado e reforça a ideia das favelas como espaços marginais de pobreza e criminalidade, onde a destruição dos inimigos e da cultura da favela deve ser acompanhada pela construção de uma nova ordem social. A pacificação das favelas pode, portanto, ser entendida como uma forma de criação do Estado nas margens urbanas. Olhar além da desconfiança e da ausência do Estado por meio de um exame etnográfico da influência da pacificação na educação revela como a natureza contraditória, seletiva e intermitente da aplicação da lei instiga e sustenta a violência e a insegurança entre as populações urbanas marginais (Auyero; de Lada; Berti, 2014).

Por outro lado, sob o selo de contrainsurgência, os militares dos EUA incorporaram a educação em sua estratégia nas Filipinas, enfatizando a importância da educação como ferramenta de pacificação e assimilação. As autoridades americanas acreditavam que, ao oferecer educação à população filipina, poderiam conquistar seu apoio e lealdade ao governo americano (conquista de corações e mentes). Essa estratégia foi influenciada pelas experiências dos EUA na Reconstrução pós-Guerra Civil e pelos esforços para assimilar os indígenas americanos (Ruscetta, 1998).

Durante o período de envolvimento americano nas Filipinas, entre 1898 e 1909, o exército e o governo civil dos EUA usaram a educação como meio de pacificar a população e promover a aceitação do governo americano (Ruscetta, 1998). Os líderes militares e civis compartilhavam a crença de que a educação era eficaz para levar o estilo de vida americano a terras estrangeiras. Os esforços educacionais do Exército dos EUA faziam parte de uma estratégia deliberada para pacificar a violência contra a ocupação e assimilar a população filipina sob o governo americano.

Além disso, a abordagem dos militares dos EUA em relação à educação variava entre as tribos cristianizadas e as tribos não cristãs, como os Moros. Os esforços educacionais para as tribos cristianizadas eram mais centralizados, enquanto os das tribos não cristãs eram mais descentralizados e controlados por governadores militares e civis de áreas específicas. Essa distinção destaca a abordagem personalizada que os EUA adotaram ao incorporar a educação em sua estratégia de contrainsurgência com base nas diferenças culturais e religiosas entre a população filipina.

É importante pontuar que para o autor, o uso da educação teve um impacto significativo no sucesso geral dos esforços de pacificação dos EUA nas Filipinas. A educação desempenhou

um papel fundamental para convencer os filipinos da benevolência americana e promover a aceitação da soberania americana nas ilhas. A ênfase na educação como ferramenta de pacificação e assimilação refletia as experiências dos EUA na Reconstrução pós-Guerra Civil e os esforços para civilizar os índios americanos. Ao oferecer educação, os EUA procuraram inculcar valores e ideais americanos na população filipina, com o objetivo final de criar um senso de lealdade e fidelidade ao governo dos EUA.

Seja no caso brasileiro das UPPs ou no caso filipino, podemos notar como a educação vem sendo utilizada como ferramenta da pacificação ao tutelar populações e introjetar valores e modo de viver (e produzir) exógenos à sua realidade. Também, vemos como um mecanismo de recuperação do termo pacificação na periferia do sistema internacional, nesse contexto sob pretexto da ordem e, principalmente, da segurança desses contingentes-alvo.

Esse é, também, um dos grandes motivos pelos quais faremos a recuperação histórica de formação da sociedade sul-sudanesa durante o período colonial. Em um primeiro momento, pode parecer marginal ou até mesmo irrelevante para a análise quando a preocupação principal está na participação dos militares na construção do Estado do Sudão do Sul, contudo, é fundamental que entendamos o impacto da educação colonial no Sudão do Sul para entendermos o processo de diferenciação identitária que foi lentamente construída naquele território em detrimento do Norte, ocasionando, entre outros fatores, as guerras civis e a consequente secessão.

4. FERRAMENTAL METODOLÓGICO

Metodologicamente, esta pesquisa se caracterizou por uma abordagem de natureza qualitativa, empregando diferentes ferramentas metodológicas ao longo da pesquisa. Contudo, nosso estudo pode ser definido como uma linha do tempo a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Isso porque a linha do tempo, trazendo Yin, “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (2005, p. 32). Por sua vez, é importante unirmos o materialismo histórico-dialético ao esta metodologia por compreendermos que não é possível observar os processos no caso sem levar em consideração as dinâmicas históricas das contradições existentes em um determinado modo de produção e em uma determinada formação social.

Soma-se isso ao que nos ensina Gramsci (1987) sobre a formulação de teorias explicativas sobre a realidade. Crítico ferrenho de generalizações e explicações que se colocam como capazes de elucidar fenômenos em diferentes contextos históricos e geográficos, esta tese vai ao encontro desse pensamento e se coloca enquanto produzida e limitada a analisar o processo de formação e manufatura do Estado do Sudão do Sul.

Em adição à linha do tempo e o materialismo histórico-dialético, em termos procedimentais e ferramentais da pesquisa, empregaremos o *process tracing* por sua utilidade em analisar fenômenos complexos, situados historicamente, cujas explicações demandam a articulação de diferentes fatores, como os estruturais, institucionais, sociais, dentre outros (Bennett e Checkel, 2015). De acordo com os autores, o *process tracing* fornece um termo intermediário comum para pesquisadores interessados em explicações históricas e cientistas sociais e políticos que são sensíveis às complexidades dos eventos históricos, mas os últimos estão mais interessados em teorizar, bem como explicar casos individuais.

O grande ganho do *process tracing* é, segundo Schettini et al (2018), o de permitir construir explicações causais a partir de eventos sequenciais e contíguos e dos mecanismos causais ou de entidades subjacentes que os geravam, e que, para além da análise individual, poderia ser utilizado para fazer inferências relacionadas a explicações estruturais ou de nível macro em estudos de caso. O grande objetivo do *process tracing* para esta tese, portanto, é identificar quais os mecanismos causais que possibilitaram gerar um determinado resultado, natureza de nosso problema de pesquisa.

Schettini et al (2018), ao trazer Beach e Pedersen (2013 apud. Schettini et al, 2018), chama a atenção para a existência de quatro variações do *process tracing*. A distinção delas, por sua vez, decorrem do desenho – se centrado na teoria ou centrado no caso –, do objetivo de

testar ou construir mecanismo causal, da pretensão de generalização do mecanismo causal, do tipo de inferências que podem ser feitas. Essas quatro variações, ainda, podem ser divididas em dois tipos: centradas na teoria e explicação de resultados.

Para esta pesquisa, utilizaremos a chamada *theory-testing process-tracing*, que se caracteriza

[...] por ter como objetivo deduzir uma teoria da literatura existente e testar se as evidências mostram que um mecanismo causal hipotético está presente no caso e se ele funciona como a teoria prediz. A expectativa desse tipo de investigação é estudar como um determinado mecanismo causal contribui para produzir determinado resultado. (SCHETTINI et al, 2018, p.53)

Tendo como mecanismo causal — ou categorias de análise — a pacificação e o militarismo herdado pelo legado colonial, olhamos para a história de formação do Sudão do Sul e os projetos de construção do Estado entre 2005 e 2020 em busca de evidências que corroborem com a afirmação de que existe uma força motriz ordenadora das relações sociais globais que apregoam a necessidade do Estado enquanto unidade política organizadora de indivíduos, do capitalismo enquanto modelo de produção e reprodução da vida social e dos agentes militares, legítimos operadores da violência nesta ordem, como veículo desses fenômenos.

Sobre as fontes primárias e secundárias utilizadas, valemos de trabalhos, artigos, teses e dissertações que se dedicaram a estudar a história do Sudão e do Sudão do Sul desde a colonização até a secessão; os planos de ação e relatórios da UNMISS, disponibilizados na página oficial da missão; os planos de investimentos do BM, do FMI e do USAID para o Sudão do Sul e os relatórios existentes das atividades das duas organizações financeiras, também disponibilizados em seus sites oficiais; os relatórios da Government Accountability Office (GAO) dos Estados Unidos e de empresas militares privadas e suas associações, tais como a International Security Organization Association (ISOA), DynCorp, PAE, Insight Security, Trinity Technologies, Warrior Security, Aegis Security and Investigations e Veterans Soldiers Service; os relatórios das atividades da ACOTA e da CJTF-HoA; e informes e relatórios de institutos de pesquisa e organizações internacionais, como, por exemplo, SIPRI, o Center for Civilians in Conflict (CIVIC), a Human's Right Watch (HRW) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

Todos os dados supracitados — os parâmetros da missão, os planos de ação e os relatórios de atividades — foram triangulados com o acumulado histórico da fabricação do Estado sul-sudanês para que a análise pudesse ser feita a partir do arranjo teórico-conceitual. Essa relação entre os dados encontrados no histórico de formação do Sudão do Sul e os projetos de construção do Estado foi fundamental para que encontrássemos os elementos convergentes

e divergentes. Isso possibilitou realizar o exercício de escrutínio do marco teórico que foi desenvolvido, a fim de que a hipótese pudesse ser testada.

Os resultados obtidos foram avaliados tendo como ponto de partida a análise dos atores armados presentes na construção do Sudão do Sul, a reflexão crítica de quem produziu os materiais e a avaliação criteriosa das informações apresentadas. Isso nos permitiu dizer que os documentos coletados ao longo da pesquisa foram de grande importância para a compreensão das práticas de intervenção internacional na periferia da ordem internacional, como elas se estabeleceram e como elas revelam um padrão comportamental das relações centro-periferia.

Retomando os elementos procedimentais de uma aplicação do theory-testing process tracing (Farias; Ribeiro; Medeiros, 2024), os autores elencam 6 passos fundamentais, quais sejam: 1: Identificar as hipóteses testáveis com base na teoria escolhida; 2 estabelecer uma linha cronológica dos eventos. 3: construir os elementos causais que identificam as variáveis 4. selecionar eventos 5. Discernir resultados contrafactuais, em caso de teste de teoria rival; e 6: buscar evidências para a hipótese principal.

Dessa forma, faz sentido retomarmos a nossa hipótese central de que a proeminência de múltiplos agentes armados na construção do Estado do Sudão do Sul se dá por conta do seu legado colonial militarista que é reforçado pelas duas guerras civis e a pacificação. Com isso, tornou-se fundamental observar o processo formador de construção do espaço sudanês e sul-sudanês (capítulo 5), os projetos de construção do Estado sul-sudanês (capítulo 6) e a atuação dos múltiplos atores armados neles (capítulo 7). As categorias de análise as quais buscaremos evidências no contexto do Sudão do Sul a fim de testar a teoria são o legado colonial, o militarismo e a pacificação.

Partindo da premissa das teorias elencadas, analisamos os dados levantados considerando fatores como a época em que foram produzidos, quem os produziu, quais os interesses das partes relevantes nos documentos e quais foram as implicações do documento para a sociedade e a sua influência na construção da retórica acerca da eficiência, celeridade e dos valores intrínsecos às sociedades liberais do centro capitalista. Dessa forma, identificamos uma narrativa que preza pela eficiência, rapidez, privatizações, lucro, etc. Cabe mencionar, também, que encontramos em diversos momentos (desde o processo histórico de formação das sociedades sudanesas e sul-sudanesas) a necessidade de tornar aquele indivíduo um ser produtivo para o meio social, além de privilegiar a segurança e os agentes de segurança em prol de um determinado tipo de desenvolvimento. Durante a leitura dos relatórios, também pudemos encontrar o parecer positivo sobre ações sobrepostas em nome de uma emergência, mesmo que

isso dane o cumprimento dos planos de ação, sendo, assim, possível confirmar a hipótese levantada pela pesquisa.

5. UM BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO SUDÃO/SUDÃO DO SUL

O grande objetivo desta tese é compreender a atuação de múltiplos atores armados na manutenção da pacificação do Sudão do Sul. Entretanto, para fazer sentido a ideia de manutenção, precisamos compreender como o processo foi construído. Ademais, indo ao encontro com a tradição da filosofia da práxis, o presente herda, necessariamente, as estruturas do passado.

Posto isto, neste capítulo entenderemos as condicionantes que tornaram o Sudão do Sul um país independente. Em primeiro lugar, compreenderemos o legado colonial que a coroa britânica deixou para o território do Sudão e Sudão do Sul. Isso porque compreender o processo de pacificação de hoje, precisamos entender como os primeiros passos foram dados. Para além disso, veremos que a política colonial britânica que isolou o sul criou uma situação tripla. Pelo fato de o sul não ter uma configuração política semelhante à europeia (dentre outras características, eram comunidades nômades), os sulinos eram considerados seres humanos de segunda categoria, cabendo a eles a escravização e o roubo de suas terras. A expropriação e exploração do povo sul-sudanês deixou uma sequela fundamental de subdesenvolvimento com relação ao norte e forjou uma identidade no sul que, mais tarde, seria usada como gatilho para as guerras civis.

Em segundo lugar, com o Sudão independente, é importante compreendermos as nuances das duas guerras civis porque há um entendimento racista generalizado, no Brasil e no mundo, de que se trata de um conflito entre dois povos de religiões diferentes — o norte muçulmano e o sul cristão. O que uma análise pormenorizada do conflito nos revela é um descontentamento legítimo da população sulina com relação à baixa participação política em Cartum e um claro privilégio do norte com relação à posse de terras e da geração de bem-estar social que o Sudão unificado podia prover.

Não queremos, com isso, negar a importância da diferenciação identitária em conflitos. O que queremos apontar com o supracitado é que existe uma leitura simplista do conflito enquanto resultado de diferenças étnicas e inexperiência política de um país jovem. Uma pesquisa que parte do ponto de vista material-histórico do conflito irá percebê-lo como um produto pós-colonial de sistemas políticos instáveis, do governo indireto imperialista, subdesenvolvimento generalizado e competição extrema por recursos.

Não foi a diferenciação étnico-religiosa que provocou o conflito. É importante destacar que a própria decisão por secessão não era um consenso entre as forças político-militares do futuro Sudão do Sul. O próprio líder do SPLA, John Garang, não era favorável à secessão. Porém, após a sua morte, as lideranças que assumiram — Salva Kiir e Riek Machar — eram

pró-secessão e articularam a viabilidade dela. A criação de um Sudão do Sul não é um ideal confabulado desde os anos 1950, quando se inicia a primeira guerra civil do país.

Por governo indireto, significamos a definição de Mamdani (1996), que argumenta que o modelo colonial empregado nessas propriedades se concentrava, inicialmente, na extração de recursos, não no povoamento. Em razão das grandes demandas financeiras e humanas do colonialismo tradicional, os colonizadores começaram a adotar o governo indireto. Essa estrutura colonial se baseia na subversão das estruturas de poder existentes, em vez da criação de novas estruturas. O governo indireto sustenta artificialmente uma hierarquia, muitas vezes religiosa ou étnica, e permite a sobrevivência de estruturas de poder instáveis. Além disso, posiciona os que estão no topo da hierarquia para suceder o governo colonial na era pós-colonial. Essas dinâmicas estão muito presentes no Sudão pós-colonial.

Tudo isso para asseverar a complexidade, os interesses e as dinâmicas cambiantes de um conflito que não passou despercebido, também, dos olhos internacionais. Por fim, não podemos perder de vista a presença internacional no conflito. Desde a formação da UNMISS, até a presença de exércitos estrangeiros e empresas militares, as interconexões das elites locais com as elites internacionais apontam para a manutenção da pacificação e hegemonia da qual defendemos nesta tese. O capítulo, então, se organiza em três partes principais, a primeira dando conta da presença colonial britânica na região, a segunda observando os meandros e disputas dentro das forças sul-sudanesas e entre o sul e o norte, finalizando com reflexões acerca da presença internacional na formulação, implementação e revisão do CPA.

5.1. O grande Sudão sob administração da coroa britânica 1899–1956

Apesar de a história do Sudão não ter começado pelo colonizador, nosso ponto de partida será o governo condominial anglo-egípcio. Isto se justifica pois foi durante este período que a administração britânica dividiu o território em duas regiões distintas, o Sudão do Norte e o Sudão do Sul. Por meio do processo chamado de “Política Sulista”, o Sudão do Sul foi administrado separadamente do norte, mais desenvolvido economicamente. Essa política tinha por objetivo fornecer uma barreira protecionista que prevenisse a exploração econômica do Norte pelo Sul, fazendo com que a coroa se incumbisse dessa missão. O que essa política de exclusão proporcionou ao sul, em longo prazo, foi o subdesenvolvimento relativo com relação ao norte, tendo este recebido investimentos em desenvolvimento econômico da coroa e, mais a frente, incorporando as elites locais ao *modus operandi* da coroa, enquanto que aquele recebeu da coroa uma sistemática escravização da sua população, catequização cristã e usurpação de

seus recursos naturais. Em termos das Relações Internacionais, a ação da coroa britânica provocou o desbalanceamento do equilíbrio de poder entre o Norte e o Sul.

É importante que saibamos, entretanto, que este comportamento da coroa britânica para com o Sudão é muito mais um padrão imperialista em África do que uma exclusividade episódica. A experiência pós-colonial sudanesa, nesse sentido, se espelha em antigas propriedades coloniais em todo o Sul Global. A prática de elevar artificialmente grupos específicos da sociedade por meio do governo indireto cria uma dinâmica de poder instável que, muitas vezes, é vital a um conflito civil. Esse fenômeno pode ser observado no Congo e em Ruanda, sob o domínio belga, e no Mali e no Chade sob o domínio francês (Mamdani, 1996). Vejamos, ainda que brevemente, a história e organização geográfica pré-colonial da região.

5.1.1. Uma breve exposição do território pré-presença colonial

Anteriormente à colonização formal do Sudão pela Grã-Bretanha, em 1899, o país estava longe de ser homogêneo, política ou etnicamente. A área geográfica do Sudão é tão diversa quanto vasta, constituindo anteriormente o maior país da África e abrigando centenas de grupos étnicos distintos. A diferenciação mais significativa está no eixo Norte-Sul, que divide o país não apenas geograficamente, mas também politicamente, religiosamente e etnicamente. Os sudaneses do norte derivam sua identidade cultural de sua religião, com uma maioria esmagadora que adere ao islamismo sunita. Por outro lado, o Sudão do Sul é muito mais diversificado do que o Norte, tanto em termos religiosos quanto étnicos. Entretanto, o Sudão do Sul tem sido tradicionalmente dominado pelos dois maiores grupos étnicos, os Nuer e os Dinka.

O Sudão é tão diverso geograficamente quanto culturalmente. As regiões do norte do Sudão sofrem com a escassez de água potável devido ao seu clima extremamente quente e árido, bem como com a desertificação crescente. Em contraste com o norte, o sul do Sudão tem um clima tropical e equatorial, propício à agricultura, que era o principal setor da região até a descoberta do petróleo na década de 1970.

Em 1821, as regiões do norte do Sudão estavam sob o domínio de Muhammad Ali, o vice-rei otomano do Egito. Collins (2008) afirma que a principal motivação para a invasão de Ali no Sudão foi a aquisição de escravizados para seu exército particular. A lei islâmica, ou Sharia, proíbe a captura de muçulmanos para fins de escravização, deixando Ali com uma fonte lógica de escravizados o Sudão do Sul. No auge desse comércio de escravizados, em 1860, cerca de 15.000 indivíduos eram enviados para o norte todos os anos. O comércio Norte-Sul implementado pelo regime turco-egípcio plantou as sementes da hegemonia e do domínio do

Norte que persistiriam por dois séculos (idem).

Em 1881, um construtor de barcos chamado Muhammad Ahmed ibn Abdallah alegou ter recebido visões do Profeta Muhammad, que o declarou o Mahdi. Abdallah acumulou milhares de seguidores, principalmente muçulmanos ortodoxos em todo o norte e centro do Sudão, promovendo seu movimento como um retorno ao fundamentalismo islâmico. No mesmo ano, Abdallah declarou uma jihad, ou guerra santa, contra o regime turco-egípcio, que ele alegava ser herege e infiel. Em 1885, as forças de Abdallah capturaram Cartum, estabelecendo formalmente o regime mahdista.

Em 1898, as forças mahdistas foram derrotadas de forma decisiva na Batalha de Omdurman por um exército anglo-egípcio. O número de baixas mahdistas foi de 26.000, em comparação com 430 do lado anglo-egípcio. Com relação à batalha, um jovem Winston Churchill escreveu:

é o triunfo mais marcante já obtido pelas armas da ciência sobre os bárbaros". Em um espaço de cinco horas, o exército selvagem mais forte e mais bem armado que já havia se posicionado contra uma potência europeia moderna foi destruído e disperso, quase sem nenhuma dificuldade (Churchill, 2000, p.300).

Esse resumo racista e condescendente era emblemático dos altos funcionários britânicos da era colonial e se manifestaria durante a administração britânica do Sudão. Em 1899, o Império Britânico, em uma joint venture com o Egito, estabeleceu o condomínio anglo-egípcio do Sudão, formalizando seu controle sobre o país.

O interesse inglês no Sudão deve ser contextualizado dentro do movimento mais amplo de partilha da África na segunda metade do século XIX. Para as potências europeias ricas e industrializadas, em comunhão com o crescimento feroz do capitalismo, a África oferecia mercados secundários para produtos manufaturados e uma fonte aparentemente infinita de matérias-primas, principalmente borracha, algodão, marfim e ouro. Na Conferência de Berlim de 1884, a reivindicação da Grã-Bretanha sobre o Sudão foi formalizada entre as potências europeias. Deve-se observar que nenhum representante africano participou ou foi convidado para essa conferência.

Semelhante ao projeto colonial britânico na Índia, como falamos anteriormente, a administração colonial no Sudão assumiu a forma de governo indireto. Tradicionalmente, o governo indireto refere-se ao uso de líderes locais que governam sob a supervisão de administradores coloniais. Entretanto, Collin Newbury (2000) nos aponta a necessidade de revisão dessa definição direta para incluir, também, um modelo clientelista que impõe uma hierarquia. Newbury (idem) também afirma que há uma noção de *modus vivendi* ou ordem por parte daqueles que estão no topo da hierarquia. No Sudão, essa teoria faz sentido ao

observarmos o movimento britânico de alçar as elites do norte à posição de administração colonial. Em troca do patrocínio britânico, as classes locais concediam legitimidade e um grau de estabilidade à administração colonial, estabelecendo aqui o início do processo de pacificação e hegemonia que debatemos no capítulo anterior.

Por meio de um processo chamado de "Política do Sul", o Sudão do Sul foi administrado separadamente do norte, mais desenvolvido economicamente. A Política do Sul delimitava a raça pela religião. O objetivo declarado da Política do Sul era "manter o Sudão do Sul o mais livre possível da influência maometana" (Rahim, 1966). A administração britânica dedicou muito mais recursos ao desenvolvimento no Norte do que no Sul, principalmente nas áreas industrial e educacional. Essa distribuição desigual de recursos e capital contribuiu para a dominação do Norte sobre o Sul na era independente e estabeleceu uma hegemonia que permeou a sociedade política e econômica sudanesa até 2011, quando o Sul votou em referendo pela independência.

A má administração britânica do Sudão foi resultado de uma falha desastrosa no planejamento de longo prazo. As autoridades da administração britânica não tinham a intenção de que o Norte e o Sul se tornassem um único estado na era da independência. Em vez disso, muitos dentro da administração colonial sudanesa pretendiam que o Sudão do Sul obtivesse a emancipação oficial do Norte e se unisse à África Oriental Britânica (Quênia e Uganda). Harold MacMichael, um secretário civil britânico sênior, anunciou que "a administração do sul deveria ser desenvolvida de acordo com linhas 'africanas', e não 'árabes', e que o futuro do sul do Sudão poderia, em última instância, estar com os países da África Oriental Britânica, e não com o Oriente Médio" (Johnson, 2004, p.11). Um memorando oficial para a Missão Milner declarou: "A possibilidade de a parte sul (negra) do Sudão ser eventualmente separada da área norte (árabe) e ligada a algum sistema da África Central é levada em consideração" (RAHIM, 1966). Sob esse sistema, os governadores regionais do sul não eram convidados a participar das conferências anuais de governadores em Cartum e, em vez disso, eram incentivados a colaborar com os administradores britânicos em Uganda e no Quênia.

Em termos gerais, pode-se dizer que a política britânica no sul do Sudão durante o período de colonização passou por duas fases principais. Durante a primeira fase, de 1899 a 1919, a política de governo do Sudão em relação às províncias do sul foi, além da manutenção da lei e da ordem e do fornecimento de diferentes formas de assistência às sociedades missionárias cristãs, em grande parte passiva ou de *laissez-faire*. Durante a segunda fase, após a Revolução Egípcia, por outro lado, o governo tornou-se cada vez mais ativo e intervencionista, especialmente — como foi o caso com relação à administração nativa nas

províncias do norte — após o levante de 1924, que foi liderado por um oficial de origem sulista. E, embora as diferenças geográficas entre as províncias do sul e do norte sempre tenham sido um fator importante, as considerações básicas que ditaram a política sulista do governo britânico do Sudão foram, em ambos os estágios, os interesses coloniais do Império Britânico no Sudão e na África Oriental.

Com relação aos primeiros dias do regime de Condomínio, Cromer, Agente e Cônsul Geral de Sua Majestade no Cairo e governante efetivo do Egito e do Sudão até sua aposentadoria em 1907, estava firmemente convencido de que o primeiro requisito do que ele chamou de "os selvagens que habitam essa região" era a lei e a ordem, e que isso poderia ser melhor atendido por meio de um governo militar forte e direto. "Não creio que o mais fervoroso defensor, seja do internacionalismo ou da igualdade de liberdade de todos os credos e raças, possa argumentar seriamente que teria sido possível, na prática, trabalhar em um sistema sob o qual Kwat Wad Awaibung, um Shilluk que assassinou Ajok Wad Deng porque este último enfeitiçou seu filho e fez com que ele fosse comido por um crocodilo, teria sido julgado por um procedimento semelhante ao seguido em Paris ou Lyon" (Rahim, 1966, p.3). Nessas circunstâncias, segundo ele, a adoção de um sistema civilizado de governo resultaria apenas na criação de "riscos muito sérios" para todos os envolvidos.

Sendo assim, e como o governo do Sudão estava, de qualquer forma, com pouco dinheiro e dependia do Tesouro egípcio para equilibrar seu modesto orçamento, nenhuma obra de construção poderia ser contemplada ou serviço prestado no sul além do necessário para a manutenção do pessoal do governo e, portanto, da lei e da ordem. Com apenas uma melhora limitada na situação financeira durante a década seguinte, mesmo a administração não pôde, exceto com dificuldade, ser estendida além dos objetivos limitados de defender os postos do governo e acabar com ocasionais revoltas tribais. Assim, quando o enclave de Lado foi transferido do Congo para o Sudão, após a morte do rei Leopoldo dos belgas em 1910, o trabalho de guarnecer e administrar o território adicional foi visto como "um sério imposto sobre os escassos recursos do governo" (idem), e as despesas extras envolvidas só puderam ser pagas com o aumento de "45.000 na contribuição egípcia por conta das despesas militares do Sudão".

Nessas circunstâncias, portanto, a melhor e única coisa que poderia ser feita em termos de melhoria geral era permitir que as sociedades missionárias cristãs entrassem na região, na esperança de que suas atividades ajudassem a conquistar a confiança dos habitantes para o novo regime e também provassem ser uma influência civilizadora. Os missionários, no entanto, tinham seus próprios planos e, ignorando "a grande diferença entre o Sudão e as partes da África

habitadas por não-muçulmanos" (Warburg, 1968, p44), queriam prosseguir com o proselitismo em todo o país. Em uma carta particular a Lord Lansdowne, Cromer descreveu a situação nos seguintes termos:

Estou sendo vigorosamente atacado por todos os lados para permitir o proselitismo ativo no Sudão. Os católicos apoiados pelo governo austríaco, o Partido da Alta Igreja, com vários bispos influentes por trás deles, a Missão da Igreja e outras sociedades, todos se juntam ao clamor". Em seguida, ele explica sua própria atitude: "Não tenho objeções a dar aos missionários um campo justo entre a população negra pagã nas regiões equatoriais, mas deixá-los soltos entre os... muçulmanos do Sudão seria, em minha opinião, quase insano. (RAHIM, 1966, p228-229)

Essa foi a base do acordo final alcançado sobre o assunto — a principal exceção, durante os primeiros anos, foi a abertura de escolas missionárias e a construção de uma catedral anglicana em Cartum, justificadas pela existência de não-muçulmanos na cidade. Tendo liberdade de ação nas províncias do sul, por outro lado, as missões, cada igreja ou denominação trabalhando em sua própria zona definida, continuaram com seu trabalho de proselitismo da população e "ensinando a esses selvagens os elementos de bom senso, bom comportamento e obediência à autoridade do governo" (Warburg, 1968, p.55). Foi uma medida de seu sucesso o fato de o Governador Geral, quando visitou a região em 1908, ter ficado "impressionado com a confiança agora demonstrada pelos nativos no governo".

Mas esse fato, por mais óbvio que tenha sido desde o início, não adquiriu um significado político definitivo até a eclosão da Revolução Egípcia de 1919, quando, confrontada com as realidades de uma nova situação no Egito, a administração britânica do Sudão achou aconselhável, em seu próprio interesse, revisar sua política dentro do país, como havia feito em relação ao relacionamento entre o Egito e o Sudão." De fato, as duas questões estavam diretamente ligadas nos memorandos enviados à Missão Milner. Um deles explicou que

A política do governo tem sido manter o Sudão do Sul o mais livre possível de influências maometanas. Mamurs negros são empregados: quando é necessário enviar funcionários egípcios, os coptas são, se possível, selecionados. O domingo é observado como dia de descanso em vez da sexta-feira, como no Norte, e os empreendimentos missionários são incentivados [...] a possibilidade de a parte sul (negra) do Sudão ser eventualmente separada da área norte (árabe) e ligada a algum sistema da África Central é levada em conta. (Rahim, 1966, p230)

Outro memorando sobre a separação do Sudão do Egito discutiu com mais detalhes a descentralização do governo do Sudão com vistas à separação dos negros dos territórios árabes. Tendo feito a observação realista de que "seria muito difícil fazer um corte limpo entre as duas raças", sugeriu, no entanto, que "uma linha de leste a oeste seguindo os rios Baro, Sobat, Nilo Branco e Bahr el Gebel" poderia ser uma fronteira adequada entre os dois (Ibrahim, 1973). Um terceiro memorando tinha um tom mais definitivo:

O governo do Sudão teria que, eventualmente, ser assimilado ao governo de outras possessões africanas, como Uganda e África Oriental, no que diz respeito aos negros. As províncias árabes exigiriam um tratamento diferente. Portanto, considere a questão de uma Federação Centro-Africana sob controle britânico e retire os negros do governo do Sudão - com o tempo, é claro. (Rahim, 1966, p230)

O Relatório Milner, entretanto, não fez nenhuma recomendação formal sobre o Sudão do Sul como tal. Mas a política de descentralização recomendada "com o objetivo de separar os negróides dos territórios árabes", conforme observado acima, naturalmente tendia a essa direção. E, em conformidade com isso, foi decidido que os governadores das três províncias do sul não deveriam, a menos que fosse necessário, participar das reuniões anuais dos governadores das províncias em Cartum, mas deveriam ter suas próprias reuniões no sul e manter contato com seus colegas no Quênia e em Uganda.

Mas a maneira como isso foi expresso no Relatório Anual é interessante e digna de nota. Depois de comentar sobre a utilidade da nova prática de realizar reuniões regulares dos governadores em Cartum, o governador-geral destaca, de forma interessante, que surgiu

uma divisão natural entre as províncias que são acessíveis e as que não são, já que só foi possível reunir as primeiras em Cartum. Descobriu-se que essa divisão corresponde quase exatamente [àquela] entre as porções árabes e negróides do Sudão, pois todas as primeiras províncias, Halfa, Dongola, Berbere, Mar Vermelho, Nilo Azul, Sennar, Nilo Branco, Cartum, com exceção apenas de Kassala, estão conectadas a Cartum por ferrovia, enquanto a mais próxima das províncias negróides é alcançada apenas por rio e fica a não menos de cinco dias de distância. Os governadores dessas províncias, portanto, se reúnem separadamente em algum lugar conveniente no rio, ao sul de Cartum (Rahim, 1966, p231)

Para excluir egípcios, sudaneses do norte e outros muçulmanos que provavelmente se envolveriam em atividades contrárias à política de separar as províncias do sul e dar a elas uma visão diferente do resto do país, a Portaria de Passaportes e Permissões de 1922 foi promulgada em outubro daquele ano. Ela introduziu um sistema rigoroso de permissões, de acordo com o qual a permissão de entrada de não-sudaneses no Sudão poderia ser recusada ou retirada sem motivo. Além disso, a Portaria autorizava o Governador-Geral (e seus representantes autorizados) a declarar qualquer parte do Sudão como "Distrito Fechado". Um "Distrito Fechado" poderia ser "absolutamente fechado", caso em que estaria completa e inquestionavelmente fora do alcance dos sudaneses do norte e dos não-sudaneses, ou poderia ser declarado um "Distrito Fechado" comum, caso em que "a entrada será permitida sujeita às condições e para os fins estabelecidos na referida ordem e ele (o Governador-Geral) poderá limitar a aplicação de tal ordem ou condições às pessoas ou classes de pessoas que julgar adequadas" (Rahim, 1966, p6-7).

Além disso, as autoridades competentes para conceder licenças de acordo com essa Portaria tinham poder absoluto para recusar a emissão de uma licença ou a renovação de uma

licença vencida para qualquer solicitante, sem motivo determinado e, da mesma forma e sem aviso prévio, para cancelar quaisquer licenças concedidas anteriormente e, a partir daí, o detentor da licença que foi cancelada ou cuja renovação foi recusada deverá, dentro de um prazo razoavelmente suficiente para encerrar seus negócios, a ser notificado a ele, deixar de comercializar no distrito ao qual a licença se aplicava. Além disso, essa pessoa poderá perder o depósito (de 50 libras) que deverá pagar ao solicitar uma licença.

A maneira pela qual esses aspectos da Portaria foram aplicados é melhor demonstrada em uma carta circular, contendo uma reafirmação da Política de Governo do Sul, que foi preparada, a pedido do Governador Geral, pelo então Secretário Civil, Sir Harold MacMichael, e enviada aos Governadores das três províncias do Sul e aos Diretores de Departamentos em janeiro de 1930. A carta, que continuou a ser a principal declaração da política oficial até 1947, diz o seguinte:

O objetivo do governo é incentivar, na medida do possível, os comerciantes gregos e sírios [cristãos] em vez dos do tipo Gallaba [ou seja, árabes muçulmanos do norte do Sudão]. As permissões para esses últimos devem ser reduzidas de forma discreta, mas progressiva, e somente o melhor tipo de Gallaba, cujos interesses são puramente comerciais e buscados de forma legítima, deve ser admitido. A limitação do comércio de Gallaba a cidades ou rotas estabelecidas é essencial. (Rahim, 1966, p232)

A Portaria de Passaportes e Permissões também tinha como objetivo impedir ou, de qualquer forma, reduzir drasticamente o número de sulistas que tendiam a olhar para o norte em busca de emprego e de perspectivas de um padrão de vida mais elevado. A Portaria, portanto, proibia a contratação de mão de obra em qualquer parte do país, exceto sob autorização. Além disso, os possíveis empregadores eram obrigados, antes que uma permissão pudesse ser emitida, a depositar a quantia de 1 libra esterlina para cada trabalhador que pudesse ser contratado de acordo com os termos da permissão, com um máximo de 150 libras (Rahim, 1966).

Quando as permissões eram concedidas, a violação das condições em que foram obtidas poderia resultar não apenas na perda do depósito, mas também em punição com prisão, que poderia chegar a seis meses, ou com multas que não excedessem 100 libras, ou com ambas. Por fim, a Portaria previa que uma pessoa que, no julgamento da autoridade competente, violar as disposições da Portaria ou de qualquer ordem emitida de acordo com seus termos “deverá, além de qualquer outra penalidade a que esteja sujeita de acordo com esta portaria... estar sujeita a ser expulsa do distrito no qual detinha uma licença... e ao confisco total ou parcial dos bens em sua posse” (Chand, 1995).

Os contatos entre nortistas e sulistas, no entanto, não se limitavam ao relacionamento entre comprador e vendedor ou trabalhador e empregador; eles também podiam ocorrer em

nível pessoal entre funcionários do governo e membros do público. Portanto, o Secretário Civil também determinou que os funcionários do norte deveriam ser gradualmente eliminados das províncias do sul. "É verdade que os 'meninos locais' não eram adequados para ocupar os cargos mais altos nos escritórios do governo e o fornecimento desses meninos dependia da velocidade com que as escolas missionárias os produziam. Mas como o emprego deles em escritórios do governo era uma característica vital da política geral, todo incentivo deveria ser dado aos responsáveis pelas escolas missionárias para que cooperassem enviando meninos para o serviço do governo (Salih, 2005).

Importante dizer, porém, que havia críticas e ponderações com relação ao supracitado. A introdução de mudanças tão radicais, geraria dúvidas e incertezas até mesmo nas mentes de alguns dos funcionários britânicos encarregados de sua execução. Por exemplo, o Comissário Distrital de Raja, que mais tarde condenaria a Política do Sul como "ridiculamente artificial" e "uma política que ninguém, creio eu, poderia seguir sinceramente", protestou: "não é coerente que eu insista para que eles [os sulistas] usem seus nomes tribais próprios e abandonem os nomes estrangeiros [árabes] quando as Missões têm permissão para batizá-los com outro nome estrangeiro [italiano]" (Rahim, 1966, p. 10).

Mas esses protestos só foram recebidos com recomendações para que se cumprisse a política oficial, mostrasse maior zelo no combate às influências árabe-muçulmanas e incentivasse as pessoas a persistirem no idioma inglês e nos costumes tribais. Caso fosse protestado — que isso significava que o governo estava tolerando ou até mesmo incentivando, por exemplo, a nudez que era normal entre as tribos das províncias do sul — a resposta pronta seria que "a política do governo no sul do Sudão é construir uma série de unidades raciais ou tribais autônomas com estrutura ou organização baseada, até onde as exigências de igualdade e bom governo permitirem, nos costumes indígenas, nos usos e crenças tradicionais" (Rahim, 1966, p. 13). No entanto, nos casos em que a nudez estava sendo substituída por roupas, era preciso tomar todo o cuidado para que fossem usados estilos europeus e não árabes. Nesse caso, até mesmo os membros da administração que, como o comissário de Raja, estavam preocupados com a consistência, podiam ser considerados confiáveis para executar a política do governo.

Em janeiro de 1935, por exemplo, ele escreveu para um deles:

Percebo que, apesar dos frequentes pedidos em contrário, grandes quantidades de roupas 'árabes' ainda estão sendo fabricadas e vendidas. Favor observar que, no futuro, é PROIBIDO fazer ou vender tais roupas. As camisas devem ser curtas, com gola e abertura na frente, à moda europeia, e NÃO com gola aberta, como as usadas pelos Baggara de Darfur. Além disso, as tagias [cobertura para a cabeça], usadas pelos árabes, e os emmas [turbantes] redondos não devem ser vendidos no futuro. A partir de hoje, não serão fabricadas mais roupas árabes; vocês têm até o final de fevereiro para se desfazerem do estoque atual. Essa

ordem se aplica a todos os agentes externos e proprietários de máquinas de costura. (RAHIM, 1966, p.235)

O objetivo era a eliminação de todos os traços da cultura muçulmana e árabe no sul, substituí-la pelo cristianismo e a língua inglesa e, acima de tudo o renascimento do tribalismo como instrumento de governo. Com isso em mente, foram feitas tentativas exploratórias de criação de tribunais de chefes (ou lukikos) para lidar com casos de menor importância no início de 1922, ano em que a Portaria dos Poderes dos Sheikhs Nômades foi promulgada e aplicada pela primeira vez no norte do Sudão. Quatro desses "lukikos" foram estabelecidos no decorrer do ano, na província de Mangalla e na província do Alto Nilo. A administração interna dos Shilluk foi deixada, na medida do possível, nas mãos dos chefes tribais, sob a supervisão de seu Mek e, além dele, do Comissário Distrital e do Governador da Província. Relatórios de sucesso inicial e irrestrito foram recebidos em Cartum e, com isso, foram criadas expectativas de um sucesso ainda maior (Rahim, 1966).

Pouco tempo depois, no entanto, parecia que esse otimismo não se justificava e o Governador Geral achou necessário advertir todos os envolvidos de que as instituições nativas precisavam de cuidados pacientes antes que pudessem ter valor administrativo prático. Havia duas razões principais para isso. O primeiro era que, embora em quase todas as tribos pudessem ser encontrados "traços de uma antiga organização governamental", essas organizações haviam diminuído muito com o passar do tempo "devido a constantes rixas, migração ou fome ". O segundo obstáculo era o fato de que o processo de pacificação ainda não havia sido concluído no sul, e as revoltas tribais periódicas continuaram a envolver o governo pelo menos até 1928. Nessas condições, portanto, o progresso da administração nativa estava necessariamente parado (Rahim, 1966).

Para superar a segunda dessas duas dificuldades e, assim, colocar as tribos recalcitrantes sob controle, foi enfaticamente declarado, em 1928, que as patrulhas periódicas — mesmo quando apoiadas por bombardeios aéreos — não eram suficientes. Estradas, transitáveis em todas as estações, e a criação de zonas neutras entre tribos hostis umas às outras, como os Nuer e os Dinka, precisavam ser criadas e mantidas de forma constante.

Com relação às tradições e organizações tribais, foi decidido, também em 1928, que se deveria buscar a orientação de especialistas treinados. Assim, com a ajuda do professor Westermann, diretor do Instituto Internacional de Línguas e Culturas Africanas, foi possível realizar o estudo sistemático das línguas do grupo principal no sul do país, e Evans-Pritchard preparou os estudos clássicos sobre os Nuer, os Azande e outras tribos do sul do Sudão, que

ainda são de grande valor para administradores e formuladores de políticas no Sudão, bem como para estudantes de antropologia em todo o mundo (Rahim, 1966).

Munidos de melhor entendimento apoiados por um sistema de estradas e transporte motorizado que melhorava rapidamente, o governo conseguiu estender o sistema dos Lukikos para a província do Alto Nilo no ano seguinte e, em 1930, os tribunais dos chefes nas três províncias do sul ouviram e resolveram nada menos que 14.046 casos de baixa importância, sempre mantidos sob supervisão rigorosa dos comissários distritais e dos governadores. Mesmo depois que a Portaria dos Tribunais dos Chefes, de 1931, foi aprovada, nem as conclusões nem as sentenças dos Lukikos podiam ser consideradas definitivas até que fossem confirmadas pelo Governador. E quando a Portaria dos Tribunais Nativos, de 1932, que consolidou o sistema de administração nativa em todo o Sudão entrou em vigor, as Províncias do Alto Nilo e Equatoria foram excluídas de suas disposições (Rahim, 1966).

Independentemente de suas limitações, no entanto, um sistema de tribunais de chefes foi efetivamente estabelecido. Ele liberava o Comissário de Distrito de muitas tarefas elementares de rotina e era, em geral, popular entre os habitantes. Os lukikos eram, de fato, tão populares em algumas áreas que uma pequena taxa tinha de ser cobrada dos litigantes para desencorajar a apresentação de reclamações puramente frívolas (Salih, 2005).

No entanto, em questões administrativas, e não judiciais, as agências tribais nas províncias do sul, em contraste com as do norte, estavam longe de ser bem-sucedidas. E, em 1936, quando vários xeques e tribunais de xeques já exerciam, há muitos anos, poderes judiciais e administrativos e nada menos que oito administrações tinham controle total de seus próprios orçamentos, os chefes e tribunais de chefes nas províncias do sul ainda estavam confinados ao estágio inicial em que apenas os poderes judiciais eram delegados e exercidos sob a supervisão rigorosa dos comissários distritais e governadores (Salih, 2005).

Um contraste paralelo entre as duas regiões durante os cerca de dez anos precedentes encontra-se na diferença de política em relação à educação (sempre, sob o regime de Condomínio, intimamente ligada à administração e adequada a fins administrativos) nas duas partes do país. Com efeito, enquanto os anos que se seguiram a 1924 foram, do ponto de vista educativo, uma década de estagnação total no Norte, a política no Sul, onde o Governo começou pela primeira vez a interessar-se pela educação, foi de rápida expansão que, como seria de esperar, foi empreendida em estreita cooperação com as sociedades missionárias.

Dois fatores foram importantes para a adoção dessa atitude em relação à educação no Sul. O primeiro foi a política de substituição de funcionários do Norte por locais já descrita. A semelhança entre esse fato e a substituição de funcionários sudaneses por egípcios após 1919

é, obviamente, óbvia. Mas há uma diferença importante: enquanto a expansão da educação no norte do Sudão (e, portanto, o emprego na hierarquia governamental) foi logo interrompida após o levante de 1924, o crescimento da educação nas províncias do sul não foi interrompido da mesma forma. Isso se deveu, em grande parte, à intensificação dos esforços no desenvolvimento e na execução da Política do Sul que se seguiu a 1924, particularmente em relação à erradicação da cultura árabe-muçulmana e à substituição pela língua inglesa e pelo cristianismo. Mas isso também se deveu à inadequação da administração nativa no Sul, o segundo fator responsável pela expansão da educação no Sul após 1924. Pois, na ausência de um sistema confiável de administração por meio de agências tribais, não havia alternativa ao governo burocrático, que dependia do sistema educacional para fornecer o treinamento inicial para seus recrutas, demandado pelo próprio governador geral no relatório de 1925. (Duany, Lorins, Thomas, 2021).

Até então, a educação nas províncias do sul, tal como existia, era fornecida exclusivamente por sociedades missionárias e o assunto não aparecia, como tal, nos relatórios anuais. Ela era mencionada apenas no decorrer das declarações sobre a condição das missões. Mas a situação se transformou a partir de 1925, quando, pela primeira vez, um esquema abrangente de educação no Sul foi preparado pelo governo, em cooperação com as missões que recebiam subsídios consideráveis para a execução do esquema. Na época, foi manifestada a esperança de que “a combinação feliz de empreendimento e experiência missionária, por um lado, e de ajuda governamental, por outro, deveria proporcionar um terreno seguro e oportunidades para o desenvolvimento desses povos negróides e pagãos” (Rahim, 1966, p.196). Em 1926, foi nomeado um Inspetor de Educação do Sul, que iniciou seu trabalho com uma visita a Uganda “a fim de estudar os métodos adotados lá, entre uma população de certa forma semelhante” (idem) à do sul do Sudão.

O sistema de educação que finalmente surgiu baseava-se em dois tipos de escolas: escolas vernáculas elementares, com cursos de quatro anos simples e diretamente ligados às necessidades práticas do povo, e escolas intermediárias, nas quais o inglês era o idioma de instrução e os cursos de estudo, com duração de seis anos, destinavam-se à formação de professores, funcionários e outros funcionários menores. O problema apresentado pela infinita variedade de idiomas locais e sua ortografia foi abordado na Conferência de Idiomas realizada em Rajaf, em abril de 1928. Estiveram presentes o Diretor de Educação de Uganda, o Comissário Provincial da Província do Norte de Uganda, um representante da Administração do Congo Belga e muitos representantes de escolas missionárias do Sudão, do Congo Belga e de Uganda, além do professor Westermann. Como resultado dessa conferência, alguns idiomas

do grupo foram selecionados para serem desenvolvidos para fins educacionais e uma ortografia uniforme foi adotada (Rahim, 1966).

Assim, com financiamento e conselhos de especialistas, os missionários, sob a supervisão geral do governo, prosseguiram com o trabalho. Várias escolas foram abertas nos anos seguintes e, em 1930, havia três escolas intermediárias com 177 meninos (além de 15 na Stack Memorial School em Wau) e 32 escolas vernáculas elementares com 2.024 alunos.⁴⁹ Em 1936, o número de alunos nas escolas intermediárias subiu para 246 (havia chegado a 261 no ano anterior); e o número de escolas elementares para meninos era de 36, com uma frequência de 2.977. Além disso, havia 18 escolas para meninas com 760 alunos e 3 escolas de comércio com 100 meninos. Os livros didáticos já estavam sendo produzidos nos idiomas e vernáculos em inglês e o padrão geral de educação estava sendo gradualmente elevado. Enquanto isso, o islamismo e o idioma árabe não só foram totalmente excluídos das escolas, como também estavam sendo sistematicamente apagados em todas as províncias do sul. Em meados dos anos 30, a Política do Sul estava em pleno andamento e a Administração Nativa, sua contraparte no Norte, ainda estava prosperando (Rahim, 1966; Duany, Lorins, Thomas, 2021).

Entretanto, porém, novas forças, tanto nacionais como internacionais, estavam a ganhar ímpeto. As consequências imediatas foram a restauração parcial da posição do Egito no Sudão em 1936 e o fim da Administração Nativa como filosofia de governo em voga no país. Dez anos mais tarde, as mesmas forças conduziram à inversão da Política do Sul e de tudo o que ela representava e, no final da década seguinte, provocaram o fim do Condomínio.

O ponto de virada no que diz respeito à política no Sul do Sudão, tal como no resto do país, foi a apresentação ao Governo do Memorando do Congresso dos Graduados em 1942. Nesse memorando, os diplomados exigiam, entre outras coisas, "a abolição dos decretos sobre 'áreas fechadas' e o levantamento das restrições impostas ao comércio e aos movimentos dos sudaneses no interior do Sudão" e "o cancelamento das subvenções às escolas missionárias e a unificação dos programas de estudo no Norte e no Sul do Sudão" (Rahim, 1966, p.228).

Em agosto do ano seguinte, o Governador da Equatoria, referindo-se à publicação iminente da legislação do Conselho Consultivo, escreveu que a Política do Sul necessitava de ser reafirmada, embora também sentisse que o futuro político da Política do Sul não podia, por enquanto, ser determinado:

mas seja o que for, devemos trabalhar para um esquema de auto-governo que se enquadre numa ligação final dos povos do Sul para o Sul ou para o Norte. O Norte não pode ser excluído se admitirmos o princípio da autodeterminação, mas a política que está a ser adoptada torna a adesão política ao Norte improvável do ponto de vista do Sul. (Rahim, 1966, p234)

A criação do Sudanisation Committee (Comitê de Sudanização), em março de 1946, deu um impulso maior à consciência, que crescia lentamente, de que uma revisão da Política do Sul estava atrasada. O Comitê de Sudanização decidiu que um subcomitê deveria visitar as províncias do sul para investigar as condições no local. Nessa ocasião, o Secretário Civil informou ao Governador de Equatoria que

a sudanização progressiva de nossa máquina governamental é hoje uma questão da maior importância política e administrativa, e é essencial que demos a esse subcomitê todas as oportunidades de fazer recomendações realistas com base no conhecimento dos fatos. (Rahim, 1966, p.240)

Mas o relatório do subcomitê, além de recomendar o fim do sistema de pagamento diferenciado que existia sob a Política do Sul e a unificação do sistema de estabelecimento, acabou sendo, na verdade, uma acusação à política do governo no sul do Sudão, que o Secretário Civil, portanto, recusou-se a publicar. No entanto, isso foi, por si só, um sinal claro de que havia chegado o momento em que a reavaliação da Política do Sul não poderia, com prudência, ser muito adiada. Além dos relatórios do Comitê de Sudanização e do aumento geral da pressão nacionalista para a abolição da Política do Sul e a consolidação do Sudão, "os planos da África Oriental em relação a melhores comunicações com o Sudão do Sul foram considerados nebulosos". Além disso, escreveu o Secretário Civil:

as distinções nas taxas de pagamento e outras condições de serviço do governo, as regras artificiais sobre o emprego de sulistas no Norte, as tentativas de separação econômica e todas as distinções semelhantes estão se tornando cada vez mais anômalas à medida que a crescente demanda por nortistas para serem empregados nos esquemas de desenvolvimento do Sul, a comunicação e as viagens entre o Norte e o Sul, que crescem rapidamente, e a própria aplicação da política de avançar no Sul, quebram o isolamento anterior das províncias do Sul e tensionam ainda mais essas distinções. (Rahim, 1966, p241)

Portanto, era necessário que uma nova política fosse formulada. Sir James Robertson insistiu que essa política não deveria ser influenciada pelo apaziguamento de extremistas impacientes, mas que deveria se basear em princípios econômicos e sociais sólidos que não apenas suportariam a defesa contra a oposição violenta e sectarista, mas também deveriam obter o apoio dos sudaneses que estivessem preparados para adotar pontos de vista lógicos e liberais. Afinal de contas:

...são os sudaneses, do norte e do sul, que viverão suas vidas e administrarão seus negócios nas gerações futuras neste país, e nossos esforços devem, portanto, se concentrar em iniciar uma política que não seja apenas sólida em si mesma, mas que possa ser aceita e, por fim, viável por sudaneses patriotas, tanto do norte quanto do sul. (Rahim, 1966, p241)

Sir James sugeriu, então, que o governo do Sudão deveria, a partir de agora,

"agir de acordo com o fato de que os povos do sul do Sudão são distintamente africanos e negróides, mas que a geografia e a economia se combinam para torná-los inextricavelmente ligados, para o desenvolvimento futuro, ao norte do Sudão, que é do Oriente Médio e arabizado". (Rahim, 1966, p241)

As reações dos administradores britânicos que trabalhavam no sul eram variadas e interessantes. O Comissário Distrital de Raja, por exemplo, achou que

"a declaração de política é muito bem-vinda, pois a antiga Política do Sul era uma política que ninguém, creio eu, poderia seguir sinceramente. É especialmente bem-vindo o abandono das barreiras ridiculamente artificiais (e ineficazes) erguidas há 16 anos. É uma perda de tempo consultar alguém chamado "Amat" [ou seja, Ahmed] e "Issen" [ou seja, Hassan] e depois verificar e anotar seu nome tribal, sabendo muito bem que, assim que ele saísse pela porta, seus amigos continuariam a conhecê-lo não como Ngerebaya ou Hgerekudu, mas por seu nome árabe." (Rahim, 1966, p242)

O governador de Juba escreveu:

"Não considero a exclusão do Sudão do Sul e sua ligação com os vizinhos do sul como uma política prática, nem no melhor interesse do próprio povo, pois eles seriam 'Cinderelas' ainda mais do que são agora. Independentemente do que eu possa ter sentido no passado, os acontecimentos recentes no Sudão e na África Oriental me convenceram de que nem o apego ao sul nem o isolacionismo são possíveis". (Rahim, 1966, 242)

Outros, no entanto, só o receberam com reservas. Assim, o governador de Wau observou que todos concordam com o argumento principal do Secretário Civil de que o Sul está ligado ao Norte e que os dois precisam se unir como um só país.

Todos concordam que as restrições aos comerciantes do Norte devem ser retiradas e que não deve haver impedimento para que os sulistas trabalhem no Norte, se assim desejarem. [...]
 Todos concordam que a discriminação religiosa, tal como existiu, embora possa não ter sido admitida, deve cessar. [...]
 É a questão das salvaguardas para a integridade do Sul que mais precisa ser discutida para a formulação de uma atitude planejada. [...]
 Minha própria opinião — que tende a uma medida de autonomia regional ou eventual federação de duas entidades bastante diferentes em uma base igualitária, e uma declaração clara de que os britânicos manterão o forte até que o Sul não precise de uma guarnição — foram declaradas separadamente. (Rahim, 1966, p242)

Dois meses depois, quatorze administradores britânicos que trabalhavam no Sul ficaram "perturbados com as atas da Conferência de Administração" (Rahim, 1966, p.243). Embora estivessem de acordo com os pontos de vista do Secretário Civil e com a principal recomendação da Conferência, eles assinaram uma carta coletiva na qual protestavam contra o fato de que — como resultado da operação da Política do Sul — nenhum sulista estava presente na Conferência e que os povos das províncias do sul estavam representados apenas por dois governadores. Portanto, eles pediram "a instituição de uma Conferência de Administração para o Sudão do Sul, a ser realizada no Sul" (Rahim, 1966, p.243).

Em resposta, o Secretário Civil garantiu aos signatários da carta que o governo estava totalmente ciente de suas responsabilidades, que não havia tomado nenhuma decisão sobre as províncias do sul e que as recomendações da Conferência de Administração do Sudão ainda não haviam sido consideradas. "Como presidente dessa conferência, o secretário civil [simplesmente] permitiu que os sudaneses do norte falassem o que pensavam, e eles o fizeram".

Por fim, Sir James indicou que estava "disposto a convocar uma conferência como a sugerida para se reunir em Juba" (Rahim, 1966, p.243).

A Conferência de Juba foi realizada em 12 e 13 de junho de 1947. Sob a presidência do Secretário Civil, participaram os governadores das províncias do sul, o Diretor de Estabelecimentos, dezessete chefes do sul e homens instruídos em missões, além de seis nortistas. Os termos de referência da Conferência foram os seguintes: 1) Considerar as recomendações da Conferência de Administração do Sudão sobre o sul do Sudão; 2) Discutir a conveniência de os sudaneses do sul serem representados na Assembleia proposta e, se for decidido que é aconselhável, decidir como essa representação pode ser obtida da melhor forma nas circunstâncias atuais; e se a representação proposta pela Conferência de Administração do Sudão é adequada; 3) Discutir se podem ser introduzidas salvaguardas na futura legislação que estabelecerá a nova assembleia, para garantir que o sul do Sudão, com suas diferenças de raça, tradição, idioma, costumes e perspectivas, não seja prejudicado em seu avanço social e político; 4) Discutir se deve ou não ser criado um Conselho Consultivo para o Sul do Sudão para tratar dos assuntos do Sul, a partir do qual representantes podem ser nomeados para participar da Assembleia como representantes do Sul do Sudão; e 5) Considerar as recomendações da Conferência de Administração do Sudão no parágrafo 13 de seu relatório, que trata de assuntos não estritamente relevantes para o desenvolvimento político do Sudão, que a Conferência recomendou como essenciais para que a unificação do povo sudanês seja alcançada. (Rahim, 1966).

Após uma longa discussão, durante a qual foram debatidos vários aspectos de seus termos de referência, a Conferência de Juba concluiu que o desejo dos sudaneses do sul era se unir aos sudaneses do norte em um Sudão unido; que o sul deveria, portanto, ser representado na Assembleia Legislativa proposta; que o número de representantes do Sul deveria ser maior do que treze, conforme recomendado pela Conferência de Administração do Sudão; que eles deveriam ser eleitos pelos Conselhos Provinciais do Sul e não por um Conselho Consultivo para o Sul do Sudão; que o comércio e as comunicações deveriam ser melhorados entre as duas regiões e que deveriam ser tomadas medidas para a unificação da política educacional no Norte e no Sul.

As conclusões da Conferência de Juba foram aceitas pelo governo e formaram a base de sua nova política - uma política que não visava mais à separação das províncias do sul do restante do Sudão, mas que, ao contrário, tentava remover os obstáculos à unidade nacional que haviam sido introduzidos e, por meio século, vigorosamente perseguidos pela administração britânica do Sudão. Não há dúvida de que é mérito da administração britânica o fato de ter

percebido que sua política anterior de separação e discriminação era injusta e impraticável, e que estava preparada para tomar medidas para retificar a situação resultante.

No entanto, a história não pode ser simplesmente eliminada pela legislação, e o impacto em nossa vida atual, entre outros fatores, da administração britânica no sul do Sudão entre 1899 e 1947 é óbvio demais para ser comentado. A Política do Sul foi, de longe, o maior fracasso dessa administração e não há dúvida de que, ao implementá-la, o regime do Condomínio colocou o Sudão independente diante de seu problema mais intratável e a atual geração de sudaneses, em todo o país, diante do maior desafio de sua história pós-independência.

É particularmente importante enfatizar essa conclusão, tendo em vista o fato de que os historiadores e comentaristas britânicos - com a ilustre exceção do Professor P. M. Holt e alguns outros - demonstraram, e alguns deles ainda demonstram, uma tendência peculiar não apenas de minimizar o papel da política britânica na precipitação do atual problema do Sudão do Sul, mas até mesmo de negar o próprio fato de que essa política tenha existido. Assim, Harold MacMichael, um dos principais arquitetos da referida política, cita com aprovação uma declaração oficial que falava da Política do Sul como uma "barreira protetora que foi necessário construir no passado contra a exploração por comerciantes do Norte e outros" e escreve sobre a "suspeita" que levantou entre os nortistas de que o governo estava trabalhando para uma separação entre as duas regiões do país (Rahim. 1966).

Ainda que faremos maiores reflexões ao final do capítulo, é importante ressaltar, preliminarmente, algumas questões. A primeira delas, é de como fica demonstrado no texto o quão incorreto é reduzir as querelas sudanesas como uma simples diferenciação étnico-religiosa. A segunda delas, é que não parte dos locais o anseio por separação, mas sim a velha estratégia britânica, aplicada em todo o globo, de dividir para conquistar. A terceira delas é que o projeto hegemônico da coroa para o Norte incluía concessões (ainda que mínimas) em troca de aceitação e legitimidade do próprio sistema de governo. E a quarta delas é que a escolha pelo detalhamento de algumas questões — como o modelo educacional, os ofícios e memorandos da política sulina com a consequência de perda de terra caso descumpridos os supracitados e o apagamento do arabismo no sul do Sudão — evidenciam o processo de expropriação e exploração próprios da pacificação. Vejamos, na sequência, as disputas internas e as conexões com o internacional no contexto das guerras civis na próxima subseção (Rahim, 1966).

5.2. A primeira guerra civil sudanesa

Em julho de 1955, com o nacionalismo crescendo no norte, trabalhadores do sul fizeram uma greve que foi violentamente reprimida pelo governo. As tropas, compostas por soldados

nordestinos, foram acionadas, mas a revolta só foi controlada quando o governador-geral pediu aos soldados que se rendessem. Isso resultou em tumultos no sul e mortes de moradores do norte. Levantes começaram a surgir na região. A Conferência de Juba de 1947 e o Esquema Zande de 1948 visavam integrar o sul ao norte do Sudão, após décadas sob controle britânico. A greve em 1955, que ocorreu um dia antes da independência, evidenciou o descontentamento com a integração econômica, com benefícios concentrados no norte. Com a nova administração em Cartum, a população do sul ficou apreensiva sobre sua autonomia (Johnson, 2011).

Al-Azhari tornou-se o primeiro chefe de Estado do Sudão em 1956, mas várias questões importantes estavam em aberto. Os líderes do sul queriam um sistema federal que respeitasse suas diferenças. Para isso, formaram o Partido Liberal em 1957. Contudo, líderes do norte viam o federalismo como um caminho para a separação. Além disso, todos estavam preocupados com a construção da identidade nacional, que estava fortemente ligada à religião. A conexão entre religião e política influenciava as decisões na nova república, e os sulistas enfrentavam políticas que desrespeitavam suas vontades (Johnson, 2011).

O Sudão se uniu a organizações internacionais, como a Liga Árabe e a ONU, e criou uma moeda e símbolos nacionais. A crise de Suez em 1956 afetou as relações com o Egito, e políticos exigiram um novo acordo sobre o uso do Nilo, que só foi assinado em 1959. Apesar de ser irrigado pelo Nilo, o Sudão focava na monocultura do algodão. O desenvolvimento prometido falhou devido à queda nos preços do algodão, levando a uma crise econômica em 1957 e atrasos na ajuda dos EUA. As eleições de 1958 foram vencidas pela aliança Umma-PDP, trazendo al-Azhari de volta como primeiro-ministro, e a ajuda americana foi finalmente aprovada (Mowellwald, 2015).

Em 17 de novembro de 1958, o general Ibrahim Abboud deu um golpe de Estado e suspendeu a Constituição. Vários ministros foram presos e partidos dissolvidos. O novo governo militar tentava se estabilizar, e a relação com o Egito melhorou após um pacto sobre o Nilo. O regime militar apoiava movimentos de independência na África e buscou alianças internacionais, mas sua política de "arabização" foi rejeitada pelos sulistas (Mowellwald, 2015).

Em 1960, partidos proscritos exigiram um governo civil e, em 1962, surgiu o movimento Sudan African Closed District National Union, que mais tarde se tornaria o Sudan African National Union. Um novo movimento armado, anya-nya, apareceu, trazendo insegurança e forçando milhares ao exílio. Diante da crescente insatisfação, uma greve geral levou à dissolução do governo de Abboud em 26 de outubro de 1964, conhecido como revolução de outubro (Holt; Daly, 2011).

Com o retorno ao governo civil, as discussões políticas se reataram. A Frente de

Profissionais pedia reformas radicais e adiamento das eleições até resolver o conflito no sul, enquanto o National Umma Party (em português: Partido Nacional Umma, NUP) queriam eleições rápidas para restaurar a normalidade. Em 6 de dezembro de 1964, confrontos violentos no sul, chamados de "dezembro negro", culminaram nas discussões sobre o status do sul na República do Sudão. (Johnson, 2011)

As eleições de 1965 ocorreram, mas a instabilidade persistiu, com massacres no sul. A fragmentação do movimento sulino e a falta de uma unidade resultaram em repetidas crises. O governo central lutava com suas próprias divisões, enquanto os conflitos no sul se intensificavam. Em 1969, o Sudão adotou uma política de não-alinhamento e o apoio aos movimentos de independência na Eritreia resultou em complicações diplomáticas (Johnson, 2011).

A condição militar dos sulinos melhorou com a ascensão de Idi Amin em Uganda, que ofereceu apoio ao movimento. Em 1969, embora a economia crescesse, o Sudão continuava dependente do setor agrícola e não conseguiu melhorar sua balança comercial (Johnson, 2011).

A situação econômica no Sudão, junto com a falta de negociações do governo com estudantes e sindicatos após o regime militar, levou a um novo golpe em 25 de maio de 1969. Um grupo de "oficiais livres", liderado pelo coronel Gaafar Nimeiry, depôs o governo e proclamou o fim do parlamentarismo, estabelecendo um regime militar socialista inspirado pelo Egito. Nimeiry ilegalizou partidos políticos, confiscou bens e formou um Conselho do Comando Revolucionário (CCR) com líderes militares e um civil como primeiro-ministro, que declarou um governo "esquerdista, socialista, mas sem extremismos" (Mowellwald, 2015).

Antes da mudança, a política do país era dominada por partidos influenciados por fundamentos religiosos. Com Nimeiry, ocorreu uma nacionalização em grande escala de empresas e uma mudança nas relações internacionais, rompendo com o Ocidente e aproximando-se do bloco soviético, que forneceu armamentos para o esforço de guerra no sul. Ele formou uma aliança com Egito e Líbia, simbolizada pela assinatura da Carta de Trípoli em dezembro de 1969. O regime enfrentou oposição de comunistas e conservadores, culminando na prisão de Sadiq al-Mahdi (Holt; Daly, 2011).

No início da década de 1970, a tendência de isolar a esquerda do governo se intensificou, resultando na prisão de líderes comunistas. Em 1971, um golpe liderado por Hashim al-Ata destituiu Nimeiry temporariamente, mas um contragolpe apoiado por forças leais a Nimeiry conseguiu restaurá-lo ao poder, resultando na execução de líderes comunistas. Nimeiry foi novamente nomeado presidente por seis anos (Johnson, 2011).

A situação no sul do Sudão continuava difícil, com a incapacidade de derrotar os

rebeldes, apesar da ajuda militar. Nimeiry buscou resolver o "problema sulino" através de negociações com Abel Alier, um moderado. Em 1971, ele declarou um cessar-fogo e, em 1972, o governo e os rebeldes assinaram um tratado de paz em Addis Abeba, que concedia ao sul autonomia e reconhecia o inglês como língua oficial. Juba foi designada como capital do sul, enquanto questões como defesa e políticas econômicas permaneceriam sob o governo central (Mowellwald, 2015).

O futuro da região de Abyei deveria ser decidido por um plebiscito, que nunca ocorreu. Alier se tornou vice-presidente do Sudão e Lagu foi nomeado major-general do exército. A integração dos rebeldes nas forças armadas sudanesas foi uma questão crítica do tratado. Embora o acordo trouxesse paz e desenvolvimento, não foi totalmente aceito por todos no sul, levando alguns grupos a permanecer em exílio ou em expectativa (Johnson, 2011).

5.3. O governo Nimeiry e relativa paz (1972 – 1983)

Após densa análise, fica claro que, no Sudão, existe uma relação de conflitos entre as regiões norte e sul. Com Nimeiry, proclamava-se em Cartum e Juba a cuidadosamente elaborada reconciliação nacional. O presidente, ao neutralizar seus principais adversários e frustrar diversas tentativas de golpe, atingiu o apogeu de sua popularidade, sendo amplamente reconhecido como o arquétipo da paz no país. Subsequentemente, Nimeiry empenhou-se em cumprir os preceitos para a edificação de um Estado nacional moderno: formalizou as alterações governamentais através de uma assembleia constituinte, escolhida em outubro de 1972. A nova constituição, promulgada em maio do ano subsequente, instituiu um sistema presidencial que confere amplos poderes ao chefe de Estado, o qual é eleito por plebiscito e possui a prerrogativa de suspender a constituição. Dessa forma, o presidente expandiu suas competências e, em consequência, implementou uma centralização administrativa que suprimiu as prerrogativas dos “líderes locais”, legado do período colonial sudanês, em favor de um sistema piramidal estruturado pela União Socialista Sudanesa (SSU), partido monopolista estabelecido em janeiro de 1971 (Holt; Daly, 2011).

Após a frustrada tentativa de golpe dos comunistas em 1971, ocorreram significativas transformações na política econômica do Sudão. A reprivatização, ocorrida em 1973, de certas empresas anteriormente estatizadas evidencia um distanciamento progressivo de Nimeiry em relação ao socialismo e uma concomitante aproximação com os Estados Unidos. Em 1973, uma colaboração entre o governo e o Fundo Árabe de Desenvolvimento Social e Econômico delineou um plano de 25 anos com o intuito de transformar o Sudão no celeiro do mundo árabe, ante a

sua significativa dependência das importações ocidentais. Através do Programa Básico para Desenvolvimento Agrícola do Sudão, a economia sudanesa integrou-se de maneira periférica na economia capitalista global: caracterizava-se por uma dinâmica limitada, com forte dependência do setor agrícola e vulnerável às flutuações nos preços das commodities (apud. Moellwald (2011).

Enquanto os planos de desenvolvimento eram formulados e implementados em Cartum, Juba assistia à realização das primeiras eleições para o Alto Conselho Executivo da Região Sul, em novembro de 1973. A narrativa do sul autônomo seria caracterizada por conflitos políticos, práticas corruptas e um investimento insuficiente em infraestrutura. Ademais, a fase de relativa autonomia no Sul seria caracterizada pela quase total falta de participação da região nas diretrizes políticas emanadas de Cartum. A diminuta representação do sul no progresso do país é claramente demonstrada pelo fato de que apenas nove das 1637 vagas da Universidade de Cartum são preenchidas por indivíduos originários do sul. Um exemplo notável dessa realidade foi a exploração de petróleo realizada, no sul, pela corporação americana Chevron (Holt; Daly, 2011).

As lideranças da região sul não foram consultadas sobre a exploração na área, e, subsequentemente à descoberta, decidiu-se pela construção de uma refinaria em Kosti, ao norte, o que muitos sulinos interpretaram como uma apropriação indevida de seus recursos locais. Em 1975, Nimeiry reprimiu uma nova tentativa de golpe, desta vez orquestrada por oficiais darfuris descontentes com a autonomia conferida ao sul e a marginalização do oeste na política nacional. Além dessa tentativa infrutífera, entre 1972 e 1976, a oposição da Assembleia e do SSU ao governo de Nimeiry foi escassa. Essa situação alterou-se em 2 de julho de 1976, com a tentativa de assassinato do presidente no aeroporto de Cartum. Nesta ocasião, a orquestração da ação foi realizada por Sadiq al-Mahdi, com o respaldo da Líbia. Al-Mahdi formou uma Frente Nacional no exílio, sob sua liderança e a de Sharif Husayn al-Hinfí, ex-líder do NUP. O insucesso do golpe, sustentado por financiamentos e armamentos oriundos da Líbia e da Etiópia, resultou em uma divisão entre o exército sudanês e os soldados da Legião Árabe, provenientes da Líbia, que se aliaram aos mahdistas do Sudão (Holt; Daly, 2011).

Os conflitos em Wau e Akobo, ocorridos em 1976, seguidos pelos tumultos em Juba em 1977, evidenciavam o crescente descontentamento da oposição em relação ao governo na região. Na mesma época, ocorreu a formação do Anya-Nya II em Bilpam, Etiópia. A região sul, que com grande dificuldade conseguiu estabelecer uma frente unificada contra o governo sudanês durante a guerra civil, agora enfrenta um novo desafio ao se fragmentar em facções. Os

equatorianos, que constituíam o núcleo da oposição durante o conflito, observavam com desconfiança o contínuo incremento de dinkas na administração da região autônoma (Johnson, 2011).

Com o fortalecimento da oposição em virtude do respaldo da Líbia e da Etiópia à Frente Nacional, Nimeiry buscou uma reconciliação com as lideranças exiladas. Em uma reunião clandestina realizada em julho de 1977, foi debatida a temática da “reconciliação nacional”, contemplando o retorno ao país de Sadiq al-Mahdi e Hassan al-Turabi, dirigente da Frente Islâmica. Al-Turabi assumiu o cargo de ministro da Justiça em 1979, observando que Nimeiry sucumbia às pressões da vertente mais tradicional e conservadora da política islâmica no país, o que, em sua perspectiva, eliminaria um elemento unificador para seus adversários pertencentes a esse segmento. No âmbito econômico, 1978 assinalou o início da edificação do Canal de Jonglei, destinado a redirecionar as águas do Sudd, a fim de proporcionar um incremento de recursos hídricos a jusante para os projetos agrícolas no norte (Holt; Daly, 2011).

O projeto foi aprovado sem resistência em Cartum, em 1974; entretanto, encontrou considerável oposição por parte da população do sul, que percebia no canal uma nova desapropriação de seus recursos pelo governo central. Em 1979, enquanto as obras do canal ainda estavam em andamento, a empresa norte-americana Chevron anunciou a descoberta de petróleo nas áreas do Alto Nilo e Cordofão do Sul. Para a exploração desse recurso, era imperativo garantir ordem e estabilidade na região, a fim de assegurar o tempo necessário para a prospecção e extração. A desconfiança quanto à alocação dos recursos do sul acrescenta uma nova dimensão às intrincadas relações entre a região e o governo central. Para complicar ainda mais o cenário, os preços reduzidos no mercado global para os produtos sudaneses, juntamente com a escassez e a inflação desenfreada (Holt; Daly, 2011, p174).

O governo foi compelido a solicitar assistência ao FMI. Em maio de 1979, com a celebração do primeiro acordo com o FMI, o governo se viu compelido a aderir à rigorosa cartilha de austeridade imposta pela instituição, que exigia a redução de gastos públicos, a diminuição de subsídios e uma maior ênfase nas exportações. Em agosto, os cidadãos de Cartum se mobilizaram nas ruas (Moellwald, 2015).

Num contexto de instabilidade política e econômica, Nimeiry dissolveu a Assembleia Regional do sul e realizou novas eleições por lá em abril de 1980. Abel Alier venceu Samuel Aru Bol, candidato de Lagu, e retornou à presidência do Alto Conselho Executivo. Enquanto seguia o faccionalismo político no sul, com a preocupação dos equatorianos em relação à “dominação dinka”, o processo de reconciliação no norte fracassava, com o boicote dos ansar

às eleições da Assembleia Popular. Portanto, a década começava conflituosa no terreno político e complicada economicamente. No começo de 1981, um declínio nas exportações e aumento das importações levou o país a uma dívida de US\$3 bilhões (Holt; Daly, 2011). Em outra tentativa de apaziguar a crise, um novo pacote de empréstimos do FMI foi anunciado, acompanhado de um novo plano de recuperação que trazia mais medidas de austeridade. O país, que havia começado os anos 1970 com a expectativa de se tornar o celeiro do Oriente Médio, entrava nos anos 1980 com o prenúncio de secas e fome (idem).

No âmbito político, o boicote dos ansar, previamente mencionado, estava parcialmente vinculado aos sólidos laços que Nimeiry havia estabelecido com o Egito. Em outubro de 1981, Sadat foi assassinado por um indivíduo da Irmandade Muçulmana que expressava descontentamento em relação à relação amistosa estabelecida com Israel. Nimeiry foi o único líder estatal a estar presente no funeral. No ano subsequente, foi formalizada uma Carta de Integração entre o Sudão e o Egito, a qual pode ser considerada a manifestação mais próxima de uma união do Vale do Nilo (Holt; Daly, 2011).

É nesse cenário que Sadiq al-Mahdi admitiu de forma pública o insucesso da reconciliação, situação que se intensificou no ano subsequente devido à sua resistência ao regime. A ratificação da Carta provocou igualmente manifestações no sul. Em dezembro, alunos foram detidos após protestos contra o governo, com alguns optando pelo exílio na Etiópia para se unirem à *anya-nya II*, que se expandia a cada medida impopular implementada por Nimeiry. No mesmo contexto, o batalhão localizado em Aweil foi despachado para Darfur; os soldados cumpriram as ordens de maneira relutante (Johnson, 2011).

Em 1981, a incursão das forças líbias no Chade resultou na deslocação de cerca de 2 milhões de refugiados para Darfur, gerando assim instabilidade na região. Nimeiry, que havia resistido a diversas tentativas de assassinato e golpes durante seu governo, começou, a partir do final da década de 1970, a adotar um discurso progressivamente fundamentalista, cada vez mais em sintonia com as posições de seu ministro da Justiça e líder da Frente Islâmica, Hassan al-Turabi. Após ascender ao poder respaldado por comunistas e diversas facções seculares da sociedade, Nimeiry, ao final de seu governo, se alinhava ao islamismo político. Esta alteração ideológica do governo teve repercussões significativas no sul (Moellwald, 2015).

A paz firmada em Addis Abeba, já vulnerável devido à questão da *anya-nya II*, à marginalização política e à drenagem de seus principais recursos econômicos em direção ao norte, além das contendas internas entre as lideranças do sul, agora se vê ainda mais comprometida pela ameaça de Cartum, que se inclina em direção a uma política de caráter

fundamentalista e religioso. Um último elemento que contribui para a complexidade deve ser ressaltado. Na fase de decadência do governo de Nimeiry, o presidente implementou uma política de reconfiguração administrativa tanto no norte quanto no sul. Em 1981, o Ato de Governança Local ratificou o estabelecimento de cinco novas regiões no norte. Em anseio por uma administração mais descentralizada, Nimeiry delineou a criação de três regiões ao sul: Bahr al-Ghazal, Alto Nilo e Equatória. De forma imediata, as lideranças do sul manifestaram oposição à proposta, criando uma divisão entre aqueles que são favoráveis à fragmentação e os que se opõem a ela (Holt; Daly, 2011).

Os equatorianos, ainda processando o que se referem como "dominação dinka", apresentavam uma postura majoritariamente favorável à divisão, convencidos de que tal medida possibilitaria a devolução de poderes. Em contrapartida, as lideranças dinkas, predominantemente opositoras, sustentavam que a fragmentação diminuiria a força da região frente ao governo central. Diante do impasse, facções opostas competiram nas eleições sulinas de abril de 1982, resultando na vitória dos unionistas. Entretanto, em julho, o reformista e divisionista zande Joseph Tembura foi eleito presidente do Alto Conselho Executivo. Ao assumir o cargo, o Comissário da Equatória Oriental ordenou a destruição dos acampamentos dinka na periferia da cidade, rompendo assim o controle dinka sobre o mercado, que foi substituído por lideranças mundari de origem equatoriana (Johnson, 2011).

Este exemplo ilumina as contendas internas por espaço e poder que ocorreram durante o período de governança autônoma no sul. No início do ano subsequente, o Congresso Regional se manifestou contra a proposta de divisão administrativa, preservando assim a unidade da região sul. No início de outubro de 1982, os governos do Sudão e do Egito formalizaram um novo acordo de integração, autorizando a aquisição de terrenos sudaneses por cidadãos egípcios. Apesar do respaldo de Tembura e Joseph Lagu, atualmente na função de segundo vice-presidente do Sudão, a ampla maioria do Alto Conselho Executivo manifestou-se contrária ao tratado. Considerando a exploração de petróleo e a implementação do canal de Jonglei, havia preocupações entre os sulistas em relação à possível desapropriação de suas terras. Uma após a outra, as decisões de Nimeiry repercutiam de forma adversa entre amplas parcelas da população do sul, como evidenciado pelas mobilizações estudantis ocorridas em dezembro.

5.4. Segunda guerra civil e formação do SPLM/SPLA (1983 – 1989)

O início de 1983 trouxe consigo a notícia de que aproximadamente 200 soldados, em sua maioria ex-membros da anya-nya, do batalhão de Bor, localizado às margens do Nilo Branco, se recusaram a cumprir ordens de transferência para o norte. Esse ato evidenciou que,

mesmo após uma década da assinatura do tratado de Addis Abeba, a tão esperada integração das forças armadas, prevista em seus termos, ainda não se materializara. Temerosos da instabilidade política que permeava o país, os soldados do sul optaram por permanecer aquartelados em casa. Em resposta a essa possível revolta, o governo enviou mais de mil tropas à região, com o objetivo de reforçar o Comando Sulino.

Durante esse período, líderes sulinos que ocupavam posições elevadas no governo sudanês, incluindo oficiais das forças armadas, intelectuais e políticos, começaram a se comunicar de forma clandestina para articular um movimento armado e diplomático contra o governo. Entre eles se destacava John Garang de Mabior, um coronel do exército que recentemente havia retornado dos Estados Unidos, onde completou seus estudos de pós-doutorado. Garang se tornou uma das figuras centrais na criação do SPLM, a ala política, e do SPLA, a ala armada. O novo movimento planejava diversos motins, visando capturar o maior território possível e estabelecer as bases para uma resistência contra o governo sudanês. No entanto, antes de qualquer ação, era crucial unificar as forças da *anya-nya* II e de outros grupos armados (Holt; Daly, 2011; Moellwald, 2015).

Entre fevereiro e maio de 1983, enquanto as redes desse movimento ainda estavam em formação, Nimeiry foi reeleito como presidente do Sudão em um referendo realizado sem concorrentes, apesar da baixa participação dos eleitores do sul. Na região de Abyei, que faz divisa entre o norte e o sul, membros do Alto Conselho Executivo do Sul foram detidos após solicitarem um plebiscito para incluir Abyei na região sul, desafiando os planos de redivisão administrativa do governo central. Simultaneamente, a situação em Bor tornava-se cada vez mais insustentável tanto para o governo quanto para Garang. O atraso nos pagamentos de salários culminou na insurreição dos soldados sulinos do batalhão 105.

No dia 13 de maio, John Garang, acompanhado do major Arok Thon Arok, Elijah Malok, Chegai Atem e outros adeptos do movimento, organizou a tomada do quartel em Bor. No dia seguinte, o capitão Salva Kiir Mayardit enviou uma mensagem de Malakal alertando sobre um iminente ataque das tropas sudanesas. Em 16 de maio, data do referendo presidencial, as tropas sudanesas atacaram o batalhão 105 em Bor, mas foram contidas por soldados leais ao movimento de Garang. No dia seguinte, soldados sulinos em Bor, Pochalla e Pibor desertaram, levando suas armas. Em 18 de maio, a insurreição em Bor foi considerada completa, e o SPLM/A, diante da ofensiva governamental, antecipou o lançamento de suas operações (Holt; Daly, 2011; Moellwald, 2015).

Com a revogação de alguns termos do tratado de 1972, apenas alguns vestígios de acordo restavam. A questão da divisão administrativa, que parecia resolvida após a vitória dos

anti-divisionistas no início do ano, foi reaberta pelo executivo. Em junho de 1983, Nimeiry dissolveu o governo regional sulino e estabeleceu a *kokora*, implementando sua proposta de redivisão do país em três regiões. Os acontecimentos desencadeados pela revogação de cláusulas fundamentais do tratado de Addis Abeba e pela fundação do SPLM/A são essenciais para compreendermos a origem de inúmeras questões que ainda nos afligem.

Após Bor e a revolta do batalhão 105 em maio de 1983, em menos de um mês eclodiram outros motins em Ayod, Waat, Rumbek e Nzara, além de deserções em Malakal, Fangak, Nasir, Bentiu, Wau, Aweil, Torit e Kapoeta, o que evidencia a insatisfação geral dos sulinos em relação às políticas do norte. Em julho, o SPLM/A foi oficialmente constituído, junto ao anúncio de seu manifesto político. Contudo, havia desafios de liderança a serem resolvidos e a necessidade de desenvolver estratégias conjuntas que unificassem o movimento em suas três principais regiões (Holt; Daly, 2011; Moellwald, 2015).

É importante mencionar que desde o motim de Akobo em 1975, e ainda mais intensamente após a formação da *anya-nya II* em 1977, grupos sulinos lutavam a partir da Etiópia contra o governo central. Em agosto de 1983, a guerra foi declarada, reconhecendo as diversas facções da *anya-nya II* no contexto do lançamento do manifesto do SPLM/A. No entanto, é pertinente realizar uma breve análise das diferentes facções sul-sudanesas, presentes na Etiópia ou no Sudão, já que essas desconfianças surgiriam nas dinâmicas políticas do Sudão do Sul após sua independência.

5.4.1. A fragmentação sulina pré e durante a segunda guerra civil sudanesa

Ainda em maio, após o incidente em Bor, o grupo de John Garang foi acolhido pelo governo etíope e reposicionado em Adura. Gordon Cuol, líder da *anya-nya II*, recusou o convite de Samuel Gai Tut e Akuot Atem de Mayen para formar um partido unificado dos rebeldes sul-sudaneses. Com os grupos operando de forma independente, o governo etíope teve que decidir sobre a liderança dos campos sul-sudaneses (Holt; Daly, 2011).

O governo sudanês teve que lidar com seu próprio movimento rebelde. Um contato entre um chefe de gabinete etíope e Garang discutiu os objetivos do movimento. Uma junta foi criada com Garang e outros líderes e redigiu um documento sobre a luta pela independência do sul, mas o governo etíope rejeitou o tom separatista, levando Garang a redigir um manifesto que se tornaria a declaração do SPLM/A. O manifesto defendia a luta por um Sudão unido com justiça e igualdade (Holt; Daly, 2011).

Após a divulgação do manifesto, surgiram divisões internas no partido. Atem de Mayen formou uma nova estrutura governamental, mas a aliança logo se desfez quando Garang

passou a negociar com o governo etíope. Quando Kerubino Kwanyin Bol e William Nyuon Bany chegaram, exigiram uma reunião para resolver a disputa, mas isso aumentou as divisões. Durante as negociações, um incidente de tiro ocorreu, levando alguns líderes a abandonar as discussões. Bilpam foi atacado por Bany e muitos da anya-nya II se juntaram ao campo de Bukteng. As autoridades etíopes ocuparam a região com tropas. Atem mobilizou suas forças para a luta (Holt; Daly, 2011).

Assim, o movimento se fragmentou em duas organizações rivais do SPLM/A, com Garang liderando uma e outra composta por integrantes da anya-nya II. Cada grupo intensificou seu recrutamento, focando em diferentes regiões. Em setembro de 1983, a Assembleia Nacional aprovou leis que marcaram o fim do tratado de Addis Abeba (Holt; Daly, 2011).

A estrutura de poder fragmentado dificultou a unidade entre os líderes sulinos, que contavam com suas próprias tropas. Garang consolidou seu poder ao se comunicar diretamente com o governo etíope, mas isso não lhe deu controle total sobre as forças sul-sudanesas. A rivalidade entre as lideranças persistia, resultando em mortes e deslocamentos. A presença militar se tornou fundamental para os conflitos que se seguiram (Johnson, 2011).

Em 1983, Michael Wal Duany uniu-se a exilados políticos sul-sudaneses nos EUA. Em 1984, pequenos conflitos surgiram na fronteira com a Etiópia, com o SPLA recrutando em diversas áreas. O governo também armava grupos pró-governo. Em abril de 1984, Samuel Gai Tut foi morto em uma emboscada e Akuot Atem foi assassinado por discordâncias internas. Essas tensões geraram divisões étnicas e conflitos, enquanto o governo buscava alianças e armavas facções no sul. Discussões de paz da anya-nya II com o governo não conseguiram amplo apoio (Mowellwlad, 2015).

Após assassinatos de líderes rivais, muitos soldados da anya-nya II se uniram ao SPLM/A, fortalecendo este último. A mensagem de "mudança patriótica e igualdade" do SPLM/A, promulgada através da Rádio SPLA, ajudou a mobilizar apoio e manter a luta armada (Madut-Arop, 2006).

5.5. O fim do governo Nimeiry e o retorno da velha política sudanesa

O ano de 1985 no Sudão começou sob a sombra do desgaste do regime de Nimeiry. O país enfrentava uma grave crise econômica, incapaz de honrar suas dívidas, com a política econômica dominada pelos credores do FMI e do BM. Em um episódio trágico, Muhammad Taha, líder da secular Irmandade Republicana, foi executado em praça pública sob a acusação de apostasia. A insatisfação crescente tanto da comunidade internacional quanto dos sudaneses em relação às leis severas aplicadas pelo regime começou a impactar as decisões de Nimeiry,

que, em 10 de março, ordenou a prisão de al-Turabi e de centenas de integrantes da Irmandade Muçulmana, numa tentativa desesperada de conter o fortalecimento de seus adversários.

No início de abril, em meio a uma atmosfera política tensa, o presidente viajou aos Estados Unidos para tratamento de saúde, mas sua ausência permitiu que manifestações em Cartum culminassem em sua deposição. Nimeiry, que havia estabelecido uma frágil paz nos anos 70 e transformado lentamente seu governo de um regime socialista e secular para um radicalismo islâmico, não pôde retornar ao país, sendo acolhido pelo presidente egípcio, Mubarak, durante uma escala no Egito.

A oposição a Nimeiry se organizou sob a bandeira da Aliança de Forças pela Salvação Nacional, uma coalizão que incluía diversas organizações populares, sindicatos e partidos políticos como o DUP, o Umma e o Partido Comunista. A descontentamento era palpável em todas as regiões, tanto no sul quanto no norte. A situação econômica atingiu patamares desastrosos, culminando no não pagamento das parcelas da dívida com o FMI e o Banco Mundial. Segundo Holt e Daly, entre 1984 e 1985, “os problemas econômicos do país tornaram-se insolúveis, e os tumultos urbanos, juntamente com a fome no campo, eram provas irrefutáveis do colapso tanto político quanto econômico do governo de Nimeiry” (Holt; Daly, 2011, p. 139).

Esse governante, que se aliara a uma diversidade de forças políticas para se manter no poder, dos comunistas à Frente Islâmica, se viu agora totalmente dependente do exército, que, em resposta ao caos nas ruas, destituiu Nimeiry e formou um Conselho Militar de Transição de 15 membros sob a liderança do ministro da Defesa, General Siwar al-Dhabab. Foi criado um novo governo, com ministros em sua maioria oriundos da Aliança pela Salvação Nacional, incluindo representantes do sul, e eleições foram programadas para o ano seguinte. No sul, o SPLA expandia suas operações nos Estados do Nilo Azul e nas Montanhas Nuba, conquistando territórios além da região sulina e conferindo ao movimento um caráter nacional. Após a mudança de regime, John Garang declarou que o SPLM/A continuaria sua luta, denunciando o novo governo como um “nimeirismo sem Nimeiry” e exigindo que o exército transferisse o poder aos civis (Holt; Daly, 2011, p. 12). Assim que o golpe foi consumado, o exército suspendeu a Constituição, dissolveu a SSU e libertou políticos presos.

Durante o governo transitório, o SPLM/A sob a liderança de Garang viu seu poder aumentar, enquanto a influência do grupo rival, anya-nya II, diminuía à espera das eleições para um novo governo civil. Em dezembro de 1985, a Chevron suspendeu suas atividades de exploração de petróleo em Bentiu devido à insegurança, e no início de 1986, a anya-nya II atacou

cerca de dois mil recrutas do SPLA a caminho dos campos de treinamento na Etiópia. Próximo às eleições, em 19 de março de 1986, contatos entre a Aliança Nacional e o SPLA na Etiópia resultaram na declaração do Koka Dam, que estabelecia princípios para um possível tratado de paz entre o governo e os insurgentes do sul (Moellwald, 2015).

As eleições ocorreram entre 1º e 12 de abril, como previsto pelo governo militar transitório, mas não foram realizadas em 27 das 68 regiões eleitorais no sul devido à guerra, o que enfraqueceu a noção de que as eleições refletissem a totalidade do país. Com a contagem dos votos, Sadiq al-Mahdi foi nomeado primeiro-ministro, marcando o retorno do sectarismo político ao Sudão. Em maio, o novo governo revogou a Declaração de Koka Dam. O SPLA continuava a conquistar cidades-chave, apesar da rivalidade com a *anya-nya* II, que, armada pelo governo, conseguiu tomar Bukteng. Em uma tentativa de negociar a paz, Sadiq e Garang se encontraram em Addis Abeba em 31 de julho, mas, em agosto, o primeiro-ministro interrompeu as negociações após um ataque do SPLA em Malakal, acusando Garang de terrorismo (Moellwald, 2015).

A partir desse ponto, o conflito se intensificou, com o governo armando milícias *murahalin* do oeste para atacar vilarejos na região de Bahr al-Ghazal, resultando na morte de cerca de meio milhão de pessoas (Holt; Daly, 2011). Além das agressões dos *murahalin*, a seca e a fome se agravaram, forçando milhões de sulinos a buscar refúgio em Cordofão. Incapaz de gerenciar os problemas econômicos e ineficaz nas negociações de paz, Sadiq al-Mahdi começou a enfrentar crescente pressão da comunidade internacional, cada vez mais atenta à crise no país. Paralelamente ao conflito no sul, novos focos de instabilidade surgiam na região de Darfur, que merecerá uma pequena atenção neste capítulo.

No final de 1986, a situação no Darfur se tornava cada vez mais complexa, com a região transformando-se em um campo de batalha entre o Chade e grupos insurgentes sustentados e armados pela Líbia, que buscavam derrubar o governo. No início de 1987, as tropas desses "rebeldes" estabeleceram-se em Darfur, intensificando as tensões (Natsios, 2013). Assim como o governo sudanês apoiava forças para combater o SPLM/A no sul do Sudão, Muammar Khadafi, na Líbia, fazia o mesmo com os insurgentes chadenses. Temerosos de perder o que consideravam suas terras ancestrais, um contingente de seis mil soldados fur foi formado em 1988. Esse fortalecimento foi acompanhado por uma reação local, onde seus oponentes exigiram e conseguiram apoio de Cartum e de Khadafi, resultando na morte de milhares de fur, na destruição de vilarejos e na apropriação de gado e terras. As forças fur foram devastadas por grupos não-fur, tropas líbias e insurgentes chadenses (Moellwald, 2015; Ramos, 2020).

Enquanto isso, no sul, entre março e maio de 1987, o SPLA conseguiu conquistar importantes cidades. No entanto, uma contraofensiva do governo obrigou os soldados do sul a se retirarem do Nilo Azul. As táticas governamentais, que incluíam ataques a civis e destruição de vilarejos, criaram um impasse no conflito. Em maio, membros do SPLA e de grupos insurgentes sem afiliação nos Montes Nuba e no Nilo Azul se reuniram com representantes do DUP em Addis Abeba para discutir uma possível paz. Contudo, as negociações não resultaram em acordos concretos. Este padrão de guerras civis no Sudão, e posteriormente no Sudão do Sul, era marcado por um incessante ciclo de negociações de paz e guerras de guerrilha, resultando em tratados frágeis frequentemente desrespeitados. Assim, as partes em conflito frequentemente usavam a paz como uma ferramenta política, com a mediação de forças estrangeiras como comum durante esses processos (Moellwald, 2015).

Nos anos 1980, a Etiópia estava frequentemente envolvida na guerra do Sudão, enquanto o Sudão participava do conflito etíope contra o movimento pela independência da Eritreia. Tal como ocorreu em Darfur, que se tornou um campo de batalha na guerra entre a Líbia e o Chade, este modelo de "guerra por procuração" se espalhou por várias regiões afetadas por conflitos no continente africano, exemplificado pela teia de alianças na guerra do Congo. A segunda guerra civil sudanesa é outro promissor exemplo disso, onde fronteiras permeáveis e alianças questionáveis refletiam a natureza internacional do conflito (Holt; Daly, 2011).

Com o Sudão mergulhado em batalhas em várias regiões e um crescente descontentamento em Cartum e nas áreas das "três tribos ribeirinhas", o governo declarou estado de sítio em 2 de julho. As montanhas Nuba, que haviam sido afetadas pela expansão escravagista no século XIX, tornaram-se novamente cenário de intensos confrontos. Nos primeiros meses de 1987, Yusif Kuwa, um líder do SPLA, obteve vitórias significativas na região, mas logo sofreu represálias por parte das tropas governamentais. Os civis pagaram o preço pelas retali ações das forças que, embora não fossem oficialmente parte do exército sudanês, eram financiadas e armadas pelo governo. Essa integração ocorreria apenas em março do ano seguinte. Enquanto isso, mais de 52 mil camponeses nuba foram deslocados das montanhas por unidades do governo, que, sem a aprovação da Assembleia Constituinte, formaram o grupo paramilitar People's Defense Forces (em português: Forças Populares de Defesa, PDF) (Johnson, 2011).

Em 1987, após a prisão de Kerubino Kuanyin pelo SPLM, representantes do SPLM e do Anya-Nya II, junto com o recém-criado United Sudan African Parties (USAP), anunciaram uma declaração conjunta para 22 de setembro. Contudo, enquanto essas organizações do sul tentavam unificar sua agenda ou, pelo menos, alcançar um cessar-fogo, as tensões internas no SPLM

persistiam, evidenciadas pela prisão de Kerubino. Apesar das dificuldades em articular um movimento coeso, o SPLA continuou avançando, conquistando a cidade de Kurmuk, no Nilo Azul, perto da fronteira com a Etiópia e Cartum (Moellwald, 2015).

À luz do avanço militar do SPLA e da declaração conjunta dos partidos sulinos em Addis Abeba, poderia-se imaginar que as disputas internas no sul estivessem resolvidas. Após a deserção de Gordon Kong para o SPLA, a maioria do Anya-Nya II aliou-se ao grupo de Garang. Entretanto, a guerra gerou novas forças locais: "senhores da guerra" autônomos, que, dependendo de interesses imediatos, mantinham suas próprias células armadas e dominavam áreas consideráveis. Na região de Bentiu, rica em petróleo, Paulino Matip e seus soldados permaneceram alheios ao SPLA, mantidos financeiramente por Cartum, exercendo sua autonomia. Na ausência de uma ordem centralizada, poderes locais frequentemente assumiram essa função em tempos de conflito no Sudão, surgindo pequenos "feudos" governados por líderes locais e suas tropas leais (Holt; Daly, 2011).

Mesmo com a Anya-Nya II restrita a grupos isolados financiados por Cartum, John Garang buscava consolidar sua liderança sobre o SPLM/A. Em 8 de março de 1988, Arok Thon Arok foi preso devido a suas críticas ao estilo autoritário de Garang; posteriormente, em 8 de abril, Joseph Oduh também foi detido pelo SPLM/A. Incapaz de afirmar sua liderança pela via diplomática, Garang recorreu à violência e à perseguição de rivais dentro do partido, gerando fissuras que se aprofundariam e surgiriam novamente nos anos seguintes, como veremos a seguir. No norte, Sadiq al-Mahdi tentava estabelecer um mínimo de governabilidade, formando um novo gabinete em abril (Moellwald, 2015).

Em virtude do conflito interno e da grave crise econômica, os anos de 1988 e 1989 tornaram o Sudão alvo de atenção internacional, especialmente devido à grave crise humanitária resultante da guerra, que foi exacerbada por condições climáticas anômalas. Nesse cenário, programas de ajuda humanitária, impulsionados por iniciativas dos Estados Unidos, começaram a se estabelecer no país, com o USAID arrecadando fundos para atenuar a caótica situação enfrentada por diversas regiões. No entanto, em tempos de fome, a comida também pode se transformar em uma arma. A manipulação na redistribuição de alimentos e suprimentos pelo governo sudanês resultou em fomes deliberadas em áreas consideradas hostis, gerando constrangimento na comunidade internacional e intensificando a crise política interna (Natsios, 2013).

Frente a essa realidade, membros do DUP viam na retomada das negociações com o

SPLM uma oportunidade para sair da crise. Em agosto de 1988, ambos os grupos se reuniram pela primeira vez em Addis Abeba, com o objetivo de estabelecer as bases para um futuro acordo de paz. Entretanto, em Cartum, a ascensão do fundamentalismo islâmico através do NIF (Frente Islâmica Nacional) no governo resultou na aprovação do Código Legal Islâmico na Assembleia Constituinte, que implementou severas punições para os chamados "crimes contra Deus" ou hudud. Diante disso, os partidos sulinos, insatisfeitos com a decisão, decidiram abandonar o fórum.

As conversas entre al-Mirghani e John Garang começaram a apresentar resultados, levando os dois grupos a assinar, com mediação egípcia, um acordo em 1 de novembro de 1988 que estabelecia princípios para a paz, conhecido como a Iniciativa de Paz Sudão Addis Abeba. O comunicado clamava pela “cessação temporária de hostilidades”, o término do estado de sítio, a “abrogação de pactos de defesa militar” que ambos os lados consideravam uma ameaça à soberania nacional sudanesa, e o “congelamento da sharia” (Madut-Arop, 2006, p. 180). Embora representasse um passo importante na busca pela paz, a participação do Egito nas negociações e a pressão exercida pelo NIF levaram al-Mahdi a rejeitar o acordo, provocando indignação e a saída de membros do DUP do governo (Holt; Daly, 2011).

Enquanto isso, mesmo com a Eritreia já atuando como um Estado praticamente independente e o derg deposto na Etiópia, Haile Mengistu ainda mantinha-se no poder, continuando o apoio aos campos de treinamento do SPLA em território etíope. Isso permitiu que o SPLA obtivesse avanços militares significativos em cidades como Nasir, Torit, Nimule, Mongalla, Akobo, Bor e Waat, expandindo a sua presença no Sudão, agora além da fronteira etíope. Com o crescimento das vitórias sulinas, um grupo de oficiais de alto escalão do exército sudanês redigiu, em 20 de fevereiro, um memorando para o primeiro-ministro al-Mahdi, exigindo mudanças drásticas nas políticas do governo relacionadas à paz (JOHNSON, 2011, p. 200). Nas montanhas Nuba, o batalhão de Yusif Kuwa retornou à região, infiltrando-se em Tuleshi. Após essa nova vitória do sul, pressionado pelo exército e diante da incapacidade das tropas sudanesas em controlar pontos estratégicos, al-Mahdi decidiu revitalizar o tratado DUP-SPLM de novembro do ano anterior. Inconformados com essa decisão, os membros do NIF abandonaram o governo, perpetuando a instabilidade política no Sudão.

Essas movimentações culminaram, no final da década de 1980, em uma grave crise de fome que afetou os civis, trazendo à tona a necessidade de ajuda humanitária. A chegada dos suprimentos do USAID foi recebida com grande alvoroço pela população. Enquanto a fome se alastrava no sul, o FMI e o BM firmaram um contrato com o governo para tratar da questão da

dívida. O acordo, assinado em outubro do ano anterior, depreciou a moeda sudanesa em 80% e resultou no cancelamento de subsídios em troca de um empréstimo de US\$ 8 bilhões a ser quitado em quatro anos (Collins, 2008). Assim, mais um capítulo se escreveu na longa relação entre os governos sudaneses e os credores do mercado financeiro internacional. No final de 1988, o governo ainda desenhou um plano de recuperação econômica, que acabou não sendo implementado.

Em abril de 1989, sob a agenda que havia sido retomada por al-Mahdi, os ministros endossaram a iniciativa DUP-SPLM no congresso, resultando em novas reuniões entre o governo e o SPLM em Addis Abeba. Em maio, o SPLA anunciou um cessar-fogo unilateral por um mês e, em seguida, o estado de sítio foi suspenso. Esse intervalo sem hostilidades possibilitou a aceitação das principais medidas do acordo DUP-SPLM tanto pelo governo quanto pela oposição. Em junho, seguindo a proposta de paz, Sadiq al-Mahdi emitiu um decreto suspendendo as leis islâmicas no país. Contudo, quando a votação para sancionar o decreto foi marcada, um grupo de oficiais do exército interveio. No dia 30 de junho de 1989, o Sudão testemunhou outro golpe de Estado, desta vez sem derramamento de sangue, que depôs o governo de Sadiq al-Mahdi (Moellwald, 2015).

5.6.O primeiro governo de Omar al-Bashir (1989 – 1999)

Após o golpe de estado, Omar Hassan Ahmed al-Bashir assumiu o poder no Sudão, suspendendo a constituição, dissolvendo o parlamento e banindo partidos políticos e sindicatos. Al-Mahdi e outras lideranças foram presas, e houve um expurgo no exército. O novo governo, composto por veteranos e políticos seculares, enfrentou dificuldades nas negociações de paz com o SPLM/A, resultando em conflitos na fronteira Sudão-Etiópia (Johnson, 2011).

Em resposta ao golpe, partidos políticos e sindicatos formaram a Aliança Democrática Nacional (NDA) para combater o governo de Bashir. A guerra civil se intensificou, com o SPLA tomando várias cidades no sul. O exército sudanês recuperou territórios com bombardeios aéreos e ataques de grupos paramilitares, resultando em destruição de vilarejos e mortes de civis (Moellwald, 2015).

Apesar de Bashir inicialmente negar a participação do NIF no golpe, o envolvimento de Hassan al-Turabi e a adoção de políticas islâmicas radicais se tornaram evidentes. O governo de Bashir perseguiu opositores e intensificou o conflito com o SPLA no sul e com aliados de Cartum em Darfur. A situação no sul mudou com a queda do governo etíope, levando ao fechamento de campos de refugiados e treinamento do SPLM/A, e à migração de milhares de

sul-sudaneses para Uganda e Quênia, conhecidos como "garotos perdidos".

A mudança de regime na Etiópia afetou significativamente o SPLM/A, resultando na perda de campos de treinamento e apoio logístico. Isso levou a divisões internas no partido, com Riek Machar, Lam Akol e Gordon Kong tentando derrubar John Garang. O golpe fracassou, dividindo o SPLM/A em duas facções principais. A divisão interna desencadeou um novo conflito, com Cartum aproveitando a situação para negociar com o grupo dissidente SPLM-Nasir (Holt; Daly, 2011).

A centralização do poder por Garang foi criticada, mas ele ignorou os conselhos de seus comandantes. A situação se agravou com a retirada do SPLA da fronteira Sudão-Etiópia devido ao conflito entre o exército etíope e o EPRDF. Lam Akol convenceu Machar a liderar o golpe, que foi precedido por articulações com presos políticos e um artigo publicado por Akol pedindo a saída de Garang (Collins, 2008).

Garang retornou ao Sudão para reunir a liderança do partido, enquanto Akol e Machar, junto com Gordon Kong, anunciaram a queda de Garang e chamaram por mais democracia no SPLM/A. O anúncio teve pouco efeito imediato, e o partido se reorganizou em duas facções: uma leal a Garang em Torit e outra liderada por Machar em Nasir. Após o fracasso do golpe contra Garang, o SPLA-Nasir, com apoio do governo central, obteve sucessos militares contra o SPLA-Torit no final de 1991. A conquista de Bor e Kongor fortaleceu a posição de Machar, mas a retirada de civis permitiu o reagrupamento do SPLA-Torit. Um cessar-fogo foi assinado em novembro de 1991, mas não durou (Moellwald, 2015).

O governo sudanês, sob Bashir, intensificou suas operações militares e declarou jihad contra os insurgentes no sul. Em janeiro de 1992, um tratado entre o governo e o SPLA-Nasir foi firmado, causando divisões internas no grupo de Machar. O governo preparou uma ofensiva contra o SPLA-Torit, enquanto o SPLM/A tentava negociações de paz em Abuja. A Chevron decidiu liquidar sua participação no petróleo sudanês devido à instabilidade. O governo sudanês implementou esquemas agrícolas em áreas despovoadas pela guerra, beneficiando-se da acumulação de terras. O Sudão tornou-se um porto seguro para islamistas extremistas, incluindo Osama Bin Laden (Johnson, 2011).

Em setembro de 1992, a situação parecia favorável ao exército sudanês. Após o fracasso das negociações de Abuja, William Nyuon Bany desertou do grupo de Garang, libertando presos políticos. Machar tentou atacar Malakal, mas a vitória foi breve. Em novembro de 1992, o governo assinou um acordo com a Arakis Energy Corporation para explorar petróleo, iniciando

a construção de um oleoduto. O governo lançou uma ofensiva nas montanhas Nuba, concluída em agosto de 1993, enquanto buscava reconquistar territórios e garantir a estabilidade dos campos de petróleo (Holt; Daly, 2011).

Em dezembro de 1993, uma tentativa do governo de tomar Kapoeta foi repelida pelo SPLA-Torit. A ofensiva do governo continuou em 1993, com campanhas terrestres e bombardeios aéreos. William Nyuon Bany, que havia desertado do grupo de Garang, formou o SPLM/A-United com outros dissidentes. No entanto, uma invasão do SPLA-Torit durante uma reunião do novo grupo resultou na morte de Joseph Oduho e na dispersão das forças do SPLM/A-United (Holt; Daly, 2011).

O SPLM/A-Mainstream, liderado por Garang, recuperou-se parcialmente, enquanto o SPLM/A-United enfrentava dificuldades internas. Tentativas de negociações de paz falharam, e o governo sudanês continuou suas campanhas militares. Em 1993, o IGAD iniciou novas negociações, e um acordo foi assinado para garantir a segurança na área de Bentiu.

Conversas em Washington entre Machar e Garang, mediadas pelo governo dos EUA, resultaram em um acordo que Machar se recusou a assinar. Em janeiro de 1994, delegações de vários países africanos se reuniram com ambas as alas do SPLM para esboçar um plano de paz. O governo sudanês demorou a responder, concentrando-se em operações no Darfur.

Lam Akol foi dispensado do SPLM-United, e conflitos internos continuaram. O governo sudanês forneceu armas a grupos do SPLM/A-United, resultando na "guerra civil nuer". John Garang organizou a primeira convenção nacional do SPLM/A, reafirmando a liderança e o princípio de autodeterminação para o sul (Johnson, 2011).

Em outubro, lutas na fronteira com a Eritreia causaram tensões diplomáticas, levando à ruptura das relações entre os países. Na fronteira com Uganda, o envolvimento do governo sudanês com insurgentes ugandeses aumentou a proteção na região. O SPLM/A-Mainstream assinou um acordo com o Umma para um referendo sobre a autodeterminação do sul (Moellwald, 2015).

No início de 1995, o SPLM/A-Mainstream fortaleceu sua posição, enquanto o SSIM/A de William Nyuon se uniu a Garang para lutar contra o exército sudanês. Machar negociou uma trégua com Garang. Em junho de 1995, a Declaração de Asmara reafirmou a união do país e apoio a um referendo para a autodeterminação do sul (Holt; Daly, 2011).

O SPLM/A-Mainstream lançou uma ofensiva bem-sucedida no final de 1995,

reconquistando territórios. Nas montanhas Nuba, uma trégua permitiu a abertura dos mercados locais. Internacionalmente, o Sudão tornou-se refúgio para Osama bin Laden. Em 1995, Hassan al-Turabi organizou o Congresso Popular Árabe e Islâmico. Em junho, um atentado contra Hosni Mubarak em Addis Abeba foi ligado ao governo sudanês, aumentando as tensões com o Egito (Holt; Daly, 2011).

A tentativa de assassinato de Hosni Mubarak e a posição de Hassan al-Turabi causaram uma crise interna no NIF, dividindo o partido. Em agosto de 1995, o governo sudanês restringiu a entrada de jihadistas. Em abril de 1996, a ONU impôs sanções ao Sudão. O SPLM/A, liderado por John Garang, ganhou força enquanto Riek Machar perdeu influência (Holt; Daly, 2011).

Em 1996, o governo sudanês enfrentou derrotas militares e expulsou Osama bin Laden para melhorar sua imagem internacional. Em setembro, o governo acelerou a exploração de petróleo, vendendo ações para um consórcio internacional. O SPLA e o NDA intensificaram suas operações, com John Garang se tornando comandante geral das forças do NDA (Holt; Daly, 2011).

Em 1997, o SPLA lançou ofensivas bem-sucedidas, e o governo sudanês enfrentou mais derrotas. Em julho, um novo comando militar conjunto do NDA foi estabelecido. Em agosto, um acordo de paz foi assinado entre o governo e seis grupos rebeldes, criando um Conselho de Coordenação do Sul, com Riek Machar como presidente. No entanto, a implementação do governo regional enfrentou dificuldades (Holt; Daly, 2011).

Em setembro de 1997, Lam Akol, liderando o SPLM-United, endossou o acordo de Cartum e foi incorporado ao governo. A guerra continuava a ter um alto custo para o governo, que enfrentava uma crise nas forças armadas e decretou o alistamento obrigatório. Em 1998, o vice-presidente Al-Zubair Mohammed Salih anunciou a integração de desertores do SPLA às forças armadas sudanesas (Holt; Daly, 2011).

Disputas internas continuaram, com Kerubino Kuanyin atacando Wau e causando milhares de refugiados. Em fevereiro de 1998, um acidente aéreo matou o vice-presidente Al-Zubair Mohammed Salih, e Ali Uthman Muhammad Taha foi nomeado seu substituto. Paulino Matip formou o South Sudan Unity Movement/Army (SSUM/A), e a ONU alertou sobre a fome iminente (Johnson, 2011).

O governo sudanês enfrentou acusações de recrutamento de forças estrangeiras e continuou a distensão política. Em maio de 1998, um referendo ampliou os poderes de Bashir.

Conflitos entre Matip e Machar persistiram, e um cessar-fogo foi assinado em setembro. O SPLA continuou sua ofensiva, e o governo sudanês acusou Uganda e Eritreia de apoiar insurgentes (Johnson, 2011).

Em 1998, um cessar-fogo temporário foi estabelecido nas montanhas Nuba, mas os bombardeios continuaram. Em novembro, o Sudão assinou um memorando com a Eritreia para restabelecer relações amigáveis. A estratégia de "paz por dentro" teve poucos êxitos, e o batalhão do Alto Nilo desertou para o SPLA. O presidente Bashir assinou o Ato de Associação Política, permitindo a formação de partidos e coligações partidárias, desde que aceitassem a união do Sudão e a aplicação da sharia. Partidos como o Umma e o DUP ressurgiram, e o NIF foi transformado no National Congress Party (NCP). Em 1999, Bashir dissolveu os parlamentos, preparando o caminho para eleições gerais em 2001 (Johnson, 2011).

Conflitos continuaram no sul, Darfur e leste do Sudão. O Conselho Nacional Sudanês de Igrejas e o SPLA promoveram conferências de paz multiétnicas. Em maio, tropas do SSDF desertaram para o SPLA, e a maioria nuer rompeu formalmente com o governo, reativando o South Sudan Liberation Movement (SSLM) (Johnson, 2011).

A exploração de petróleo avançou, com a descoberta de um campo gigante e a inauguração da primeira refinaria privada. O FMI restabeleceu relações com o Sudão, e o primeiro navio de petróleo sudanês partiu para o mercado internacional. Em setembro, forças do NDA explodiram uma seção do oleoduto, interrompendo o fluxo de petróleo. Disputas entre al-Turabi e al-Bashir se intensificaram, culminando na proposta de Turabi para eleições diretas de governadores e a possibilidade de remover o presidente. Bashir respondeu dissolvendo a assembleia, dispensando Turabi e decretando estado de emergência, marcando uma mudança radical na política do país (Johnson, 2011).

5.7. A segunda parte do governo de Omar al-Bashir (1999 – 2005)

Após o "golpe palaciano" de dezembro de 1999, o presidente Bashir anunciou que o Sudão estava no caminho para se tornar um Estado Islâmico. A saída de Turabi não mudou a atitude do governo em relação à guerra civil. Em 2000, o governo sudanês enfrentou ataques a oleodutos e restabeleceu relações diplomáticas com a Eritreia, Etiópia e Egito (Natsios, 2013).

No sul, Michael Wal Duany fundou o SSLM para promover a paz e reconciliação. Riek Machar abandonou o governo em fevereiro, e Peter Gadet retornou ao SPLA. Conversas patrocinadas pelo IGAD falharam devido à recusa do governo em abrir mão da sharia e discutir a autonomia de certas regiões. A guerra continuou, com o governo estendendo o estado de

emergência e enfrentando ataques a oleodutos. Em março, líderes do Umma anunciaram a saída do partido do NDA. Conferências de paz patrocinadas pela NSCC ajudaram a resolver conflitos entre grupos sulinos. A abordagem grassroots mostrou-se eficaz na resolução de conflitos locais (Natsios, 2013).

Nos anos 2000, eventos em Darfur mostraram que encontros de grupos locais para resolver problemas não se restringiam ao sul. O Justice and Equality Movement (JEM), partido darfuri com raízes no NIF de Turabi, publicou um livro polêmico conhecido como "O Livro Negro". Este livro, fruto de extensa pesquisa de campo, demonstrava as desigualdades na distribuição de poder e riqueza no Sudão. Com gráficos detalhados, o livro mostrava a predominância de grupos do norte na liderança da política, exército, mídia e economia do país, cobrindo vários períodos da história sudanesa desde 1964 (Natsios, 2013).

O que o livro confirmava era “o que John Garang havia argumentado durante anos: que o Sudão era governado pelas três tribos do Vale do Nilo, shaiqiyyia, ja'alliyyin e danaqla” (Natsios, 2013, p. 132). Os três grupos, que juntos compreendiam pouco mais de 5 por cento da população sudanesa, ocupavam mais de 70% dos cargos de poder. Sobre a importância do livro para o debate da construção de uma identidade sudanesa, o doutor em Antropologia, Abdullahi Osman El-Tom, nos diz:

A potência do discurso defendido no Livro Negro está embutida em uma política da diferença, expressa em uma realidade econômica caracterizada pela desigualdade e injustiças sociais. Ela sinaliza uma mudança na conceptualização sudanesa de sua realidade política de uma noção abstrata de diferença, baseada em clivagens culturais e étnicas, a diferenças tangíveis, projetadas na tarefa inquietante de escolher entre definições concorrentes do que informa a gênese da identidade coletiva sudanesa, se essa identidade comum alguma vez existiu. (El-Tom, 2003, p. 25)

"O Livro Negro" revelou a desigualdade no Sudão, mostrando a predominância de grupos do norte no poder. Em 27 de junho de 2000, Hassan al-Turabi fundou o Popular Congress Party (PCP), rivalizando com o NCP de Bashir. O governo anunciou que as receitas do petróleo estavam possibilitando a produção de armas, com uma fábrica construída com a ajuda do Iraque (Johnson, 2011).

Conflitos continuaram, com o SPLA realizando ofensivas bem-sucedidas, mas enfrentando dificuldades em várias frentes. Em novembro, o governo sudanês formou um consórcio para explorar os campos de Adar. As eleições gerais de dezembro, boicotadas pela oposição, resultaram na reeleição de Bashir (Johnson, 2011).

Em 2001, novas ofensivas ocorreram, e o PCP de Turabi assinou um memorando em Genebra, resultando na prisão de Turabi e outros líderes. A Iniciativa Líbia-Egípcia (ELI) propôs

um plano de paz, mas sem abordar a questão da religião ou autonomia regional. O congresso norte-americano aprovou o Sudan Peace Act, barrando investimentos estrangeiros no Sudão. Em setembro, John Danforth foi indicado como enviado especial ao Sudão pela administração Bush (Johnson, 2011).

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o Sudão começou a colaborar com a CIA e o FBI, alinhando-se aos Estados Unidos na "guerra contra o terrorismo". As sanções diplomáticas ao Sudão foram retiradas pela ONU em 28 de setembro. No sul, os conflitos sectários diminuíram, e Riek Machar foi reintegrado ao SPLM/A como vice-presidente em janeiro de 2002 (Johnson, 2011).

As ofensivas do governo na região dos campos de petróleo continuaram levando a empresa sueca Lundin a suspender suas operações. Em janeiro de 2002, um cessar-fogo foi assinado nas montanhas Nuba. As relações entre Sudão e Estados Unidos permaneceram tensas, com críticas mútuas sobre ataques a civis (Johnson, 2011).

A empresa canadense Talisman Energy Corporation enfrentou críticas e processos devido à sua leniência em relação aos ataques no Sudão, resultando na venda de suas concessões de petróleo para a estatal indiana Oil & National Gas Corp. Em 2002, conversas de paz entre o governo e o SPLM/A começaram a esquentar, culminando na assinatura do Protocolo de Machakos em 20 de julho de 2002, que estabeleceu um framework para um tratado de paz. Enquanto o SPLM/A se tornava uma força mais coesa, as conversas de paz continuaram em Machakos. Em 27 de julho, John Garang e Omar al-Bashir se encontraram pela primeira vez para conversas pessoais em Kampala, Uganda (Johnson, 2011).

Apesar dos esforços de paz, as batalhas continuaram no Sudão. Após o governo retomar Jabal Lafon e o SPLA conquistar Torit, as conversas de paz foram suspensas e retomadas várias vezes. Enquanto as negociações de paz entre o governo e o SPLM/A avançavam, a tensão em Darfur aumentava. Em fevereiro de 2003, o Darfur Liberation Front tomou Golo e mudou seu nome para Sudan Liberation Movement/Army (SLM/A) (Johnson, 2011).

O conflito em Darfur se intensificou, com ataques aéreos e de milícias árabes janjaweed, resultando em destruição de vilarejos e um grande êxodo populacional. Tentativas de conversas de paz entre os insurgentes de Darfur e o governo fracassaram. Em contraste, as negociações entre o governo e o SPLM/A avançaram, culminando na assinatura do CPA em 9 de janeiro de 2005, que criou um governo autônomo do Sudão do Sul por seis anos, seguido de um referendo sobre a independência (Johnson, 2011).

Enquanto isso, no leste do país, repressões violentas a manifestações beja levaram à formação da Frente Oriental. Em abril, uma conferência de doadores em Oslo arrecadou mais de 4 bilhões de dólares para a reconstrução do Sudão do Sul. Em julho, representantes do governo, JEM e SLM/A assinaram um acordo de princípios para pôr fim ao conflito em Darfur (Moellwald, 2015).

5.8. O envolvimento externo, regional e internacional, nas duas guerras civis do Sudão/Sudão do Sul

As guerras civis do Sudão, tanto a primeira (1955–1972) quanto a segunda (1983–2005), não foram apenas conflitos internos, mas também refletem um complexo envolvimento de potências regionais e internacionais, cujos interesses estratégicos, econômicos e geopolíticos influenciaram diretamente o curso dos acontecimentos. A intervenção externa, seja por meio de apoio financeiro, militar ou diplomático, teve um impacto profundo nas dinâmicas do conflito e ajudou a prolongar as hostilidades, muitas vezes exacerbando as divisões internas do Sudão e dificultando a resolução de suas crises. O envolvimento de atores regionais como o Egito, Etiópia e Uganda, bem como potências globais como os Estados Unidos e a China, refletiu suas preocupações com o equilíbrio de poder na região do Chifre da África, o controle de recursos naturais, especialmente o petróleo, e suas próprias agendas geopolíticas.

O Egito foi um dos primeiros a se envolver no conflito, apoiando o governo de Cartum desde os primeiros momentos da guerra. A liderança egípcia, sob Gamal Abdel Nasser, temia que o movimento separatista no sul do Sudão pudesse inspirar movimentos semelhantes em outras partes do mundo árabe, inclusive no Egito. Portanto, o Egito ofereceu apoio militar e financeiro ao governo sudanês, fornecendo treinamento militar às forças de Cartum, além de equipamentos de combate. O envolvimento egípcio, embora não tenha sido de grande escala em termos de tropas, teve um impacto crucial na manutenção do governo central. Para Nasser, a integridade territorial do Sudão era fundamental para a estabilidade do mundo árabe, e qualquer ameaça à unidade do Sudão poderia desencadear um efeito dominó de desintegração política e territorial em outros países da região. O apoio do Egito foi tanto diplomático quanto material, e o governo egípcio foi fundamental para garantir que a guerra civil não resultasse na separação do Sudão (Collins, 2008).

Além do Egito, a Etiópia desempenhou um papel importante, ainda que indireto, durante a primeira guerra civil. Sob o regime do imperador Haile Selassie, a Etiópia temia que um Sudão fragmentado pudesse desencadear uma onda de movimentos separatistas em sua própria região,

particularmente nas áreas da Eritreia e do Ogaden. Embora não tenha enviado tropas diretamente ao conflito, a Etiópia forneceu apoio logístico e refúgio aos rebeldes do sul, facilitando a movimentação de guerrilheiros e ajudando a esconder combatentes que fugiam das forças de Cartum. Esse apoio era uma maneira de pressionar o governo de Cartum e de impedir que o Sudão se tornasse um foco de instabilidade regional, o que afetaria diretamente a segurança da Etiópia (Deng, 2007).

Além desses países, a União Soviética manteve uma posição mais distante na primeira guerra civil, concentrando-se em outros aspectos da política africana e da Guerra Fria. No entanto, a partir de 1969, quando o general Jaafar Nimeiry tomou o poder, o Sudão começou a receber uma ajuda mais substancial da União Soviética, incluindo armas e treinamento militar, embora de forma limitada. Moscou viu a situação como uma oportunidade de expandir sua influência na região do Chifre da África, mas sua intervenção nunca foi de grande escala e teve um impacto menor do que o apoio egípcio.

Enquanto isso, os Estados Unidos, envolvidos na Guerra Fria, adotaram uma postura ambígua durante a primeira guerra civil. O governo dos EUA estava interessado em manter boas relações com Cartum devido à sua posição estratégica no Oriente Médio e na África. No entanto, os Estados Unidos não ofereceram apoio substancial, concentrando-se mais em uma abordagem diplomática do que em ações militares ou financeiras diretas. Embora houvesse algum apoio a esforços humanitários, o envolvimento direto foi limitado. Esse comportamento foi em parte motivado pela hesitação dos Estados Unidos em se comprometer diretamente com um regime autoritário como o de Nimeiry, que mais tarde se aproximaria da União Soviética, complicando a relação com Washington (Johnson, 2003).

Já sobre o envolvimento externo na segunda guerra civil, vários fatores externos, incluindo o interesse estratégico em recursos naturais como o petróleo e as questões de segurança regional, moldaram a participação de potências internacionais e países vizinhos. A descoberta de vastas reservas de petróleo no sul do Sudão foi um dos principais motivadores dessa escalada, com potências globais e regionais buscando controlar os recursos naturais do país. O regime de Omar al-Bashir, que chegou ao poder em 1989, foi um fator chave para essa mudança no cenário internacional, já que seu governo se alinhou com interesses tanto regionais quanto globais.

A China desempenhou um papel de destaque durante a segunda guerra civil. O interesse da China no Sudão estava ligado ao petróleo, uma vez que o país africano possuía uma das

maiores reservas de petróleo não exploradas do mundo. A China, por meio da China National Petroleum Corporation (CNPC), fez grandes investimentos no setor de petróleo do Sudão, estabelecendo um acordo estratégico com o regime de Bashir. Esse envolvimento foi financeiro e econômico, com investimentos na construção de infraestrutura e em projetos de exploração de petróleo, além de contratos de fornecimento. Estima-se que a China tenha investido bilhões de dólares no Sudão, sendo um dos principais patrocinadores do regime, apesar das acusações de abusos de direitos humanos e crimes de guerra. A China também forneceu apoio diplomático crucial ao Sudão, vetando resoluções da ONU que buscavam sancionar o regime de Bashir e afastando pressões internacionais para que o país fosse responsabilizado por suas ações durante o conflito (Large, 2007).

Os Estados Unidos, por outro lado, tomaram uma postura mais agressiva em relação ao regime de Bashir. Nos anos 1990, com o Sudão se tornando um refúgio para grupos terroristas como a Al-Qaeda, os EUA impuseram sanções rigorosas e começaram a pressionar diplomaticamente por uma mudança de regime. Além disso, o governo dos EUA, em parceria com outras potências ocidentais, ofereceu apoio logístico e financeiro a grupos de oposição, como o SPLA (Exército de Libertação do Povo Sudanês), que lutavam contra o governo de Cartum. A administração de George W. Bush, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, colocou o Sudão na lista de estados patrocinadores do terrorismo, o que aumentou as tensões e a alienação entre o governo de Bashir e as potências ocidentais. No entanto, enquanto os EUA pressionavam por uma resolução política, o apoio humanitário e diplomático aos grupos de oposição foi apenas um dos aspectos da postura dos Estados Unidos, com foco maior na segurança e na diminuição da influência do terrorismo global (Prendergast, 2002).

No campo regional, os países vizinhos também tiveram um papel crucial na segunda guerra civil. Uganda e Etiópia, por exemplo, desempenharam um papel decisivo ao apoiar o SPLA. Uganda, sob o regime de Yoweri Museveni, viu no Sudão não apenas um aliado contra o regime de Bashir, mas também um campo de batalha em sua própria luta contra o Exército de Resistência do Senhor (LRA), um grupo rebelde que operava na região do norte de Uganda. Uganda forneceu treinamento, armas e até mesmo abrigo para combatentes do SPLA, além de coordenar operações militares conjuntas contra as forças sudanesas. A Etiópia, por sua vez, compartilhava uma rivalidade histórica com o regime de Bashir, especialmente em relação à região do Ogaden, e ofereceu apoio indireto ao SPLA, fornecendo refúgio e apoio logístico a combatentes que atravessavam a fronteira (Collins, 2008).

Esses atores regionais estavam motivados por uma combinação de preocupações de segurança, interesses econômicos e rivalidades políticas. A intervenção de países como Uganda e Etiópia, ao lado do envolvimento de potências globais, como a China e os Estados Unidos, resultou em um conflito ainda mais complexo, com múltiplos interesses sobrepondo-se e prolongando as hostilidades. A combinação de apoio militar e financeiro ao SPLA e ao governo sudanês aumentou a intensidade da guerra e dificultou a obtenção de uma resolução pacífica.

O envolvimento externo nas guerras civis do Sudão teve um impacto profundo nas dinâmicas do conflito. Ao invés de fomentar uma resolução pacífica, as potências externas frequentemente exacerbaram as divisões internas, utilizando o Sudão como um campo de batalha para suas próprias agendas geopolíticas e econômicas. Enquanto potências como a China buscavam garantir o controle sobre os recursos naturais, os Estados Unidos se concentravam na segurança regional e na luta contra o terrorismo, criando um cenário em que os interesses estratégicos de diversas potências se cruzaram com os conflitos locais. A competição internacional, combinada com a intervenção de países vizinhos com interesses próprios, resultou em um prolongamento do sofrimento das populações sudanesas, dificultando a criação de uma paz estável e duradoura.

Em ambos os conflitos, a falta de um foco genuíno na resolução das questões políticas subjacentes — como a distribuição de poder, recursos e identidade — levou a um ciclo de violência que foi perpetuado pelos interesses externos. Além disso, as intervenções externas não apenas mantiveram o conflito, mas também minaram os esforços de mediação, uma vez que as potências externas frequentemente apoiaram lados distintos, dependendo de suas prioridades econômicas e políticas.

5.9. A educação para o Sudão do Sul: uma breve exposição desde os tempos coloniais até a independência

De acordo com Duany, Lorins e Thomas (2021), documento que ilumina toda essa seção da tese, o processo educacional no Sudão do Sul ao longo do período colonial e durante o século XX ilustra uma trajetória intrincada, marcada por interseções entre educação, controle social e práticas produtivas. Desde o início do domínio anglo-egípcio até os conflitos pós-coloniais, a educação foi utilizada como um instrumento não apenas para moldar comportamentos e habilidades, mas também como uma estratégia para garantir a submissão e a produtividade de uma população diversificada.

O primeiro período colonial, que se estendeu até meados do século XX, foi caracterizado

por uma abordagem educacional que enfatizava a formação de indivíduos alinhados aos interesses da administração colonial. As escolas, predominantemente estabelecidas por sociedades missionárias, tinham como seu foco principal a inculcação de valores de disciplina, trabalho e lealdade. A oferta educacional era escassa e se restringia a práticas que visavam a assimilação cultural e a obediência, em vez de fomentar um verdadeiro desenvolvimento humano ou emancipação. Por exemplo, as escolas "Boy Scout" em algumas áreas do Sudão do Sul não ofereciam ensino de leitura ou escrita, priorizando a formação em hábitos de trabalho e moralidade, refletindo uma concepção de educação voltada para a produção de indivíduos submissos e úteis para uma sociedade colonial em expansão.

Durante esse período, a classificação das diversas comunidades culturais e linguísticas em unidades "tribais" contribuiu para uma educação segmentada. Colonialistas e missionários categorizavam grupos como Dinka e Zande com base em estereótipos, atribuindo diferentes níveis de capacidade e valor educacional. Esta hierarquização não apenas legitimou práticas discriminatórias, mas também resultou em uma educação que refletia e perpetuava divisões sociais e culturais. O conteúdo das escolas visava a formar trabalhadores que pudessem atender às necessidades das infraestruturas coloniais, em vez de promover uma conscientização crítica ou um engajamento ativo na vida política e social.

A transição para o segundo período colonial, que começou após a Segunda Guerra Mundial, trouxe uma intensificação das tensões políticas e sociais no Sudão do Sul. A educação foi vista como um meio para preparar uma pequena elite local para a administração, enquanto a maioria da população continuava a ser treinada para tarefas menos complexas. Embora houvesse um aumento na construção de escolas e na oferta educacional, este avanço não se traduziu em uma verdadeira emancipação ou em um compromisso com a formação de cidadãos autônomos. Ao invés disso, a educação mantinha sua função de assegurar a ordem social e a produtividade econômica, preparando os indivíduos para se tornarem "bons tribos" ou servidores do sistema colonial.

A educação se consolidou como uma ferramenta de controle nas mãos do governo central após a independência em 1956, com a imposição do árabe como língua de instrução nas escolas, contrastando com a diversidade linguística preexistente no Sudão do Sul. Esta medida visava a unificação nacional, mas, ao mesmo tempo, serviu para marginalizar as culturas locais e perpetuar um sentimento de alienação entre a população do sul. O conteúdo educacional frequentemente reforçava ideais de produtividade que não levavam em consideração o contexto histórico e cultural do Sudão do Sul, resultando em um sistema que favorecia a formação de um

proletariado educativo ao invés de um cidadão capacitado e crítico.

À medida que o século XX avançava, os conflitos políticos, as guerras civis e a instabilidade social contribuíam para a destruição da infraestrutura educacional, enquanto as necessidades educacionais continuavam a ser atendidas de forma desigual. Durante a década de 1970, por exemplo, embora houvesse um aumento na construção de escolas, a ênfase em instituições de formação religiosa, como os ma'hadis islâmicos, refletia uma priorização da formação de indivíduos que reproduzissem valores e práticas tradicionais em vez de promover uma consciência crítica sobre questões sociais e políticas. A abordagem educacional continuaria a enfatizar a utilidade e a produtividade, com pouco espaço para a reflexão crítica ou a emancipação da pessoa.

Em suma, o processo educacional no Sudão do Sul ao longo dos períodos coloniais e do século XX foi uma linha contínua de controle social, onde a transformação do indivíduo em um ser produtivo para a sociedade foi priorizada em detrimento da emancipação ou do desenvolvimento de uma verdadeira consciência crítica. Esta perspectiva instrumental da educação moldou não apenas a trajetória individual dos sul-sudaneses, mas também teve implicações duradouras sobre a coesão social e a capacidade do Sudão do Sul de estabelecer uma identidade nacional inclusiva e autêntica em meio às suas diversidades culturais e linguísticas.

5.10. Considerações acerca do processo formador do Sudão e Sudão do Sul

A história do Sudão e, especialmente, do Sudão do Sul, revelam um intrincado emaranhado de interações sociais, políticas e econômicas que resultaram em um legado de desigualdade profundamente enraizado. O colonialismo britânico, durante o seu domínio nos séculos XIX e XX, não apenas impôs um regime de controle, mas também estruturou divisões territoriais e sociais que perduram até o presente. A separação estratégica entre o Sudão do Norte, economicamente mais desenvolvido, e a política isolacionista para o Sudão do Sul, em grande medida marginalizado, foi uma expressão explícita de uma política colonial que relegou a população sulina a uma condição de vulnerabilidade e subalternidade, resultando em uma configuração cultural e política distinta e desigual.

O impacto duradouro da política colonial britânica se manifestou na expropriação sistemática dos recursos — humano e não humanos — do sul, aliada a uma exploração que ceifou as oportunidades de desenvolvimento autônomo da região. As práticas de despossessão e deslegitimação da identidade sulina culminaram em um processo contínuo de desumanização, onde os habitantes do sul eram considerados menos valiosos, e suas culturas eram frequentemente desrespeitadas e marginalizadas. Este fenômeno é emblemático da lógica

imperialista que permeou diversas partes do continente africano, onde a manipulação étnica e a imposição de identidades culturais estrangeiras serviram como terreno fértil para a desagregação social e a instabilidade política.

Particularmente relevante, nesse sentido, é o modelo educacional que emergiu sob o domínio colonial, o qual, ao invés de promover uma educação inclusiva e equitativa, serviu como uma ferramenta de controle social. Os efeitos dessa política educacional isolacionista foram duplos. Por um lado, a educação criada sob a supervisão colonial trouxe algum grau de alfabetização e formação à população sul-sudanesa. Por outro lado, os métodos utilizados eram imbuídos de uma lógica de controle que objetivava limitar a autonomia local e promover a dependência em relação ao poder colonial britânico. Além disso, o enfoque na educação tinha a intenção de gerar uma população que fosse leal ao regime colonial, em detrimento de formações identitárias e sociais autônomas.

As iniciativas educacionais britânicas, ao promover o uso da língua inglesa e a adoção de costumes ocidentais, criaram um abismo cultural que alienou ainda mais a população sulina de suas raízes. A imposição de um sistema de educação que priorizava as necessidades dos colonizadores em detrimento das competências e saberes locais intensificou a desigualdade entre as regiões, perpetuando as disparidades socioeconômicas que se refletiram nas dinâmicas de poder pós-coloniais. A prática de elevar certas elites locais em detrimento de outras, que era parte do padrão imperialista britânico, também contribuiu para a formação de divisões internas e rivalidades no Sudão do Sul, agravando tensões que, mais tarde, seriam exploradas em conflitos civis.

Sobre esse pano de fundo, não se pode desassociar o surgimento de conflitos armados e a militarização da sociedade sul-sudanesa. O legado de militarização instaurado durante a colonização impactou diretamente as relações sociais durante o período do Sudão unificado, colocando o militarismo como um elemento central na manutenção da autoridade e controle governamental. Nesse sentido, é fundamental lembrarmos os ensinamentos de Rosa Luxemburgo (1985), Mahmood Mamdani (1996; 2009; 2018) e Frantz Fanon (2020; 2022) do capítulo 3, quando argumentam que a militarização das idiossincrasias políticas decorre do histórico colonial e reflete na luta pela reconfiguração das hierarquias sociais, onde a resistência ao controle colonial se transforma em luta pela autodeterminação e autonomia, ao mesmo tempo que vemos repressão internamente e o acirramento das fragmentações causadas pela aventura imperialista.

As guerras civis que eclodiram no Sudão e no Sudão do Sul não podem ser simplificadas a meras disputas étnicas ou religiosas; elas representam uma luta intrínseca entre diferentes

visões de identidade e pertencimento, cuja raiz está ancorada em um contexto histórico de militarismo, exclusão e marginalização. A fraqueza das instituições políticas, favorecida por séculos de despotismo colonial, perpetuou uma fragilidade governamental que não é estranha a outros contextos africanos e globais. O descontentamento da população sulina, um anseio por inclusão e reconhecimento, deve ser compreendido como uma resposta legítima a um sistema que historicamente a excluiu do poder e da produtividade econômica.

Além disso, as demandas de autonomia do Sudão do Sul podem ser vistas como parte de um movimento mais amplo que reivindica os direitos de autodeterminação e justiça social em resposta a legados coloniais. Este movimento se equaciona com outras lutas globais, onde populações historicamente oprimidas buscam reverter as consequências da colonização e, ao mesmo tempo, afirmar sua singularidade cultural e política. Ao interagir com as narrativas internacionais, a luta sul-sudanesa revela a intersecção de questões locais e globais, refletindo a necessidade de uma perspectiva que vá além da visão e do controle colonial.

Novamente, as guerras civis não podem ser vistas apenas como rivalidades entre um Sul cristão e um Norte muçulmano. Na verdade, dentro do próprio Sudão do Sul, diversas facções e grupos armados surgiram, muitas vezes promovendo agendas diferentes que refletiam descontentamentos locais, como a luta por representação política, controle de recursos e autonomia regional. Por exemplo, embora a questão religiosa desempenhasse um papel, o descontentamento mais profundo adveio da marginalização política e econômica da população sul-sudanesa em relação ao norte.

Além disso, a dinâmica de poder entre diferentes grupos étnicos no Sul também é significativa. A luta pelo controle sobre as riquezas naturais, como petróleo e terras agrícolas, exacerbava rivalidades que não eram meramente baseadas na religião ou etnia, mas também nas desigualdades socioeconômicas e nas percepções de injustiça.

As identidades no Sudão do Sul são multifacetadas. Enquanto a narrativa simplista pode sugerir um conflito entre "muçulmanos do norte" e "cristãos do sul", na realidade, muitos grupos no Sul também possuem diferentes tradições culturais, sociais e políticas. Essas diferenças frequentemente se manifestam em batalhas pelo controle político e social, e a análise das guerras civis deve considerar esses aspectos para evitar generalizações que possam obscurecer a verdadeira natureza do conflito.

Além disso, as alianças e acordos entre diferentes facções e grupos étnicos evidenciam a flexibilidade das identidades e interesses no contexto do conflito. Os laços e divisões podem mudar rapidamente, dependendo das circunstâncias e das necessidades do momento, o que ilustra a dificuldade de categorizá-los de forma rígida ou binária.

Portanto, ao considerar a complexidade dos conflitos no Sudão do Sul, fica claro que uma análise que se limita a rivalidades étnico-religiosas ignora as nuances e as intersecções de uma variedade de fatores, incluindo história colonial, política de exclusão, economia e identidade local. O entendimento desse contexto multifacetado é crucial para qualquer abordagem que busque soluções sustentáveis e eficazes para a paz e a reconciliação na região.

A contenção de forças externas e a gestão das influências internacionais também devem ser reconsideradas no contexto da pacificação e construção da paz no Sudão do Sul. A presença internacional não pode ser interpretada apenas como um esforço altruísta de apoio; ela deve ser examinada através do prisma das dinâmicas de hegemonia e interdependência global. A complexidade desse cenário aponta para um futuro onde o reconhecimento das vozes locais é essencial para a construção de uma paz duradoura e verdadeira.

A pacificação, nesse contexto, precisa ser vista com um olhar crítico, onde não deve ser confundida com estabilidade política, mas sim analisada como uma continuação das lutas entre forças divergentes por poder e espaço social. A insistência na pacificação deve incluir uma revalorização dos direitos e interesses dos indivíduos historicamente marginalizados, um passo imprescindível para um diálogo democrático que busque a construção de uma sociedade plural e equitativa. A promoção de um entendimento mais profundo dessas intersecções entre colonialismo, militarismo, desigualdade e as atuais demandas por autonomia no Sudão do Sul é fundamental para a formulação de políticas que sejam realmente inclusivas e representativas.

O capítulo seguinte finaliza essa recuperação histórica do Sudão do Sul. Abordaremos o nascimento do país e os diversos problemas enfrentados para manter a importação de um Estado em funcionamento, além de unidas as lideranças extremamente militarizadas e com interesses difusos. Da mesma forma como o fracasso da elite norte-sudanesa resultou na divisão do país em dois, veremos que o governo sul-sudanês, na tentativa de acomodar os interesses do centro global juntamente aos seus no próprio território, é também responsável pelo atual esfacelamento do país.

Na sequência, olharemos para os projetos de construção do Sudão do Sul por parte do Banco Mundial, do FMI e dos Estados Unidos. Enxergaremos que o receituário de construção do Estado sul-sudanês, por impor como condição sine qua non o modelo liberal-securitário de organização política, aliado ao legado colonial produziu um espaço altamente militarizado e que está se pacificando.

6. **CONSTRUINDO UM ESTADO:** o emprego da força militar e econômica internacionais na fabricação do Sudão do Sul

Conforme posto no capítulo anterior, a história do Sudão do Sul independente inicia com a morte do que seria seu primeiro presidente e vice-presidente do Sudão, John Garang, causando um grande transtorno para a política sul-sudanesa. É bem verdade que a presença europeia no Sudão/Sudão do Sul data desde os tempos de colonização, mas a comunidade internacional — significando o sistema de Estados liberais da contemporaneidade — aparece no conflito entre o norte e o sul desde os anos 1970, inicialmente enquanto uma resposta humanitária à escassez de alimentos. A guerra e os períodos de seca causaram estragos tanto na agricultura comercial como na agricultura de subsistência, deixando os sudaneses num ciclo contínuo de insegurança alimentar, fome e inanição. O Sudão do Sul, bastante fértil, passou de um exportador líquido de alimentos na década de 1980 para o cultivo de apenas 4% das suas terras em 2005. Quando o petróleo foi descoberto, deu um impulso econômico e comercial à razão humanitária para pôr fim aos combates (Maia; Ferabolli, 2020).

Contudo, no avançar do conflito e da segunda guerra civil, temos o envolvimento direto da comunidade internacional a fim de negociar a paz, formalizada pelo CPA em 9 de janeiro de 2005. O CPA pôs termo às hostilidades formais entre o Norte e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A). O acordo previa a criação de um Sul do Sudão secular e semi-autônomo, com as suas próprias instituições executivas, legislativas e judiciais. O acordo previa, mais à frente, o direito do Sul a um referendo sobre a sua autodeterminação. Seis anos mais tarde, este referendo resultou numa taxa de participação de 96% dos eleitores, com 98% de apoio à independência (Johnson, 2011).

Os seis anos entre o CPA e a separação, em 9 de julho de 2011, foram um período de relativa paz com um envolvimento internacional substancial. O foco foi a segurança, o desenvolvimento e a construção de capacidades. A ajuda externa ao Sudão do Sul foi significativa. A partir de 2005, as nações doadoras, as ONGs e as Nações Unidas forneceram mais de um bilhão de dólares de apoio por ano da comunidade internacional (Moellwald, 2015). Além disso, o esforço de assistência técnica das Nações Unidas (ONU) e de suas agências foi fundamental para orientar o Governo do Sudão do Sul (GoSS) na construção do Estado. Para evitar a duplicação de esforços ou o trabalho com propósitos conflitantes, as nações doadoras internacionais concordaram com uma coordenação abrangente da ajuda no Sudão do Sul. Para isso, estabeleceram, em 2005, a Joint Donors Team (JDT; Equipe Conjunta de Doadores) para gerenciar todas as atividades de desenvolvimento dos seis principais países contribuintes (Mid-

Term, 2009).

Os esforços para o desenvolvimento e o crescimento não se basearam apenas na ajuda pública estrangeira. O desenvolvimento de campos petrolíferos privados, com sua correspondente atividade econômica, foi significativo, estimulando alguns empresários e investimentos privados, principalmente nos setores de serviços e construção. A terra arável substancial e o potencial de depósitos de ouro e urânio foram vistos como uma base sólida para diversificar o desenvolvimento econômico (*idem*).

É interessante pontuar que o Fund for Peace, organização internacional não-governamental dedicada a disseminar a ordem e a segurança no mundo — criadora, inclusive, do termo Estado Frágil, aponta, em 2013, para a falha do país em cumprir com as metas e dinâmicas propostas. O que é, de fato, interessante pontuar é o inescapismo do Estado para uma segurança humana sustentável. Taft e Haken (2013), ao pontuarem a subperformance dos atores envolvidos na construção do estado sul-sudanês, reforçam a necessidade intrínseca de que se construa esta unidade política em específico para assegurar a segurança de um povo (Taft; Haken, 2013).

Portanto, neste capítulo, abordaremos a presença e o impacto de agentes externos financeiros e militares e o relacionamento destes com as elites locais na construção do Estado do Sudão do Sul. Abordaremos os projetos de investimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Na sequência, faremos um sobrevôo sobre a UNMISS e o estado da arte da missão de paz no país. Finalizamos esse capítulo com a presença dos atores militares privados e nacionais. É importante rememorar, entretanto, que não abordaremos o conflito civil sul-sudanês em si e também não abordaremos o acordo de paz revitalizado. O foco da tese está no processo de construção do Estado sul-sudanês e não necessariamente nas disputas por ele.

6.1. A tentativa de manutenção de um só Sudão: o período entre o CPA e o Referendo (2005–2011)

Das cláusulas que compunham o CPA, podemos elencar quatro principais desenvolvimentos e consequências. O documento criou um sistema deveras complexo de divisão do poder cujo objetivo era dar resposta a três principais questões. Importante mencionar é que, apesar de acordado textualmente, pouco foi avançado em termos de implementação durante o período.

Primeiramente, criou-se uma federação assimétrica na qual o Sul estava representado em

um Governo de Unidade Nacional. A vice-presidência do Sudão e 28% de todos os cargos do gabinete foram atribuídos ao SPLM. Além disso, foi concedido ao Sul um grau considerável de autogoverno. Todas as instituições deveriam ser legitimadas democraticamente, mas as eleições foram realizadas somente em abril de 2010, ou seja, um ano após o previsto. Esse atraso na primeira eleição nacional multipartidária em 24 anos significou que o sistema de compartilhamento de poder criado pelo CPA não foi endossado nem testado democraticamente por mais de cinco anos após a assinatura do acordo de paz (Belloni, 2011).

Em segundo lugar, um acordo de cessar-fogo encerrou mais de duas décadas de confrontos armados. O CPA determinou que as Forças Armadas Sudanesas (SAF), controladas pelo Norte, e o Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA), controlado pelo Sul, continuariam sendo exércitos separados, mas ambos com o direito de participar das recém-constituídas Forças Armadas Nacionais do Sudão. Também foi planejado um processo de desmobilização e reintegração. Entretanto, a implementação dos aspectos de segurança do acordo foi prejudicada por uma falta fundamental de confiança entre as partes. A criação de Unidades Integradas Conjuntas, incluindo as unidades da SAF e da SPLA, prescrita pelo CPA, nunca foi implementada adequadamente, e o desarmamento e a desmobilização ocorreram apenas em parte. Os confrontos entre os dois lados eram frequentes, principalmente nas áreas ricas em petróleo (idem).

Em terceiro lugar, o CPA criou um sistema de compartilhamento de receitas entre o Norte e o Sul. Não é preciso dizer que a receita do petróleo era uma questão de grande interesse para ambos os lados, mas principalmente para o Sul, que tinha 98% de seu orçamento dessa fonte. O CPA determinou que 2% de toda a receita permaneceria nas áreas onde o petróleo é extraído, enquanto o restante seria dividido igualmente entre o Norte e o Sul. Embora o acordo de compartilhamento da riqueza do petróleo tenha gerado um fluxo de cerca de US\$ 10 bilhões do Norte para o Sul, contribuindo decisivamente para manter a paz, sua implementação foi prejudicada pelas tensões políticas e pela falta de capacidade administrativa (Global, 2009). Em particular, a ausência de dados confiáveis sobre a produção de petróleo do Sudão tornou impossível determinar com precisão como dividir a riqueza gerada pelo petróleo (Global, 2009) e foi um dos principais motivos para a retirada temporária do Sul do acordo de compartilhamento de poder em 2007.

Para além dos três pontos que tinham um objetivo claro de manter um único Sudão, a peça central do CPA foi a promessa de um referendo, a ser realizado seis anos após a assinatura do acordo de paz, no qual os cidadãos do sul do Sudão decidiriam se permaneceriam em um

Sudão unido (e reformado) ou se tornariam independentes. Os residentes das chamadas “Áreas dos Três Protocolos” que fazem fronteira com o Sul e onde o SPLA atuou durante a guerra — Cordofão do Sul, Nilo Azul e Abyei - também tiveram voz ativa sobre seu futuro. Enquanto o Cordofão do Sul e o Nilo Azul permaneceram constitucionalmente como parte do Norte e seus residentes puderam participar de um exercício de consulta popular, Abyei recebeu o direito de realizar um referendo para determinar seu futuro status. O simples fato de o referendo ter sido realizado dentro do prazo em quase todos os lugares (com exceção da disputada cidade fronteiriça de Abyei) e sem grandes problemas técnicos ou de segurança é uma conquista importante (Belloni, 2011).

Ainda de acordo com Belloni (2011), intitulado *Scary Statistics* (Estatísticas assustadoras), que demonstrou que os indicadores sociais e econômicos são extremamente ruins. Vale a pena citar alguns desses “dados assustadores” em detalhes: 50,6% da população vive com menos de US\$ 2. 5 por dia; a taxa de mortalidade materna é de 2.054 por 100.000 nascidos vivos; a mortalidade infantil é de 102 por 1.000 nascidos; apenas cerca de 10% das crianças são totalmente vacinadas; mais de 70% das mulheres entre 15 e 49 anos não têm conhecimento sobre a prevenção do HIV; mais de 50% da população não tem acesso a água potável de qualidade; menos de 50% de todas as crianças recebem 5 anos de educação primária; 92% das mulheres não sabem ler ou escrever; e, em 2010, cerca de 215.000 pessoas foram deslocadas por conflitos armados (UNMISS, 2010).

Mesmo para os padrões de outros países problemáticos da África, essas estatísticas eram realmente preocupantes. Embora esses dados possam ignorar o fato de que “o sul tem sido efetivamente um Estado em funcionamento” desde a assinatura do CPA e que “fez um progresso notável em circunstâncias muito difíceis” (Natios; Abramowitz, 2011, p. 26), eles revelam uma situação alarmante. Com a vitória da secessão, os problemas acima citados (Abyei, os índices e as já aparentes disputas das lideranças no Sul), a UNMIS torna-se UNMISS, que será nosso objeto de observação mais abaixo.

6.2. A presença do Mercado Internacional na construção do Sudão do Sul

Nesta seção, exploraremos os projetos de investimento do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da USAID, maior doadora de recursos para o país — em termos de financiamento de um único país — durante o período estudado nessa pesquisa. Tentaremos evidenciar, por meio da análise de alguns programas e iniciativas, o receituário neoliberal condicionante à ajuda externa. Iniciaremos olhando para a Joint Assessment Mission (JAM), na

sequência, exibiremos o South Sudan Macroeconomic Capacity Building (SSMCB), este é seguido pela Strategic Framework for South Sudan do USAID e finalizaremos com observando a estratégia chinesa para o Sudão do Sul.

6.2.1. A *Joint Assessment Mission* para o Sudão do Sul

Ainda no contexto pré-secessão, em 2005, já havia a intenção de uma presença internacional multilateral coordenada de investimentos no país. As conversas entre o Governo do Sudão (Government of Sudan; GoS) e o comitê de compartilhamento de riquezas do SPLM, o Banco Mundial, a ONU, a IGAD e o Fórum de Parceiros da IGAD estabeleceram que uma conferência de doadores seria mais eficaz se fosse apresentada com uma estrutura abrangente para as prioridades de desenvolvimento do Sudão. Nasceu, assim, a noção de uma Missão de Avaliação Conjunta (Joint Assessment Mission — JAM) sudanesa.

A JAM sudanesa atrairia investimento e coordenação na execução da reconstrução do Sudão em torno de oito eixos, conforme tabela abaixo:

Eixo	Descrição das atividades
Construção de capacidade e desenvolvimento institucional	promoção de serviços públicos, descentralização do poder e do processo decisório, administração do dinheiro público, compras públicas
Governança e o estado de direito	reforma constitucional e eleitoral, administração judiciária e legal, emprego da lei, políticas de terra, mídia, cultura, direitos humanos e das relações civis-militares
Política econômica	estratégias de redução da pobreza, transparência e administração do setor petrolífero, administração da dívida externa e os sistemas financeiro e bancário
Setores produtivos	agricultura e pecuária, financiamento rural, desenvolvimento do setor privado e construção de capacidades de proteção ambientais
Serviços sociais	Educação básica, educação técnica e vocacional para adultos, investimento no sistema e serviço de saúde, AIDS/HIV, água e

	saneamento
Infraestrutura	Rodovias, ferrovias, aviação civil, portos e estradas fluviais, infraestrutura urbana, eletricidade.
Proteção social e subsistência	Programas para refugiados e deslocados internos, desarmamento, desmobilização e reintegração, minas terrestres, recuperação e reconciliação comunitária, integração de gênero.
Monitoramento e informação	Melhorias em informação estatística, sistemas integrados de informação, acesso à informação, censo, avaliação de impacto.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Banco, 2005.

A JAM foi, então, foi apresentada primeiro ao gabinete e à presidência do Sudão, onde recebeu forte aprovação como um plano para o período interino de seis anos do qual nenhum ministério deveria se desviar, e depois para a conferência de doadores em Oslo, em abril de 2005, onde os doadores prometeram cerca de US\$ 4,5 bilhões para o Sudão. Os envolvidos na JAM também acompanharam o endosso da Presidência e do Gabinete com reuniões separadas com cada um dos ministérios para garantir que a JAM forneceria as ideias centrais para seus próprios planos setoriais. O relatório também foi apoiado por uma matriz de monitoramento, desenvolvida com os parceiros e concebida como uma obrigação vinculante entre o recém-formado Governo de Unidade Nacional e a comunidade internacional. Também foi acordado que deveria haver um consórcio anual para monitorar o processo de implementação do JAM (Mahjoub, 2006).

Apesar de multifacetado e bastante amplo daquilo que se propunha, a JAM falhou especialmente em captar, de fato, a verba que havia sido prometida pela comunidade internacional. A cooperação entre o governo do Sudão e as delegações do SPLM continuou, mas a representação planejada do centro capitalista no Multi-Donors Trust Fund (MDTF) do sul e vice-versa não se concretizou. A alegação dos potenciais doadores ao MDTF era de que o ministério de cooperação internacional do Sudão não era preparado o suficiente, havendo forte indícios de possibilidade de corrupção (Mahjoub, 2006).

No fim e ao cabo, apesar dos elogios ao presidente al-Bashir e do financiamento de US\$ 30 milhões da União Europeia, o processo da JAM permaneceu, em grande parte, um processo de papelada, atolado em detalhes, em vez de avançar com programas de recuperação

voltados para a comunidade (Banco, 2012). Olhemos, agora, para o maior envolvimento do Fundo Monetário Internacional para o Sudão do Sul: o South Sudan Macroeconomic Capacity Building (SSMCB).

6.2.2. O *South Sudan Macroeconomic Capacity Building* e o Sudão do Sul: um seguidor fiel das políticas de morte¹ do Estado.

De acordo com o próprio documento constitutivo do SSMCB, este é um programa de capacitação para o Sudão do Sul, concentrando-se principalmente em: (i) apoio ao desenvolvimento de uma estrutura macroeconômica integrada para a implementação de políticas monetárias e fiscais; (ii) estabelecimento de um banco central em pleno funcionamento; (iii) melhoria da política e implementação de impostos e alfândegas; (iv) capacitação para a produção de estatísticas macroeconômicas e (v) fortalecimento da gestão financeira pública. As parcerias com doadores assumirão a forma de uma subconta de múltiplos doadores (Fundo, 2012).

Elaborado em paralelo à adesão do país aos mecanismos financeiros globais, em 2012, o programa foi coordenado pelo Fundo com doadores, incluindo a União Europeia, o destino de um fundo fiduciário de US\$ 11 milhões para apoiar a economia do Sudão do Sul nos quatro anos seguintes. Esse primeiro montante se somaria a mais recursos que seriam captados até o início da implementação do programa. Contudo, como barganha bastante comum para o FMI, todo o montante estaria condicionado a termos e condições essenciais de serem seguidos pelo país, com relação à natureza, ao projeto e à implementação das atividades a serem financiadas e ao método pelo qual os custos das atividades serão financiados pelo Sudão do Sul (Fundo, 2012).

Este programa estava anexado ao New Framework Administered Account for Selected Fund Activities (Nova Abordagem de Administração das Atividades Seleccionadas pelo Fundo), uma espécie de diretriz geral, de 2009, que norteia os projetos de investimento do FMI para os países que demandam empréstimo e/ou intervenção do FMI no seu país. É interessante pontuar que esta nova abordagem aponta para a necessidade de o FMI reconhecer o seu protagonismo não somente enquanto coordenador de investimentos ou investidor ele próprio, mas também como exportador de expertise macroeconômica. Para além das recomendações e condições gerais que um país precisava atender para receber o investimento, vale lembrar o receituário

¹ Tomo emprestado conceito de Achile Mbembe em que o autor, em seu ensaio *Necropolítica* (2018), defende que o dispositivo de Raça, soberania e Estado de exceção, ao funcionarem conjuntamente, criam políticas que dizimam populações (Mbembe, 2018).

para a América Latina nos anos 1990, o FMI acoplou às condições de liberação do montante, também, como, macroeconomicamente, um país deveria ser; quais elementos deveriam ser criados, que tipo de políticas desenvolvidas e que tipo de ações deveria ser incentivadas.

A nova abordagem abrangia uma amplitude bastante vasta no que se refere à macroeconomia de um país. De um modo geral, podemos afirmar a existência de três guardachuvas mais gerais: reafirmar a presença do FMI por toda a trajetória do programa, construção de capacidade e expertise por meio de treinamento de pessoal local e o Estado mínimo (IMF, 2008). Contudo, explicitaremos algumas que são relevantes para a análise. Em primeiro lugar, existe um entendimento claro em favor da criação e imediata autonomia política de um Banco Central; na sequência, existe uma pressão importante referente a privatizações, balança fiscal saudável e redução do tamanho do Estado. É latente, neste documento e nos outros que formam o arranjo jurídico que deságua no Sudão do Sul, a primazia por atores privados (locais e internacionais) na melhor condução econômica de um país e o nexos entre a aplicação das diretrizes desses documentos e a estabilidade, segurança, desenvolvimento e prosperidade de um país.

Por fim, SSMCB produz um relatório anual sobre a execução da doação e o andamento das recomendações e diretrizes dos instrumentos jurídicos aos seus doadores. Veremos o andamento do SSMCB no próximo capítulo.

6.2.3. *A Strategic Framework for South Sudan: O USAID no Sudão do Sul*

Dando sequência aos investimentos monetários externos no Sudão do Sul, olharemos mais a fundo para a participação do USAID. Os Estados Unidos, apesar de grande apoiador dos projetos multilaterais capitaneados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, optaram por uma política externa individual com relação à presença econômica no Sudão do Sul. No período por nós estudado, o USAID destinou mais de US\$ 1,8 bilhão em assistência ao desenvolvimento desde a independência do Sudão do Sul (Monn, 2025).

O USAID desenvolveu uma Abordagem Estratégica que se centra em quatro aspectos fundamentais: atender às necessidades básicas das comunidades em crise e, ao mesmo tempo, diminuir a dependência de ajuda; aumento da resiliência das famílias em áreas específicas; maior coesão social em áreas específicas; e tornar o governo sul-sudanês um melhor prestador de contas à população (USAID, 2020a).

Sobre o primeiro aspecto, vale nota a menção à necessidade de auxílio militar que o documento descreve para que se crie as condições de chegada da ajuda, seja na patrulha dos

corredores humanitários, seja na salvaguarda da própria ajuda em si. Sobre a resiliência das famílias e sobre o incremento da coesão social, é interessante pontuar que o elemento-chave aqui é a educação. De acordo com o documento, por meio da educação em todos os níveis, é possível criar capacidades nos indivíduos a fim de que eles se tornem menos dependentes da ajuda internacional, ao mesmo tempo que o ambiente educacional (desde o infantil até as universidades) propiciam a sociabilização e o estabelecimento de coexistência que se pressupõe pacífica dentro dessas unidades (USAID 2020b).

A Abordagem Estratégica para o Sudão do Sul é um projeto renovável quadrienalmente e gera relatórios também quadrienais sobre a execução e andamento das diretrizes. Olhemos, agora, para a presença chinesa de construção do Sudão do Sul.

6.2.4. A presença chinesa no Sudão do Sul

Desde sua independência em 2011, o Sudão do Sul tornou-se um espaço privilegiado para os investimentos chineses, consolidando-se como um dos maiores parceiros econômicos do país. A estratégia da China em acessar recursos naturais e expandir sua influência em contextos de fragilidade estatal, beneficia a China pelo anteposto, e o Sudão do Sul, pelo recebimento de investimentos vitais para a manutenção de sua economia e administração pública.

O petróleo é o coração econômico do Sudão do Sul e o principal atrativo para o capital chinês. Após a independência, cerca de 75% das reservas petrolíferas do antigo Sudão ficaram no território do Sudão do Sul, enquanto a infraestrutura de exportação permaneceu no Sudão, criando uma relação de interdependência entre os dois países. Nesse contexto, a China desempenhou um papel essencial ao manter investimentos robustos em campos petrolíferos e ao mediar disputas entre Juba e Cartum, garantindo um fluxo estável de petróleo para o mercado global.

As empresas chinesas, notadamente a China National Petroleum Corporation (CNPC), possuem participações significativas em consórcios como a Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC) e a Dar Petroleum Operating Company (DPOC), que dominam a produção e exportação de petróleo do Sudão do Sul (Patey, 2014). Mesmo durante a guerra civil (2013-2018), os investimentos chineses não diminuíram, refletindo o interesse estratégico de Pequim em manter suas operações. Essa continuidade foi acompanhada por medidas de segurança, como a proteção de instalações petrolíferas por forças chinesas destacadas para a missão da ONU no país (Large, 2016).

Além disso, a China investiu na construção e manutenção de oleodutos e refinarias, reduzindo a dependência do Sudão do Sul em relação ao Sudão. Contudo, críticos apontam que o modelo de exploração adotado favorece desproporcionalmente os interesses chineses, com poucos recursos sendo reinvestidos no desenvolvimento local ou no combate à pobreza estrutural (Alden & Alves, 2017).

A infraestrutura é o segundo maior foco dos investimentos chineses no Sudão do Sul, sendo considerada uma peça fundamental para viabilizar a exploração de petróleo e integrar o país ao mercado global. Após a independência, o Sudão do Sul enfrentava enormes déficits em termos de conectividade interna, com menos de 200 quilômetros de estradas pavimentadas em todo o território. Nesse cenário, empresas chinesas como a China Road and Bridge Corporation (CRBC) se destacaram na construção de estradas, pontes e outras estruturas essenciais (The China Project, 2018).

A rodovia Juba-Bor, financiada por empréstimos chineses, é um exemplo emblemático de como esses projetos de infraestrutura visam tanto o desenvolvimento local quanto a facilitação do transporte de petróleo para áreas estratégicas (Shankleman, 2011). Além das estradas, Pequim também investiu em obras urbanas, como a construção de sistemas de fornecimento de energia elétrica e instalações públicas em Juba.

Entretanto, os projetos de infraestrutura chineses no Sudão do Sul têm enfrentado críticas por várias razões. Em primeiro lugar, a dependência de mão de obra chinesa reduz as oportunidades de emprego para a população local, limitando os impactos socioeconômicos diretos. Em segundo lugar, muitos dos projetos são financiados por empréstimos que, devido à instabilidade econômica do país, podem agravar sua dívida externa. Por fim, a qualidade das obras é frequentemente questionada, especialmente em contextos onde a supervisão é limitada (Huang, 2018).

A cooperação militar é uma dimensão menos visível, mas crucial, da relação entre a China e o Sudão do Sul. Desde 2011, a China tem fornecido assistência técnica e armamentos ao governo sul-sudanês, incluindo veículos blindados e munições. Esses fornecimentos suscitaram controvérsias, particularmente porque armas chinesas foram identificadas em ambos os lados do conflito durante a guerra civil (Small, 2015). Essa dualidade reflete as complexidades da política de "não interferência" da China, que muitas vezes entra em contradição com seus próprios interesses econômicos e de segurança.

Além do fornecimento de armas, a China desempenhou um papel proeminente na missão

de paz da ONU no Sudão do Sul (UNMISS). Pequim contribuiu com tropas de engenharia, médicas e de manutenção de segurança, tornando-se um dos maiores contribuintes para a missão. Essa participação é consistente com os esforços chineses para reforçar sua imagem como um ator global responsável, ao mesmo tempo em que protege seus interesses estratégicos, especialmente no setor de petróleo (Alden & Large, 2016).

No campo educacional, os investimentos chineses buscam fortalecer as relações bilaterais e desenvolver capacidades locais que sirvam aos interesses mútuos. Desde 2011, a China tem concedido bolsas de estudo a centenas de estudantes sul-sudaneses para programas de graduação e pós-graduação em universidades chinesas, com foco em áreas técnicas como engenharia, agricultura e medicina. Esses programas visam não apenas criar uma elite técnica alinhada aos valores e interesses chineses, mas também mitigar o déficit de habilidades no Sudão do Sul (Huang, 2018).

A China também implementou programas de treinamento técnico para funcionários públicos e trabalhadores do setor petrolífero. Essas iniciativas foram realizadas principalmente por empresas estatais chinesas, como a CNPC, que buscaram capacitar os sul-sudaneses para operar equipamentos e gerir projetos petrolíferos. No entanto, críticos argumentam que a transferência de tecnologia é limitada e cuidadosamente controlada, garantindo que as operações continuem dependentes do suporte chinês (Large, 2016).

É importante salientar, todavia, que a presença chinesa no Sudão do Sul configura-se de modo distintamente diverso da atuação tradicional das potências ocidentais, como Estados Unidos e países europeus. Enquanto estes historicamente pautam sua política externa na imposição de modelos de governança, democratização e condicionalidades ligadas aos direitos humanos ou ao combate à corrupção, a China adota uma postura de não interferência nos assuntos internos do país. Tal diferença se expressa na ênfase chinesa em projetos de infraestrutura, energia e comércio, ao passo que os EUA e a Europa tendem a vincular seus aportes financeiros a reformas institucionais e à consolidação de padrões liberais de governança, frequentemente com respaldo em ONGs e missões humanitárias.

O estilo chinês de inserção no Sudão do Sul reflete uma lógica que escapa à matriz neocolonialista que frequentemente marca a ação do Ocidente na África. A China investe pesadamente no setor petrolífero sul-sudanês — vital para a sustentação econômica do país — mas evita se posicionar quanto a disputas políticas internas ou impor diretrizes quanto à forma de organização estatal. Essa abordagem atrai a elite dirigente local, que vê na China um parceiro

estratégico capaz de oferecer capital e tecnologia sem atrelamento a julgamentos de ordem moral, política ou ideológica. Ao invés de pressionar por transformações institucionais que ecoam padrões europeus, Pequim opera por meio de acordos bilaterais pragmáticos, sustentados na reciprocidade e no reconhecimento da soberania.

Esse padrão evidencia uma lógica de inserção internacional que pode ser compreendida como não imperialista, na medida em que rejeita o universalismo normativo e a tutela liberal como formas legítimas de atuação externa. A China não se propõe a “civilizar” ou “educar” o Estado sul-sudanês, mas a estabelecer laços de cooperação centrados em interesses econômicos e políticos mútuos. Ainda que essa atuação não esteja isenta de críticas — especialmente no que diz respeito à dependência econômica e ao impacto ambiental de certos projetos —, ela representa uma alternativa concreta à lógica intervencionista do Ocidente, oferecendo um modelo de parceria internacional que se constrói menos pela imposição e mais pela negociação.

6.3. O arcabouço securitário-militar internacional no Sudão do Sul: A UNMISS, o US Army e a presença de Empresas Militares Privadas.

Nesta seção, iniciaremos olhando com maior detalhamento para a Missão de Paz para o Sudão do Sul (UNMISS), estabelecida em 9 de julho de 2011 por meio da Resolução 1966 de 2011 e vem sendo renovada anualmente. É importante apontar, também, que a UNMISS muda de característica a partir de 2014 por razão da guerra civil sul-sudanesa. Compreendendo que a missão favoreceria uma parte beligerante durante o conflito, a partir de 2014, a missão de paz deixa ter o caráter de Construção de Capacidades para Proteção de Civis (Ávila; Goldoni, 2019)

Dedicaremos um espaço especial para detalhar as atividades da UNPOL a fim de avaliar a sua atuação nas PoCs até a transferência do comando aos civis e a influência da UNPOL na conformação do corpo policial local e, finalizaremos olhando os projetos educacionais da UNMISS. O Objetivo deste é avaliar o tipo de educação — produtiva ou emancipadora — fornecida pela UNMISS à população local. Seguiremos para a presença militar estadunidense no Sudão do Sul e finalizaremos com um apanhado das Empresas Militares Privadas presentes no Sudão do Sul.

6.3.1. O estabelecimento da Missão das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS)

Desde o início, a UNMISS foi projetada para apoiar a transformação do Sudão do Sul em um Estado viável, “fortalecendo a capacidade do governo da República do Sudão do Sul de governar de forma eficaz e democrática” (Resolução, 2011 para. 3). Conforme estabelecido em

seu mandato inicial, a UNMISS “apoiaria as autoridades nacionais... para consolidar a paz” (idem). Isso seria alcançado por meio de reformas em larga escala — especialmente no setor de segurança — e de capacitação maciça (Office, 2011, para. 41). E as necessidades de capacitação eram enormes: a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) recomendou que o número dos chamados “construtores de capacidade” —especialistas que assessorariam diretamente o governo e substituiriam a falta de experiência a curto prazo — fosse “significativamente reforçado” em torno da independência, gastando posteriormente mais de US\$ 23 milhões em “boa governança” somente em 2011 (MSI, 2009). É importante dizer que uma das recomendações presentes, também, era de o uso de pessoal militar com envolvimento prévio em situações de (re)construção de Estados para auxiliar na construção do Sudão do Sul.

Até a independência, o Sudão do Sul estava recebendo assistência ao desenvolvimento de treze fontes bilaterais e oito fontes bilaterais e oito multilaterais, totalizando mais de US\$ 1,4 bilhão por ano (Larson; Pritchett, 2011). Centenas de funcionários do governo sul-sudanês receberam treinamento em anticorrupção; milhares de milhares de funcionários públicos receberam treinamento em habilidades fiscais e gerenciais; dezenas de instituições foram reformadas na esperança de que o Sudão do Sul começasse a funcionar mais como um Estado (liberal).

A UNMISS foi projetada para concretizar essa visão de construção de Estado para o Sudão do Sul. A prioridade mais alta listada em seu mandato era “promover a construção do Estado a longo prazo”, seguida por “apoiar o Governo do Sudão do Sul no exercício de suas responsabilidades”. (Resolution, 2011) Nas áreas de política, de segurança e de estado de direito, a UNMISS foi encarregada de fornecer apoio às instituições do Estado, com referências claras para medir seu sucesso, como a capacidade demonstrada pelo Estado de reintegrar 150.000 ex-combatentes, construir um serviço policial funcional, estabelecer estruturas regulatórias para instituições de estado de direito e implementar uma estratégia nacional para a reforma do setor de segurança. Na seção civil da missão, mais de 1.100 membros da equipe foram identificados no orçamento da missão como apoiadores dos programas de capacitação do estado (idem). As agências da ONU seguiram o exemplo, com o Programa de Desenvolvimento da ONU referindo-se à necessidade abrangente de “colocar a capacitação do Estado em primeiro lugar” e gastando milhões em um programa de apoio ao governo do Sudão do Sul (Day, 2023).

Além disso, a UNMISS foi projetada, também, para dar suporte à construção da autoridade estatal, das áreas urbanas às periferias rurais, reconhecendo a ausência crônica de capacidades e instituições estatais que saiam de grandes centros urbanos. Com este objetivo em

mente, a missão desenvolveu o modelo de governo baseado no sistema Estado/condados, distribuindo postos da missão nas capitais estatais e nos condados para construir a governança estatal em todo o território (Day, 2023). A teoria por detrás dessas bases era que a UNMISS funcionasse como um portal às comunidades locais, gradualmente identificando as necessidades locais e expandido suas capacidades até as áreas rurais. Conforme dito pelo Secretário Geral, a presença da UNMISS era apoiar a presença do Estado por todo o país até o momento em que as autoridades nacionais fossem capazes de construir instituições eficientes (Hutton, 2014; Day, 2023).

O corpo de profissionais da UNMISS tinha clareza sobre as capacidades de governança locais para além dos atores estatais, e a missão também possuía os maiores analistas sobre o país, sendo a sua maioria engajada com atores locais (Day, 2023). Contudo, a missão tendia a tratar as questões locais a partir de uma esfera diferente. Estruturalmente, a missão era dividida em assuntos civis (principalmente nas resoluções de conflitos locais) e assuntos políticos (com foco nas questões políticas nacionais) (*idem*).

Isso contribuiu para uma bifurcação dentro da missão: em nível local, a análise de assuntos civis concentrava-se em questões intercomunitárias, como roubo de gado, disputas de terra e ciclos de violência de longa data; em nível nacional, os assuntos políticos tratavam de questões como as disposições constitucionais sobre descentralização e consolidação da paz. De fato, quando a ONU e seus parceiros se referiram a questões de governança em nível local, foi quase que uniformemente em termos de reforço das capacidades do Estado. Alinhado a essa visão do Estado como a solução para a insegurança nas periferias, o Secretário-Geral da ONU sugeriu repetidamente que a violência intercomunitária, a invasão de gado, as disputas de terra e outras tensões deveriam ser tratadas por meio de um "estado de direito efetivo e da autoridade do Estado" (Day, 2023, p.205). A panaceia para os diversos males do Sudão do Sul era a construção do Estado.

Considerando esse conhecimento detalhado dentro da missão, vale a pena fazer uma breve pergunta: porque a UNMISS adotou uma abordagem tão centrada no Estado para seu trabalho? Parte da resposta diz respeito à profunda dependência da ONU em relação ao modelo de Estado liberal. Ao avaliar o trabalho de Adam Day (2023), o autor aponta uma forte tendência da ONU de descrever as formas não-estatais de governança como desvios de uma norma ou, na melhor das hipóteses, uma curiosa aberração que se corrigiria com a criação de instituições estatais.

Day (idem) traz a fala de três entrevistados que valem a pena refletir. Enquanto estava em Malakal, Day (2023) conversou com membros da ONU sobre disputas de longa data por território entre as comunidades Shilluk, Dinka e Nuer, em resposta, foi sugerido que a criação de capacidades policiais e judiciais lideradas pelo Estado acabaria por ajudá-los a resolver suas divergências. “O que Malakal precisa é de uma polícia e um sistema judiciário confiáveis que possam resolver isso para eles”, disse-me um membro da equipe da ONU” (Day, 2023, p. 205). Em outra oportunidade, durante uma visita ao estado de Bentiu, rico em petróleo, um funcionário sênior da ONU disse a ele que "assim que o Estado encontrar uma maneira de capturar e distribuir as receitas do petróleo, poderemos entrar em um novo normal" (Day, 2023, p.206). De fato, esse conceito de um "novo normal" (idem) foi uma força ideológica poderosa por trás do apoio da ONU ao Sudão do Sul, uma suposição de que instituições estatais eficazes formariam a espinha dorsal de uma nova nação.

É relevante pontuar que a UNMISS acaba por ter uma amplitude temática bastante elástica. Ela cobre assuntos políticos, militares, policiais, de justiça, questões de gênero, de crianças, de saúde etc. Olharemos, agora, para alguns projetos em específico que fazem sentido para esta pesquisa.

6.3.1.1. Acessando o braço policial da UNMISS: a atuação da UNPOL no Sudão do Sul

A atuação da Polícia da ONU (UNPOL) no Sudão do Sul entre 2011 e 2020 passou por transformações significativas, refletindo as mudanças no contexto político e de segurança do país. A Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) foi estabelecida em 2011 com o objetivo de apoiar a construção do novo Estado e fortalecer suas instituições de segurança, incluindo a South Sudanese National Police Service (Polícia Nacional do Sudão do Sul; SSNPS). No entanto, a eclosão da guerra civil em 2013 alterou substancialmente o escopo e a natureza das operações da UNPOL, redirecionando seus esforços para a proteção de civis e a mitigação da violência (HUNT, 2019).

A primeira fase da atuação da UNPOL, entre 2011 e 2013, foi caracterizada pelo esforço de fortalecer a SSNPS. O mandato inicial previa treinamentos e suporte técnico para a criação de uma força policial profissional e eficaz, capaz de garantir a segurança pública e o Estado de Direito. No entanto, esse processo encontrou desafios estruturais, incluindo corrupção, falta de infraestrutura e resistência interna por parte dos comandantes locais (DESSU; YOHANNES; HUNT, 2023). A dependência da SSNPS de antigos comandantes militares e sua instrumentalização política limitaram a capacidade da UNPOL de implementar reformas profundas (OPIYO et al., 2024).

A guerra civil, iniciada em dezembro de 2013, forçou a ONU a reavaliar seu papel no Sudão do Sul. Em resposta à escalada da violência, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2155 (2014), que redirecionou o mandato da UNMISS para priorizar a proteção de civis. Isso resultou em uma mudança significativa na atuação da UNPOL, que passou a focar suas operações na segurança dos Campos de Proteção de Civis (PoC Sites) e no policiamento de áreas vulneráveis a abusos de direitos humanos (DESSU; YOHANNES; HUNT, 2023). Entre 2014 e 2018, a UNPOL desempenhou um papel fundamental na manutenção da ordem dentro desses campos, onde mais de 200.000 deslocados internos buscaram refúgio contra ataques armados (AJOL, 2024).

A atuação da UNPOL nos PoC Sites, embora essencial para garantir a segurança das populações deslocadas, também levantou críticas. A presença prolongada da ONU nesses locais foi interpretada como um fator de dependência, impedindo que a SSNPS assumisse sua responsabilidade na proteção de civis (Hunt, 2019). Além disso, a cooperação entre UNPOL e SSNPS foi marcada por tensões, pois a polícia local frequentemente era acusada de abusos e violações de direitos humanos, enquanto a ONU enfrentava limitações em sua capacidade de monitoramento e responsabilização (Dessu; Yohannes; Hunt, 2023).

A partir de 2019, a UNPOL tentou retomar sua estratégia de fortalecimento institucional, promovendo treinamentos para a SSNPS e incentivando a criação de novas estruturas de policiamento comunitário. No entanto, desafios como a fragmentação política, a interferência governamental e a falta de recursos limitaram o impacto dessas iniciativas (Opiyo et al., 2024). Além disso, a resistência das autoridades locais à supervisão internacional continuou a comprometer a implementação de reformas efetivas. Apesar dos esforços para reestruturar a SSNPS, a realidade no terreno demonstrava que a segurança pública no Sudão do Sul ainda dependia fortemente da presença internacional.

Ao longo da década, a atuação da UNPOL oscilou entre tentativas de fortalecimento institucional e operações emergenciais de proteção de civis. Essa dinâmica reflete as dificuldades enfrentadas por missões de paz contemporâneas, que frequentemente precisam equilibrar a estabilização de curto prazo com o desenvolvimento de capacidades locais sustentáveis. Como resultado, a UNPOL no Sudão do Sul exemplifica os desafios inerentes às operações de policiamento internacional em contextos de fragilidade estatal e conflito prolongado.

6.3.1.2. Os projetos educacionais da UNMISS e a iniciativa *Back to Learning*

Parte dos projetos de educação formal da UNMISS para a população sul-sudanesa advêm

dos Projetos de Impacto Rápido (Quick Impact Projects — QIPs). As QIPs são projetos de pequena escala, fundada pelas missões, que são implementadas em curto período. Elas respondem às necessidades expressas pelas comunidades locais. Como resultado, abrangem uma ampla gama de atividades programáticas, desde a reforma de uma escola até o fornecimento de pontos de acesso à água potável para mulheres. As QIPs são implementadas principalmente por meio de agentes locais, incluindo autoridades locais, organizações não-governamentais e organizações de base. Dessa forma, a implementação de projetos de QIPs ajuda a desenvolver suas capacidades de gerenciamento e, ao mesmo tempo, amplia o alcance da missão em nível local.

Do ponto de vista educacional, desde 2015, os projetos educacionais da UNMISS e de outras agências de fomento internacionais (UNICEF, USAID, BM, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido DFID, a União Europeia) estão incorporadas na iniciativa Back to Learning (BTL) (De Volta ao Aprendizado, tradução livre nossa) do presidente Salva Kiir. Essa iniciativa reúne e tenta organizar uma série de programas educacionais que foram (e ainda são) desenvolvidos no Sudão do Sul. Durante o nosso marco temporal, a iniciativa possui duas fases, uma de 2015 até 2017 e outra de 2017 até 2020. O programa possui foco na educação básica de jovens sul-sudanesas e estaria de acordo com as diretrizes internacionais de transformação dos indivíduos sul-sudaneses em membros produtivos da sociedade (Moro; Tolani, 2021).

O investimento externo na educação sul-sudanesa não vem desinteressado. É interessante resgatar, aqui, parte da legislação que autorizou a contribuição da USAID nas reformas educacionais do Sudão do Sul. Parte da abordagem estratégica da USAID para o Sudão do Sul desde 2011, era objetivo e interesse dos Estados Unidos o desenvolvimento de jovens sul-sudaneses com habilidades que os ajudaria a se tornarem economicamente mais produtivos (USAID, 2021). É interessante pontuar, ainda, que, o projeto de desenvolvimento socio-emocional do Banco Mundial, inserida na pasta da educação para o país, considera fundamental o desenvolvimento de autocontrole em jovens para que controle seus impulsos imediatos, foque sua atenção e maneje melhor suas emoções a fim de que se tornem adultos mais produtivos, especialmente em contextos de fragilidade (BANCO, 2019, p.32)

Cabe mencionar, ainda, o envolvimento de militares brasileiros na construção de algumas escolas. De acordo com Fan (2021), brasileiros fizeram doações e fizeram parte de um time de peacekeepers que reconstruíram uma escola enquanto parte de um projeto da Escola Internacional indiana Exodu International Academy. As chamadas Brazilian Rooms (salas

brasileiras, tradução nossa livre) começaram a sua reforma em 2018 e foi finalizada em 2020.

6.3.2. A *Combined Joint Task Forces — Horn of Africa*: as forças armadas estadunidenses no Sudão do Sul

A presença das forças armadas estadunidenses no Sudão do Sul está circunscrita em dois guarda-chuvas principais do African Command (AFRICOM; Comando Africano): a *Combined Joint Task Forces — Horn of Africa* (CJTF-HoA; Força-Tarefa Conjunta e Combinada — Chifre da África) e a *Africa Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA; Operações de Treinamento e Assistência ao Contingente em África). É importante pontuar que não há uma abordagem singular ao Sudão do Sul, mas o Sudão do Sul compõe uma agenda regional dos interesses dos Estados Unidos.

A CJTF-HOA realiza operações para aumentar a capacidade das nações parceiras, promover a estabilidade regional, dissuadir conflitos e proteger os interesses dos EUA. A CJTF-HOA é fundamental para os esforços do Comando da África dos EUA para desenvolver a capacidade dos parceiros de combater extremistas violentos e abordar outras parcerias de segurança regional. Ela é composta por vários ramos das forças armadas dos EUA, juntamente com pessoal das forças armadas estrangeiras de várias nações aliadas e parceiras. Com sede em Camp Lemonnier, Djibuti, o comando trabalha contra agentes malignos aos Estados Unidos para fortalecer as forças de segurança coletiva e responder a crises para promover os interesses nacionais dos EUA e a segurança, estabilidade e prosperidade regionais.

A ACOTA foi criada para aprimorar as capacidades das forças armadas africanas, fornecendo treinamento e equipamentos selecionados necessários para operações multinacionais de apoio à paz. O Comando Africano dos EUA apoia o programa ACOTA fornecendo mentores, treinadores e consultores militares a pedido do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Tanto a CJTF-HoA quanto a ACOTA elaboram relatórios periódicos de suas atividades, fornecem informações e recomendações para o aprimoramento da estratégia geopolítica estadunidense. Ainda que, no próximo capítulo, faremos uma análise cuidadosa de tais relatórios, é interessante pontuar que chama atenção o destaque que treinamento e fornecimento de materiais às forças armadas sul-sudanesas ganham neles. É possível compreender, especialmente quando o documento menciona a construção de capacidades locais, um nexo entre o treinamento ofertado pelos Estados Unidos ao Sudão do Sul e o incremento da confiabilidade da presença externa no terreno. Uma das estratégias que perpassam a CJTF-HoA e a ACOTA é a necessidade de construir confiança dos locais à presença estadunidense e como

isso é elemento vital para a manutenção da influência e interesses estadunidenses para o chifre africano e o continente como um todo. Chama atenção, também, como Rússia e China aparecem nos relatórios enquanto competidores de influência (CJTF-HoA, 2019; AFRICA, 2011)

6.3.3. A presença das Empresas Militares Privadas no Sudão do Sul

Quando falamos de Empresas Militares Privadas em África, é importante salientarmos uma mudança narrativa importante das primeiras experiências com o que existe atualmente. Isso porque há uma importante literatura cobrindo os casos desastrosos de atuação desse ator no continente, especialmente nos anos 1990 e início dos anos 2000 (MUSAH; FAYEMI, 2000). Tanto que um documento bastante presente na literatura que observa o renascimento das EMPs no continente é o compromisso que esse ator assume com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha com relação à observância do direito humanitário (ICRC, 2006).

Os motivos pelos quais as EMPs eram necessárias em África, primeiramente, tinha a ver com a incapacidade material de os países africanos, muitos deles recém-saídos de guerra civis (alguns deles, como o Sudão/Sudão do Sul, ainda em guerra civil) não eram capazes de prover segurança aos seus cidadãos. Nesse contexto, a lógica mercadológica era clara: existe uma demanda por segurança cuja oferta seria equilibrada pelas EMPs.

Depois dos casos extremamente problemáticos em Serra Leoa (McFATE, 2008) e Angola (SELBER, 2002), o argumento que possibilitou o ressurgimento das EMPs migrou para a incapacidade de estados falidos em prover segurança, em monopolizar, de fato, o uso legítimo da força e implementar regras e leis (estabelecer a ordem) que sejam executáveis e cumpridas. A mudança parte de uma percepção de que o problema não era o pouco tempo de existência desses Estados, mas, na verdade, que esses Estados são incapazes de prover segurança à sua população. Uma reflexão interessante que se pode pontuar a partir disso é que o fenômeno de privatização da segurança permaneceu intacto. Uma consequência disso é o surgimento de empresas militares privadas locais. (BRANOVIC, 2011). O Sudão do Sul reflete a realidade descrita acima, mas não somente.

O que temos no Sudão do Sul quando o assunto é empresas militares privadas são três realidades que se entrelaçam: o uso de EMPs de fora do país em contratos específicos, o uso de EMPs pela UNMISS e o nascimento de EMPs sul-sudanesas. Para o primeiro caso, Portada III et al. (2014) nos elucida sobre o papel de atores privados exógenos na reforma do setor de segurança nacional. Tomando como premissa que essas empresas são formadas em grande medida por ex-militares e ex-combatentes, com experiência e expertise no terreno, essas

empresas seriam conselheiras ideais para trabalhar em conjunto do governo sul-sudanês nos entendimentos sobre defesa e segurança. Uma característica interessante de se mencionar é que parte da reforma no setor de segurança sul-sudanês também inclui o entendimento de que áreas são consideradas sensíveis e que é prerrogativa das Forças Armadas e que áreas podem ser executadas por contrato. Curiosamente, o setor energético e petrolífero, de capacidade produtiva essencialmente estrangeira, é um dos setores que escapa da exclusividade das Forças Armadas e pode ser realizada por contrato. Empresas chinesas e russas entram nesse contexto. A China, enquanto maior parceiro do Sudão do Sul no que tange ao setor energético, possui empresas militares privadas guardando seus postos de extração de petróleo (HAMZA, 2014).

A presença de EMPs estadunidenses se deu, essencialmente, em esforços conjuntos ao estabelecimento da UNMISS (Ostensen, 2011). Podemos organizar a presença de EMPs na UNMISS dentro de cinco categorias expostas na tabela abaixo:

Tipo de atividade	Descrição geral
Serviços de segurança	As EMPs podem ser contratadas para prestar serviços de segurança, como guarda de segurança estática, segurança de perímetro e proteção do pessoal e dos bens da ONU no Sudão do Sul. Esses serviços ajudam a garantir a segurança e a proteção da equipe e das instalações da ONU em um ambiente volátil.
Apoio logístico	As EMPs podem oferecer serviços de apoio logístico para auxiliar no transporte, no gerenciamento da cadeia de suprimentos e na manutenção de equipamentos e instalações para as operações da UNMISS. Esse suporte ajuda a garantir o bom funcionamento das atividades da missão.
Desminagem e eliminação de material bélico	As EMPs com experiência em desminagem e eliminação de material bélico podem ser contratadas para remover minas terrestres e material bélico não detonado em áreas onde a UNMISS opera. Isso é fundamental para garantir a segurança dos civis e facilitar os esforços de construção da paz.
Treinamento e	As EMPs podem oferecer programas de treinamento para o pessoal da

capacitação	UNMISS em vários tópicos relacionados à segurança, incluindo resolução de conflitos, gerenciamento de crises e conscientização sobre segurança. Esse treinamento ajuda a aprimorar a capacidade da equipe da ONU de desempenhar suas funções com eficácia.
Serviços de inteligência e informação	As EMPs podem oferecer serviços de inteligência e informação para apoiar a UNMISS na coleta e análise de dados relevantes para a tomada de decisões e avaliação de riscos. Essas informações podem ajudar a entender a situação de segurança e informar o planejamento operacional. Esses exemplos ilustram como as EMPs podem apoiar a UNMISS no cumprimento de seu mandato no Sudão do Sul, fornecendo serviços essenciais relacionados à segurança, logística, treinamento e gerenciamento de informações

Uma das consequências da presença de EMPs estrangeiras no Sudão do Sul foi a formação de EMPs locais, tal qual a Archer. Conectada à Overseas Security Advisory Council (OSAC; Conselho Consultivo de Segurança Além-Mar), um conselho do Departamento de Estado dos Estados Unidos, prospecta possíveis clientes à Archer, que atua em quatro pontos principais: serviços de segurança, rastreamento de veículos e manejo de frotas, consultoria de risco, e treinamento. De acordo com seu site oficial, a equipe da Archer conta com uma combinação essencial de gerentes e funcionários internacionais e sul-sudaneses seniores, que trabalham de forma colaborativa e eficaz há mais de 10 anos. Essa longevidade de entrega durante os anos de formação do Sudão do Sul, segundo eles, proporciona uma visão sincera e segura do ambiente local em um contexto internacional.

Um relatório interessante, produzido por Michael Picard e Colby Goodman (2021) discute de maneira abrangente as complexas interações entre as EMPs, a vigilância governamental, a repressão e as dinâmicas de conflito em contextos como o Sudão do Sul. A análise sugere que as EMPs, ao operarem em regimes autocráticos e corruptos, frequentemente não apenas oferecem serviços de segurança, mas também contribuem para a limitação dos direitos humanos e a perpetuação de estruturas de poder opressivas.

Em primeiro lugar, a presença de EMPs no Sudão do Sul exemplifica as preocupações relacionadas à vigilância e repressão estatal. O documento menciona que empresas como a Verint Systems Inc. forneceram tecnologia de vigilância ao governo do Sudão do Sul durante

um período marcado por profundas violações dos direitos humanos. Essa assistência tecnológica potencializou a capacidade do governo em monitorar e controlar a dissidência política, destacando como a vigilância, especialmente em contextos autoritários, pode ser utilizada como uma ferramenta para reprimir a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Este uso de tecnologia de vigilância não apenas ameaça a privacidade dos cidadãos, mas também cria um ambiente de medo que constrange a atividade política e civil (Picard; Goodman, 2021).

Em segundo lugar, as operações das EMPs no Sudão do Sul e em outros contextos de fragilidade política têm o potencial de exacerbar as dinâmicas de conflito. As EMPs frequentemente capacitam as forças armadas locais, legando habilidades que podem ser utilizadas não apenas para defesa, mas também para a repressão de grupos minoritários ou de opositores políticos. Essa dinâmica sugere que, sem uma supervisão rigorosa, as EMPs podem inadvertidamente contribuir para a perpetuação de ciclos de violência e corrupção, intensificando a desconfiança pública em relação a atores externos, como os Estados Unidos. O relatório, assim, enfatiza a necessidade urgente de uma abordagem crítica em relação às políticas de segurança, afirmando que o envolvimento das EMPs na segurança local deve ser cuidadosamente monitorado para evitar abusos (Picard; Goodman, 2021).

Além disso, a análise identifica lacunas significativas na regulamentação das EMPs que operam em países com instituições governamentais fracas e corrupção difundida. Essas lacunas não apenas expõem as EMPs a uma ambiência de impunidade, mas também comprometem a eficácia das intervenções de segurança – aumentando a probabilidade de que estas ações alimentem a corrupção e intensifiquem as tensões sociais. Esta reflexão crítica sobre a prática das EMPs sugere que um fortalecimento da regulamentação e uma maior responsabilidade são imprescindíveis para mitigar os riscos associados ao seu envolvimento em ambientes de segurança complexos (Picard; Goodman, 2021).

Por fim, o relatório propõe uma série de recomendações para que o governo dos EUA intensifique a supervisão das EMPs, incluindo a promoção de uma legislação mais robusta em países que empregam tais empresas. Tais ações poderiam ajudar na criação de normas internacionais que governem o comportamento das EMPs, promovendo assim um maior compromisso com os direitos humanos e a estabilidade regional. Em conclusão, o texto ressalta a interconexão entre as operações das EMPs, as práticas de vigilância estatal, e as dimensões da corrupção e do conflito, destacando a necessidade de uma abordagem mais coesa e responsável no controle desse setor significativo e em expansão (Picard; Goodman, 2021).

É interessante apontar essas reticências que o relatório aponta sobre a presença das EMPs em terreno porque, no próprio relatório, encontramos as justificativas que legitimam o envio delas em primeiro lugar. E não há, no relatório, uma crítica à essa raiz. Olhemos com atenção para alguns pontos (idem).

Em primeiro lugar, as EMPs frequentemente se destacam em crises humanitárias e situações de insegurança. Em cenários de conflito armado, desastres naturais ou emergências humanitárias extremas, onde as forças de segurança locais podem estar sobrecarregadas ou incapacitadas para garantir a ordem, essas empresas podem oferecer apoio logístico e proteção vital para o bem-estar da população afetada e a estabilidade da região (idem).

Além disso, a capacitação e treinamento das forças militares e policiais locais é outra área em que as EMPs desempenham um papel crucial. Muitas nações, particularmente aquelas confrontadas com ameaças terroristas ou insegurança interna, recorrem a essas empresas para desenvolver suas capacidades defensivas. O treinamento por parte de EMPs pode contribuir de forma significativa para a melhoria da eficácia operativa das instituições de segurança locais (idem).

A proteção de infraestrutura crítica em regiões de instabilidade é uma terceira função relevante das EMPs. Em contextos de conflito, instalações essenciais, como as do setor de petróleo e gás, frequentemente se tornam alvos de ataques. A presença de EMPs é, portanto, vista como uma salvaguarda necessária para preservar esses ativos estratégicos (idem).

Adicionalmente, as EMPs oferecem apoio logístico a operações militares. Elas podem garantir operações de transporte, manutenção de equipamentos e fornecimento de suprimentos essenciais, aspectos que se tornam ainda mais significativos em áreas com desafios operacionais, como acessibilidade e condições adversas. Outro ponto a destacar é a capacidade das EMPs de realizar operações em regiões de difícil acesso. Em situações em que a presença militar tradicional se mostra impraticável ou indesejada, a flexibilidade e rapidez das EMPs garantem uma resposta eficaz em locais necessitados de assistência imediata (idem).

Em um contexto de segurança dinâmico, também se evidencia a importância das EMPs na resposta rápida a ameaças. Quando uma situação requer ação imediata, essas empresas podem reagir de maneira mais ágil em comparação com as forças armadas regulares, que frequentemente estão sujeitas a processos burocráticos mais demorados. As EMPs também são frequentemente contratadas para garantir a segurança de pessoal e instalações, especialmente diplomatas e funcionários de ONGs operando em ambientes de alto risco. Elas desempenham

uma função primordial na manutenção da segurança em contextos em que os riscos são elevados.

Finalmente, é digno de nota que as EMPs podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades locais. Ao proporcionar treinamento e suporte, elas podem ajudar a formar uma força de segurança mais autossuficiente e eficaz no longo prazo, o que é particularmente vital para a estabilidade das regiões afetadas.

O que podemos observar é que há, no limite, uma crítica num sentido reformista da presença desses agentes em dinâmicas de conflito e no Sudão do Sul, mas não há um questionamento ou crítica acerca dos motivos que os permitiram estar no terreno. E que, sim, as EMPs são vantajosas — mais eficientes — em um contexto emergencial (lógica da excepcionalidade) ou em contextos nebulosos que poderia por em xeque a legitimidade de um Estado ou Organização Internacional (uma espécie de bode expiatório nesse sentido).

7. UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL DA MULTIPLICIDADE ARMADA PRESENTE NA CONSTRUÇÃO DO SUDÃO DO SUL

Conforme supracitado, em 2011, o Sudão do Sul declarou sua independência após o resultado do referendo ter apontado por este caminho. Em um primeiro olhar, a presença de múltiplos atores estrangeiros no país nas primeiras horas de seu nascimento possui uma certa palatabilidade dada a realidade hierárquica do Sistema Internacional, a posição periférica do país neste sistema e a necessidade (da elite sul-sudanesa e desse Sistema) de formar uma unidade política inteligível ao sistema (centralizador, liberal, securitário e capitalista). Contudo, a massiva presença contínua de atores armados de diversas modalidades causa certo estranhamento; mais ainda, conforme vimos nos capítulos anteriores e veremos neste, é que esses atores agiram não somente nos assuntos operacionais militares, mas, também, em assuntos gerenciais e de formulação de política militar e de defesa, bem como em temas fora da esfera militar.

Afinal de contas, a independência e nascimento desse novo Estado não deveriam, supostamente, incluir a autodeterminação e autonomia a esta nova unidade política? Nesse sentido, acreditamos que será possível extrair sentido desse cenário de pluralidade armada ao analisá-lo sob a costura conceitual discutida durante esta pesquisa.

O que propomos nesta tese sobre a existência da multiplicidade armada (interna e externa) no Sudão do Sul era interpretar a sobreposição e o alargamento de funções de agentes militares para construir este Estado. Identificamos, por exemplo, a celebração de militares executando função na construção civil, EMPs e a UNPOL treinando locais para a formação de uma polícia nacional, além do próprio uso das EMPs como válvula de escape para que a missão pacificadora do Estado hegemom seja continuada mesmo sem a presença dele no terreno. Nesse sentido, ao contrário do que defende Huntington (1996) sobre a natureza da função militar, para a periferia, não se trata de uma anomalia, mas é, justamente, reflexo das condições estruturais e históricas que permeiam o Estado e o Estado sul-sudanês, configurando-o como uma extensão do colonialismo contemporâneo, com novos agentes e interesses estrangeiros que perpetuam a dependência e a exploração dos recursos naturais do território e das populações que ali habitam.

Frantz Fanon (2021; 2022), em sua análise dos Estados pós-coloniais, argumenta que o Estado recém-independente é muitas vezes uma continuação da violência colonial, adaptada às novas circunstâncias. No Sudão do Sul, o SPLA, ao se tornar força oficial estatal, logo se tornaria uma ferramenta de repressão interna, reproduzindo as práticas que anteriormente caracterizavam o poder colonial. Adicionando o pensamento segundo Rosa Luxemburgo (1985)

à análise, o imperialismo cria relações de dependência que se manifestam de diferentes formas, inclusive na esfera militar. A proliferação de atores armados é um sintoma da exploração imperialista, que ao invés de gerar desenvolvimento local, fragmenta a sociedade e a torna subserviente a interesses externos. Essa afirmação é importante para nos fazer indicar que se a estabilidade política é lucrativa, a instabilidade e os conflitos também as são. Também nos é útil para compreender a permanência e insistência sobre a questão étnica como causa dos conflitos no Sudão do Sul.

Já com Gramsci (2021) e seus escritos sobre hegemonia, munimo-nos de uma lente capaz de compreender que as ações do governo de Salva Kiir buscam (mas não obtém êxito) dominar a sociedade sul-sudanesa através da coerção, em vez da construção de consenso que seja universalizante. A presença de grupos insurgentes locais e a cisão de parte das forças armadas em forças de oposição demonstram haver, no plano nacional, uma disputa pela hegemonia, que é agravada pela intervenção estrangeira, pelo envolvimento de empresas militares privadas e pela alimentação constante, no campo ideológico, das divisões e rivalidades étnicas presentes no país. Essa conjuntura material e ideológica acaba por garantir uma pacificação conveniente para as elites, como Neocleous (2008) sugere, reificando a segurança e tornando-a elemento de e para o controle do capital que, reforçamos, lucra num contexto de instabilidade, lucra ao estabilizar e lucra após conquistar alguma estabilidade. Assim, o Sudão do Sul se configura como um espaço onde a violência e a insegurança são perpetuadas a fim de garantir o fluxo de recursos para o capital transnacional.

Se o capítulo anterior se propôs descrever as ações, os projetos e os planos para a construção do Sudão do Sul, neste capítulo nos concentramos em analisar a atuação dos múltiplos atores armados presentes no Sudão do Sul a partir da independência até a assinatura do R-ARCSS, em 2020, à luz do arcabouço teórico que construímos no primeiro capítulo. Iniciamos analisando a transformação do SPLA de um movimento de libertação ao aparelho de repressão estatal e disso à crise de hegemonia com o ressurgimento do SPLA-IO com a guerra civil. Seguiremos o capítulo usando dos atores armados nacionais vizinhos, as forças militares e policiais da IGAD, da UNMISS e as forças armadas estadunidenses para compreendermos os interesses imperialistas e hegemônicos externos naquele território; e somaremos a presença militar privada para dar cabo de exibir o processo de reificação e privatização da segurança no Sudão do Sul típicas do processo de pacificação.

7.1. O SPLA: de movimento de libertação a aparelho repressivo do Estado, sua fragmentação e as discussões sobre a (má) construção de hegemonia

O Sudão do Sul emergiu em 2011 como o país mais jovem do mundo, mas com feridas profundas de décadas de guerra. O SPLA, que desempenhou um papel fundamental na luta pela independência, foi rapidamente transformado no exército oficial do novo Estado. No entanto, as práticas e estruturas herdadas de seus anos como movimento insurgente não foram reformadas. Como apontado por Mahmood Mamdani (1996), o Sudão do Sul é um exemplo paradigmático de um "Estado pós-colonial predatório", onde a transição política não foi acompanhada de mudanças estruturais que atendessem às necessidades da sociedade civil. O SPLA permaneceu dominados e liderados pelo dinka Salva Kiir, que centralizou o poder em Juba, perpetuando um sistema de controle econômico e político militarizado.

A partir de uma leitura de Rosa Luxemburgo (1985), o papel do SPLA nesse período pode ser entendido como uma extensão do imperialismo econômico, mas em nível interno. A dependência do petróleo, que representava cerca de 98% das receitas nacionais, moldou o comportamento do SPLA como guardião dos campos petrolíferos e dos contratos com empresas estrangeiras, como a China National Petroleum Corporation (CNPC). Essa dinâmica criou um ciclo de acumulação econômica em que o SPLA se tornou, simultaneamente, uma força armada estatal e uma ferramenta de coerção econômica. A extração de recursos foi mantida enquanto a distribuição de seus benefícios foi monopolizada pelas elites políticas e militares da capital.

Além disso, o SPLA se engajou em uma série de conflitos internos para consolidar seu controle. Relatórios da Small Arms Survey indicam que, entre 2011 e 2013, o SPLA conduziu operações militares em regiões como Jonglei e Unity, ostensivamente para conter insurgências locais (Small, 2014; Small, 2015), mas, na prática, para esmagar rivais políticos e consolidar o controle sobre áreas estratégicas. Essas ações exacerbaram divisões regionais, colocando grupos como os nuer, liderados por figuras como Riek Machar, em oposição ao governo central.

À luz de Gramsci (2021), Salva Kiir tentou construir hegemonia por meio da militarização e do controle econômico, mas fracassou em criar consenso entre os diversos grupos e políticos do país; pelo contrário, ao reforçar e pautar as políticas governamentais em termos étnicos, criou-se um sistema de divisões que intensifica as fragmentações internas do país. Segundo Gramsci, a hegemonia é alcançada quando as elites conseguem legitimar seu poder ao articular um projeto nacional inclusivo. No caso do Sudão do Sul, a hegemonia de Kiir foi coercitiva, sustentada pela força militar do SPLA, e não consensual. Essa ausência de consenso plantou as sementes da crise de hegemonia que culminaria na guerra civil.

Por outro lado, o SPLA também foi responsável por intermediar as relações entre elites econômicas e políticas. Durante este período, elites militares que outrora haviam lutado lado a

lado se transformaram em aliados estratégicos ou rivais de acordo com o controle de recursos. Empresas estrangeiras que operavam no setor petrolífero frequentemente negociavam diretamente com comandantes regionais do SPLA, mostrando como a militarização permeava até mesmo as estruturas econômicas. Essa dinâmica de alianças fragilizou o projeto de Estado nacional, com as elites militares priorizando ganhos pessoais e regionais em detrimento de um planejamento nacional unificado.

O período de 2011 a 2013 foi, portanto, marcado por uma tentativa frustrada de transformar o SPLA em um exército nacional coeso. Em vez disso, o SPLA manteve práticas de saque e controle autoritário herdadas de sua trajetória insurgente, enquanto as divisões internas, muitas vezes baseadas em linhas étnicas, se aprofundaram. As instituições civis foram negligenciadas, e o controle militar e econômico ficou concentrado em um pequeno grupo de elites, o que desencadeou tensões que explodiriam na guerra civil em 2013.

A guerra civil que eclodiu em dezembro de 2013 foi a culminação de tensões políticas, étnicas e econômicas não resolvidas desde a independência. A ruptura entre Salva Kiir e Riek Machar não foi apenas uma disputa entre dois líderes, mas uma expressão das fissuras mais amplas no SPLA, que passou a refletir a fragmentação do próprio Estado. Machar, afastado do governo, formou o SPLA-IO (Movimento de Oposição), que representava, em grande parte, os interesses da etnia nuer. Isso marcou uma cisão clara no SPLA, transformando-o em duas forças armadas rivais, cada uma reivindicando legitimidade e poder sobre o território e a população.

Conceitualmente, Antonio Gramsci (2021) nos oferece um caminho para compreender essa divisão como uma crise de hegemonia. A hegemonia de Salva Kiir, sustentada por um SPLA supostamente nacional, não conseguiu abarcar as demandas de outros grupos políticos e étnicos. A hegemonia coercitiva, como enfatizado por Gramsci, é insustentável quando não acompanhada por um consenso mínimo. No contexto do Sudão do Sul, a hegemonia coercitiva não apenas falhou em integrar as elites dissidentes, mas também desencadeou uma resistência armada que refletia o colapso da autoridade estatal.

Durante este período, a atuação do SPLA-IO evidenciou a polarização do conflito. Segundo o International Crisis Group (CRISIS, 2014a; 2014b), a maior parte das batalhas ocorreu em estados como Jonglei, Unity e Upper Nile, regiões ricas em petróleo e estrategicamente importantes. Ambos os lados — o SPLA liderado por Kiir e o SPLA-IO de Machar — lutaram para controlar esses territórios. Aqui, as elites econômicas se amalgamaram às elites militares, com o petróleo sendo o pivô dessas alianças. Empresas estrangeiras continuaram a operar nas zonas de conflito, frequentemente protegidas por milícias ou

comandantes regionais do SPLA, que usavam os lucros para financiar suas campanhas militares (Kay, 2018).

O papel do SPLA também mudou durante a guerra civil, com sua estrutura hierárquica se deteriorando em favor de redes informais de poder. Como Mamdani (1996) argumenta, guerras civis em Estados pós-coloniais frequentemente transformam exércitos regulares em uma colcha de retalhos de milícias locais. No caso do Sudão do Sul, isso se traduziu na fragmentação de uma Força Armada que buscava ser unificada para diversos grupos armados que formaram alianças de acordo com seus interesses. O SPLA passou a funcionar mais como um conjunto de feudos militares do que como um exército nacional coeso.

Além disso, o SPLA e o SPLA-IO envolveram-se em atrocidades contra civis, incluindo massacres, estupros em massa e deslocamentos forçados (UNHR, 2016). Esses atos não eram apenas táticas de guerra no sentido clássico, mas também instrumentos de controle social. Mark Neocleous (2000; 2013) descreve a violência como uma ferramenta fundamental na construção do Estado capitalista moderno, destacando que a pacificação, longe de ser apenas militar, é também política e econômica. Ao mesmo tempo, retomada do pensamento de Rigakos (2016) sobre expropriar, explorar e reificar a segurança também tem grande valia nesse sentido. No Sudão do Sul, o conflito civil serviu, também, para disciplinar populações e consolidar territórios para os fins da acumulação originária ao custo de alienar ainda mais as comunidades locais.

A guerra civil também revelou a fragilidade econômica do Sudão do Sul. A dependência do petróleo como principal fonte de receita deixou o país vulnerável às flutuações do mercado global. Durante o conflito, a produção de petróleo caiu drasticamente, exacerbando a crise econômica e forçando o governo de Salva Kiir a buscar apoio financeiro de aliados regionais e internacionais, como Uganda e China (Crisis, 2021). No entanto, essa ajuda foi condicionada a interesses geopolíticos e econômicos que minaram ainda mais a soberania do Sudão do Sul (Mutasa; Virik, 2017).

Por fim, Rosa Luxemburgo (1985) ajuda a entender a guerra civil como um fenômeno relacionado à acumulação primitiva de capital. O petróleo, principal recurso do Sudão do Sul, não era apenas uma mercadoria, mas um campo de disputa entre elites locais e interesses estrangeiros (Bakumenko, 2024). Luxemburgo argumenta que a expansão capitalista em áreas periféricas frequentemente gera conflitos violentos, pois diferentes grupos competem por recursos escassos. No caso do SPLM/A, a guerra civil foi tanto uma luta política quanto uma batalha pela captura de recursos econômicos (Bakumenko, 2024).

A guerra civil que eclodiu em dezembro de 2013 marcou um ponto de inflexão no Sudão do Sul, revelando as fissuras no SPLM/A e na estrutura política do Estado. A ruptura entre Salva Kiir e Riek Machar não deve ser entendida simplesmente como um reflexo de tensões étnicas entre os grupos dinka e nuer, mas como o resultado de estratégias político-militares que mobilizaram identidades étnicas como ferramentas de poder em um contexto de crise (Bakumenko, 2024). Isso se insere em um padrão em que as elites sul-sudanesas, incapazes de consolidar um projeto nacional que superasse a presença histórica das lideranças locais enquanto unidade de poder, instrumentalizam a etnicidade para reforçar sua legitimidade e assegurar apoio político.

A partir de uma perspectiva gramsciana, essa dinâmica pode ser compreendida como uma crise de hegemonia. O governo de Salva Kiir, sustentado por um SPLM/A que deveria simbolizar a unidade nacional e financiado pelos diversos planos de construção estatal apresentados ao longo dessa tese, não conseguiu construir um consenso que transcendesse interesses faccionais. Ao encontrar dificuldades enquanto classe dominante de refletir seus interesses na forma do Estado e fazer com que este se cristalizasse ideologicamente enquanto uma instituição independente, imparcial e autônoma com relação às outras classes locais (Poulantzas, 1980), a hegemonia coercitiva, baseada no uso da força e na exploração de divisões sociais, tomou o seu lugar. A etnia, nesse cenário, funcionou como a linguagem política mobilizada para legitimar alianças e justificar ações violentas contra rivais.

Durante a guerra civil, o SPLA se dividiu em duas principais facções: o SPLA liderado por Kiir e o SPLA-IO sob a liderança de Machar. Enquanto Kiir utilizava o aparato estatal e o controle de recursos, como as receitas do petróleo, para consolidar sua posição, Machar atraiu aliados locais, muitos deles vinculados a redes militares regionais, prometendo uma reestruturação política. Embora o SPLA-IO frequentemente fosse caracterizado como um movimento nuer, sua base de apoio não era exclusivamente étnica. Pesquisas do Small Arms Survey mostram que facções armadas menores e grupos dissidentes de outras etnias também aderiram ao SPLA-IO, atraídos por promessas de redistribuição de poder e recursos (Small, 2020).

Rosa Luxemburgo (1985) oferece uma leitura crítica para entender a instrumentalização dos recursos econômicos na guerra civil. O petróleo, principal commodity do país, não era apenas um recurso estratégico, mas também um campo de disputa entre elites político-militares. A guerra civil pode ser vista como uma manifestação do que Luxemburgo (idem) descreve como acumulação primitiva: uma competição violenta pela apropriação de recursos escassos

em um contexto onde a economia formal não é suficiente para sustentar o poder político. As elites militares do SPLA e do SPLA-IO usaram os lucros do petróleo para financiar suas operações, transformando os campos petrolíferos em zonas de guerra (ICRC, 2019).

A fragmentação do SPLA durante a guerra civil também ilustra a tese de Fanon (2020) sobre a reprodução de estruturas coloniais em Estados recém-independentes. Para Fanon (*idem*), as elites pós-coloniais frequentemente replicam as dinâmicas de dominação herdadas do colonialismo, perpetuando divisões internas para manter o poder. No caso do Sudão do Sul, o SPLA, que deveria ser um símbolo de libertação e unidade, tornou-se uma força coercitiva fragmentada, mais preocupada em proteger as elites governantes do que em atender às demandas da população.

Essa divisão também impactou as relações entre as elites políticas e econômicas. O controle dos recursos do Estado, particularmente do petróleo, tornou-se uma questão central na guerra civil. Empresas estrangeiras, como a China National Petroleum Corporation (CNPC), continuaram a operar nas zonas de conflito, frequentemente protegidas por facções do SPLA ou milícias associadas (Crisis, 2017). Essa simbiose entre elites políticas, militares e econômicas ilustra a hegemonia coercitiva descrita por Gramsci, em que o poder é mantido não por meio do consenso, mas pela força e pelo controle dos recursos materiais.

A violência durante a guerra civil, incluindo massacres, deslocamentos forçados e estupros em massa, não foi um subproduto do conflito, mas uma estratégia deliberada. Isso fica evidenciado, por exemplo, na ação da UNHCR de captar recurso internacional e auxiliar refugiados retornando a seus antigos espaços na formação de uma cooperativa de agricultores de Can-Coya (UNHCR, 2022). Mark Neocleous (2000) argumenta que a violência é fundamental para a formação do Estado capitalista, não apenas como um instrumento de repressão, mas também como uma forma de reorganizar o espaço social e político. No Sudão do Sul, a violência não só desestruturou comunidades, mas também redefiniu alianças políticas e reconfigurou o controle territorial.

O período entre 2016 e 2018 marca um esforço conturbado de reconstrução do SPLA, tanto como uma força militar coesa quanto como um símbolo de unidade nacional, período que atravessa a intensificação da guerra civil no Sudão do Sul e a assinatura do Acordo de Paz Revitalizado (R-ARCSS). Esse processo ocorreu em meio a intensas pressões regionais e internacionais, mas também enfrentou os desafios internos de um país devastado pela violência, desconfiança mútua entre suas divisões e uma estrutura estatal profundamente fraturada (Kekande, 2019).

A fragmentação do SPLA durante a guerra civil criou a necessidade de reconstruir a organização a partir de múltiplas frentes. Essa tarefa era especialmente desafiadora porque a guerra civil não foi apenas um confronto entre dois lados (o SPLA e o SPLA-IO), mas um conflito multifacetado com a ressurgência de grupos armados locais e a conformação de facções dentro das próprias forças armadas. Muitas dessas facções operavam com autonomia relativa, controlando territórios e recursos de forma descentralizada, o que dificultava a reconstituição de uma cadeia de comando unificada (Mutasa; Virk, 2017).

O governo de Salva Kiir lançou iniciativas para reintegrar ex-combatentes do SPLA-IO e de outros grupos menores. Entretanto, esses esforços frequentemente assumiram a forma de estratégias clientelistas, em que posições no SPLA ou em instituições estatais eram oferecidas em troca de lealdade política (Mutasa; Virk, 2017). Esse padrão, criticado por Mahmood Mamdani (1996), reflete o uso do aparato estatal como ferramenta de patronagem, o que, em vez de fortalecer o Estado, exacerba sua fraqueza estrutural. Mamdani (*idem*) argumenta que esse tipo de estadismo patrimonial aprofunda a fragmentação ao promover alianças efêmeras baseadas em interesses imediatos, em vez de construir uma coesão institucional sustentável.

A reconstrução do SPLA também foi influenciada pela necessidade de reconfigurar suas operações em torno do controle dos recursos econômicos, particularmente o petróleo. Durante esse período, o SPLA e suas facções associadas continuaram a ser financiadas em grande parte pelas receitas do petróleo, que eram distribuídas de forma desigual, criando tensões internas (Bakumenko, 2024). Ao recorrer à Rosa Luxemburgo (1985), compreendemos como o petróleo não foi apenas um recurso econômico, mas também um meio de consolidar poder militar e político. Além disso, empresas militares privadas (EMPs) desempenharam o treinamento de soldados e na gestão logística do SPLA (Hamza, 202019).

Aqui há uma problemática dupla: em primeiro lugar, mais evidente, a hierarquização do treinamento das forças armadas; e, em segundo lugar, o próprio fato das forças armadas serem treinadas por uma EMP. O conceito de pacificação de Mark Neocleous ajuda a entender essa dinâmica: o envolvimento de EMPs não se tratava apenas de criar um exército funcional, mas de moldar um aparato de força que atendesse aos interesses das elites governantes, com ênfase na segurança do regime em detrimento da segurança pública. Por outro lado, o protagonismo privado de levar expertise técnica evidencia o primordialismo do ente privado quando se há a reificação da segurança de um Estado.

Ao longo desse processo 2016–2018, o governo de Salva Kiir promoveu uma narrativa de reconstrução nacional em torno do SPLA. No entanto, essa retórica de unidade foi

amplamente contraditória. Enquanto Kiir buscava apresentar o SPLA como uma força coesa que representava o país, a realidade era de uma força armada fragmentada, composta por soldados que frequentemente se identificavam mais com suas facções locais ou étnicas do que com o Estado. Essa desconexão evidencia a crise de hegemonia descrita por Antonio Gramsci, em que a incapacidade de construir consenso e coesão interna leva à dependência crescente da força coercitiva.

A militarização do SPLA herdada da guerra civil também impactou profundamente a sociedade civil. Em muitas áreas, soldados e comandantes do SPLA passaram a atuar como autoridades locais de fato, substituindo estruturas civis debilitadas. Esse processo intensificou o controle militar sobre as comunidades, minando ainda mais a possibilidade de construir instituições democráticas. Aqui, cabe trazer Fanon (2020) e sua crítica desse fenômeno, ao destacar como as elites pós-coloniais frequentemente reproduzem as hierarquias coercitivas do colonialismo, utilizando o aparato militar para consolidar o poder em vez de promover emancipação.

O processo de reunificação das forças armadas sul-sudanesas pós-conflito civil não veio sem pressões regionais e internacionais. A IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), apoiada por potências como os Estados Unidos e a União Europeia, mediou negociações para criar mecanismos que facilitassem a reintegração de facções no SPLA e a desmilitarização de certos territórios. Embora esses esforços tenham resultado em alguns progressos, como a criação de zonas de desmilitarização, eles foram amplamente limitados por disputas políticas internas e pela falta de confiança entre as partes (Kuol, 2018).

Por outro lado, países como Uganda desempenharam um papel ambíguo nesse período. O envolvimento das Forças de Defesa do Povo de Uganda (UPDF), que já haviam intervindo militarmente para apoiar Salva Kiir, continuou a influenciar a dinâmica de poder dentro do SPLA (Kuol, 2018). As elites político-militares de ambos os países compartilharam interesses estratégicos e econômicos, incluindo o acesso a receitas do petróleo, o que frequentemente prejudicava os esforços de reconstrução institucional independente.

Com a assinatura do Revitalized Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan (R-ARCSS) em 2018, iniciou-se um processo de tentativa de reintegração do SPLA e do SPLA-IO em um exército nacional unificado, o South Sudanese People's Defense Forces (as Forças Armadas Sul-Sudanesas; SSPDF). O acordo, mediado por países da IGAD e apoiado pela ONU, visava criar um governo de transição que incluísse Salva

Kiir, Riek Machar e outras facções (Stamnes; Coning, 2022). No entanto, o processo foi lento e marcado por desconfiança mútua.

Escapa do nosso marco temporal, mas vale a pena trazer à baila que a UNMISS vem sendo a grande responsável por treinar o SSPDF. Um dos desafios centrais vem sendo a profissionalização do SSPDF, que ainda opera como uma força fragmentada e politicamente leal a diferentes facções (Stamnes; Coning, 2022). Entretanto, o SSPDF vem recebendo, constantemente, treinamento acerca do direito humanitário e direitos humanos (Unmiss, 2019; 2023), ao mesmo tempo que recebe treinamento tático também da UNMISS (Relief, 2020).

As transformações do SPLA/SSPDF também tiveram impactos significativos na sociedade civil. A militarização da política sul-sudanesa, que permeou até as esferas econômica e cultural, tornou difícil para grupos civis se organizarem de maneira independente. As elites econômicas, muitas das quais eram também líderes militares, continuaram a dominar setores-chave como o petróleo, o transporte e a construção (UNHR, 2021).

Além disso, o SPLA enfrentou dificuldades em reintegrar combatentes desmobilizados e criar um exército nacional funcional. Programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) foram amplamente criticados por sua implementação ineficaz (Lamb; Stainer, 2018). Muitos combatentes retornaram às suas comunidades sem apoio econômico ou social, exacerbando as tensões locais. Durante este período, o SPLA também começou a interagir mais com a sociedade civil, embora de maneira limitada. Projetos educacionais e de infraestrutura financiados por doadores internacionais, como os citados durante essa tese, frequentemente contavam com a participação do SPLA, seja como força de segurança ou como intermediário político. Vejamos, abaixo o papel das forças armadas de outros países, da IGAD e da UNMISS na construção do Sudão do Sul.

7.2. Intervenção Externa: A Dinâmica das Potências Regionais, o IGAD, a UNMISS e os EUA na construção do Sudão do Sul

A intervenção externa no Sudão do Sul, especialmente por potências regionais como o Quênia, Uganda e Etiópia, além da presença dos Estados Unidos, foi uma das principais características da construção da nação após a independência em 2011 (African 2013). Embora esses países fossem inicialmente aliados do Sudão do Sul durante o processo de independência, sua atuação militar pós-independência teve o objetivo de garantir o equilíbrio de poder regional e a estabilidade de um Estado que, na prática, se mostrou incapaz de controlar seu território e

lidar com as divisões internas. Além disso, seus interesses em recursos naturais, especialmente petróleo, foram um fator fundamental na perpetuação da violência.

Quênia e Uganda, particularmente, forneceram apoio militar direto ao governo de Salva Kiir durante a guerra civil que se acirrou em 2013 (idem). Uganda, sob o comando de Yoweri Museveni, foi uma das principais potências regionais a enviar tropas ao Sudão do Sul, o que foi amplamente interpretado como uma tentativa de garantir que o governo de Kiir se mantivesse no poder. Esse apoio teve um caráter pragmático: Uganda, além de querer garantir o controle sobre os recursos de petróleo e a segurança de suas fronteiras, se beneficiava com o comércio transfronteiriço. Em contrapartida, Uganda manteve uma influência decisiva no governo de Kiir, enquanto sua presença no Sudão do Sul também serviu para enfrentar possíveis ameaças ao seu próprio regime (Garang, 2021).

A Etiópia, por sua vez, mais focada na manutenção de uma estabilidade regional, especialmente por conta de sua proximidade com as disputas fronteiriças com o Sudão, teve um papel mais diplomático, mas suas tropas também foram integradas em forças de paz sob a égide da União Africana e da ONU. A presença da Etiópia, embora menos agressiva, tinha o intuito de reduzir a violência e servir como uma espécie de estabilizador regional, sem intervir diretamente no controle político do Sudão do Sul, mas assegurando que seus interesses estratégicos em relação à segurança e a estabilidade do Chifre da África fossem mantidos (Garang, 2021).

O papel dos Estados Unidos no conflito, que tem sido essencialmente o de facilitador diplomático e apoiador da mediação de paz, também precisa ser analisado com atenção. Embora Washington tenha se posicionado como defensor da paz, na prática, sua política no Sudão do Sul era marcada por um pragmatismo que refletia seus interesses em recursos naturais e a contenção de influências rivais, como a da China. Entre 2013 e 2015, os EUA impuseram sanções individuais contra líderes acusados de incitação à violência (OFAC, 2015), mas o apoio militar indireto ao governo de Kiir e a sua colaboração com potências como Uganda e o Quênia expõem um claro desejo de garantir que os recursos do país continuassem acessíveis ao mercado ocidental.

Essa intervenção internacional se insere na crítica marxista ao imperialismo diretamente, que é uma característica do controle de potências estrangeiras sobre regiões ricas em recursos. De acordo com Rosa Luxemburgo (1985), esse processo tem como objetivo criar zonas de exploração econômica onde as potências não apenas extraem recursos, mas também fomentam instabilidade local para garantir que o controle sobre esses recursos não escape aos interesses das grandes potências. O Sudão do Sul, com suas vastas reservas de petróleo, foi uma

extensão dessa lógica imperialista, onde as potências estrangeiras intervinham para assegurar a contínua exploração de sua riqueza mineral, ao mesmo tempo em que fomentavam um ciclo de violência que, além de gerar lucro da própria situação de insegurança, impedia qualquer forma de verdadeira emancipação do povo sul-sudanês.

Por fim, é importante avaliarmos e analisarmos a presença, impacto e influência da UNMISS para o Sudão do Sul.

A crítica central à missão, à luz dos conceitos de Rosa Luxemburgo (1985) e Gramsci (2007), é que a presença da UNMISS não questionou as dinâmicas de poder profundamente enraizadas no Sudão do Sul, mas, ao contrário, ajudou a estabilizar um sistema político e econômico que continuava sendo estruturado pelas elites políticas e militares. Como Gramsci (2020) apontava, o Estado em situações como essas é controlado por uma coalizão de elites, e qualquer intervenção externa que não desafie essas elites dificilmente trará mudanças duradouras. De fato, a missão de paz da ONU no Sudão do Sul muitas vezes funcionou como um "guarda-costas" das elites, em vez de confrontar as forças que alimentavam a violência e a corrupção no país.

Durante os picos de violência, especialmente nas fases iniciais da guerra civil e na intensificação dos conflitos entre 2013 e 2016, a presença das forças militares e policiais da UNMISS foi fundamental para proteger milhões de civis deslocados. O fracasso da UNMISS em proteger civis e em intervir nas violências, especialmente em situações como o massacre de civis em Juba em 2016 (Amnesty, 2016), pode ser analisado à luz da teoria de Fanon (2022), que critica a incapacidade das intervenções internacionais em lidar com as dinâmicas coloniais e pós-coloniais de poder. Para Fanon (2022), a intervenção externa muitas vezes não consegue ultrapassar as lógicas de dominação interna, e a presença de tropas da ONU no Sudão do Sul não foi suficiente para resolver os conflitos estruturais que alimentavam a guerra. A missão da ONU, assim como as intervenções internacionais em outros contextos pós-coloniais, acabou sendo vista como uma resposta reativa e pontual, que não questionava as forças subjacentes de poder que mantinham o sistema de exploração em funcionamento.

A UNMISS também desempenhou um papel no apoio à reforma do setor de segurança no Sudão do Sul (UNMISS, 2021), colaborando com o governo para a formação de uma força policial nacional. No entanto, essa reforma foi largamente limitada pela fragmentação do SPLA/SSPDF e pela falta de confiança entre os diversos grupos militares do país. Como Rosa Luxemburgo (1985) argumenta em suas críticas ao "socialismo sem revolução", reformas institucionais que não atacam as bases de poder estruturais frequentemente não resultam em mudanças significativas. No caso do Sudão do Sul, a presença da ONU não foi suficiente para

reverter a militarização do Estado ou para criar uma estrutura de segurança que atendesse às necessidades da população. Ao contrário, as elites militares continuaram a dominar o setor de segurança, com a UNMISS apenas reforçando a configuração existente sem uma reestruturação real.

Além disso, o amálgama das elites militares e as elites econômicas do Sudão do Sul continuou a ser uma característica central na manutenção da estabilidade, mas também da violência. As forças internacionais da ONU não conseguiram afetar a relação simbiótica entre as elites militares do SPLA e as elites econômicas locais, que se beneficiaram da extração de petróleo e da militarização da economia. A ONU, ao não questionar as fontes de poder econômico e a estrutura de exploração que sustentava o regime de Salva Kiir, não conseguiu criar um processo sustentável de governança ou segurança. Em vez de promover uma democratização ou uma reconfiguração das relações de poder que auxilie, inclusive, na superação do militarismo emaranhado na sociedade sul-sudanesa, a UNMISS acabou se tornando um facilitador de um regime que continuava a operar com base na extração e no controle militar.

A relação entre as elites locais e a presença internacional é outro ponto fundamental para entender a atuação da UNMISS. Durante a guerra civil, as elites do Sudão do Sul, especialmente aquelas ligadas ao SPLA, controlaram amplamente os recursos e as estruturas de poder. Essas elites se alinharam com interesses internacionais, recebendo apoio militar e político de países como os Estados Unidos e a China, principalmente devido à riqueza em petróleo. A missão de paz da ONU, portanto, não conseguiu desafiar essas elites ou alterar sua maneira de operar. De acordo com Mamdani, a incapacidade das intervenções internacionais em promover uma mudança real nas relações sociais e políticas no Sudão do Sul é uma consequência direta de sua conexão com as elites dominantes, que buscam uma estabilização que preserve seu controle.

A presença da UNMISS acabou reforçando o controle do governo de Kiir, pois a missão foi vista como um estabilizador de um regime militarizado que, em muitos aspectos, continuava a ser o principal sustentáculo da ordem política no país. As forças de paz da ONU, assim, não foram capazes de efetivamente transformar as relações de poder, mas sim de manter um equilíbrio de forças que favorecia as elites dominantes. Isso reflete o que Gramsci descreve como o papel do Estado em tempos de crise: quando o consenso sobre a ordem existente desaparece, as elites podem usar a força militar e a intervenção externa para garantir a continuidade de seu domínio, como aconteceu no Sudão do Sul.

Por fim, a missão de paz da ONU no Sudão do Sul, enquanto buscava uma solução pragmática para a violência, falhou em se aprofundar nas questões fundamentais que

sustentavam o conflito. A intervenção da UNMISS foi eficaz apenas no curto prazo e não conseguiu transformar a estrutura política, econômica e social que sustentava a violência. Isso ilustra o ponto de Rosa Luxemburgo (1985) e Fanon (2022) sobre a limitação das intervenções externas que não desafiam as dinâmicas internas de poder. A missão, ao invés de ser um agente de mudança, tornou-se um estabilizador da ordem política e econômica vigente, sem tocar nas raízes profundas do problema: a concentração de poder nas mãos de uma elite militar e política e a exclusão das massas da construção do Estado. Na sequência, veremos a participação das EMPs e como elas evidenciam essa dupla jornada.

7.3. Empresas Militares Privadas: mercadores de violência e o interesse corporativo para além do operacional.

As Empresas Militares Privadas (EMPs) se tornaram um fator essencial para o fortalecimento do governo recém-formado de Salva Kiir (Portada; Riley; Gambone, 2014). A falta de uma força de segurança coesa e eficaz fez com que o Estado se voltasse para atores externos, mais especificamente para as EMPs, para garantir a proteção das infraestruturas vitais, como os campos de petróleo e os oleodutos. Empresas como a G4S começaram a operar no país logo após a independência, inicialmente oferecendo serviços de segurança e monitoramento, mas, com o tempo, ampliaram suas funções, passando a realizar tarefas de treinamento militar e apoio logístico (G4S, 2019; 2020; 2023).

Essas empresas privadas estavam subordinadas a um modelo de governança capitalista global, em que a segurança não se orienta mais para a proteção do bem-estar coletivo, mas para a manutenção de interesses econômicos privados. Para o governo de Kiir, a presença das EMPs serviu como um paliativo para a falta de um exército capaz de garantir a soberania do novo Estado. Mas essa dependência das EMPs refletia um modelo de segurança que não visava, de maneira alguma, resolver os problemas estruturais de governança, mas de gerenciar a violência de forma a proteger as elites locais e os interesses internacionais.

De acordo com Rosa Luxemburgo (1985), a luta pelo controle dos recursos naturais em territórios coloniais e pós-coloniais é uma extensão das lógicas de dominação imperialista. O Sudão do Sul, como novo Estado independente, logo se viu preso a essas lógicas, em que as potências globais (como os EUA e a China) e as grandes corporações multinacionais de petróleo, com o auxílio das EMPs, mantinham uma relação de exploração com a classe dominante local, que não tinha interesse em criar um Estado verdadeiramente autônomo, mas sim em garantir sua posição como mediadora dos interesses externos. Com a guerra civil, as

EMPs se tornaram um fator central para garantir o controle das infraestruturas de petróleo e assegurar a continuidade da exploração e da exportação do petróleo, principal fonte de renda do país. Empresas como Erinys International, Triple Canopy e Academi (anteriormente Blackwater) expandiram significativamente suas operações (Aty; Elaggounne, 2019).

Essas empresas também ajudaram a reforçar a militarização das facções internas, fornecendo treinamento especializado e equipamentos para os exércitos de ambos os lados do conflito. A atuação das EMPs no Sudão do Sul pode ser entendida como parte de uma estratégia de "guerra permanente", como propõe Mark Neocleous, onde a guerra não é um estado excepcional, mas um elemento estruturante da governança, essencial para garantir os fluxos de capital e a proteção dos interesses das elites, tanto internas quanto externas. Ao invés de mitigar o conflito, as EMPs o potencializaram, contribuindo para a continuidade das hostilidades e para a fragmentação do poder político.

Essa dinâmica de envolvimento das EMPs em um contexto de guerra civil também pode ser analisada à luz de Frantz Fanon, que vê a violência como uma ferramenta central na construção do poder. No Sudão do Sul, as EMPs não estavam apenas protegendo recursos, mas também ajudando a manter o status quo político e econômico, ao fortalecer a violência do Estado e das facções armadas. A presença dessas empresas servia para garantir que a disputa pelo poder fosse mediada através da força e da repressão, não pela construção de instituições democráticas ou pela resolução pacífica dos conflitos.

Ademais, a relação entre o governo de Kiir e as EMPs refletia uma crise de hegemonia interna, como Gramsci conceberia. A fragmentação do SPLA e a crescente dependência das EMPs para lidar com as facções rivais indicam uma incapacidade do regime de Kiir de manter uma autoridade centralizada e legítima sobre o país. Ao invés de um projeto de nação coeso, o que se viu foi a ampliação do poder militar privado e a perpetuação de uma estrutura de governança que favorecia os interesses das elites, em detrimento da população sul-sudanesa.

Com o fim das hostilidades mais intensas e a assinatura do Acordo de Paz Revitalizado em 2018, o Sudão do Sul entrou em um processo de tentativa de reconstrução, não apenas em termos de infraestrutura física, mas também nas instituições militares e de segurança. As EMPs continuaram a desempenhar um papel central nesse processo, ajudando a treinar novas forças de segurança e fornecendo apoio logístico.

No entanto, a presença das EMPs no pós-guerra levantou questões críticas sobre a natureza da reconstrução do Estado. Embora o governo de Kiir tenha afirmado que estava

comprometido com a unificação das forças armadas e a construção de uma paz duradoura, a dependência de empresas privadas para formar as novas forças de segurança indicava que o processo de construção do Estado estava sendo conduzido de maneira ainda mais excludente e dependente de interesses externos. As EMPs, como atores não-estatais com interesses lucrativos, não estavam comprometidas com a criação de uma segurança pública inclusiva ou com a construção de uma governança democrática, mas com a manutenção da estrutura de poder que garantisse seus contratos e a exploração de recursos.

Essa "reconstrução" do SPLA sob a supervisão das EMPs refletia uma continuidade da militarização e da privatização da segurança, que impediam qualquer avanço real no processo de democratização do país. A reconstrução do exército sob a orientação de empresas militares privadas, em vez de ser um passo para um Estado nacional coeso, representava a consolidação de uma rede de poder em que as elites locais continuavam a depender de forças externas para garantir sua dominação.

Em termos econômicos, as EMPs ajudaram a garantir a segurança das infraestruturas de petróleo, essenciais para a economia do Sudão do Sul. Mas, em vez de promover uma verdadeira reconciliação ou reconstrução, as EMPs ajudaram a manter um sistema em que o petróleo era utilizado como um instrumento de poder político, consolidando as relações entre as elites econômicas locais e internacionais. Essa continuidade de relações desiguais é um reflexo da análise de Rosa Luxemburgo (1985), que vê o controle de recursos naturais como um pilar do imperialismo, mesmo em Estados pós-coloniais.

As EMPs no Sudão do Sul não eram apenas atores militares, mas também tiveram uma profunda implicação na estrutura econômica do país. A principal fonte de riqueza do Sudão do Sul sempre foi o petróleo, e as EMPs desempenharam um papel crucial na proteção e na continuidade da extração deste recurso. Empresas como a DeWe estavam diretamente envolvidas na segurança dos campos de petróleo em treinamento e apoio logístico para as forças militares do governo (Aty; Elaggoune 2019).

Por exemplo, o campo petrolífero de Paloch, um dos mais produtivos do país, foi um dos principais focos de atuação das EMPs. Durante a guerra civil, Paloch permaneceu sob controle do governo de Salva Kiir, graças à proteção das forças militares locais, reforçadas pelo suporte técnico e estratégico de EMPs como a chinesa DeWe (Hamza, 2019), a russa Wagner Group (Aty; Elaggoune 2019) e a sul-africana G4S. Essas empresas não apenas garantiam a segurança física do local, mas também desempenhavam um papel crucial no treinamento das forças locais, criando uma dependência estrutural do governo em relação aos atores privados.

Essa dependência não era meramente técnica, mas profundamente política. Ao monopolizar o acesso às ferramentas de violência e às estratégias de segurança, as EMPs consolidaram seu papel como mediadoras indispensáveis entre o governo sul-sudanês e os interesses econômicos globais. A análise de Rosa Luxemburgo (1985) ajuda a entender esse fenômeno como parte de um padrão maior do capitalismo, no qual Estados periféricos são forçados a se submeter a interesses estrangeiros para sustentar suas economias baseadas na extração de recursos.

Nesse sentido, para finalizar o capítulo derradeiro desta pesquisa, vale recuperar um pouco a discussão acerca do relatório de Picard e Goodman (2021).

Frantz Fanon (2020), conforme já dito algumas vezes, argumenta que a violência é um instrumento central do colonialismo e se perpetua nos Estados pós-coloniais através de mecanismos institucionais e militares. Ao fazer a leitura do relatório, que destaca que as EMPs atuam em contextos de fragilidade política, muitas vezes fornecendo treinamento militar e tecnologia de vigilância a governos repressivos, como no caso do Sudão do Sul, podemos interpretar essa ação como uma continuidade da lógica colonial, na qual a elite nacional, muitas vezes alinhada a interesses externos, recorre à força para manter a ordem interna e reprimir oposição política. Assim, a presença dessas empresas não é apenas um fenômeno contingente, mas um elemento estruturante do neocolonialismo que perpetua a dependência e a violência sistêmica.

À luz de Mark Neocleous (2008), ao analisar a atuação da Airbone Technologies (Aty; Elaggoune, 2019), que forneceu tecnologia de vigilância ao governo sul-sudanês, permitindo um monitoramento mais eficaz da dissidência política, essa vigilância não se trata apenas de uma resposta à insegurança, mas de um projeto que pode ser utilizado para a supressão de movimentos sociais e controle populacional. Dessa forma, as EMPs operam como extensões da governamentalidade neoliberal, convertendo a segurança em mercadoria e reforçando a lógica da exceção permanente, na qual a violência estatal e privada se tornam indistinguíveis.

Por seu turno, Mamdani (1996; 2018), ao explorar as heranças das estruturas trazidas aos Estados pós-coloniais que institucionalizam a dominação através da etnização do poder e do uso da violência contra setores marginalizados, argumenta que tais práticas não apenas perpetuam estruturas autoritárias, mas também minam possibilidades de soberania popular ao manter um modelo de governança dependente da militarização e da intervenção externa. Assim, a mera atuação das EMPs no Sudão do Sul pode ser vista como um prolongamento do

legado colonial, no qual o Estado continua sendo uma ferramenta de coerção ao invés de um instrumento de emancipação política.

Por fim, Luxemburgo (1986) e Rigakos (2016), ao discutirem a acumulação primitiva, a construção do indivíduo produtivo e a expansão capitalista, argumentam que o capitalismo sempre busca novas fronteiras para sua reprodução, muitas vezes através da violência e da expropriação. O relatório menciona que as EMPs desempenham um papel crucial na proteção de infraestruturas críticas, como as do setor de petróleo e gás. Essa relação entre segurança privada e interesses econômicos reflete o que ambos descrevem como a necessidade capitalista de garantir o controle sobre territórios e recursos estratégicos. As EMPs, ao assegurarem um ambiente estável para a exploração de recursos, tornam-se um elemento essencial para a continuidade da acumulação capitalista em regiões periféricas, consolidando um modelo de extração que beneficia atores externos em detrimento das populações locais.

Dessa forma, ao contrastar o relatório com as contribuições dos autores que fundamentam esta pesquisa, é possível observar que a atuação das EMPs no Sudão do Sul não se limita a um problema de regulamentação ou supervisão, mas está inserida em um contexto estrutural de dominação política, militarização e acumulação capitalista. O discurso reformista, ao focar na necessidade de maior controle sobre essas empresas, ignora a questão central: a própria existência das EMPs é sintoma de uma ordem global baseada na violência e na exploração. Uma análise crítica mais profunda deve, portanto, questionar não apenas a atuação dessas empresas, mas os fundamentos do sistema que as demanda e sustenta.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do Sudão do Sul em 2011, após décadas de conflito e luta pela independência, representa um marco significativo na história da África contemporânea. No entanto, a independência não se traduziu em um Estado independente, estável e autônomo. Em vez disso, o Sudão do Sul tornou-se um campo de batalha para interesses internos e externos, onde a multiplicidade armada se manifestou como uma característica central do processo de construção desse Estado.

A presença de diversos atores armados, tanto nacionais quanto internacionais, reflete a complexidade das dinâmicas de poder no Sudão do Sul. Esses atores não apenas competem por influência e controle, mas também perpetuam um ciclo de violência e insegurança que dificulta a construção de uma paz duradoura. A análise da multiplicidade armada revela que a formação do Estado sul-sudanês é, de fato, uma extensão das lógicas coloniais e imperialistas que moldaram a região.

O legado colonial britânico, que isolou o Sudão do Sul e impôs uma estrutura política que favorecia o norte, deixou cicatrizes profundas que ainda afetam a sociedade sul-sudanesa. Essa herança colonial não apenas fragmentou as identidades locais, mas também estabeleceu um modelo de governança que priorizava o controle militar e a repressão, ao invés de promover a inclusão e a justiça social.

A militarização do poder político no Sudão do Sul é um eco das práticas coloniais, onde a força militar era utilizada como ferramenta de controle. Com a ascensão do SPLA como força governamental, observou-se uma transformação desse movimento de libertação em um aparelho de repressão, perpetuando as práticas de violência que anteriormente caracterizavam o colonialismo. Assim, a militarização do Estado se torna um mecanismo de perpetuação da dependência e da exploração.

Neste contexto, é fundamental entender a pacificação não como um fenômeno positivo, mas como uma estratégia de controle que visa garantir a ordem em benefício das elites. A pacificação, em sua essência, torna-se um processo que justifica a intervenção militar e policial sob a premissa de segurança, enquanto perpetua a marginalização das populações locais. Essa lógica se reflete na atuação de empresas militares privadas, que operam em consonância com os interesses do capital transnacional.

O papel dessas empresas na construção da segurança no Sudão do Sul exemplifica a privatização da violência e a reificação da segurança como commodities. A presença de atores

armados privados não apenas fragiliza a soberania do Estado, mas também amplifica as desigualdades sociais, criando uma divisão entre áreas urbanas protegidas e zonas rurais abandonadas. Essa dinâmica reforça a ideia de que a segurança é um bem que deve ser adquirido, perpetuando assim um ciclo de exclusão.

Além disso, a análise histórica das intervenções internacionais no Sudão do Sul revela como o imperialismo contemporâneo se manifesta na forma de controle econômico e político. A dependência em relação a potências estrangeiras, como os Estados Unidos e instituições financeiras internacionais, não apenas perpetua a instabilidade, mas também mina as possibilidades de desenvolvimento autônomo e sustentável. O Sudão do Sul se torna, assim, um espaço onde a exploração de recursos naturais é priorizada em detrimento do bem-estar social.

A construção do Estado no Sudão do Sul deve ser vista através da lente da hegemonia, onde a imposição de uma ordem liberal-capitalista se traduz em desafios significativos para a autodeterminação do povo sul-sudanês. A falta de consenso e a fragmentação das identidades dificultam a construção de uma unidade política que possa representar verdadeiramente os interesses da população. A hegemonia, portanto, não é apenas uma questão de dominação, mas também de construção de narrativas que legitimam a exclusão.

Neste cenário, a educação emerge como um mecanismo de pacificação que serve para doutrinar e moldar identidades. As iniciativas educacionais, por sua vez, são frequentemente utilizadas como ferramentas para promover uma agenda externa, em vez de atender às necessidades locais. Esse fenômeno é evidente em projetos de educação apoiados por organizações internacionais, que muitas vezes desconsideram as realidades culturais e sociais da população sul-sudanesa.

A análise crítica da pacificação também nos leva a refletir sobre as narrativas que cercam os conflitos no Sudão do Sul. A simplificação do conflito como uma luta étnica ou religiosa ignora as complexidades históricas e materiais que moldam a dinâmica social. É crucial, portanto, dismantelar essas narrativas para entender que as causas do conflito são enraizadas em questões de poder, recursos e desigualdade, e não em diferenças superficiais.

Em suma, a construção do Sudão do Sul é um microcosmo das tensões globais contemporâneas, onde a luta por autonomia e justiça social é constantemente desafiada por forças internas e externas. As estruturas de poder que emergem desse contexto são uma continuidade do colonialismo, que se manifesta na forma de militarização, exploração

econômica e marginalização social. A pacificação, portanto, deve ser compreendida como um processo complexo que reflete as contradições do capitalismo e as dinâmicas de poder global.

A experiência do Sudão do Sul nos ensina que a verdadeira emancipação não pode ser alcançada sem uma reavaliação crítica das estruturas de poder que perpetuam a opressão. A luta pela autodeterminação deve ser acompanhada de um esforço consciente para dismantelar as lógicas de exclusão e violência que caracterizam a governança atual. Somente assim será possível vislumbrar um futuro onde a paz e a justiça social sejam não apenas ideais, mas realidades concretas para o povo sul-sudanês.

Por fim, a análise do Sudão do Sul nos convida a refletir sobre a responsabilidade coletiva em promover mudanças significativas e duradouras. A comunidade internacional, os governos locais e as organizações da sociedade civil devem unir esforços para criar um Estado (tendo em vista que este se apresenta enquanto inescapável na materialidade política do nosso tempo) onde a igualdade, a justiça e a paz possam florescer. A transformação social, política e econômica requerida é um desafio que demanda compromisso e solidariedade. A história do Sudão do Sul é um lembrete poderoso de que a luta pela justiça é contínua e que cada passo em direção à emancipação é uma vitória na busca por um mundo mais justo e equitativo.

Portanto, ao encerrar esta análise, reafirmamos a importância de uma abordagem crítica que considere as intersecções entre história, poder e resistência. A construção do Sudão do Sul deve servir como um chamado à ação para todos aqueles que acreditam na possibilidade de um futuro diferente, onde a paz não é apenas uma ausência de guerra, mas um estado de justiça, emancipação, agência e dignidade.

REFERÊNCIAS

- AFRICA Command (2011) **U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. Disponível em: < <https://sgp.fas.org/crs/natsec/RL34003.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2024.
- AFRICAN Development Bank Group. (2013). **Regional integration key to the development of South Sudan**. Disponível em: <<https://www.afdb.org/en/news-and-events/regional-integration-key-to-the-development-of-south-sudan-12345>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025
- AJOL (2024). **The Nature of the United Nations Peace Mission in South Sudan**. African Journal of Empirical Research, v.5, n.2, p. 710-724.
- ALDEN, C.; ALVES, A. C. (2017). **China and Africa: Emerging Patterns in Globalization and Development**. London: Routledge.
- AMNESTY International (2016). **South Sudan: Deliberate killings by government troops as UN forces fail to protect civilians**. Disponível em: < <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2016/10/south-sudan-deliberate-killings-by-government-troops-as-un-forces-fail-to-protect-civilians/>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.
- ANDERSON, Perry. (2017). **The H-word: The peripeteia of Hegemony**. London: Verso.
- ATY, M; Elaggounne, A. (2019). **Private Military Contractors in Africa: The Case of Erik Prince**. Africana Studia: revistas da faculdade de letras da Universidade do Porto. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7021>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.
- AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig. (1993). **Gramsci and International Relations: A General Perspective and Example from Recent US Policy Towards the Third World**. In: GILL, Stephen (edt). Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge. Cambridge University Press. 1993, pp.127-147.
- BAKUMENKO, Stefan (2024). **Blame South Sudan's Civil War on Elites, not "Ethnic Tensions"**. Jacobin. Disponível em: <<https://jacobin.com/2024/04/south-sudan-civil-war-oil-elites>>. Acesso de 21 de fevereiro de 2025
- BANCO Mundial (2005). **Joint Assessment Mission Sudan Volume I: Synthesis of the Framework for Sustained Peace, Development and Poverty Eradication. Conflict Sensitivity Resource Facility: South Sudan**. Disponível em: < <https://www.csrf-southsudan.org/repository/volume-i-synthesis/>>. Acesso em: 29 de março de 2021
- BANCO Mundial (2012). **Independent Evaluation of the Multi-Donor Trust Fund in Sudan**. ICF International Company. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a7ed93940f0b62305b838fd/Multi-Donor-Trust-Fund-Sudan.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2022
- BANCO Mundial. (2016) **Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population) - South Sudan**. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=SS>>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

BANCO Mundial (2019). **Youth Education in South Sudan: Current opportunities and challenges**. Disponível em:

<<https://documents1.worldbank.org/curated/es/967251562604823894/pdf/Youth-Education-in-South-Sudan-Current-Opportunities-and-Challenges.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

BAYLIN, Bernard. (1992). **The Ideological Origins of the American Revolution**. Harvard University Press. ISBN 9780674443020.

BELLONI . 2011 The Birth of South Sudan and the Challenges of Statebuilding. *Ethnopolitics: Formerly Global Review of Ethnopolitics*, 10:3-4, 411-429. Disponível em: <DOI: 10.1080/17449057.2011.593364>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey. (2015). **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press.

BOITO, Armando. (2007). **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp.

BRANOVIC, Z. (2011) **The Privatisation of Security in Failing States: A Quantitative Assessment**. Geneva Centre for the Democratic Control Forces (DCAF): Occasional Paper nº24. Disponível em: <<https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/OP24.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

BROMLEY, S. (2003). **Reflections on Empire, Imperialism and United States Hegemony**. *Historical Materialism* 11, 3, pp.17-68.

CHAND, David. (1995). **South Sudan Claims for Right of Self-Determination**. University of Pennsylvania: African Studies Center. Disponível em: <https://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/de_chand.html>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

CHURCHILL, Winston (2000). **The River War: An Account of the Reconquest of The Sudan** (New York, NY: Carroll and Graf Publishers.

CJTF-HoA (2019). Annual Review. Disponível em: <<https://www.hoa.africom.mil/document/23477/cjtf-hoa-2019-year-in-review>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

COLLINS, R. O. (2008). **A History of Modern Sudan**. Cambridge: Cambridge University Press.

COX, Robert. (1983). **Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method**. *Millennium - Journal of International Studies*. Vol. 12, n.2, 1983, pp. 162-175.

COX, Robert. (1986) **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**, in: KEOHANE, R. O. (ed.), *NeoRealism and its Critics*. New York: Columbia University Press.

COX, Robert. (1993). **Structural Issues of Global Governance:** Implications for Europe. In: GILL, Stephen (edt). Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge. Cambridge University Press. pp.258-289.

COX, Robert. (2007) Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (Org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

DALY, M. W. (1980). **The development of the governor-generalship of the Sudan, 1899–1934.** Sudan Notes and Records, 61, 27–46. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/44947411>>. Acesso em: 25 de março de 2024.

DALY, M. W. (1986). *Al Majdhubiyya and al Mikashfiyya: Two Sufi Tariqas in the Sudan.* Khartoum: University of Khartoum.

DALY M. W. (2008). **Egypt and the Anglo-Egyptian Sudan.** In: Roberts A.D., ed. The Cambridge History of Africa. The Cambridge History of Africa. Cambridge University Press; 1986:742-787.

DAY, Adam (2023) **The Unbuilding of a State:** UNMISS's Role in the Lead Up to South Sudan's Civil War. In: BERDAL, Mats; SHERMAN, Jake. The Political Economy of Civil War and UN Peace Operations. 1st ed. London: Routledge. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003248637>

DE GRAAFF, N.; van APELDOORN, B. (2011). **Varieties of US Post-Cold War Imperialism:** Anatomy of a Failed Hegemonic Project and the Future of US Geopolitics', Critical Sociology, 37(4). pp. 403–427.

DEMIROVIC, Alex. (2011) **Rule of the people?:** democracy and the capitalist state in the work of Nicos Poulantzas. In: GALLAS, Alexander et al. (Ed.). Reading Poulantzas. Pontypool: Merlin Press. p. 261-276.

DENG, F. M. (2007). **War of Visions:** Conflict of Identities in the Sudan. Brookings Institution Press.

DESSU, Meressa Kahsu; YOHANNES, Dawit; HUNT, Charles T. *How effective is policing in protecting civilians in peace operations? Lessons from the UN Mission in South Sudan.* Monograph 211, 2023.

DUANY, Julia; LORINS, Rebecca; THOMAS, Edward. (2021). **Education, Conflict and Civicness in South Sudan..** Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/108621/1/Thomas_education_conflict_and_civicness_published.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

ESTEBAN, Francisco Peñas; AIMÉ, Gonzalez Elsa. (2007). Sociologías Históricas: caminos separados y propuestas de reencuentro. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 5, marzo de 2007, pp.1-29.

FAN, Ricardo (2021). **Militares brasileiros reformam escola no Sudão do Sul.** Defesa Net. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/terrestre/militares-brasileiros-reformam->

[escola-no-sudao-do-sul/#:~:text=O%20Contingente%20Brasileiro%20desdobrado%20na,da%20Escola%20Exodu%20International%20Academy.>.](#) Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

FANON, Frantz. (2020). **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora.

FANON, Frantz (2021). **Por uma Revolução Africana**: textos políticos. Brasil: Zahar.

FANON, Frantz. (2022). **Os condenados da terra**. Brasil: Zahar.

FUNDO Monetário Internacional (2012). **Framework Administered Account for Selected Fund Activities**: Republic of South Sudan Macroeconomic Capacity Building. Disponível em: < <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/007/2012/003/article-A001-en.xml>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

G4S. (2019). **Clearing landmines to restore safety in South Sudan**. Disponível em: <<https://www.g4s.com/news-and-insights/insights/2019/01/29/clearing-landmines-to-restore-safety-in-south-sudan>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

G4S (2023). **Regenerating communities in South Sudan**. Disponível em: <<https://www.g4s.com/news-and-insights/insights/2023/06/15/regenerating-communities-in-south-sudan>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

GARANG, Aleu. (2021). **The role of the IGAD Mission in the Republic of South Sudan**. . Accord: Conflict and Resilience Monitor. Disponível em: <<https://www.accord.org.za/analysis/the-role-of-the-igad-mission-in-the-republic-of-south-sudan/>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

GILL, Stephen (1993) (edt). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge. Cambridge University Press.

GILL, Stephen; LAW, David (1993). **Global hegemony and the structural power of capital**. International Studies Quarterly, v33 n4. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/2600523>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

GILPIN, Robert. (1981). **War and change in world politics**. Cambridge University Press.

GLOBAL . 2009 Fuelling Mistrust: The Need for Transparency in Sudan's Oil Industry (London: Global Witness), September,

GRAMSCI, A. (1987). **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. (2007). **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. (2021). **Cadernos do cárcere**. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição.

GRUPPI, L. (1978). **O conceito de hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Graal.

GUARAK, Mawut (2011). **Integration and Fragmentation of the Sudan: An African Renaissance**. Bloomington: Author House.

HALLIDAY, Fred. (1999). *Repensando as Relações Internacionais*. Tradução: Cristina Soreanu Pecequillo. Porto Alegre: Editora UFRGS.

HAMZA . 2019. The Modern Usage of Private Military Companies and Private Security Companies in Zones of Conflict. KCL GPRIS. Disponível em: <>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

HOBSON, John M. (2002). **What's at stake in 'bringing historical sociology back into international relations'?** Transcending 'chronofetishism' and 'tempo centrism' in international relations *in*: HODSEN, Stephen. HOBSON, John M. *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press. pp.3-41.

HOFFMAN, Mark, (1987) **Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate**. *Millenium: Journal of international Studies*. V. 16, n.2, 1987, pp.189-206.

HOLT, P.M e DALY M.W. (2011). **A History of the Sudan: From the Coming of Islam to the Present Day**. Malásia: Pearson Education Limited.

HUANG, M. (2018). "China's Aid and Investment in Africa: Oil, Infrastructure, and Education." *African Studies Quarterly*, 19(3), 45-60.

IBRAHIM, H. A. (1973). **THE SUDAN IN THE 1936 ANGLO-EGYPTIAN TREATY**. *Sudan Notes and Records*, 54, 1–16. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/42677922>>. Acesso em: 03 de março de 2024

HUNT, Charles T. *A Review of UNMISS' Political Strategy in South Sudan*. Norwegian Institute of International Affairs, 2019.

HUNTINGTON, S. (1966). **O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

HUTTON, Lauren. (2014). **Prolonging the agony of UNMISS: The implementation challenges of a new mandate during a civil war**. Netherlands Institute of International Relations Clingendael. CRU report. Disponível em: <<https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/Prolonging%20the%20agony%20of%20UNMISS%20-%20Lauren%20Hutton.pdf>> Acesso em: 13 de março de 2025.

ICRC . 2006. Private military/security companies “acknowledge humanitarian obligations”. Entrevista. Disponível em: <>. Acesso em 19 de maio de 2024.

ICRC . 2019. South Sudan, Activities of Oil Companies. Report of the Commission on Human Rights in South Sudan. Disponível em: <>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025

IKENBERRY, G. J. (1989). **Rethinking the Origins of American Hegemony**. *Political Science Quarterly*, 104(3), pp.375-400.

International CRISIS Group. (2014a). Halting South Sudan's Spreading Civil War. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/south-sudan/halting-south-sudan-s-spreading-civil-war>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025

International CRISIS Group (2014b). **South Sudan: Jonglei – We have always been at war**”. Africa Report Nº221. Disponível em: < [Microsoft Word - 221 South Sudan - Jonglei - We Have Always Been at War.docx](#)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

International CRISIS Group (2021). **Oil or Nothing: Dealing with South Sudan’s Bleeding Finances**. Report nº 305. Disponível em: < <https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/south-sudan/305-oil-or-nothing-dealing-south-sudans-bleeding-finances>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

INTERNATIONAL Monetary Fund (2016). **Press Release: IMF Staff Completes 2016 Article IV Mission to South Sudan**. Disponível em: < <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/14/01/49/pr16259>>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

IMF . 2019. Republic of South Sudan: technical assistance report—report on external sector statistics mission. Disponível em: < <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2020/01/17/Republic-of-South-Sudan-Technical-Assistance-Report-Report-on-External-Sector-Statistics-48957>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

IMF . 2020. Republic of South Sudan: Request for Disbursement Under the Rapid Credit Facility-Press Release; Staff Report; Statement by the Executive Director for the Republic of South Sudan. Disponível em: < <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2020/11/16/Republic-of-South-Sudan-Request-for-Disbursement-Under-the-Rapid-Credit-Facility-Press-49895>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

INTEGRATED COUNTRY Strategy on South Sudan. (2020). Disponível em: < <https://www.usaid.gov/south-sudan/document/south-sudan-strategic-framework>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

JOHNSON, Douglas (2004). **The Root Causes of Sudan's Civil Wars**. 2nd ed. Bloomington: University of Indiana Press.

JOHNSON, Douglas. (2011). **The Root Causes of Sudan’s Civil Wars: Peace of Truce**. African Issues: Revised Edition.

KAY, Matthew. (2018). South Sudan’s oil company used to fund militia, reports claim. RFI. Disponível em: < <https://www.rfi.fr/en/africa/20180306-south-sudan-s-oil-company-used-fund-militia-say-reports>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

KEKANDE, Paul. (2019). **Peace Agreements and Civil Wars: South Sudan**. Dissertação de mestrado. California: Naval Postgraduate School. Disponível em: < <https://calhoun.nps.edu/server/api/core/bitstreams/798280f2-3274-4ab9-91fd-093760dacc5/content>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. (1973). **Power and interdependence**. Global Politics and Strategy, vol15, issue 4. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396337308441409>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

KUOL, Luka. (2018). **Navigating the competing Interests of regional actors in South Sudan**. In: Envisioning a Stable South Sudan. Report n.4. AFRICA CENTER SPECIAL REPORT. Disponível em: <<https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/08/ASR04-EN->

[Envisioning-a-Stable-South-Sudan-Africa-Center-for-Strategic-Studies.pdf](#)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

LAMB, G; STAINER. (2018) **The Conundrum of DDR Coordination: The Case of South Sudan, *Stability: International Journal of Security and Development***, 7(1), p. 9. Disponível em: <<https://doi.org/10.5334/sta.628>>. Acesso em: 24 de fevereiro 2025.

LARGE, D. (2007). **The Sudan: The Darfur Crisis**. Foreign Affairs.

LARGE, D. (2016). **China and the Contradictions of ‘Non-interference’ in South Sudan. *Review of African Political Economy***, 43(1), 10-27.

LIJN, Jaïr. (2017). **Peace operations and conflict management**. In: SIPRI Yearbook 2017. SIPRI. Disponível em: <<https://www.sipri.org/yearbook/2017/05>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

LÖWY, Michael. (2015) Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo. In: Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade. Jörn Schütrumpf (org.). 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. p.87-96.

LUXEMBURGO, Rosa. (1985). A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, [1913].

MADUT-AROP, Madut. (2006). **Sudan’s Painful Road to Peace**. Lexington, KY: BookSurge.

MAHJOUB, Taj (2006). **Planning for reconstruction: the Joint Assessment Mission. Accord – an international review of peace initiatives**. Nº18. Disponível em: < [untitled \(rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/Peace by piece Addressing Sudans conflicts Accord Issue 18.pdf aws.com\)](#)>.

MAIA, André; FERABOLLI, Silvia. (2020). **O Petróleo como elo entre o Sudão do Sul e a China. Monções: Revista Brasileira de Relações Internacionais da UFGD**, v9, n17 jan/jun. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj_nLbagtyLAXXhFLkGHUpvJ9oQFnoECDEQAQ&url=https%3A%2F%2F0js.ufgd.edu.br%2Fmoncoes%2Farticle%2Fdownload%2F12050%2F6262%2F41615&usg=AOvVaw2tbtbeoFtNwvVocdfDv5nG&opi=89978449>. Acesso em: 28 de março de 2022.

MAMDANI, Mahmood (1996). **Indirect Rule, Civil Society, and Ethnicity: The African Dilemma**. Social Justice, vol23, n1/2. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/29766931>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

MAMDANI, Mahmood. (2009). **Saviors and Survivors: Darfur, Politics, and the War on Terror**. Nova York: Doubleday. 416 pp.

MAMDANI, Mahmood (2018) **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism**. Princeton University Press, Princeton.

MARX, Karl. (2023) **A questão Judaica**. Montecristo Editora.

MBEMBE, Achille. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.

McMICHAEL, Christopher. (2016). **Pacification and police**: A critique of the police militarization thesis. *Capital & Class*, n41. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309816816678569?journalCode=cncs>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

MEAGHER, K., DE HERDT, T., TITECA, K. (2014). **Unravelling public authority**: paths of hybrid governance in Africa. *IS Academy: Human Security in Fragile States: research brief #10*. Disponível em: <<https://biblio.ugent.be/publication/5863789/file/5863810>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

MEARSHEIMER, John. (2001). **The tragedy of Great Power politics**. New York: W. W. Nanon & Company.

MENDONÇA, Thaiane (2017). *Pacificação e contrainsurgência: as Forças de Pacificação do Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Penha*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense: Instituto de Estudos Estratégicos – Rio de Janeiro/RJ. 153p.

MID-TERM Evaluation of the Joint Donor Team in Juba, Sudan (2009). *Evaluation Report 2/2009*. Disponível em: <[mid-term-evaluation-of-the-joint-donor-team-in-juba-sudan.pdf](#)>. Acesso em 26 de abril de 2023.

MOELLWALD, Gabriel (2015). *O longo processo de configuração do estado sul-sudanês: uma investigação histórica*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

MONN, Julia (2025). **Inside USAID**: How America has spent billions in development aid. NZZ Chanel: Inside USA. Disponível em: <<https://www.nzz.ch/english/a-closer-look-at-usaid-how-the-us-spent-its-development-aid-ld.1871424>>. Acesso em 24 de fevereiro 2025.

MORO, Leben; TOLANI, Nitika. (2021). **Education in South Sudan**: Focusing on Inequality of Provision and Implications for National Cohesion. The London School of Economics and Political Science: South Sudan Studies Association. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/111063/1/CRP_education_in_south_sudan_published.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

MSF INTERNAL . 2016. *International Activity Report 2016*. Disponível em: <>. Acesso em: 25 de março de 2024.

MUSAH, A.; FAYEMI, K. (Eds.). (2000). **Mercenaries**: An African Security Dilemma. Pluto Press. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctt18fs91v>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

MUTASA, C., & VIRK, K. (2017a). **The Role of External Actors in South Sudan**. In *BUILDING PEACE IN SOUTH SUDAN: PROGRESS, PROBLEMS, AND PROSPECTS* (pp. 30–33). Centre for Conflict Resolution. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/resrep05143.12>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

MUTASA, C.; VIRK, K (2017b). **Challenges Facing South Sudan's Transitional Government of National**. In *BUILDING PEACE IN SOUTH SUDAN: PROGRESS, PROBLEMS, AND PROSPECTS* (pp. 30–33). Centre for Conflict Resolution.. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep05143.7.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

NATSIOS, Andrew. (2013). **Sudan, South Sudan & Darfur: What Everyone Needs to Know**. New York: Oxford.

NATSIOS, A; ABRAMOWITZ, M. (2011) **Sudan's secession crisis: Can the South part from the North without war?** Foreign Affairs, January/February, pp. 19–26.

NEOCLEOUS, Mark. (2000). **The Fabrication of Social Order: A Critical Theory of Police Power**. Londres: Pluto Press.

NEOCLEOUS, Mark. (2008). **Critique of Security**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd.

NEOCLEOUS, Mark. (2011). **A Brighter and Nicer New Life: Security as Pacification**. Social & Legal Studies, v.20, n2, p. 191-208. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0964663910395816>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

NEOCLEOUS, Mark (2013). **The dream of pacification: accumulation, class war, and the hunt**. The Journal of the Society. Socialist Studies, n9 (2). Disponível em: < <https://socialiststudies.com/index.php/ss/article/view/23503>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

NEOCLEOUS, Mark. (2014). **War power, police power**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd.

NEOCLEOUS, Mark (2016). La lógica de la pacificación: guerra-policía-acumulación. Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social, v. 16, n. 1. Disponível em: < >. Acesso em: 03 de abril de 2024.

NEWBURY, Colin (2000). **Patrons, Clients, And Empire: The Subordination of Indigenous Hierarchies In Asia And Africa**, Journal of World History 11, no. 2 (2000): 227-263. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20078850>>. Acesso em: 25 de março de 2024.

NYE, Joseph. (1991) **Bound to Lead: the Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books.

NYE, Joseph. (2004). **Soft Power: The Means of Success in World Politics**, New York: PublicAffairs.

NYE, Joseph. (2008). **The Powers to Lead**, New York: Oxford University Press.

NWOZOR, A. (2018). União Africana, construção do Estado e os desafios da fragilidade estatal na África. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.7,

n.13. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/issue/viewFile/3562/572#page=69>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

OFAC. (2015). **South Sudan Sanctions Program**. Office of Foreign Assets Control. Disponível em:

<<https://ofac.treasury.gov/media/7431/download?inline#:~:text=The%20South%20Sudan%20sanctions%20program,13664.>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

OHCHR . 2015. Attacks on Civilians in Bentiu and Bor: April 2014. United Nations Mission in the Republic of South Sudan. Disponível em: <>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

OLIVEIRA, JP (2014) Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. Mana 20 (1), abril 2014. Disponível em: <>. Acesso em 02 de fevereiro de 2025.

OPIYO, Kelly Otieno et al. *The Nature of the United Nations Peace Mission in South Sudan*. African Journal of Empirical Research, v.5, n.2, p. 710-724, 2024.

Østensen, Åse Gilje 2011: UN Use of Private Military and Security Companies: Practices and Policies Geneva DCAF. Disponível em:

<https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/SSR_PAPER3.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025

PARMAR, Sharanjeet. (2007). **An Overview of the Sudanese Legal System and Legal Research**. Hayser Global Law School Program: Globalex. Disponível em: <<https://www.nyulawglobal.org/globalex/Sudan.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

PARMAR, Inderjeet; COX, Michael (Ed.). **Soft power and US foreign policy: theoretical, historical and contemporary perspectives**. London; New York: Routledge.

PATEY, L. (2014). *The New Kings of Crude: China, India, and the Global Struggle for Oil in Sudan and South Sudan*. London: Hurst & Company.

PICARD, Michael; GOODMAN, Colby. (2021). **HIDDEN COSTS: US private military and security companies and the risks of corruption and conflict**. Washington, DC: [s.n.], 2021. 47 p. Disponível em: <[Hidden-Costs-US-Private-Military-and-Security-Companies-and-the-Risks-of-Corruption-and-Conflict-Web-PDF.pdf](#)>. Acesso em: 20 de fevereiro 2025.

PORTADA III, Robert; RILEY, John; GAMBONE, Michael (2014). **Security Sector Reform in South Sudan: identifying roles for private military and security companies**. Journal of Third World Studies, vol31, no2. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/45195063>>. Acesso em: 25 de março de 2024.

POULANTZAS, Nicos. (1977). **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes.

POULANTZAS, Nicos (1980). **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal.

PRENDERGAST, J. (2002). **Sudan: The Conflict that Won't End**. International Crisis Group.

RAHIM, Mahmoud. (1966), **The Development of British Policy in The Southern Sudan 1899–1947**. Middle Eastern Studies 2, no. 3: 227-249. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4282161>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

RELIEF Web. (2020). **Troops arrive in joint training centres in South Sudan's Wau**. News and Press Release. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/south-sudan/troops-arrive-joint-training-centres-south-sudan-s-wau>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

RIGAKOS, George. (2016). **Security/Capital: A General Theory of Pacification**. Edinburgh: Edinburgh University Press.

SAES, Décio. (1994). Uma Contribuição Crítica à Teoria das Elites. Revista de Sociologia e Política. nº3., pp.7-19.

SALIH, Kamal. (2005). **British Colonial Military Recruitment Policy in the Southern Kordofan Region of Sudan, 1900–1945**, Middle Eastern Studies, 41:2, 169-192, Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00263200500035066>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

SANTOS, M (2019). A Recolonização de Guiné-Bissau por Meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais de Desenvolvimento: de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”. Desenvolvimento Em Questão, 17(47), 156-178. Disponível em: <>. Acesso em: 03 de março de 2024.

SECURITY COUNCIL. (2011). Resolution 1996 (2011). Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Sudan%20SRES%201996.pdf>>. Acesso em: 03 de março de 2024.

SECURITY COUNCIL. (2014). Resolution 2155 (2014). Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/771722>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.
SHANKLEMAN, J. (2011). "Oil and State Building in South Sudan." *United States Institute of Peace*.

SILVA, Josias. (2019). The Contribution of the United Nations Police to the Protection of Civilians in South Sudan. Porto Alegre: Revista Conjuntura Austral. v10 n50. Disponível em: <<https://journals.indexcopernicus.com/api/file/viewByFileId/942497>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2025

SMALL Arms Survey (2014). **The Conflict in Jonglei State. Human Security Baseline Assessment**. Disponível em: <<https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/The-Conflict-in-Jonglei-State-May-2014.pdf>>. Acesso de 19 de fevereiro de 2025.

SMALL Arms Survey. (2015a). **Arms Transfers to South Sudan. Human Security Baseline Assessment for Sudan and South Sudan**.

SMALL Arms Survey (2015b) **The Conflict in Unity State. Human Security Baseline Assessment**. Disponível em: <<https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/HSBA-Conflict-Unity-July-2015.pdf>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2025.

SMALL Arms Survey (2021). **Mapping Actors and Alliances Project in South Sudan.** Human Security Baseline Assessment. Disponível: <<https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/2021-10/HSBA-MAAPSS-Update7-September2021-SPLA-IO-Split.pdf>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

SOUTH SUDAN: Weekly Security Report. (2016). Disponível em: <<https://www.constellis.com/report/south-sudan-weekly-security-report-2/>>. Acesso em 03 de abril de 2024.

STAMNES, Eli; CONING, Cedric. (2022) **The Revitalised Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan (R-ARCSS).** FAIR Case Brief: 6. Oslo: PRIO. Disponível: <[The Revitalised Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan \(R-ARCSS\) – Peace Research Institute Oslo \(PRIO\)](#)>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2025.

STATEMENT OF General Thomas D. Waldhauser, United States Marine Corps Commander, United States Africa Command Before the Senate Committee on Armed Services. (2019). Disponível em: <<https://www.africom.mil/document/31480/u-s-africa-command-2019-posture-statement>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.
The China Project. (2018). **China's engagement in Sudan and South Sudan.**

UNHR. (2016). **SPLA committed widespread violations during and after July fighting in South Sudan.** Press Release: Office of the High Commissioner for Human Rights. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2016/08/spla-committed-widespread-violations-during-and-after-july-fighting-south>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

UNHR . 2021. South Sudanese political elites illicitly diverting millions of US dollars, undermining core human rights and stability – UN experts note. Disponível em: <>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025;

UNHCR. (2022). **Returned refugees break ground at South Sudan farm cooperative.** UNHCR Stories. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/news/stories/returned-refugees-break-ground-south-sudan-farm-cooperative>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

UNMISS . 2021. UNMISS trains South Sudanese military commanders on human rights and international humanitarian laws. Disponível em: <>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

UNMISS . 2023. South Sudanese police volunteers receive human rights training from UNMISS. Disponível em: <>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

UN PROTECTION of Civilians sites begin transitioning to conventional displacement camps. 2020. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/un-protection-of-civilians-sites-begin-transitioning-to-conventional-displacement-camps>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

UNITED Nations Mission to Sudan (2010) **Scary Statistics—Southern Sudan** (Juba: UNMIS).

UNITED Nations. (2018). **United Nations Police. Report on Security Incidents within PoC Sites.** Juba: United Nations Mission in South Sudan, 2018.

UNITED States Africa Command: the first ten years. 2019. Disponível em: <<https://www.africom.mil/document/31457/united-states-africa-command-the-first-ten-years>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

UNMISS . 2018. Civil Affairs Division: Summary Action Report. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/unmiss_civil_affairs_summary_action_report_01_march-20_april_2018.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

UNMISS. (2021). **Rule of Law & Security Sector Reform.** Disponível em: <<https://unmiss.unmissions.org/rule-law-security-sector-reform>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

USAID . 2019. Strategic Framework. Disponível em: <>. Acesso em: dezembro de 2024

USAID . 2020a. Strategic Framework for South Sudan 2020–2024. Disponível em: <>. Acesso em 18 de maio de 2024.

USAID . 2020b. South Sudan – Crisis. Disponível em: <>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

VAN DER PILJ, Kees .(1989). **Ruling Classes, Hegemony and the State System.** International Journal of Political Economy, 19:3. Pp. 7-35.

VARELA, O. (2011). Intervenções externas humanitárias: legitimidades e limites. O caso dos estados “frágeis”, “falhados” ou “colapsados”. Revista de Estudos Internacionais (REI), Vol. 2 (2). Disponível em: <> Acesso em: 03 de abril de 2024.

De WAAL, Alex; FLINT, Julie (2005). **Darfur: A Short History of a Long War.** London: Zed Books.

WAMBUGU, Nyambura. (2021). **Post-Conflict Security in South Sudan: From Liberal Peacebuilding to Demilitarization.** IB Tauris.

WARBURG, Gabriel. (1968). **Administration in the Anglo-Egyptian Sudan, 1833–1916.** Tese de doutorado. School of Oriental and African Studies. Disponível em: <[10731610.pdf](https://www.sas.ac.uk/library/archive/10731610.pdf) (archive.org)>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

WEL, PaanLuel. (2015). **Who Killed Dr. John Garang.** CreateSpace Independent Publishing Platform. 370p.

WORLD BANK. (2014). **South Sudan: World Bank Mobilizes US\$44 Million to Provide Critical Health Services and Fight Hunger.** Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2014/03/13/south-sudan-world-bank-mobilizes-us44-million-to-provide-critical-health-services-and-fight-hunger>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

WORLD BANK. (2017). **Report N°. 120369-SS.** Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/112071516734556800/pdf/IDA-R2017-0340-11172017.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

WORLD BANK. (2020a). **South Sudan: Enhancing Community Resilience and Local Governance Project**. Disponível em: <
<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/824121596765983121/south-sudan-enhancing-community-resilience-and-local-governance-project>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

WORLD BANK . (2020b). **South Sudan: Safety Net Project**. Disponível em: <
<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/108181587397967837/south-sudan-safety-net-project>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

YIN, R.K. (2005). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman.

ZAHARAN, Geraldo; RAMOS, Leonardo. (2010). **From hegemony to soft power: implications of a conceptual change**. In:PARMAR, Inderjeet; COX, Michael (ed.) *Soft power and US foreign policy*. London; New York: Routledge. p. 12-32.

ZIZEK, Slavoj. (2002). **About War and the Missing Center in Politics**: Sabine Reul and Thomas Deichmann talk to philosopher Slavoj Zizek', Eurozine, Disponível em: <
<https://www.eurozine.com/about-war-and-the-missing-center-in-politics/>>. Acesso em: 03 de abril de 2024.